Congresso Brasileiro de Pesquisa e Educação em Saúde

ANAIS DO EVENTO

ISSN: 2675-813X | V.6 N.4 2025

ORGANIZAÇÃO

Instituto Multiprofissional de Ensino - IME
CNPJ 36.773.074/0001-08

PARCEIROS

Editora Integrar
Instituto Multiprofissional de Ensino – IME
Aprimorar-me

APOIO

Associação Brasileira de Educação a Distância – ABED
SOBRAPIS
Conselho de Saúde

COMISSÃO CIENTÍFICA

Anderson Martins Silva
Angélica Raimunda Esquerdo Gonzaga
Juliana Britto Martins de Oliveira
Maria Aurea Soares de Oliveira
Michelle Cristina dos Santos Silva
Silmare Nogueira do Nascimento Pereira
Vandbergue dos Santos Pereira

A Editora Integrar é a editora vinculada ao **IV Congresso Brasileiro de Pesquisa e Educação em Saúde** atuando na publicação dos anais do respectivo evento.

A Editora Integrar tem como objetivo difundir de forma democrática o conhecimento científico, portanto, promovemos a publicação de artigos científicos, anais de congressos, simpósios e encontros de pesquisa, livros e capítulos de livros, em diversas áreas do conhecimento.

Os anais do **IV CONPEDS** estão publicados na **Revista Multidisciplinar em Saúde** (ISSN: 2675-8008), correspondente ao volume 6, número 4, do ano de 2025.

APRESENTAÇÃO

O **IV Congresso Brasileiro de Pesquisa e Educação em Saúde** ocorreu entre os dias **27 a 30 de outubro de 2025**considerado como um evento de caráter técnico-científico destinado a acadêmicos, profissionais e curiosos na área Pesquisa e Educação em Saúde.

Com objetivo central de difundir o conhecimento e estimular o pensamento científico, discutiu-se temas de grandes relevâncias na área da Pesquisa e Educação em Saúde, com o intuito de atingir o maior número de pessoas possíveis. O IV CONPEDS também contou com um espaço para apresentação de trabalhos científicos e publicações de resumos nos anais do evento.

PROGRAMAÇÃO

Dia 27 de outubro de 2025
Palestras:

- 08:30 | **Comissão Organizadora (SOBREC)** | Abertura do Evento
- 09:00 | **Simone Souza de Freitas** | Indicadores epidemiológicos na pesquisa em saúde coletiva
- 10:00 | **Jéssica Niale Braga do Nascimento Maciel** | Novo financiamento da APS: Desafios e perspectivas para a educação, a pesquisa e a sustentabilidade do SUS nos territórios
- 11:00 | **Michele Peixoto Quevedo** | Integração da Saúde Mental na Educação em Saúde: Práticas Recomendadas
- 13:00 | **Maria Nauside Pessoa da Silva** | Educação em saúde para populações indígenas e quilombolas
- 14:00 | **Luennia Kerlly Alves Rocha de Araujo** | Educação Popular em Saúde: Estratégias para Formação e Mobilização Comunitária no SUS

Dia 28 de outubro de 2025
Palestras:

- 08:00 | **André Luiz Pereira** | Paradigmas e paradoxos da implementação da inteligência artificial nos processos gerenciais da saúde pública
- 09:00 | **Ezequiel Aparecido dos Santos** | ISTs: Educação, Conscientização e Métodos de Prevenção
- 10:00 | **Jeanderson Pereira Souza** | Saúde Mental e Tecnologia: Uso Consciente e Impacto na Sociedade
- 11:00 | **Fabricio Tabelião Degrandis** | Abordagens integradas em nutrição, fisiologia do exercício e esporte: Ensino, pesquisa e extensão em saúde
- 13:00 | **Fernando Pereira Dos Santos Barbosa** | A educação em saúde como instrumento para a consolidação da prática baseada em evidências
- 14:00 | **Ana Maria Costa Carneiro** | Gestação e Pós-Parto: Cuidados e educação na saúde da mulher em Comunidade

Dia 29 de outubro de 2025
Palestras:

- 08:00 | **Sara Maria Teles de Figueiredo** | Formação em Movimento: O papel das residências multiprofissionais na educação em saúde
- 09:00 | **Fernando Ferro Pinto** | Educação em saúde e exercício físico: Construindo competências para o cuidado integral
- 10:00 | **Andréia Monique Lermen** | Escrita científica e publicação de artigos em periódicos da saúde
- 11:00 | **José Cláudio da Silva Junior** | Educação ambiental como instrumento de promoção da saúde coletiva
- 13:00 | **Larissa dos Santos Gadea** | Pesquisa em nutrição clínica e o impacto na prática assistencial
- 14:00 | **Mara Queiroga Camisassa** | Saúde do Trabalhador, Promoção e Educação em Saúde em Ambientes Laborais

Dia 30 de outubro de 2025
Palestras:

- 08:00 | **Fatima Dayanne Wirtzbiki Ferreira** | Mentorias em saúde como estratégia de ensino - aprendizado
- 09:00 | **Itanaina Lemos Rechmann** | Quando a educação em saúde encontra a bioética: A centralidade da participação social no SUS
- 10:00 | **Donato José Medeiros** | Educação permanente: formação em saúde e os desafios da integralidade do cuidado
- 11:00 | **Herminio Oliveira Medeiros** | Educação popular em saúde: Técnicas e ferramentas para o trabalho comunitário e o fortalecimento do SUS
- 13:00 | **Clebio Dean Martins** | Estratégias para produção científica através das práticas de educação em saúde
- 14:00 | **Marijara Vilas Boas Silva** | Grupos de hipertensos e diabéticos: promovendo educação, vínculo e prevenção de complicações
- 15:00 | **Comissão Organizadora (SOBREC)** | Encerramento do evento

DO MEU LUGAR AO LUGAR DO OUTRO: EDUCAÇÃO SOCIOEMOCIONAL E CUIDADO EM SAÚDE MENTAL NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

RAFAEL CRIZANTO DE SOUSA SILVA

Introdução: A promoção da saúde mental na infância é um compromisso fundamental da escola inclusiva, especialmente quando se trata de crianças neurodivergentes, como aquelas com Transtorno do Espectro Autista. A falta de autorregulação emocional e de habilidades de convivência pode gerar sofrimento psíquico e isolamento social. Neste contexto, a Sala de Recursos Multifuncionais se apresenta como um espaço privilegiado de escuta, acolhimento e intervenção pedagógica, contribuindo para a promoção da saúde emocional e da empatia. A literatura infantil, por sua linguagem simbólica e afetiva, foi o ponto de partida para a construção do projeto "Do meu lugar ao lugar do outro"**. Objetivo:** Promover o desenvolvimento das competências socioemocionais como forma de cuidado em saúde mental, por meio da literatura, da expressão artística e das vivências mediadas, visando favorecer a autorregulação, o reconhecimento do outro e o bem-estar de alunos da educação especial**. Relato de Caso/Experiência:** O projeto foi desenvolvido na Sala de Recursos Multifuncionais de uma escola pública, com foco em crianças com deficiência, em especial autistas, que apresentavam dificuldades na identificação e expressão de emoções. As atividades foram organizadas em seis fases, cada uma baseada em uma obra literária, como "Este é o Lobo" e "Chapeuzinhos Coloridos", e subdivididas em três grupos com propostas adaptadas a diferentes perfis. Foram utilizadas linguagens verbais, corporais, pictóricas e sensoriais para ampliar repertórios afetivos, promover o cuidado mútuo e desenvolver habilidades de empatia. Ao longo do processo, observou-se melhora na regulação emocional, na comunicação, no respeito aos limites do outro e no engajamento nas atividades. A escuta ativa e o ambiente seguro oferecido pela sala permitiram que os alunos expressassem suas emoções com mais clareza e confiança. **Conclusão:** A experiência reafirma a importância da educação socioemocional como parte da atenção à saúde mental de crianças com deficiência. Projetos como este evidenciam que a escola, especialmente a Sala de Recursos, pode ser um território de cuidado, vínculo e transformação, onde o desenvolvimento afetivo e a convivência ética são promovidos de forma sensível, inclusiva e significativa.

Palavras-chave: **AUTOCUIDADO; ACOLHIMENTO; APRENDIZAGENS**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/60242

PROMOÇÃO DA SAÚDE NA INFÂNCIA POR MEIO DE PROJETO DE EXTENSÃO:RELATO DE EXPERIÊNCIA DE DISCENTES DE ENFERMAGEM

ISABELLA LOUIZE BIBIANO DA MOTTA SIQUEIRA; BARBÁRA ALVES DOS ANJOS TOQUEIRO; CÉLIA REGINA DE JESUS SILVA; KAROLYNE HERBST RODRIGUES CONDE PEREIRA

Introdução: A infância é uma fase crucial para a formação de hábitos saudáveis que influenciam diretamente a qualidade de vida na vida adulta. Inserir temas como higiene pessoal e noções básicas sobre emergências desde cedo contribui para o autocuidado e a prevenção de agravos à saúde. Projetos de extensão universitárias promovem o vínculo entre a academia e a comunidade, proporcionando aprendizado prático aos estudantes e benefícios diretos à população. A utilização de estratégias lúdicas torna a abordagem mais acessível e eficaz, principalmente quando direcionada ao público infantil. **Objetivo:** Relatar a experiência de discentes de Enfermagem da UniPiaget no município de Suzano(SP) na promoção da saúde infantil por meio de atividades educativas lúdicas do projeto de extensão "Mapa do Conhecimento – É de Pequeno que se Começa", realizadas em escolas públicas. **Relato de Experiência:**O projeto ocorreu entre setembro de 2024 e maio de 2025, período em que realizamos ações educativas com crianças do ensino fundamental, envolvendo estudantes do curso de Enfermagem da UniPiaget. Desenvolvemos atividades práticas, como simulação de reanimação cardiopulmonar utilizando balões como tórax, além de orientações sobre como acionar o SAMU em casos de emergência. Na temática da higiene, realizamos a apresentação de um modelo de piolho gigante e utilizamos a música "Lava uma mão", abordando de forma divertida a importância do banho e da lavagem correta das mãos. A abordagem lúdica gerou interesse e facilitou a assimilação do conteúdo pelas crianças, promovendo a construção de hábitos saudáveis. **Conclusão:** A realização do projeto foi de grande relevância para todos os envolvidos. As crianças demonstraram aprendizado e engajamento, enquanto os discentes vivenciaram uma prática significativa, fortalecendo sua formação profissional. A participação em projetos extensionistas permitiu o desenvolvimento de competências, além de promover valores éticos e sociais. Pequenas ações educativas, que realizamos com dedicação, mostraram-se capazes de gerar impacto positivo na comunidade, evidenciando a importância da extensão universitária na construção de um cuidado humanizado e transformador.

Palavras-chave: **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA; ENFERMAGEM; ATIVIDADES LÚDICAS**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/60279

Congresso Brasileiro de Pesquisa e Educação em Saúde

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O PAPEL DO SERVIÇO DE REFERÊNCIA NO CUIDADO À HANSENÍASE NO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM

LARA CECÍLIA DE ARAÚJO CARLOS; MAGNO MATHEUS DO NACIMENTO

Introdução: A hanseníase é uma doença infecciosa crônica, de notificação compulsória, causada pelo *Mycobacterium leprae*, que acomete preferencialmente a pele e os nervos periféricos. Sua transmissão ocorre, principalmente, pelas vias aéreas superiores por meio do contato próximo e prolongado com pessoas não tratadas. No município de Quixeramobim, no Ceará, a hanseníase permanece como uma endemia, exigindo ações efetivas de vigilância, diagnóstico precoce e cuidado contínuo. Quando não identificada a tempo, pode evoluir para deformidades físicas e incapacidades permanentes, tornando essencial o fortalecimento da rede de atenção e a articulação intersetorial. **Objetivo:** Descrever a experiência de residentes em saúde coletiva no contexto das práticas assistenciais e de vigilância epidemiológica desenvolvidas no serviço municipal de referência para hanseníase. **Relato de experiência:** A experiência foi vivenciada por residentes da Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP/CE), durante o ano de 2025, na Policlínica Municipal de Quixeramobim. Pela integração do método ensino-serviço, a vivência possibilitou a participação ativa nas ações de vigilância, diagnóstico, acompanhamento clínico e educação em saúde. A equipe é composta por médico, enfermeira e técnico de enfermagem, com apoio mensal de uma fisioterapeuta para avaliação do grau de incapacidade física. Observou-se um perfil predominante de pacientes idosos, oriundos de zonas rurais e em situação de vulnerabilidade social. Embora capacitações tenham sido realizadas nas Unidades Básicas de Saúde, a dificuldade na identificação precoce persiste, o que contribui para diagnósticos tardios. Identificou-se, ainda, a necessidade de cuidados ampliados, incluindo suporte multiprofissional e acesso a medicamentos complementares, frequentemente ausentes na atenção primária. Essa carência gera sobrecarga na Policlínica e compromete a integralidade do cuidado. **Conclusão:** A experiência contribuiu para o fortalecimento da formação em saúde coletiva e evidenciou a relevância do serviço de referência no enfrentamento da hanseníase em Quixeramobim. Ressalta-se a importância da abordagem interprofissional e da educação permanente, assim como a necessidade de superar desafios como o estigma social e as fragilidades na atenção básica.

Palavras-chave: **HANSENÍASE; TRATAMENTO; VIGILÂNCIA**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/60287

TENDÊNCIA DE CASOS DE SÍFILIS CONGÊNITA EM QUIXERAMOBIM-CE (2014–2024): UMA ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA

MAGNO MATHEUS DO NASCIMENTO; LARA CECÍLIA DE ARAÚJO CARLOS

Introdução: A sífilis congênita permanece como um grave problema de saúde pública no Brasil, especialmente em regiões com fragilidades no acesso e na qualidade da atenção pré-natal. A detecção precoce e o tratamento adequado das gestantes infectadas são fundamentais para prevenir a transmissão vertical. **Objetivo:** Analisar o perfil epidemiológico dos casos de sífilis congênita notificados no município de Quixeramobim, Ceará, no período de 2014 a 2024. **Metodologia:** Trata-se de um estudo descritivo, de base documental, com abordagem quantitativa, utilizando dados secundários extraídos do IntegraSUS. Foram incluídos todos os casos confirmados de sífilis congênita notificados em Quixeramobim entre 2014 e 2024. As variáveis analisadas incluíram ano de diagnóstico, faixa etária materna, realização de pré-natal, momento do diagnóstico, tratamento materno e evolução do caso. A organização e tabulação dos dados foram realizadas no Microsoft Excel e as análises gráficas por meio da linguagem Python. Os resultados foram apresentados em valores absolutos e percentuais **Resultados:** Foram identificados 132 casos no período analisado, com aumento expressivo a partir de 2017 e picos em 2021 (24 casos) e 2022 (28 casos). A maioria das mães tinha entre 20 e 29 anos (55%), e 97% realizaram pré-natal. Entretanto, apenas 28,8% receberam tratamento adequado, enquanto 32,6% não realizaram tratamento e 29,5% foram tratados de forma inadequada. O diagnóstico ocorreu majoritariamente durante o pré-natal (72%), mas em 21,2% dos casos só foi identificado no parto. A evolução foi favorável em 93,9% dos casos. **Conclusão:** Os dados revelam fragilidades importantes na abordagem da sífilis durante o pré-natal, com destaque para a baixa proporção de tratamento materno adequado, mesmo entre gestantes que realizaram acompanhamento. A qualificação da assistência pré-natal, especialmente no diagnóstico oportuno e tratamento efetivo, é essencial para reduzir os casos de sífilis congênita no município.

Palavras-chave: **DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS; EPIDEMIOLOGIA; SAÚDE MATERNO-INFANTIL**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/60325

DOULAS DE FIM DE VIDA PET: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE MÉDICAS VETERINÁRIAS

TATIANA BARBIERE; DEBORA NOGUEIRA PAULINO; GLENDA AGRA; BARBARA HESS; KÊNIA LISBOA CAMARGO

Introdução: A doula de fim de vida pet é uma profissional que oferece suporte físico, emocional e espiritual a animais durante o processo de morte e morrer e a seus tutores. Seu papel envolve acompanhar o pet e o tutor, facilitar rituais de despedida e promover um ambiente de cuidado compassivo, respeitando a individualidade do vínculo humano-animal. Trata-se de uma atuação que valoriza a transição da vida com dignidade, sensibilidade e presença. **Objetivo:** relatar a experiência de médicas veterinárias durante um programa de formação em doula de fim de vida. **Relatos de Experiências:** as participantes relataram que a formação proporcionou uma ressignificação profunda de suas práticas profissionais, abrindo espaço para um acolhimento mais humano, empático e ético dos tutores e de seus pets. O curso permitiu o desenvolvimento de escuta sensível, presença consciente e percepção do sofrimento além da dimensão física, favorecendo o fortalecimento do vínculo entre profissional, tutor e animal. Muitas relataram ter revisto suas próprias concepções sobre morte, sofrimento e limites da intervenção técnica, destacando a importância de permitir uma partida digna, com conforto e respeito. As médicas veterinárias apontaram ainda que a formação como doulas de fim de vida ampliou sua compreensão sobre o cuidado integral e provocou transformações pessoais, levando-as a refletir sobre a finitude como parte natural da existência. Além disso, as veterinárias observaram que o trabalho de doulas de fim de vida pet pode servir como ferramenta para transformar as relações entre humanos e animais, abrindo espaço para uma política ética de cuidado, reconhecimento e luto compartilhado. **Conclusão:** conclui-se que o curso foi uma experiência transformadora, não apenas no âmbito profissional, mas também existencial, e que o papel da doula animal pode ser uma estratégia relevante para humanizar os cuidados em situações de terminalidade, aliviar o sofrimento e oferecer suporte qualificado a todos os envolvidos no processo de despedida.

Palavras-chave: **DOULA; MORTE; ANIMAL**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/60380

GUARDIÕES DE MEMÓRIAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE COM SEPULTADORES

TATIANA BARBIERE; GLENDA AGRA; JOSEFA EUCLIZA CASADO FREIRES DAA SILVA; JAMILE SOARES; MILENA DOS SANTOS CLEZAR

Introdução: Os sepultadores são profissionais da morte, cuja atuação é essencial para o funcionamento dos cemitérios. Executam tarefas como cavar sepulturas, cuidar de túmulos, sepultar, cremar e exumar corpos, sendo os últimos a tocar os mortos e os primeiros a garantir que os rituais de passagem sejam realizados com dignidade. Apesar disso, constituem uma ocupação estigmatizada, invisibilizada e desprovida de reconhecimento social e simbólico. **Objetivo**: relatar a experiência de um programa de educação permanente com e para sepultadores. **Relato de Experiência:** os resultados apontam que o programa está possibilitando aos participantes ressignificar sua atuação, reconhecendo-se como guardadores de memórias, agentes de passagem e presença afetiva nos rituais de despedida. As práticas facilitam o acesso às memórias pessoais, à expressão de sentimentos silenciados e ao fortalecimento do pertencimento coletivo. A metáfora do "Guardião de Memórias" reposicionou o sepultador: não apenas como executor de uma tarefa técnica, mas como figura que sustenta a presença do rito de transição entre a vida e a morte o último a tocar o ataúde, o primeiro a guardar o silêncio. A discussão alinha-se aos campos da saúde do trabalhador, da tanatologia e da espiritualidade no cuidado, resgatando também a figura simbólica do coveiro em *Hamlet*, de Shakespeare aquele que remexe ossos e verdades, expondo a igualdade radical perante a morte. **Conclusão**: conclui-se que programas como este são estratégias potentes de humanização no contexto cemiterial, uma vez que promovem saúde emocional, dignidade simbólica e sentido profissional àqueles que, ao cuidar do fim, reafirmam o valor da vida.

Palavras-chave: **SEPULTADOR; SAÚDE OCUPACIONAL; ESPIRITUALUDADE**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/60382

SAÚDE E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DOS SEPULTADORES DA REGIÃO DO TRAIRI POTIGUAR

JOSEFA EUCLIZA CASADO FREIRES DA SILVA; GLENDA AGRA; DIMITRI TAURINO GUEDES; ELEAZAR MARINHO DE FREITAS LUCENA

Introdução: O sepultador desempenha um papel fundamental nas atividades realizadas nos cemitérios, como construir, limpar, abrir e fechar sepulturas, exumar e cremar cadáveres. O campo de atuação dos sepultadores necessita de melhorias significativas que assegurem os direitos dos sepultadores, a valorização social e o reconhecimento de seu trabalho. **Objetivo:** Analisar as experiências do trabalho dos sepultadores da região do Trairi Potiguar e suas repercussões na saúde. **Metodologia:** Trata-se de um estudo qualitativo, realizado nos cemitérios da microrregião do Borborema Potiguar, no Estado do Rio Grande do Norte. Foram incluídos sepultadores com idade igual ou superior a 18 anos. O instrumento de coleta de dados foi um roteiro semiestruturado com questões referentes às condições de trabalho, saúde e experiências dos sepultadores. Para análise dos dados, utilizou-se a Análise de Conteúdo com auxílio do software IRaMuTEQ®, que possibilitou a análise do corpus textual, com uma interface simples e compreensível. **Resultados:** Participaram do estudo 10 sepultadores, com vínculo ativo, entre contrato temporário e concurso público. O corpus textual foi composto por 10 textos divididos em 537 segmentos textuais, dos quais 461 foram processados pelo software, com um aproveitamento de 85,85%. A Classificação Hierárquica Descendente (CHD) apresentou: a Classe 1- Precarização do vínculo empregatício (27,1%); a Classe 2- O corpo morto como objeto de trabalho e o esvaziamento simbólico do luto (21,5%); a Classe 3- Rotina invisível e excesso de jornada de trabalho (27,6%); e a Classe 4- Execução técnica e pouco reconhecimento social (23,9%). A Árvore de Similitude evidenciou três grandes núcleos: Núcleo 1- “cova”; Núcleo 2- “cemitério”; Núcleo 3- “coveiro”. A triangulação da CHD e a Árvore de Similitude demonstra consistência entre os núcleos destacados e as classes da CHD. **Conclusão:** A Classificação Hierárquica Descendente e a Árvore de Similitude revelaram que os sepultadores enfrentam um ciclo de invisibilidade: trabalham com a morte, sofrem em silêncio e sem reconhecimento institucional. A lacuna entre as diretrizes da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e as práticas reais no Trairi Potiguar evidenciam a urgência de políticas públicas locais mais efetivas e fiscalizadas, com ênfase na segurança, saúde mental e valorização desses profissionais essenciais.

Palavras-chave: **PROCESSO SAÚDE-DOENÇA; SEPULTAMENTO; TRABALHADOR;**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/60384

ENCONTROS QUE ACOLHEM: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O ACOMPANHAMENTO DE PESSOAS ENLUTADAS EM CONTEXTO CEMITERIAL

TATIANA BARBIERE; GLENDA AGRA; MILENA DOS SANTOS CLEZAR; JAMILE SOARES

Introdução: O luto é um processo complexo e dinâmico, que envolve uma ampla gama de reações emocionais, como tristeza, raiva e desamparo. Diante da morte, os enlutados necessitam de apoio emocional, especialmente durante o luto recente. **Objetivo**: relatar a experiência do projeto de extensão com familiares enlutados, durante e após os rituais de sepultamento ou cremação. **Relato de Experiência:** os encontros proporcionam aos enlutados, sensação de acolhimento, devido à escuta compassiva, presença plena da doula de fim de vida diante da abertura para a expressão verbal e não verbal das emoções, sentimentos e atitudes relacionados ao ente querido diante da perda recente, e assiduidade nos encontros subsequentes. O apoio emocional é ofertado aos familiares conforme demanda espontânea à medida que acontecem os rituais de despedida no cemitério e os encontros mensais são organizados em rodas de conversa, com ambientação sensível e uso de práticas como leitura de cartas reflexivas (Cartas Caminhos do Luto), escrita terapêutica (cartas, diários, recados) e dinâmicas de conexão com a memória do ente querido e o corpo do enlutado. Os encontros são norteados pela Psicologia humanista e pela Pedagogia do cuidado, com foco na escuta ativa e no respeito à singularidade da experiência do luto. **Conclusão**: Conclui-se que os encontros que acolhem configuram como uma experiência singular de cuidado com o luto, ao oferecer um espaço simbólico, afetuoso e respeitoso para que familiares enlutados possam nomear suas dores, resgatar memórias e elaborar significados. Ao transformar o cemitério em território de escuta e acolhimento, a proposta reafirma que o luto não precisa ser vivido em solidão ou silenciado pela pressa social. Pelo contrário, quando acompanhado com presença, sensibilidade e práticas que honram o vínculo, o luto pode se tornar um caminho de reconstrução subjetiva, de conexão profunda com o amor que permanece e de reencontro com a própria vida.

Palavras-chave: **LUTO; ESPIRITUALIDADE; APOIO FAMILIAR**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/60387

ENTRE CORPOS E SILÊNCIOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE COM AGENTES FUNERÁRIOS E TANATOPRAXISTAS

TATIANA BARBIERE; GLENDA AGRA; GIOVANNA KRZMIENSZKI NEVES; JAMILE SOARES

Introdução: Os agentes funerários e tanatopraxistas são profissionais da morte que desempenham funções essenciais no entorno do morrer, como o acolhimento das famílias enlutadas, os cuidados técnicos e estéticos com o corpo, e a preparação dos rituais de velório e sepultamento. Apesar de sua relevância prática, essa categoria profissional é frequentemente estigmatizada, por estar diretamente associada à morte, tema ainda cercado por tabus e silenciamentos sociais. Invisibilizados em seu sofrimento e pouco reconhecidos em sua função afetiva, esses trabalhadores vivenciam diariamente experiências sem que espaços para refletir, elaborar ou cuidar de suas próprias dores. **Objetivo**: relatar a experiência de um programa de educação permanente com agentes funerários e tanatopraxistas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo relato de experiência sobre um programa de educação permanente com agentes funerários e tanatopraxistas realizado semanalmente, desde março de 2025, em um cemitério particular em Porto Alegre/RS. **Relato de Experiências:** O programa é fundamentado nos princípios da Educação em saúde, da Tanatologia e da Espiritualidade laica e permite espaços de escuta, formação humanizada e reflexão crítica sobre o papel afetivo e simbólico desses profissionais diante da morte e do luto. A condução das atividades é realizada por uma doula de fim de vida, que utiliza práticas como rodas de conversa, escrita terapêutica, dinâmicas simbólicas e jogos reflexivos. Dentre os recursos, destacou-se a vivência com o jogo La Muerte Sobre La Mesa, inspirado no projeto chileno Humana Muerte, que proporcionou diálogos poéticos e filosóficos sobre o morrer, o cuidado e o sentido da existência. A partir dessas vivências, os agentes funerários deixaram de serem vistos apenas como executores de procedimentos técnicos, e passaram a ser reconhecidos como guardiões de passagens, facilitadores de ritos e presenças sensíveis em situações- limite. Os tanatopraxistas foram compreendidos como aqueles que, ao cuidar do corpo, oferecem o último gesto de dignidade e beleza, devolvendo humanidade ao que é, muitas vezes, ignorado pela pressa e pela dor. **Conclusão**: conclui-se que iniciativas de educação permanente com profissionais da morte são fundamentais para humanizar os serviços funerários, fortalecer vínculos institucionais e promover saúde emocional em equipes que, diariamente, tocam o invisível.

Palavras-chave: **PRÁTICAS MORTUÁRIAS; HUMANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS; ESPIRITUALIDADE**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/60389

DOULAS DE FIM DE VIDA NO BRASIL: ANÁLISE COMPARATIVA DE EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS EMERGENTES

GLENDA AGRA; KHÍVIA KISS DA SILVA BARBOSA; FRANCISCA MARINA DE SOUZA FREIRE FURTADO; TATIANA BARBIERE SANTANA

Introdução: A doulagem de fim de vida é uma prática emergente no Brasil, voltada ao cuidado emocional e espiritual de pessoas em processo de morte e seus familiares. Inspirada na atuação das doulas do parto, essa atividade vem ganhando espaço em contextos de cuidados paliativos, serviços funerários e espaços comunitários, buscando humanizar a travessia da morte por meio da escuta ativa, da presença compassiva e da valorização dos rituais de despedida. Apesar de seu crescimento, a formação dessas profissionais ainda carece de sistematização e reconhecimento oficial, o que torna necessária uma análise crítica das propostas atualmente ofertadas. **Objetivo**: apresentar uma análise comparativa dos cursos de formação em doulas de fim de vida disponíveis no Brasil, destacando características comuns e distintas quanto aos pré-requisitos, formato de ensino, carga horária, duração, eixos temáticos e fundamentos epistemológicos. **Metodologia**: Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter documental, baseada na leitura sistematizada de materiais institucionais, ementas, sites e publicações de quatro cursos existentes no Brasil. **Resultados**: os resultados mostraram que todos os cursos são considerados livres, apresentam fundamentação bibliográfica e abordagem transdisciplinar, com ênfase em tanatologia, espiritualidade laica, psicologia do luto e práticas simbólicas. As cargas horárias variam entre 66h e 270h, com formatos que combinam aulas telepresenciais, conteúdos gravados e dinâmicas práticas. Vale ressaltar que dos 04 cursos, apenas 02 incluem visitas técnias; somente 01 exige apresentação de trabalho de conclusão de curso; apenas 01 apresenta uma vivência imersiva; somente 01 apresenta um plano que articula teoria, prática e referencial fenomenológico, oferecendo também supervisão em hospital que apresenta ações paliativas. **Conclusão**: conclui-se que, apesar da consistência conceitual e ética dos cursos analisados, ainda há lacunas em termos de regulação, critérios de atuação e validação científica da prática. Recomenda-se maior aproximação com instituições acadêmicas, ampliação das oportunidades de estágio supervisionado e fortalecimento do reconhecimento público da profissão, garantindo legitimidade e segurança à atuação das doulas de fim de vida. Um avanço observado é a possibilidade de um curso ser caracterizado como capacitação a partir de extensão universitária, ou seja, visam aprimorar habilidades e conhecimentos na área específica com foco no desenvolvimento profissional.

Palavras-chave: **DOULAS DE FIM DE VIDA; FORMAÇÃO PROFISSIONAL; TANATOLOGIA; CUIDADOS PALIATIVOS; EDUCAÇÃO PARA A MORTE**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/60393

A TENDA DO CONTO COMO ESTRATÉGIA HUMANIZADORA EM CUIDADOS PALIATIVOS HOSPITALARES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

KHIVIA KISS DA SILVA BARBOSA; GLENDA AGRA; FRANCISCA MARINA DE SOUZA FREIRE FURTADO

RESUMO

A Tenda do Conto visa estabelecer vínculos e proporcionar acolhimento. Tem como prioridade a escuta, a possibilidades de reconhecimentos como sujeito de direito e promoção à saúde, no qual se possibilita troca e movimento de saberes, permeados por afeto e sensibilidade. Este trabalho objetiva relatar a experiência do uso da Tenda do Conto como estratégia de acolhimento a pacientes em Cuidados Paliativos e seus acompanhantes em um hospital público no município de Campina Grande - PB. Trata-se de um estudo descritivo, tipo relato de experiência que ocorreu no mês de novembro de 2024 e contou com aproximadamente 18 pessoas, entre discentes, docentes, pacientes e acompanhantes. Os participantes se apresentavam no centro da tenda e escolhiam seu objeto, narrando as memórias afetadas, compartilhando suas histórias e vivências, fortalecendo vínculos e promovendo a ressignificação de suas experiências. Os fragmentos das histórias versavam sobre os enfrentamentos e desafios diante do adoecimento e tratamento. Do mesmo modo, a não possibilidade de tratamento modificador da doença geraram muitas narrativas, tanto de resiliência, quanto de medo da morte. No contexto dos Cuidados Paliativos, a escuta sensível facilita a tradução de experiências subjetivas em recursos para a tomada de decisão, como sugerido pelo estudo bioética narrativa em unidade especializada, que destaca a ética narrativa como instrumento para auxiliar pacientes e famílias em momentos de fim de vida. A Tenda, portanto, atua como dispositivo ético, responsável por promover ressignificação e enfrentamento do sofrimento existencial. As práticas narrativas em saúde promovem sentidos de pertencimento, escuta coletiva e cuidado compartilhado, favorecendo o alívio emocional, o fortalecimento de vínculos e a humanização da assistência.

Palavras-chave: Escuta sensível; narrativas; extensão universitária.

1 INTRODUÇÃO

O processo de adoecimento e a hospitalização costuma exigir bastante da dinâmica familiar. A doença pode gerar causando crises entre os familiares, levando-os a fazer ajustes para lidarem com as mudanças na rotina e nas emoções que estão vivendo. Essa reorganização geralmente vem acompanhada de sofrimento e conflitos, pois muitos acabam se dedicando tanto ao cuidado do ente querido que deixam de lado suas próprias rotinas por um tempo, seja por um período curto ou mais longo.

Neste contexto, paciente e acompanhante ou familiar precisam lançar mão de estratégias de enfrentamento que favoreçam essa permanência no ambiente hospitalar (Silva, Albuquerque, Accioly, 2020).

A promoção da escuta sensível e da expressão narrativa em Cuidados Paliativos tem sido amplamente reconhecida como recurso essencial para o enfrentamento emocional de

DOI: 10.51161/iv-conpeds/60444

pacientes e familiares (Oliveira, 2021). Estudo de Ferreira e Garcia (2021) analisou narrativas de vida de pacientes oncológicos em Cuidados Paliativos, evidenciando que o registro poético das experiências individuais permite ressignificar o sofrimento e dar voz ao subjetivo. Já Teixeira *et al*. (2024), em suas análises das experiências de cuidadores, destacam as implicações físicas e emocionais do cuidado prolongado, reforçando a importância de estratégias que favoreçam a expressão e o compartilhamento sensível dessas histórias.

Pesquisa apontou que situações hospitalares de alta complexidade geram sentimentos intensos e demandam ações que promovam a escuta e o acolhimento dos sentidos expressos pelo outro (Beserra, Brito, 2024). Frente a esse cenário, a "Tenda do Conto" se propõe como um espaço simbólico de narração compartilhada, acolhimento sensível e ressignificação das experiências de adoecimento, mobilizando recursos narrativos para ampliar o cuidado integral em ambiente paliativo.

A Tenda do Conto, fundamentada na concepção das metodologias participativas, configura-se como uma prática integrativa de cuidado em saúde e intervenção psicossocial, que tem como base o processo grupal de narração de si. Essa vivência coletiva favorece a constituição de um "grupo-sujeito", no qual as experiências individuais são compartilhadas em um espaço simbólico de acolhimento e escuta. Trata-se de um ambiente vivo e sensível, que estimula a expressão de afetos e memórias por meio da palavra, do silêncio e da escuta ativa. Cada participante é convidado a levar um objeto pessoal que evoque uma lembrança significativa ou um momento marcante de sua trajetória, podendo também escolher um dos objetos previamente disponibilizados no espaço para construir sua narrativa a partir dele.

A escolha do objeto mobiliza dimensões éticas, estéticas e políticas, pois remete o participante à reflexão sobre vivências passadas ou presentes que deseja partilhar. A ambientação da Tenda é cuidadosamente preparada, assemelhando-se a uma sala de estar acolhedora, com uma cadeira central destinada ao narrador e uma mesa decorada com os objetos afetivos trazidos por participantes e coordenadores. Os sujeitos são acolhidos de forma atenta e respeitosa, sendo estimulados, sem imposição, a ocupar o espaço da palavra. Aquele que se sente à vontade assume o lugar de fala e compartilha sua história a partir do objeto que o afeta. Assim, a Tenda do Conto constitui um espaço de alteridade e circulação de saberes, promovendo vínculos e favorecendo a escuta sensível, a construção coletiva de sentidos e o cuidado compartilhado.

Trata-se de um estudo descritivo, tipo relato de experiência. Este trabalho objetiva relatar a experiência do uso da Tenda do Conto como estratégia de acolhimento a pacientes em Cuidados Paliativos e seus acompanhantes em um hospital público no município de Campina Grande - PB.

2 RELATO DE EXPERIÊNCIA

A Tenda do Conto foi organizada por um grupo de 4 discentes extensionistas em Cuidados Paliativos (sendo 2 de enfermagem, 1 psicologia e 1 de medicina), 2 docentes, uma enfermeira e um residente em psicologia, em um hospital universitário do município de Campina Grande, na Paraíba. Ocorreu no mês de novembro de 2024 e teve uma duração média de 2 horas.

A organização da Tenda aconteceu cuidadosamente para favorecer o acolhimento e o vínculo: o espaço foi organizado com elementos sensoriais e simbólicos que se encontravam com os pacientes e seus respectivos acompanhantes (terços, bíblias, fotos, cartas, resultados de exames), e outros foram levados pelos extensionistas (xícara, imagem sacras, vaso com flores), e ofertados em cima de uma mesa para que os participantes escolhessem, criando uma atmosfera semelhante à de uma sala de visitas.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/60444

Além dos discentes e docentes, participaram da Tenda, 10 pessoas, entre pacientes em Cuidados Paliativos e acompanhantes. Nesse cenário, cada participante foi acolhido com atenção e escuta, sendo estimulado a narrar uma história a partir do objeto que o afetava, fosse algo que remetesse ao passado ou a experiências do presente.

Os participantes se apresentavam no centro da tenda e escolhiam seu objeto, narrando as memórias afetadas, quando podem compartilhar suas histórias e vivências, fortalecendo vínculos e promovendo a ressignificação de suas experiências.

Os fragmentos das histórias versavam sobre os enfrentamentos e desafios diante do adoecimento e tratamento. Do mesmo modo, a não possibilidade de tratamento modificador da doença geraram muitas narrativas, tanto de resiliência, quanto de medo da morte.

3 DISCUSSÃO

No campo dos Cuidados Paliativos, tais abordagens vêm sendo valorizadas por sua capacidade de integrar dimensões subjetivas, espirituais e relacionais no processo de cuidado, muitas vezes negligenciadas nas práticas biomédicas tradicionais (Cunha, Gomes, 2023). A Tenda do Conto, nesse sentido, se consolida como uma estratégia psicossocial potente, pois promove não apenas o cuidado ao sofrimento, mas também o reconhecimento do outro como sujeito de memória, afeto e história.

A utilização da Tenda do Conto no contexto hospitalar sublinha a aplicabilidade dessa prática para promover qualidade de vida e autonomia entre pacientes e profissionais de saúde, favorecendo desenvolvimento de vínculos e expressões afetivas. No relato hospitalar em questão, esse processo ocorreu, evidenciando como narrativas emergentes que permitiram a reafirmação da história de vida e reconhecimento mútuo entre participantes, docentes e discentes, reforçando seu caráter de tecnologia leve de cuidado, sensível à subjetividade. No contexto paliativo, esse caráter participativo se intensifica, pois a partilha de objetos e narrativas pelos pacientes e acompanhantes mobiliza saberes e experiências de vida, numa prática dialogal que favorece a construção de coletividade, sentido e pertencimento em momentos de vulnerabilidade.

A presença de elementos sensoriais e simbólicos na Tenda do Conto – como fotos, cartas e objetos religiosos – reforça o conceito de "dor total" descrito por Saunders e assimilado na bioética narrativa brasileira, segundo Cunha e Gomes (2023), que destacam a importância de acolher não apenas o sofrimento físico do paciente, mas também seus aspectos psicológicos, sociais e espirituais (Manchola *et al,* 2016). A Tenda do Conto incorporou esses elementos de modo orgânico: fotos de entes queridos, objetos religiosos e memórias tratadas em grupo favoreceram o reconhecimento da espiritualidade, da rede afetiva e do significado simbólico do adoecimento e da morte, contribuindo para a construção de sentido coletivo e espiritual durante a experiência paliativa.

A Tenda, ao oferecer espaço para tais dimensões, contribui com uma abordagem integral que valoriza o indivíduo de forma plena. O cuidado com a ambientação, a mesa com objetos, a cadeira central, o ambiente acolhedor encontra ressonância nas "tecnologias leves de cuidado" descritas por Araújo *et al*. (2022) que apontam para o fortalecimento de vínculos, autonomia e afetividade em grupos de idosos por meio da Tenda do Conto. Esses achados sustentam a proposta de que a Tenda fomenta empoderamento e protagonismo dos participantes.

A escolha voluntária do objeto que evoca memória afetiva reforça a dimensão hermenêutica do cuidar narrativo, como relatado por narrativas de sofrimento em cuidadores (Coelho, Ferreira, 2015), nas quais o sujeito dá sentido às suas experiências ao compartilhar sua história. Na prática do relato, esse momento de escolha enfrenta o silêncio e mobiliza sensibilidade ao permitir que cada pessoa dê visibilidade à sua narrativa de vida.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/60444

Os laços formados entre participantes, extensionistas, pacientes e familiares ecoam os resultados da Tenda do Conto na atenção hospitalar, que demonstram a reconstrução de redes de afetos e o fortalecimento de relações horizontais, com escuta ativa e partilha sensível. Esse impacto relacional reforça o caráter comunitário e integrativo da prática.

No contexto dos Cuidados Paliativos, a escuta sensível facilita a tradução de experiências subjetivas em recursos para a tomada de decisão, como sugerido pelo estudo bioética narrativa em unidade especializada, que destaca a ética narrativa como instrumento para auxiliar pacientes e famílias em momentos de fim de vida. A Tenda, portanto, atua como dispositivo ético, responsável por promover ressignificação e enfrentamento do sofrimento existencial.

A duração prolongada (duas horas) permitiu momentos de silêncio, fala e escuta profunda, ampliando a dimensão ética do cuidado. Esse encontro prolongado encontra ecos na discussão de Manchola *et al* (2026) que enfatizam que o cuidado deve se manifestar não apenas em atos rápidos, mas em presença atenta e responsiva, capaz de perceber gestos, silêncios, olhares.

4 CONCLUSÃO

A práticas narrativas em saúde promovem sentidos de pertencimento, escuta coletiva e cuidado compartilhado, favorecem o alívio emocional, o fortalecimento de vínculos e a humanização da assistência.

A participação conjunta de discentes, docentes, pacientes e acompanhantes evidencia a potência da pedagogia da escuta. A articulação prática e formativa da Tenda do Conto respalda a constatação de que narrativas em Cuidados Paliativos são capazes de promover humanização e cuidado compartilhado, abrindo espaços de aprendizagem transformadora para os futuros profissionais de saúde.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, E. M. de *et al*. **Tenda do Conto como tecnologia leve de cuidado em saúde: relato de experiência**. Anais do IX CIEH, Realize Editora, 2022.

BESERRA, V. S. BRITO, C. Situações difíceis e sentimentos no cuidado paliativo oncológico. **Cadernos de Saúde Pública [online]**. v. 40, n. 1, 2024.

COELHO, M. E. DE M.; FERREIRA, A. C. Cuidados Paliativos: narrativas do sofrimento na escuta do outro. **Revista Bioética**, v. 23, n. 2, p. 340–348, maio 2015.

CUIDADOS PALIATIVOS: narrativas do sofrimento na escuta do outro. **Rev. bioét.(Impr.).** [Internet]. 23º de julho de 2015 [citado 6º de julho de 2025];23(2).

CUNHA, G. H., GOMES, A. M. T. Cuidado paliativo: aspectos subjetivos e espirituais na atenção ao sofrimento. **Saúde em Debate**, 47(136), 108–121, 2023.

FERREIRA, J. C. M.; GARCIA, R. R. Narrativas de vida de pacientes oncológicos sob Cuidados Paliativos: o olhar das peças poéticas. **Research, Society and Development,** 10(11), 2021.

MANCHOLA, C. et *al*. Cuidados Paliativos, espiritualidade e bioética narrativa em unidade de saúde especializada. **Revista Bioética**, v. 24, n. 1, p. 165–175, jan. 2016.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/60444

OLIVEIRA, L. C. de. Pesquisa em Cuidado Paliativo no Brasil. **Revista Brasileira de Cancerologia**, 67(3):e-031934, 2021.

TEIXEIRA, J. S. S. *et al*. "Vivendo a vida deles": Narrativas de cuidadores de pacientes oncológicos em Cuidados Paliativos. **Mosaico: Estudos em Psicologia**, 12(1). 2024.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/60444

EFICÁCIA DA AROMATERAPIA NO CONTROLE DE NÁUSEAS E VÔMITOS EM GESTANTES: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

LETÍCIA ARAÚJO FERREIRA PASSOS

RESUMO

A prática baseada em evidências é um princípio essencial que orienta as decisões clínicas nos diversos campos da saúde. Para que essa prática seja eficaz e segura, é fundamental a realização de pesquisas científicas com diferentes abordagens metodológicas que comprovem, com rigor, a eficácia ou ineficácia de determinadas intervenções. Essas evidências são fundamentais para guiar a conduta dos profissionais e garantir a segurança dos pacientes. No contexto da gestação, que é um período caracterizado por intensas mudanças fisiológicas e hormonais, diversos sintomas podem surgir, sendo as náuseas e os vômitos especialmente comuns, sobretudo no primeiro trimestre. Esses sintomas, além de frequentes, podem impactar significativamente a qualidade de vida das gestantes.Diante disso, muitas mulheres demonstram receio em utilizar medicamentos convencionais durante a gestação, principalmente por medo dos possíveis efeitos adversos que possam comprometer a saúde do feto. Nesse cenário, ganham destaque as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), como a aromaterapia, que se propõe a aliviar sintomas por meio da inalação ou aplicação de óleos essenciais de origem natural. Entre os óleos tradicionalmente utilizados para amenizar náuseas e vômitos na gestação, destacam-se os de limão (Citrus limon), cardamomo (Elettaria cardamomum (L.) Maton) e hortelã-pimenta (Mentha piperita).Com o objetivo de avaliar a eficácia dessa prática, foi realizada uma revisão bibliográfica em bases como PubMed, BVS e SciELO. Os estudos clínicos randomizados incluídos demonstraram que os óleos essenciais de limão siciliano e cardamomo foram eficazes na redução dos sintomas. Por outro lado, o óleo de hortelã-pimenta não apresentou melhora estatisticamente significativa quando comparado ao grupo placebo. Esses achados contribuem para fortalecer a tomada de decisão baseada em evidências no cuidado à gestante.

Palavras-chave: Óleos essenciais; gravidez; êmese

1 INTRODUÇÃO

O período gestacional é marcado por mudanças biológicas, somáticas, psicológicas e sociais. (Piccinini *et al*, 2008). Devido às mudanças fisiológicas, certos sintomas são comuns durante esse período. Alguns dos sintomas que destacam-se são náuseas e vômitos. (Costa, 2022)

O sintoma da náusea se caracteriza pela sensação de desejo de vomitar, frequentemente acompanhada por sudorese, hipotonia gástrica, refluxo do conteúdo intestinal para o estômago e sialorréia, enquanto que o vômito ou êmese se define pela expulsão do conteúdo gástrico pela boca. Essa condição não difere em grávidas ou não-grávidas, no entanto, em se tratando de grávidas, a causa não é por uma doença de base. (Duarte *et al*, 2018) A náusea na gravidez

DOI: 10.51161/iv-conpeds/60463

(NVG) está presente em cerca de 85% das gestantes, sendo que a êmese pode ser de diversos graus. Normalmente, em torno de 90% dos casos, as náuseas tendem a prevalecer até a 20ª semana de gestação e a partir disso começam a diminuir progressivamente. Porém, esses sintomas afetam negativamente a qualidade de vida da mulher grávida, dificultando relações conjugais e sociais, além de dificultar a execução de atividades de vida diária. (Duarte *et al*, 2018)

Muitas mulheres, com medo dos efeitos de drogas alopáticas no feto, recorrem a alternativas não-farmacológicas para tratar essa condição. Todavia, é fundamental estabelecer padrões de segurança no uso destas práticas e compreender os mecanismos de ação desses recursos. (Costa, 2022)

A aromaterapia faz parte das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), que são recursos de baixo custo e fácil acesso que podem atuar de forma complementar à medicina alopática, diminuindo efeitos colaterais indesejados. Esta prática utiliza óleos essenciais aplicados principalmente por meio das vias cutânea, inalatória ou oral. Dentre os óleos essenciais mais utilizados para náuseas e vômitos, alguns que sobressaem são : cardamomo, limão siciliano e hortelã-pimenta.

O cardamomo (Elleteria Cardamomum (L.) Maton) cresce no sul da Índia e é conhecido como “rainha dos temperos”. É um dos temperos mais antigos do mundo, utilizado popularmente na culinária ou como remédio natural devido às suas propriedades antibacterianas. O seu óleo essencial é composto de 1,8 cineol, a-terpineol acetato, entre outros.(NOUMI et al, 2018). Em estudos com ratos, o óleo essencial de cardamomo apresentou efeito protetor do trato gastrointestinal em lesões induzidas por etanol e aspirina. (Battaglia. 2019)

O 1,8 cineol é um monoterpeno oxigenado que apresenta diversos efeitos benéficos à saúde. Ele é utilizado clinicamente para doenças do trato respiratório, além de também ser usado em úlceras pépticas, diarréia, diabetes mellitus, doenças cardíacas, depressão, entre outros. (Hoch *et al,* 2023)

O óleo essencial de limão (Citrus Limon) pertence à família Rutaceae, a qual consiste de aproximadamente 150 gêneros e 1.600 espécies. As espécies do gênero Citrus são ricas em flavonóides, óleos voláteis, cumarinas e pectinas.(Campelo *et al*., 2013)

“O constituinte mais abundante encontrado nas folhas de Citrus limon foi o limoneno, assim como descrito na literatura para outras espécies de Citrus (Tu, 2002). Em seguida obtiveram-se limoneno (52,77%), acetato de geraniol (9,92%), trans-óxido limoneno (7,13%), Neral (6,85%), Geraniol (5,49%), Nerol (4,04%), Citronelol (2,77%), cis-óxido limoneno (2,68%) e Linalol (1,73%). Todos estes compostos são citados na literatura como fazendo parte da constituição química de outras espécies de Citrus (Jahn & Günzel, 1997; Gonzalez-Molina et al., 2010). “ (Campelo *et al*., 2013)

D-limoneno é um monoterpeno encontrado em muitas frutas cítricas, como laranja, limão e toranja É considerado de baixa toxicidade pelo Code of Federal Regulations. Ele vem sendo usado clinicamente para dissolver cálculos biliares ricos em colesterol. Além disso, tem efeito neutralizador do ácido gástrico e promove o peristaltismo, sendo utilizado no combate à azia. (Sun, 2007).

A hortelã-pimenta (Mentha piperita L.) da família Labiatae é utilizada tradicionalmente por suas propriedades antissépticas, estimulante e carminativa. (Mahboubi & Kazempour, 2014)

“Quarenta e três componentes foram identificados no óleo de hortelã-pimenta totalizando 99.8% do óleo. Mentol (36,9%), mentona (28,8%) e acetato de metila (4,5%) foram os principais componentes do óleo de hortelã-pimenta, seguido de carvona (3,8%), neomentol (3,8%), 1,8 cineol (3,8%) e limoneno (3,29%). “ (Mahboubi & Kazempour, 2014)

DOI: 10.51161/iv-conpeds/60463

Além disso, o óleo essencial de hortelã-pimenta é um dos óleos que pode tratar ou amenizar os sintomas da síndrome do cólon irritado ou até indisposições gastrointestinais. (Kharysh, 2020). Este óleo é usado para espasmos, cólicas, dor de cabeça, indigestão, náusea e flatulência. (Jafarimanesh, 2020).

Para além do uso tradicional e levando em consideração a prática baseada em evidências, a aromaterapia seria eficaz no controle de náuseas e vômitos em gestantes?

2 MATERIAL E MÉTODOS

A revisão sistemática se caracteriza por um estudo que busca reunir informações de outros estudos primários. Ademais, ela visa responder a uma pergunta por meio de métodos sistemáticos. Os métodos de metanálise podem ou não ser incluídos nos resultados da pesquisa. (CORDEIRO, 2007)

Foram selecionados artigos na plataforma PUBMED, BVD Saúde e SCIELO dos anos de 2019 a 2025. Foram inseridos os descritores em português e inglês “aromatherapy and pregnancy”, que gerou um retorno de 147 artigos (147 no PubMED, 0 no BVD Saúde, e 0 no SCIELO). Após isso, adicionamos o descritor “náusea”, o que reduziu o número de artigos para 18. Em seguida, foram excluídos aqueles de revisão sistemática, restando 3 artigos. A pergunta de pesquisa foi elaborada de acordo com a estratégia Pico.

A Prática Baseada em Evidências estabelece estratégias para avaliar a qualidade dos estudos. Uma dessas estratégias é chamada de PICO, que concentra-se na etapa inicial da PBE, a identificação de evidências, o que exige uma construção adequada da pergunta de pesquisa e busca bibliográfica. PICO é um acrônimo para Paciente, Intervenção, Comparação e Outcomes (desfecho) e eles orientam a construção da pergunta para a busca bibliográfica de evidências.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em um estudo randomizado, duplo-cego, controlado por placebo, 56 gestantes com sintomas de NVG leve a moderado entre 6 a 20 semanas de gestação foram selecionadas e aleatoriamente divididas em dois grupos com números iguais: grupo hortelã-pimenta(n=28) e grupo placebo (n=28). O óleo essencial foi inalado por 4 dias consecutivos e ao final de cada dia elas responderam o Pregnancy Unique Quantification of Emesis/Nausea questionnaire (PUQE). Apesar dos sintomas terem diminuído, não houve uma diferença significativa entre o grupo onde houve a intervenção e o grupo placebo. (Joulaeerad *et al*, 2018). Alguns motivos para isso são a baixa quantidade de 1,8 cineol, uma substância utilizada como protetora do sistema digestório ou o tempo de intervenção ter sido razoavelmente baixo, no entanto, não foi encontrado na literatura um período mínimo para a intervenção com aromaterapia.

Outro estudo, também randomizado e duplo-cego, avaliou os efeitos do óleo de menta para alívio de náuseas e vômitos em 60 gestantes. As pacientes foram aleatoriamente divididas em dois grupos: o grupo menta e o grupo controle. Durante quatro noites consecutivas, as pacientes recebiam um bowel com água e quatro gotas de óleo essencial de menta (grupo menta) ou quatro gotas de soro fisiológico (grupo controle). Foi aplicado o Visual Analog Scale (VAS) para aferir a intensidade dos sintomas 7 dias antes, durante os quatro dias de intervenção e 7 dias depois.Não houve diferença entre os dois grupos sete dias antes da intervenção. Durante os 4 dias houve uma melhora no quadro das pacientes no grupo menta, especialmente na quarta noite. Após 7 dias, houve uma redução dos sintomas no grupo menta, porém não foi estatisticamente importante comparado com o grupo controle.(Pasha *et al*, 2012). Supõe-se que esta ação seja devido ao limoneno, um dos componentes presentes neste óleo.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/60463

Outra pesquisa, desta vez com óleo essencial de limão, avaliou os efeitos da inalação deste óleo para melhorar o quadro de náuseas e vômitos em gestantes. O estudo foi randomizado, duplo-cego e controlado e avaliou a eficácia da inalação do óleo essencial de limão para tratar náuseas e vômitos intra e pós-operatório de mães que passaram por anestesia espinhal em cesarianas eletivas. Setenta mulheres foram divididas aleatoriamente em dois grupos de igual número: grupo intervenção e grupo placebo. Foi aplicado o Visual Analogue Scale (VAS) para medir a severidade dos sintomas. Ao primeiro episódio de náusea, as participantes inalaram através de uma sacola plástica, gazes destiladas com soro fisiológico ou soro fisiológico com óleo essencial de cardamomo. Após a intervenção, os sintomas dos dois grupo decresceu, porém foi mais notável no grupo de intervenção e administração de medicações antieméticas no grupo que inalou o óleo essencial de cardamomo foi menor. Portanto, o óleo essencial de cardamomo foi efetivo no alívio das náuseas e vômitos nessas pacientes. (Khatiban, 2022). Possivelmente, esse efeito benéfico observado é justificado pelo 1,8cineol presente em grande quantidade no óleo essencial de cardamomo.

4 CONCLUSÃO

A aromaterapia é uma Prática Integrativa e Complementar em Saúde (PICS), acessível e de baixo custo. Tradicionalmente, os óleos essenciais de cardamomo, limão e hortelã-pimenta são utilizados para tratar náuseas e vômitos, sintomas muito comuns no primeiro trimestre da gestação. Por meio dessa pesquisa, foi possível verificar que a aromaterapia pode ser utilizada de forma eficaz no controle de náuseas e vômitos em gestantes, contanto que a seleção dos óleos seja feita com base em evidências científicas. Os óleos essenciais de limão e cardamomo se mostraram favoráveis para este objetivo. Todavia, o óleo essencial de hortelã-pimenta não apresentou uma melhora significativa nas pesquisas abordadas neste presente trabalho.

O uso adequado desta técnica diminuiu a quantidade de medicações antieméticas administradas nas gestantes que sofriam de náuseas e vômitos, o que indica vantagens econômicas com a aplicação deste recurso já que é de baixo custo. Além disso, é importante salientar que não foram relatados efeitos adversos nos participantes. Porém, é necessário conduzir mais pesquisas para delimitar qual o tempo mínimo de intervenção para obter melhores resultados com a aromaterapia, quais os critérios de segurança e os mecanismos de ação dos óleos essenciais.

REFERÊNCIAS

BATTAGLIA, Salvatore. **Essential oil monograph:** *Cardamomo*, 2019. Disponível em: https://salvatorebattaglia.com.au/images/pdf/A4_Monograph_Cardamom.pdf. Acesso em: 7 jul. 2025.

CAMPELO, L. M. L. et al. Constituintes químicos e estudos toxicológicos do óleo essencial extraído das folhas de *Citrus limon* Burn (Rutaceae). ***Revista Brasileira de Plantas Medicinais*****,** Campinas, v. 15, n. 4, supl. I, p. 708–716, 2013.

CORDEIRO, Alexander Magno; OLIVEIRA, Glória Maria de; RENTERÍA, Juan Miguel. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Comunicação Narrativa,** 2007.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/60463

DUARTE, Geraldo et al. **Êmese da gravidez. São Paulo: Federação das Associações Brasileiras de Ginecologia e Obstetrícia** (FEBRASGO), 2018. (Série Orientações e Recomendações FEBRASGO, n. 2/Comissão Nacional Especializada em Assistência Pré-natal).

HOCH, Cosima C. et al. 1,8-cineole (eucalyptol): A versatile phytochemical with therapeutic applications across multiple diseases. **Biomedicine & Pharmacotherapy**, v. 167, 115467, nov. 2023.

JAFARIMANESH, Hadi et al. The effect of peppermint (*Mentha piperita*) extract on the severity of nausea, vomiting and anorexia in patients with breast cancer undergoing chemotherapy: a randomized controlled trial. **Integrative Cancer Therapies,** v. 19, 2020.

JOULAEERAD, Narges et al. Effect of aromatherapy with peppermint oil on the severity of nausea and vomiting in pregnancy: a single-blind, randomized, placebo-controlled trial. **Journal of Reproduction & Infertility**, v. 19, n. 1, p. 32–38, jan./mar. 2018.

KHARYSH, Liliia**. Atividade biológica dos óleos essenciais, sua aplicação e potencialidades: óleo essencial *Mentha x piperita*** L. 2020. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Farmácia, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2020.

KHATIBAN, Mahnaz et al. Effect of cardamom inhalation therapy on intra-and postoperative nausea and vomiting of mothers undergoing spinal anesthesia for elective cesarean section. **Journal of Perianesthesia Nursing,** 2022.

KIA, Parisa Yavari et al. The effect of lemon inhalation aromatherapy on nausea and vomiting of pregnancy: a double-blinded, randomized, controlled clinical trial. ***Iranian Red Crescent Medical Journal*****,** 2014.

MAHBOUBI, Mohaddese; KAZEMPOUR, Nastaran. Chemical composition and antimicrobial activity of peppermint (*Mentha piperita* L.) essential oil**. Songklanakarin Journal of Science and Technology,** 2014.

MAGNO CORDEIRO, Alexander et al. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. *Comunicação Narrativa*, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rcbc/a/CC6NRNtP3dKLgLPwcgmV6Gf/?lang=pt. Acesso em: 7 jul. 2025.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/60463

NASSIF, M. S. et al. Integrative and complementary practices to control nausea and vomiting in pregnant women: a systematic review. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 56, e20210515, 2022.

NOUMI, Emira et al. Chemical and biological evaluation of essential oils from cardamom species. ***Molecules*****,** 2018.

PASHA, Hajar et al**.** Study of the effect of mint oil on nausea and vomiting during pregnancy. **Journal of Perianesthesia Nursing**, 2022.

PICCININI, Cesar Augusto et al. Gestação e a constituição da maternidade. ***Psicologia em Estudo*****,** v. 13, mar. 2008..

SANTOS, Mamédio da Costa; PIMENTA, Cristina Andrucioli de Mattos; NOBRE, Moacyr Roberto Cuce. A estratégia PICO para a construção da pergunta de pesquisa e busca de evidências. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 15, n. 3, p. 508–511, maio/jun. 2007.

SUN, J. Limonene: safety and clinical applications. **Alternative Medicine Review,** v. 12, n. 3, p. 259–264, set. 2007.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/60463

“LEMBRE DE MIM, HOJE TENHO QUE PARTIR...”: EXPERIÊNCIAS DE MULHERES ENLUTADAS SOBRE ASSISTÊNCIA AO LUTO

OLAVO MAURICIO DE SOUZA NETO; GLENDA AGRA; LAYONEL PEREIRA DA SILVA

Introdução: O luto experienciado pela mãe de um natimorto é considerado muito difícil, uma vez que além da perda do filho, tem-se a perda do projeto idealizado e todas as expectativas criadas no entorno daquele bebê tão esperado e idealizado. Nesse sentido, estas mulheres necessitam de uma rede de apoio ao luto. **Objetivo:** analisar as experiências das mulheres em luto perinatal quanto à assistência percebida pela rede de saúde. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa realizada com mulheres em luto por perdas gestacionais e/ou neonatais, com idade igual ou maior que 18 anos, atendidas pela Rede de Atenção à Saúde de Taiobeiras – MG, durante o período de maio de 2023 a maio de 2024. Para as entrevistas foi utilizado roteiro semiestruturado. As entrevistas foram realizadas em um ambiente privado, com a anuência e agendamento prévio com as mulheres, nas UBS e no hospital municipal, com duração de, aproximadamente, 30 minutos. Para o recorte da amostra foi utilizado o critério de saturação. Ao final, as entrevistas foram transcritas na íntegra, validadas pelas participantes, e o *corpus* textual foi rodado no *software* IRaMuTeQ®. A análise de dados foi realizada por meio da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e Árvore de similitude do *software*. **Resultados:** participaram da pesquisa 10 mulheres, com idade entre 21 e 47 anos. A análise do *corpus* textual obtido da transcrição das respostas das mulheres obteve 88,32% dos 197 segmentos de textos que serviu como base para o desenvolvimento da CHD. A partir da análise das palavras contidas em cada classe, foi possível elaborar três categorias temáticas: 1) Insatisfação de mulheres que sofreram perda gestacional na divisão do espaço com mulheres que estavam em trabalho de parto; 2) Acessibilidade das usuárias nos serviços de saúde na atenção especializada, e 3) Percepção das mulheres na assistência recebida dentro da Rede de Atenção à Saúde. **Conclusão:** as participantes ressaltaram insatisfação quanto ao compartilhamento do mesmo ambiente onde as mães de recém-nascidos vivos estavam internas e também à dificuldade do acesso à rede, todavia, quando atendidas pelos profissionais, destacaram acolhimento respeitoso e compassivo.

Palavras-chave: **ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE; MORTE PERINATAL; ASSISTENCIA INTEGRAL À SAÚDE**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/60489

PSICOBIOLOGIA DA APRENDIZAGEM SOCIOEMOCIONAL: O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO NA EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL E PLASTICIDADE CEREBRAL EM CONTEXTOS ESCOLARES

FERNANDO PEREIRA DOS SANTOS BARBOSA

RESUMO

Este estudo aborda a psicobiologia da aprendizagem socioemocional, com foco no papel estratégico do psicopedagogo na educação em saúde para promoção da saúde mental e da plasticidade cerebral em contextos escolares. Fundamentado em teorias contemporâneas da neurociência, da psicologia e da educação, o trabalho destaca como a atuação psicopedagógica contribui significativamente para o desenvolvimento integral dos estudantes, ao integrar dimensões emocionais, cognitivas e sociais da aprendizagem. A metodologia adotada foi uma revisão integrativa da literatura, com análise de fontes científicas nacionais e internacionais publicadas entre 2015 e 2025, além da exploração de um estudo de caso em escola pública de ensino fundamental. Os resultados evidenciam a importância da neuroplasticidade como mecanismo essencial para a aprendizagem e o desenvolvimento socioemocional, sobretudo durante a infância e adolescência. Destaca-se a relevância de práticas psicopedagógicas baseadas em evidências, como programas de regulação emocional, mindfulness e dinâmicas grupais, que promovem ganhos no desempenho acadêmico e no bem-estar psicológico dos estudantes. A atuação do psicopedagogo se revela essencial na mediação entre as neurociências e as práticas educativas, contribuindo para ambientes escolares mais saudáveis, afetivamente seguros e inclusivos. O estudo aponta ainda a necessidade de políticas públicas que incorporem a saúde mental e a aprendizagem socioemocional ao currículo escolar, bem como de investimentos em formação continuada para profissionais da educação. Conclui-se que a interface entre psicobiologia, educação em saúde e psicopedagogia representa uma via promissora para a construção de práticas escolares inovadoras e humanizadas, capazes de favorecer o desenvolvimento biopsicossocial dos alunos e transformar o contexto educacional.

Palavras-chave: Aprendizagem; Escola; Desenvolvimento.

1 INTRODUÇÃO

A aprendizagem socioemocional tem sido reconhecida como um componente essencial para o desenvolvimento integral do indivíduo, especialmente no contexto escolar, onde fatores emocionais e cognitivos se entrelaçam para promover o sucesso acadêmico e o bem-estar (Freitas & Marin, 2022). A psicobiologia, campo que investiga as bases biológicas do comportamento, oferece fundamentos teóricos importantes para compreender como o cérebro responde às experiências emocionais e sociais, influenciando diretamente os processos de aprendizagem (Kandel, 1976; Pinel & Barnes, 2017). Nesse cenário, a plasticidade cerebral — a capacidade do sistema nervoso de se reorganizar em resposta a estímulos ambientais — destaca-se como um mecanismo fundamental para a adaptação e o desenvolvimento das

DOI: 10.51161/iv-conpeds/61015

habilidades socioemocionais (Farias, Silva, 2021; Santos & Araújo, 2020). Essa neuroplasticidade possibilita que intervenções pedagógicas e psicopedagógicas tenham efeito duradouro no funcionamento cerebral, especialmente durante a infância e a adolescência, fases críticas para o desenvolvimento neural e emocional (Mello & Figueira, 2010). O psicopedagogo, enquanto profissional que articula conhecimentos da psicologia, educação e neurociências, assume um papel inovador e estratégico na educação em saúde mental dentro das escolas (Barbosa, 2024a). Sua atuação não se limita à intervenção diante das dificuldades de aprendizagem, mas se expande para a promoção preventiva da saúde mental, estimulando competências socioemocionais que favorecem a resiliência e o equilíbrio psicológico dos estudantes (Barbosa, 2024b). Segundo Barbosa (2022), a formação psicopedagógica contemporânea deve incorporar essas abordagens interdisciplinares para responder às demandas complexas da educação do século XXI. Além disso, a integração entre práticas educativas e saúde mental é vista como uma via imprescindível para superar desafios como o estresse escolar, a ansiedade e outras questões que afetam o desempenho e a qualidade de vida dos alunos (Bassols et al., 2003; Alves & Aerts, 2007). Nesse contexto, a educação em saúde, promovida por meio de estratégias pedagógicas adequadas, contribui para a construção de ambientes escolares acolhedores e inclusivos, capazes de fomentar o desenvolvimento biopsicossocial do indivíduo (Saupe et al., 2005; Vasconcelos, 1999). Portanto, este trabalho tem como objetivo analisar a psicobiologia da aprendizagem socioemocional e evidenciar o papel do psicopedagogo na promoção da saúde mental e da plasticidade cerebral em contextos escolares, ressaltando suas contribuições para a educação em saúde e o desenvolvimento integral dos estudantes.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa do tipo revisão integrativa da literatura, cujo objetivo foi reunir, analisar e sintetizar conhecimentos científicos contemporâneos acerca da psicobiologia da aprendizagem socioemocional, com ênfase na plasticidade cerebral e na atuação do psicopedagogo em contextos escolares voltados à promoção da saúde mental. Para a seleção do corpus bibliográfico, foram realizadas buscas sistemáticas nas principais bases de dados acadêmicas, incluindo SciELO, PubMed, PsycINFO, Web of Science e Google Scholar, entre os meses de abril e maio de 2025. Os critérios de busca utilizaram descritores e seus correspondentes em inglês, tais como: “psychobiology of learning”, “neuroplasticity”, “socioemotional learning”, “mental health promotion in schools” e “psychopedagogy in health education”. Foram considerados para análise estudos publicados nos últimos dez anos (2015-2025), priorizando artigos científicos revisados por pares, livros acadêmicos e documentos institucionais reconhecidos internacionalmente. Estudos que abordassem a interface entre neurociências e educação, especialmente aqueles que discutem estratégias pedagógicas para o desenvolvimento socioemocional e a plasticidade cerebral, foram incluídos no corpus. A metodologia de análise adotou a técnica de revisão integrativa, permitindo a identificação de padrões, convergências e lacunas teóricas no tema, conforme proposta metodológica de Whittemore e Knafl (2005). Esta abordagem possibilitou a construção de uma compreensão crítica e abrangente sobre o papel do psicopedagogo na educação em saúde mental e neurodesenvolvimento em ambientes escolares. Complementarmente, foi conduzida a análise exploratória de um estudo de caso descritivo, realizado em uma escola pública de ensino fundamental, em que o psicopedagogo implementou um programa de aprendizagem socioemocional baseado em princípios da neuroplasticidade. Tal estudo de caso foi analisado segundo os critérios de rigor metodológico preconizados por

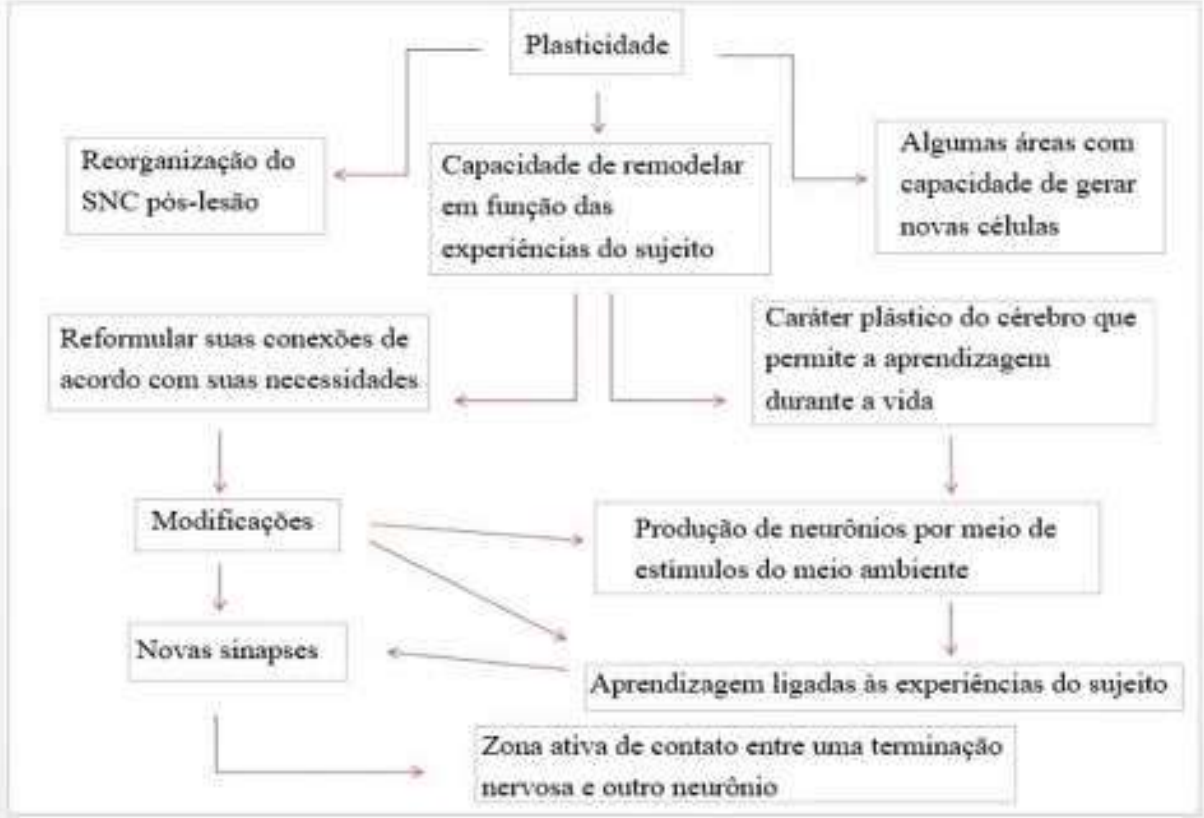
DOI: 10.51161/iv-conpeds/61015

Yin (2018), visando ilustrar a aplicabilidade prática dos conceitos teóricos. O procedimento de coleta e análise dos dados envolveu etapas de leitura crítica, categorização temática e síntese interpretativa, assegurando a validade e a confiabilidade dos resultados apresentados.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise integrativa da literatura que teve como objetivo analisar a psicobiologia da aprendizagem socioemocional, destacando o papel do psicopedagogo na educação em saúde para a promoção da saúde mental e da plasticidade cerebral em contextos escolares.

Figura1: Mapa Mental Sobre Esquema da Plasticidade Cerebral.



Fonte: Retirada do site https://www.canva.com/pt_br/mapas-mentais/modelos/, acesso em 06 de maio de 2025.

Conforme ilustrado no mapa mental da Figura 1 evidenciou-se que a plasticidade cerebral constitui um mecanismo neurobiológico essencial para a aprendizagem, capaz de adaptar as conexões neuronais em resposta a estímulos ambientais, experiências emocionais e práticas educativas. Estudos de autor renomados, como Doidge (2007) e Merzenich (2013), ressaltam que a plasticidade neural é especialmente significativa durante a infância e adolescência, fases cruciais para o desenvolvimento socioemocional e cognitivo. No contexto escolar, a promoção da aprendizagem socioemocional está intrinsecamente ligada ao estímulo de ambientes afetivamente seguros e enriquecidos, que favorecem a autorregulação emocional, o desenvolvimento da empatia e a resiliência, competências que segundo CASEL (2020) são fundamentais para o sucesso acadêmico e a saúde mental dos estudantes.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/61015

Figura 2: Esquema Ilustrativo da Atuação do Psicopedagogo em Saúde e Educação.

Fonte: Retirada do site https://www.canva.com/pt_br/mapas-mentais/modelos/, acesso em 06 de maio de 2025.

Na Figura 2, observa-se, a partir da revisão, que o psicopedagogo emerge como um agente inovador e estratégico dentro das equipes escolares, cuja atuação se diferencia por integrar conhecimentos das neurociências, psicologia e educação. Ao desenvolver intervenções fundamentadas na plasticidade cerebral, o psicopedagogo contribui para a promoção de processos do neurodesenvolvimento que potencializam a aprendizagem e a saúde mental, conforme apontado em estudos recentes de Silva et al. (2022) e Martins & Pereira (2021). Ademais, o trabalho interdisciplinar revela-se imprescindível para a efetividade das ações psicopedagógicas, destacando-se a necessidade de articulação com psicólogos, pedagogos, fonoaudiólogos, educadores físicos e demais profissionais da saúde escolar, o que corrobora com a abordagem sistêmica de Bronfenbrenner (1979), que valoriza as múltiplas influências contextuais no desenvolvimento do indivíduo.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/61015

Figura 3: Ferramentas de Avaliação e Intervenção do Psicopedagogo.

Fonte: Retirada do site https://www.canva.com/pt_br/mapas-mentais/modelos/, acesso em 06 de maio de 2025.

Na Figura 3, observa-se que, no estudo de caso analisado evidenciou que estratégias psicopedagógicas focadas na educação socioemocional, como práticas de mindfulness, exercícios de regulação emocional e dinâmicas de grupo que incentivam a expressão afetiva, promoveram melhorias significativas no comportamento, na atenção e no desempenho acadêmico dos estudantes envolvidos. Tais resultados convergem com as pesquisas de Tang et al. (2015) e Zelazo & Lyons (2012), que relacionam intervenções voltadas ao desenvolvimento socioemocional com alterações neuroplásticas benéficas. Por fim, a discussão aponta para desafios ainda presentes, como a escassez de formação específica em neurociências para psicopedagogos, a necessidade de políticas públicas que incorporem a educação em saúde mental como eixo transversal no currículo escolar e a urgência de ampliar a sensibilização da comunidade escolar para a importância das práticas integradas voltadas ao bem-estar psicológico. Em síntese, este estudo reforça a relevância do psicopedagogo como um profissional capacitado a atuar de forma inovadora na interface entre neurociências e educação, contribuindo para a promoção da saúde mental e da plasticidade cerebral em contextos escolares, evidenciando o potencial transformador da aprendizagem socioemocional para o desenvolvimento integral dos estudantes.

4 CONCLUSÃO

Este estudo evidenciou que a psicobiologia da aprendizagem socioemocional, articulada à plasticidade cerebral, constitui um campo fundamental para a promoção da saúde mental no ambiente escolar. A atuação do psicopedagogo, ao integrar conhecimentos das neurociências, psicologia e educação, destaca-se como uma prática inovadora e imprescindível para o desenvolvimento integral dos estudantes, pois contribui para a construção de ambientes afetivamente seguros e estimulantes que favorecem a autorregulação emocional e a resiliência.

Os resultados apontam que a plasticidade cerebral pode ser potencializada por intervenções psicopedagógicas direcionadas à aprendizagem socioemocional, promovendo não

DOI: 10.51161/iv-conpeds/61015

apenas ganhos acadêmicos, mas também melhoras significativas no bem-estar psicológico dos alunos. A interdisciplinaridade e o trabalho colaborativo entre profissionais da educação e da saúde são essenciais para o sucesso dessas iniciativas, configurando uma abordagem sistêmica que respeita as múltiplas influências no desenvolvimento infantil e juvenil. Por fim, torna-se premente o investimento em formação continuada para psicopedagogos, especialmente no que tange às neurociências aplicadas, bem como a elaboração e implementação de políticas educacionais que incorporem a saúde mental e a educação socioemocional como componentes estruturais do currículo escolar. Assim, o psicopedagogo se consolida como agente transformador capaz de promover processos neurodesenvolvimentais e contribuir para a construção de uma educação inclusiva, saudável e inovadora.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. G.; AERTS, D. **As práticas educativas em saúde e a Estratégia Saúde da Família**. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 60, n. 3, p. 317-322, 2007.

BARBOSA, F. E. et al. **Psicobiologia**. Porto Alegre: SAGAH, 2022.

BARBOSA, F. P. dos S**. Educação especial e inclusiva: ação docente especializada na perspectiva da psicoeducação em saúde mental**. Epitaya E-Books, v. 1, n. 91, p. 9-26, 2024. DOI: 10.47879/ed.ep.2024721p9.

BARBOSA, F. P. dos S. **Fundamentos e princípios teóricos da psicopedagogia institucional em parceria com a psicologia escolar e educacional: prevenção e intervenção dos problemas e dificuldades de aprendizagem**. Epitaya E-Books, v. 1, n. 60, p. 207-222, 2024. DOI: 10.47879/ed.ep.2024271p207.

BARBOSA, F. P. dos S. **Formação psicopedagógica para o século XXI: facilitando o acesso à aprendizagem**. Epitaya E-Books, v. 1, n. 10, p. 34-38, 2022. DOI:10.47879/ed.ep.2022519p34.

BASSOLS, A. M. S.; CRISTÓVÃO, P. W.; SANTIS, M. de; FORTES, S.; SUKIENNIK, P. B. (Org.). **Saúde mental na escola: uma abordagem multidisciplinar**. Porto Alegre: Mediação, 2003.

BUENO, J. L. de O. (Org.). **30 anos de excelência em psicobiologia**. Ribeirão Preto: FFCLRP/USP, 2019.

CANDEIAS, N. M. F. **Conceitos de educação e de promoção em saúde: mudanças individuais e mudanças organizacionais**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 7, n. 2, p. 279-292, 2002.

DURLAK, J.; WEISSBERG, R.; DYMINICKI, A.; TAYLOR, R.; SCHELLINGER, K. **The impact of enhancing students' social and emotional learning: a meta-analysis of schoolbased universal interventions**. Child Development, v. 82, n. 1, p. 405-432, 2011.

FELDMAN, R. S. **Psicologia**. Porto Alegre: Pearson Education, 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

KANDEL, E. R. **Cellular basis of behavior**. San Francisco: Freeman, 1976.

MELLO, M. F.; FIGUEIRA, I. **Plasticidade neural e saúde mental**. In: GADELHA, A.; BARRETO, M. L. (Org.). **Saúde mental no SUS: os desafios da reforma psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. p. 101-120.

PINEL, J. P. J.; BARNES, S. J. **Biopsychology**. Boston: Pearson Education, 2017.

SNYDER, S. H. **Opiate receptors and internal opiates**. Scientific American, 1979.

VASCONCELOS, E. M. **Educação popular e a atenção à saúde da família**. São Paulo: Hucitec, 1999.

WENDHAUSEN, A.; SAUPE, R. **Concepções de educação em saúde e a estratégia de saúde da família**. Texto & Contexto Enfermagem, v. 12, n. 1, p. 17-25, 2003.

WEISS, J. M. **Influence of psychological variables on stress-induced pathology**. In: CIBA Foundation Symposium 8 (new series. Physiology, Emotion and Psychosomatic illness). Elsevier, 1972.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/61015

A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM AS FAMÍLIAS DOS PACIENTES EM TRATAMENTO ONCOLÓGICO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL DE UM HOSPITAL DE REFERÊNCIA DO CEARÁ.

ANA CARINE ALMEIDA RODRIGUES

RESUMO

O Serviço Social está dentro do rol de profissionais da saúde, tendo um amplo referencial teórico para sua intervenção profissional. Com a Reforma Sanitária, houve uma ampliação do trabalho dos assistentes sociais que devem ter sua atuação profissional voltada para garantir um maior acesso dos usuários às unidades e aos serviços de saúde, trabalhando para que cada vez mais a intervenção profissional ocorra de forma interdisciplinar, lutando para que se tenha presente na sua atuação: abordagens grupais, democratização das informações e ampliação da participação da população usuária. Objetivo: Relatar a experiência vivenciada na Residência Multiprofissional em relação às famílias dos pacientes em tratamento oncológico. Métodos: Trata-se de um relato de experiência, proporcionada pela prática profissional como assistente social residente em hospital de referência de grande porte. Resultados: No cotidiano profissional, pude vivenciar: o impacto que a rede de apoio familiar proporciona no tratamento de pacientes em tratamento oncológico, a questão social que envolve o tratamento com pacientes oncológicos, as novas configurações das famílias e as raízes sócio-históricas que repercutem nas desigualdades sociais experienciadas pelos pacientes em tratamento oncológico e pelos seus familiares. A partir disso, houve a necessidade de relatar a experiência na residência, trazendo essas questões que envolvem o tratamento dos pacientes. Conclusão: A atuação do Serviço Social, como uma das profissões da saúde, tem o compromisso de trabalhar para a conquista de direitos dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo o respeito à autonomia dos sujeitos e a participação dos usuários do SUS nos espaços democráticos. As mulheres têm sido responsáveis por sustentar a família quando há o diagnóstico de um familiar com câncer. Muitas mulheres param de trabalhar para poder acompanhar seus familiares, comprometendo o orçamento familiar.

Palavras-chaves: Câncer; Intervenção Profissional; Rede de Apoio Familiar.

1 INTRODUÇÃO

O câncer se constitui como uma doença crônica que se desenvolve devido às mudanças que ocorrem no DNA da célula que recebe instruções erradas para executar suas atividades. O câncer configura-se como uma grande problemática de saúde pública mundial, sendo uma das principais causas de morte. Esse aumento da incidência e da mortalidade por câncer deve-se a vários fatores, como mudanças de comportamento e do ambiente, dieta e poluição (Ministério da Saúde, 2022).

As residências multiprofissionais se constituem como uma formação que combina elementos práticos e teóricos, sendo direcionada pelas normativas do Sistema Único de Saúde (SUS), tendo em vista as diferenças locais e regionais em sua composição podem ter diversas

DOI: 10.51161/iv-conpeds/61232

profissões da área da saúde como: Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Física Médica, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Saúde Coletiva, Serviço Social e Terapia Ocupacional (Ministério da Educação, 2021).

O Serviço Social está dentro do rol de profissionais da saúde, possuindo uma ampla bagagem teórica que subsidia sua intervenção profissional dentro da saúde. Com o advento da Reforma Sanitária, houve uma ampliação do trabalho dos assistentes sociais que devem ter sua prática profissional voltada para garantir um maior acesso dos usuários às unidades e aos serviços de saúde, trabalhando para que cada vez mais a intervenção profissional, ocorra de forma interdisciplinar, lutando para que se tenha presente na sua atuação: abordagens grupais democratização das informações e ampliação à participação da população usuária (CFESS, 2010).

De acordo com Bisco e Sarreta (2019), o Serviço Social é uma profissão que tem como compromisso a luta pelo direito à universalidade do Sistema Único de Saúde (SUS), trabalhando de forma crítica nas expressões da questão social na saúde. Os princípios da reforma sanitária e os princípios do projeto ético-político do Serviço Social possuem profunda relação, orientando a atuação dos assistentes sociais.

Segundo Bertholino (2019) a atuação do assistente social na equipe multiprofissional tem um caráter essencial já que se constitui como uma profissão que faz uma leitura do contexto social não se limitando apenas aos pacientes abrangendo os familiares na intervenção profissional o que é de suma relevância no trabalho com pacientes oncológicos.

De acordo com Prá, Grah e Wiese (2021) o Serviço Social tem uma longa trajetória de trabalho junto com as famílias da classe trabalhadora, inicialmente a profissão não tinha um viés crítico, tendo um caráter de controle das famílias. Entretanto, atualmente a intervenção profissional dos profissionais de Serviço Social desde contribuições da Teoria Social de Marx, avançou profundamente, trazendo novas formas de trabalhar com as famílias.

O objetivo desta pesquisa é a descrição das experiências vivenciadas durante a residência multiprofissional com a atuação enquanto assistente social residente como em cancerologia junto com os familiares dos pacientes em tratamento oncológico.

2 RELATO DE EXPERIÊNCIA

O Serviço Social, como uma das profissões da saúde, tem o compromisso de trabalhar para a conquista de direitos dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), trabalhando para ser garantido o respeito à autonomia dos sujeitos e a participação dos usuários do SUS nos espaços democráticos (Brasil, 1999).

No cotidiano da atuação profissional do Serviço Social, nos deparamos com a realidade das mais variadas expressões da questão social que permeiam os pacientes e os seus familiares. Essa realidade social é decorrente do contexto de uma economia neoliberal em um sistema capitalista que preconiza por políticas sociais cada vez mais seletivas e pontuais. A falta de investimento no SUS se materializa num contexto de bastante dificuldade em conseguir atendimento, longa espera para exames e profissionais de saúde sobrecarregados (Paixão e Correa, 2017).

A descoberta de um diagnóstico de câncer dentro do seio familiar provoca grandes impactos, ocasionando mudanças na rotina. O cuidado com os pacientes oncológicos muitas vezes é sobrecarregado a um único cuidador (familiar), geralmente do sexo feminino. Segundo Mioto et al. (2018), a família tem centralidade dentro das políticas sociais, mas não podemos cair na armadilha de que tudo será abarcado pelas famílias.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/61232

Durante a residência multiprofissional, fomos atravessados pelas expressões da questão social que impactam diretamente no tratamento de pacientes oncológicos. A família tem papel central, pois pode ou não ser o suporte na adesão ao tratamento. O cuidado é eminentemente feminino, a maioria dos pacientes com câncer tem como principal cuidador um familiar do sexo feminino. Com a inserção das mulheres em postos de trabalho, elas têm sido responsáveis por sustentar a família quando há o diagnóstico de um familiar com câncer, necessitando que alguém fique à frente, contribuindo com o tratamento, acompanhando as consultas e os exames. Muitas mulheres param de trabalhar para poder acompanhar seus familiares, comprometendo o orçamento familiar.

3 DISCUSSÃO

A política de saúde é bastante relevante, fazendo parte do tripé da seguridade social conjuntamente com as políticas da previdência e da assistência. Anteriormente, a saúde não era um direito, estando vinculada ao trabalho, excluindo milhares de brasileiros que não estavam dentro do mercado de trabalho formal (Marques, 2016). Com a reforma sanitária, foram pensadas novas formas de fazer a política de saúde, indo além da compreensão de seu conceito como a ausência de doenças, tomando para si o conceito ampliado adotado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), sendo definida como um completo bem-estar físico, mental e social. Atualmente, a saúde é um direito universal de todos os brasileiros e dever do estado, garantida mediante a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988).

O câncer é um conjunto de doenças que apresentam em comum o crescimento desordenado das células, atingindo milhares de pessoas em todo o mundo, sendo bastante temido pelas pessoas que encaram o diagnóstico como uma sentença de morte. Encarar esse diagnóstico é um desafio, principalmente tendo em vista que há uma desresponsabilização do estado com a política de saúde.

Segundo Melgarejo e Carini (2022), no Brasil, em uma conjuntura de bastante precarização das políticas sociais com o tratamento do câncer, ocorre uma acentuação da vulnerabilidade social das famílias, pois há um aumento das despesas com exames, medicamentos, transporte, entre outros.

4 CONCLUSÃO

As famílias abarcam o cuidado que sobrecarregam muitas vezes e adoecem o responsável pelo cuidado. No Brasil, a maioria das famílias é chefiada por mulheres que acumulam os trabalhos domésticos e uma jornada de trabalho fora. O que já se configura como uma jornada cansativa se torna um desafio ainda maior ao ter um familiar em tratamento oncológico (Moreira e Moser, 2019).

O Serviço Social deve contribuir fortemente para que a família possa dar o suporte necessário aos pacientes oncológicos. O Serviço Social tem um papel importante no trabalho com as famílias na saúde, constituindo-se como essencial identificar: os membros da família, compreendendo o contexto sociocultural e econômico em que a família está inserida. Historicamente, o Serviço Social tem trabalhado com as famílias de forma privilegiada. A política social tem na família uma categoria central, mas cabe a nós observarmos que muitas vezes há uma perspectiva familista que termina por reforçar um trabalho normatizador e disciplinador com as famílias, inibindo um caráter emancipatório (BRASIL, 2004).

DOI: 10.51161/iv-conpeds/61232

REFERÊNCIAS

BERTHOLINO. Taciana Lopes. **O Serviço Social e os Cuidados Paliativos Oncológico: Atuação e Especificidade Profissional.** Disponível em: < https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/253/250>. Acesso em: 23 de dez. de 2023.

BISCO, Gabriela Cristina Braga; SARRETA, Fernanda de Oliveira. **A construção do direito à saúde e do SUS no cenário neoliberal e a contribuição do Serviço Social**. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fass/article/view/31738/18799>. Acesso em: 08 de dez. de 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. > Acesso em 29 de dez. de 2023

BRASIL. Resolução CFESS n.º 383/99 de 29/03/1999. **Parâmetros para a atuação do Assistente Social na saúde**. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao_383_99.pdf>. Acesso em :08 de dez. de 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional da Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS** - Brasília, DF: MDS, 2005.

CFESS. **Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde**. Brasília: CFESS, 2010.

MARQUES, Rosa Maria; PIOLA, Sérgio Francisco, ROA, Alejandra Carrillo (Organizadores). **Sistema de saúde no Brasil: organização e financiamento**. – Rio de Janeiro: ABrES; Brasília: Ministério da Saúde, Departamento de Economia da Saúde, Investimentos e Desenvolvimento; OPAS/OMS no Brasil, 2016. 260 p.: il.

MELGAREJO, Brenda Nunes; CARINI, Thais Capaverde. **As expressões da questão social evidenciadas nas mães de pacientes oncológicos em um hospital de alta complexidade**. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/242305/1028%20ok.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 21 de julho de 2025.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Residência Multiprofissional**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/residenciamultiprofissional> Acesso em: 29 de dez. de 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Como surge o câncer**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/prevencao-ao-cancer/como-surge-o cancer#:~:text=O%20c%C3%A2ncer%20%C3%A9%20uma%20doen%C3%A7a,do%20crescimento%20das%20c%C3%A9lulas%20normais>. Acesso em: 08 de dez. de 2023.

MIOTO, Regina Célia Tamaso; NUNES, Renata; MORAES, Patricia Macarini; HORST, Claudio Henrique Miranda**. O familismo na política social: aproximações com as bases da**

formação sócio-histórica brasileira. Disponível em:< https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22530>. Acesso em: 08 de dez.de 2023.

PAIXÃO, Cristiane de Melo; CORREA, Gêyza Cristina Silva. **A atuação do assistente social em âmbito hospitalar**: **uma abordagem a partir do Hospital e Maternidade Municipal de São José de Ribamar (MA).** 2017. Artigo Científico (Bacharel em Serviço Social) — Instituto de Ensino Superior Franciscano, Paço do Lumiar, 2017. Disponível em: http://iesfma.com.br/wp-content/uploads/2017/10/A-ATUA%C3%87%C3%83O-DOASSITENTE-SOCIAL-EM-%C3%82MBITO-HOSPITALAR.pdf. Acesso em: 21 de julho de 2025.

PRÁ, Keli Regina Dal; GRAH, Bruno; WIESE, Michelly Laurita. **O serviço social e os estudos sobre famílias.** Disponível em:< https://periodicos.ufv.br/oikos/article/view/11325/6800 >. Acesso em: 08 de dez. de 2023.

MOREIRA, Tassiane Antunes; Moser, Liliane. **Família, trabalho do cuidado e uso do tempo:** desafios para mulheres de baixa renda. Disponível em:< https://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_43_art3.pdf>. Acesso em: 21 de julho de 2025.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/61232

CRIATIVIDADE E REABILITAÇÃO: CONSTRUÇÃO DE UM DISPOSITIVO DE BAIXO CUSTO PARA FISIOTERAPIA DOMICILIAR

NATHÁLIA LETÍCIA MENEZES DA SILVA; MARIA JAMILLY DE JESUS ANDRADE; ANA JÚLIA CUNHA BRITO

Introdução: O envelhecimento populacional e o aumento da prevalência de doenças crônicas têm elevado significativamente a demanda por atendimentos fisioterapêuticos domiciliares. Essa modalidade de cuidado tem se mostrado eficaz na promoção da funcionalidade e da qualidade de vida de indivíduos com limitações físicas, especialmente idosos com mobilidade reduzida. **Objetivo:** Descrever a criação e a aplicação de um equipamento artesanal, confeccionado com materiais acessíveis macarrão de piscina, barbante e palitos de picolé , destinado ao uso na fisioterapia domiciliar de pacientes idosos com limitações motoras e mobilidade reduzida. **Relato de experiência:** A experiência foi realizada no contexto de atendimento fisioterapêutico domiciliar, onde se constatou a ausência de recursos terapêuticos convencionais para a realização de exercícios funcionais. Foi desenvolvido, de forma artesanal, um dispositivo de baixo custo, seguro e funcional. Utilizaram-se cerca de 60 cm de macarrão de piscina, um barbante de 1 metro e oito palitos de picolé. O barbante foi inserido no interior do macarrão, com as extremidades fixadas nos palitos, proporcionando leve resistência durante os movimentos de tração. O equipamento foi utilizado por um paciente idoso com tremores e limitações motoras nos membros superiores. As sessões contemplaram exercícios de flexão, extensão e abdução dos ombros, tração bilateral e atividades voltadas à coordenação motora fina, com foco na manutenção da amplitude de movimento e no fortalecimento muscular leve. O paciente demonstrou boa aceitação, realizando os exercícios inicialmente com supervisão, evoluindo para maior autonomia. Foram observadas melhorias funcionais e motoras, além de aumento da adesão ao plano terapêutico e envolvimento da família na rotina de cuidados. **Conclusão:** O equipamento artesanal apresentou-se como uma alternativa viável, funcional e acessível, compatível com a realidade de atendimentos domiciliares com poucos recursos. Sua simplicidade não comprometeu os objetivos terapêuticos, favorecendo a adesão e autonomia do paciente. Como limitação, destaca-se a baixa durabilidade dos materiais. Sugere-se, para estudos futuros, o aprimoramento do design, uso de materiais mais resistentes e aplicação em diferentes perfis de pacientes, com validação por meio de estudos com maior amostragem.

Palavras-chave: **FISIOTERAPIA; TECNOLOGIA ASSISTIVA; SAÚDE DO IDOSO**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/61827

ALTERAÇÕES CITOPATOLÓGICAS DE COLO DE ÚTERO

MELINE OLIVEIRA DOS SANTOS MORAIS; LAÍS MADEIRA CONSTANTINO; GABRIELA FERREIRA GOMIDE; LUANA AMBONI CANELA; FÁBIO ALMEIDA MORAIS

Introdução: A citopatologia cervical, também conhecida como exame de Papanicolau, é um método bem estabelecido para o rastreio do câncer de colo uterino. Devem ser submetidas ao rastreio periódico para câncer de colo uterino as mulheres de 25 a 64 anos que já iniciaram atividade sexual, sendo eles inicialmente anuais, e após dois exames consecutivos negativos, podem ser realizados a cada três anos. **Objetivo:** Avaliar a frequência de alterações citopatológicas em exames preventivos de colo de útero. **Metodologia:** Trata-se de um estudo observacional descritivo, retrospectivo, quantitativo, com coleta de dados secundários, através de revisão de exames citopatológicos de colo de útero (CP). O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa e Humanos da Universidade do Extremo Sul Catarinense, sob parecer número 5.315.069. Foram avaliados laudos de exame citopatológicos realizados em um laboratório de patologia de uma cidade do Sul de Santa Catarina no ano de 2021. Os dados coletados foram analisados em planilhas do software *IBM Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) versão 21.0. **Resultados:** Dos 536 laudos de exames citopatológicos avaliados, obteve-se uma média de idade 38,37 (±12,78). A prevalência de exames alterados foi de 2,42% . Analisando-se os principais achados na interpretação do exame citopatológico, foram encontrados 97,6% (n=523) com resultados negativos para lesão intraepitelial ou malignidade, 0,9,% (n=5) apresentaram atipias de significado indeterminado, 1,1% (n=6) mostraram lesão intraepitelial de baixo grau e apenas 0,4% (n=2) apresentaram lesão epitelial de alto grau. **Conclusão:** Encontramos uma prevalência de alterações do exame CP menor (2,42%) do que descrito na literatura (4,57%), sendo as atipias e lesões de baixo grau as de maior frequência.

Palavras-chave: **CÂNCER DE COLO UTERINO; EXAME CITOLOGICO; EXAME PAPANICOLAU;**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/61836

CAPACITAÇÃO EM PRIMEIROS SOCORROS PARA SERVIDORES PÚBLICOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

MAYARA PRYSCILLA SANTOS SILVA; VALESKA RIOS ARRUDA; LUCYO WAGNER TORRES DE CARVALHO

Introdução: Os primeiros socorros consistem em medidas iniciais e imediatas adotadas diante de situações de urgência ou emergência, sendo fundamentais para preservar vidas e evitar agravamentos. A capacitação da população leiga, especialmente de trabalhadores em ambientes públicos, é uma estratégia eficaz de promoção à saúde e fortalecimento da resposta a eventos críticos. Neste contexto, a educação em saúde configura-se como uma ferramenta essencial para ampliar o conhecimento sobre primeiros socorros e capacitar os trabalhadores a agir diante de intercorrências comuns do cotidiano. **Objetivo**: Relatar a experiência de uma palestra educativa sobre primeiros socorros ministrada a servidores públicos em uma instituição do estado de Alagoas. **Relato de Caso/Experiência**: Trata-se de um relato de experiência acerca de uma palestra educativa sobre primeiros socorros ministrada a servidores públicos em uma instituição do estado de Alagoas ocorrida em julho de 2025. A palestra foi realizada de forma presencial e ministrada por uma enfermeira com metodologia expositiva-dialogada, utilizando recursos audiovisuais e linguagem acessível. Os conteúdos abordados incluíram: segurança do socorrista e avaliação da cena; contatos para acionamento do SAMU (192), Corpo de Bombeiros (193) e Polícia (190); reconhecimento e condutas iniciais frente a quadros de hipoglicemia, hiperglicemia, hipotensão, hipertensão, desmaios, convulsões, obstrução de vias aéreas por corpo estranho, queimaduras, hemorragias, epistaxe, choque elétrico e parada cardiorrespiratória. À medida da explanação teórica dos assuntos foram realizadas simulações práticas de como prestar socorro diante de algumas situações. Os participantes demonstraram grande interesse, interagindo com perguntas e compartilhamento de experiências. **Conclusão**: A ação educativa possibilitou a ampliação do conhecimento dos trabalhadores sobre primeiros socorros, promovendo maior segurança no ambiente de trabalho e preparo para situações emergenciais. Iniciativas como essa reforçam o papel da educação em saúde como estratégia de prevenção, cidadania e valorização da vida.

Palavras-chave: **EMERGÊNCIA; EDUCAÇÃO EM SAÚDE; SAÚDE DO TRABALHADOR**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/62130

FORMAÇÃO DO CIRURGIÃO-DENTISTA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA IMPLEMENTAÇÃO DE METODOLOGIAS ATIVAS E AVALIAÇÃO POR COMPETÊNCIAS

YANNA CUNHA LIMA

RESUMO

A formação do cirurgião-dentista tem sido tradicionalmente pautada por um modelo de ensino tecnicista, focado na memorização de conteúdos e no desenvolvimento de habilidades manuais, o que muitas vezes resulta em uma prática clínica desvinculada das demandas sociais e da promoção da saúde. No Brasil, embora a transição para um modelo de cuidado integral e humanizado tenha sido estabelecida por diretrizes educacionais, o alinhamento entre as políticas de ensino e a prática docente ainda é um desafio. Esse cenário gera profissionais com pouca segurança para atuar na atenção básica e com dificuldades em implementar práticas dialógicas em educação em saúde. O presente estudo, de natureza bibliográfica, busca analisar o percurso da docência na formação do cirurgião-dentista, partindo da crítica ao modelo tradicional para a implementação da educação baseada em competências. Para isso, foram revisados artigos em uma base de dados científica, delimitando o período de 2011 a 2025, que abordassem a aplicação de metodologias ativas na educação odontológica, com foco nos desafios da docência e na avaliação de competências. Após triagem, cinco estudos atenderam aos critérios e foram analisados integralmente. Os resultados evidenciaram que, apesar dos avanços, a formação ainda se encontra atrelada a uma lógica transmissiva. A superação desse modelo exige investimento na qualificação docente e na adoção de metodologias ativas que desenvolvam pensamento crítico e autonomia, superando as limitações das avaliações tradicionais. Conclui-se que a adoção de uma educação por competências é o caminho para formar profissionais aptos a atuar no Sistema Único de Saúde (SUS) e promover a autonomia dos pacientes. A implementação desse modelo, contudo, ainda se depara com a dificuldade de mensurar habilidades complexas e com a resistência de alguns docentes. Sugere-se a realização de pesquisas empíricas futuras para investigar o impacto da formação baseada em competências na prática clínica e na atuação dos cirurgiões-dentistas na atenção básica. Assim, a adoção de metodologias ativas e de uma abordagem por competências configura-se como estratégia imprescindível para alinhar a formação odontológica às necessidades do SUS e da sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Docência; Educação; Odontologia.

1 INTRODUÇÃO

A formação do cirurgião-dentista tem sido tradicionalmente pautada por um modelo de ensino tecnicista, focado na memorização de conteúdos e no desenvolvimento de habilidades manuais, o que muitas vezes resulta em uma prática clínica desvinculada das demandas sociais e da promoção da saúde. No Brasil, embora a transição para um modelo de cuidado integral e humanizado tenha sido formalmente estabelecida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais

DOI: 10.51161/iv-conpeds/62145

(DCNs) de 2001, a pesquisa odontológica tem indicado que o alinhamento entre as políticas educacionais e a prática docente ainda é um desafio persistente (Mialhe e Silva, 2011; Grazziotin-Soares, et al., 2011).

Essa discrepância gera profissionais com pouca segurança para atuar em contextos de atenção básica, comprometendo a efetivação das políticas públicas de saúde e o acesso qualificado da população ao Sistema Único de Saúde (SUS). O modelo tradicional, focado no aspecto cirúrgico-restaurador, mostra-se insuficiente para as exigências contemporâneas, que demandam competências como o pensamento crítico, a autonomia e a capacidade de resolução de problemas (Amaral et al., 2025).

Nesse contexto, o presente estudo, de natureza bibliográfica narrativa, tem como objetivo analisar o percurso da docência na formação do cirurgião-dentista, desde a crítica ao modelo tradicional de ensino até a implementação da educação baseada em competências. Busca-se discutir a relevância de novas metodologias ativas e seus desafios avaliativos, com foco na formação de profissionais mais alinhados às necessidades sociais e éticas do Sistema Único de Saúde (SUS).

2 MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa, conduzida no mês de julho de 2025. A busca de artigos foi realizada na base de dados eletrônica Scientific Electronic Library Online (SciELO), utilizando combinações de descritores em português e inglês com os seguintes descritores e operadores booleanos: (metodologias ativas OR aprendizagem baseada em problemas OR sala de aula invertida OR metodologia ativa OR educação em saúde OR active learning OR problem-based learning OR flipped classroom OR dental education) AND (odontologia OR dentistry).

A pesquisa foi delimitada para o período de 2011 a 2025. Após a busca, que resultou em 18 artigos, foram selecionados 5 para leitura integral. Os critérios de inclusão adotados para a seleção foram: artigos que abordavam metodologias ativas aplicadas à educação odontológica ou em saúde, com foco nos desafios da docência e na avaliação de competências. Artigos de revisão, editoriais e cartas ao editor foram excluídos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escolha de uma carreira constitui uma decisão fundamental e de grande impacto na trajetória de um estudante. No campo da saúde, os avanços na pesquisa odontológica, aliados à possibilidade de atuação direta no cuidado de pacientes, tornam a Odontologia uma profissão enriquecedora e inspiradora. Trata-se de uma área exigente e valorizada, com potencial para atrair novos aspirantes. Entretanto, a formação requer anos de estudo rigoroso, treinamento prático e experiência acumulada até a obtenção do título de bacharel em Odontologia (Singh et al., 2021).

A escolha profissional, conforme apontam Singh et al. (2021), está fortemente associada às expectativas em relação ao exercício da carreira. Observa-se que a maioria dos estudantes de Odontologia demonstra preferência por seguir uma especialização. Estudos anteriores indicam que as motivações mais frequentes para optar pela Odontologia incluem a influência de orientações familiares, o prestígio social da profissão e o interesse pelas ciências médicas (Singh et al., 2021).

Apesar dessas expectativas, estudantes de Odontologia frequentemente identificam, ainda durante a graduação, desafios que poderão enfrentar ao longo da carreira. Tal preocupação representa um fenômeno de abrangência global, pois o aumento expressivo do número de faculdades de Odontologia e de egressos formados tem sido apontado como fator

DOI: 10.51161/iv-conpeds/62145

gerador de estresse. Entre as causas subjacentes destacam-se a deficiência na qualidade do ensino odontológico, critérios de admissão pouco realistas para instituições de excelência, a limitação no número de vagas e a escassez de oportunidades no mercado de trabalho (Singh et al., 2021).

As mudanças verificadas nas políticas públicas de saúde têm, de forma cada vez mais contundente, provocado reflexões sobre o perfil de formação e as práticas dos formandos envolvidos no cuidado. A transição de um modelo hegemônico de atenção à saúde, centrado na doença, de caráter hospitalar e altamente especializado, para abordagens que priorizam a integralidade, o cuidado humanizado e a promoção da saúde implicou a necessidade de formar profissionais com competências para atuar de forma qualificada e resolutiva no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Esse cenário impôs ao setor educacional o desafio de desenvolver projetos político-pedagógicos alinhados à realidade social e ao perfil epidemiológico brasileiros (Mialhe e Silva, 2011).

Em resposta a esse cenário e à necessidade de alinhar a formação às novas políticas, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de graduação em Odontologia, aprovadas em novembro de 2001, estabeleceram um novo marco para a formação odontológica no país. Em substituição ao currículo mínimo, centrado na organização de programas e especializações, propuseram um modelo mais flexível, pautado por uma prática odontológica humanizada e orientada para o cuidado integral do ser humano (Grazziotin-Soares, et al., 2011). Diversas abordagens avaliativas têm sido desenvolvidas com o propósito de classificar instituições de ensino superior em âmbito global. No Brasil, a primeira iniciativa formal de avaliação do ensino superior voltada aos cursos de graduação foi implementada em 1983. A partir de 2004, passou a vigorar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), atualmente utilizado como referência no país. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) constitui um modelo de avaliação global estruturado em três componentes principais. Embora integrados ao mesmo sistema, esses processos são aplicados em contextos e momentos distintos. Cada componente permite identificar pontos fortes e fragilidades de cursos e instituições, fornecendo subsídios para o aprimoramento da formação discente e, simultaneamente, disponibilizando à sociedade informações qualificadas sobre a qualidade do ensino superior no Brasil (Grazziotin-Soares et al., 2011).

Apesar da existência de sistemas de avaliação como o SINAES e das DCNs, o relatório da 3ª Conferência Nacional de Saúde Bucal, destacado por Mialhe e Silva (2011), aponta que o sistema de ensino superior não tem cumprido adequadamente seu papel na formação de profissionais comprometidos com o Sistema Único de Saúde (SUS) e com o controle social, tampouco orientado por uma compreensão crítica das necessidades sociais em saúde bucal. Tal situação decorre, em grande parte, da ênfase predominante nos cursos de Odontologia às ciências básicas e às técnicas operatórias voltadas à bancada, ao laboratório e ao adestramento manual, em detrimento dos aspectos sociais e educativos. Esse enfoque contribui para a formação de profissionais com visão essencialmente orgânica e atuação pautada no modelo cirúrgico-restaurador.

No estudo de Mialhe e Silva (2011), a educação em saúde é frequentemente compreendida pelos estudantes como a transmissão de técnicas de higiene bucal e controle alimentar, voltadas à manutenção da saúde bucal. Tal concepção evidencia o predomínio de discursos higienistas e preventivistas, refletindo uma formação de caráter ainda marcadamente tecnicista e biologicista nos cursos da área da saúde. Observou-se também nesse estudo a tendência de compreender a educação em saúde como simples transmissão de informações àqueles que delas não dispõem.

Evidencia-se, assim, que a concepção de uma educação de caráter doutrinador baseada na simples transmissão de informações com a expectativa de que o indivíduo alcance a saúde após ser “educado”, permanece fortemente enraizada na mentalidade de muitos profissionais

DOI: 10.51161/iv-conpeds/62145

da saúde. A dificuldade em implementar práticas participativas e dialógicas em educação em saúde pode refletir a própria formação acadêmica desses profissionais, frequentemente estruturada em metodologias de ensino-aprendizagem centradas no professor e orientadas por uma lógica de "educação bancária". Esse modelo tende a ser reproduzido nos serviços de saúde, perpetuando as mesmas abordagens pedagógicas que marcaram sua formação inicial (Mialhe e Silva, 2011).

Como consequência dessa formação deficiente, Mialhe e Silva (2011) constataram que grande parte dos cirurgiões-dentistas entrevistados declarou não desenvolver atividades de educação em saúde por não saber como realizá-las. Tal lacuna decorre do predomínio, em sua formação acadêmica, de uma orientação voltada essencialmente para a prática clínica, resultando em insuficiente preparo e baixa confiança para executar essas ações no âmbito da atenção básica.

Conforme apontado por Grazziotin-Soares et al. (2011), é necessário promover mudanças na formação e no perfil dos docentes de Odontologia, de modo que estes, ao preparar futuros cirurgiões-dentistas, possam contribuir para a formação de profissionais mais humanizados e comprometidos com um desenvolvimento social democrático e igualitário. Os próprios docentes, entretanto, são citados como um dos principais entraves à efetiva implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais. Mialhe e Silva (2011), refletindo sobre a relação entre dentista e paciente/população, supõem que esta seja um reflexo da relação estabelecida entre aluno e professor, a qual também tende a assumir um caráter vertical, marcado pelo predomínio de conhecimentos técnico-científicos e pela clara influência do modelo flexneriano.

Para superar esses desafios e as falhas da formação tradicional, o ensino superior deve ter como propósito fundamental fomentar o desenvolvimento de competências de aprendizagem, tais como o pensamento crítico, a autonomia e a capacidade de resolução de problemas. Essa diretriz aplica-se igualmente à educação odontológica, na qual tais habilidades são essenciais para a formação profissional qualificada. No contexto da educação odontológica, particularmente em currículos orientados por competências, a avaliação deve contemplar, de forma integrada, os múltiplos domínios da aprendizagem. Para tanto, torna-se fundamental a articulação de diferentes metodologias avaliativas, de modo a assegurar uma análise abrangente e consistente do desempenho discente, contemplando aspectos cognitivos, procedimentais e atitudinais (Amaral et al., 2025).

Nesse contexto, a avaliação no modelo por competências enfrenta um desafio: é pouco provável que todas as dimensões e elementos da aprendizagem clínica possam ser avaliados de maneira adequada e abrangente por meio exclusivo de instrumentos tradicionais, como provas orais e escritas. Embora esses formatos sejam válidos para aferir o conhecimento teórico e o raciocínio clínico, mostram-se insuficientes para avaliar, de forma plena, as habilidades e competências clínicas. Nesse sentido, as práticas avaliativas no modelo educacional baseado em competências devem ser planejadas de modo a refletir as especificidades dessa abordagem, assegurando que a escolha do método de avaliação esteja alinhada aos resultados de aprendizagem pretendidos (Amaral et al., 2025).

A avaliação considerada ideal pressupõe a utilização de uma diversidade de métodos, cuja combinação de informações possibilita aumentar a validade e a confiabilidade do processo avaliativo. Assim, cada instrumento deve ser direcionado para mensurar resultados de aprendizagem específicos, não havendo, portanto, um método intrinsecamente superior aos demais (Amaral et al., 2025).

De acordo com Amaral et al. (2025), as avaliações escritas fundamentadas em provas tradicionais de múltipla escolha são úteis para aferir a capacidade do estudante de memorizar princípios básicos, reconhecer conceitos essenciais e estabelecer associações fundamentais. No entanto, tais instrumentos não se mostram adequados para mensurar níveis mais elevados de

DOI: 10.51161/iv-conpeds/62145

pensamento. Na educação odontológica, os métodos avaliativos tradicionais tendem a privilegiar a verificação do conhecimento teórico e da memorização, em detrimento das habilidades cognitivas mais complexas requeridas para a prática clínica. A discrepância identificada por Amaral et al. (2025) entre os resultados obtidos nas avaliações clínicas e nas escritas reforça a pertinência do uso destas últimas como meio de verificar o empenho do aluno na assimilação dos conceitos basilares, que servem de alicerce para o desempenho clínico.

Uma das formas de garantir que a formação e a avaliação se alinhem ao desenvolvimento de competências práticas é por meio do estágio curricular, sob supervisão docente. Este estágio deve ser desenvolvido de forma articulada e com complexidade crescente ao longo do processo de formação. A carga horária mínima do estágio curricular supervisionado deve atingir 20% da carga horária total do Curso de Graduação em Odontologia proposto, com base em Relatório/Resolução específica da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (Leme et al., 2015).

Amaral et al. (2025) concluem que as avaliações clínicas apresentaram melhores resultados quando comparadas às avaliações escritas, e que apesar dos avanços e investimentos na qualificação do processo avaliativo, docentes envolvidos em disciplinas clínicas frequentemente enfrentam desafios para mensurar habilidades complexas. Ademais, a abordagem de "educação baseada em competências" tem sido alvo de críticas recorrentes na literatura especializada.

Apesar dos avanços regulatórios e das diretrizes que visam à formação humanizada e voltada para o cuidado integral, os resultados indicam que a educação em saúde ainda se encontra predominantemente atrelada a uma lógica tecnicista e transmissiva. Essa abordagem, frequentemente centrada na memorização e no adestramento manual, não prepara o futuro cirurgião-dentista para enfrentar os desafios complexos do SUS nem para atuar de forma dialógica com a população. A superação desse modelo requer um investimento na qualificação docente e na adoção de metodologias que articulem teoria e prática de forma significativa. Somente por meio dessa transformação pedagógica é possível cumprir o verdadeiro propósito da área, pois a educação em saúde é um importante instrumento para se promover a participação ativa das pessoas na conquista de sua autonomia (Mialhe e Silva, 2011).

4 CONCLUSÃO

Este estudo bibliográfico confirmou que a formação em Odontologia enfrenta desafios significativos para se alinhar às diretrizes de um cuidado humanizado e integral. A predominância de um modelo de ensino tecnicista e a resistência docente em adotar novas abordagens pedagógicas foram identificadas como os principais entraves.

A pesquisa demonstrou que as metodologias ativas, embora ainda incipientes em muitos currículos, são essenciais para o desenvolvimento de competências complexas, superando as limitações dos métodos avaliativos tradicionais.

Conclui-se que a adoção de uma educação por competências é o caminho para formar profissionais aptos a atuar no Sistema Único de Saúde (SUS) e promover a autonomia dos pacientes por meio da educação em saúde. No entanto, a implementação plena desse modelo ainda se depara com a dificuldade de mensurar habilidades complexas e com a falta de preparo de alguns docentes.

Como limitação, destaca-se que este estudo se baseou em uma revisão narrativa, sem aprofundamento em dados quantitativos ou pesquisa de campo. Para futuras perspectivas, sugere-se a realização de pesquisas empíricas que investiguem o impacto da formação baseada em competências na prática clínica e na atuação dos cirurgiões-dentistas em contextos de atenção básica.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/62145

REFERÊNCIAS

Amaral, Denise Campos; Cruvinel, Diogo Rodrigues; De Rezende Barbosa, Gabriella Lopes; Gomes, Carolina Cintra. Comparison of assessment methods in dental education [Comparação de métodos de avaliação no ensino odontológico]. Revista de Odontologia da UNESP, v. 54, e20250005, 2025. DOI: 10.1590/1807-2577.00525

Grazziotin-Soares, Renata; Reichert, Leandro de Azambuja; Busato, Adair Luiz Stefanello; Mattos, Airton Pozo de; Barbosa, Alcebíades Nunes; Fontanella, Vânia Regina Camargo. The evaluation of higher dental education in Brazil: a cross-sectional study [Avaliação da educação superior de Odontologia no Brasil: um estudo transversal]. Revista Odonto Ciência, v. 26, n. 2, p. 121-125, 2011. DOI: 10.1590/S1980-65232011000200005

Leme, Pedro Augusto Thiene; Pereira, Antônio Carlos; Meneghim, Marcelo de Castro; MIALHE, Fábio Luiz. Undergraduate dental students' perspectives about experiences in primary care for their education in the field of health. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20, n. 4, p. 1255-1265, abr. 2015. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-81232015204.00812014.

Mialhe, Fábio Luiz; Silva, Cristiane Maria da Costa. A educação em saúde e suas representações entre alunos de um curso de Odontologia. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, supl. 1, p. 1555-1561, 2011. DOI: 10.1590/S1413-812320

Singh, Niharika; Gupta, Sonia; Pentapati, Kalyana Chakravarthy; Tadikonda, Abhinav. Perception of Indian dental students to pursue higher education abroad during COVID-19. Pesquisa Brasileira em Odontopediatria e Clínica Integrada, v. 21, e0265, 2021. DOI: 10.1590/pboci.2021.096

SEGURANÇA DO PACIENTE EM RADIOLOGIA: PROTOCOLOS E BOAS PRÁTICAS

CARLA CERQUEIRA GONÇALVES

Introdução: A segurança do paciente é essencial na assistência em saúde, especialmente em radiologia, devido aos riscos associados à exposição à radiação ionizante e à realização inadequada de procedimentos. A adoção de protocolos padronizados, boas práticas assistenciais e estratégias de gestão da qualidade contribui para minimizar esses riscos, garantindo qualidade diagnóstica e proteção tanto do paciente quanto da equipe profissional envolvida nos exames. **Objetivo:** Revisar a literatura sobre protocolos e boas práticas voltados à segurança do paciente em exames radiológicos, destacando medidas preventivas, estratégias de educação profissional e processos que promovam a excelência assistencial. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão bibliográfica narrativa em bases nacionais e internacionais, considerando publicações entre 2015 e 2025, nos idiomas português e inglês. Foram selecionados artigos que abordassem radioproteção, protocolos de segurança, boas práticas assistenciais, gestão da qualidade e programas de educação continuada em radiologia, com enfoque na redução de eventos adversos e proteção do paciente. **Resultados:** A literatura evidencia a importância do princípio ALARA (As Low As Reasonably Achievable) como base para redução da exposição à radiação, além do uso adequado de barreiras físicas, equipamentos de proteção individual e coletivo, e da checagem rigorosa da identidade do paciente. Comunicação clara, preparo adequado antes dos exames e a padronização de protocolos, incluindo o uso de checklists e treinamentos contínuos para profissionais, são medidas eficazes para minimizar erros e incidentes. Estudos indicam que instituições que aplicam sistematicamente essas práticas apresentam maior segurança do paciente, maior qualidade diagnóstica e menor ocorrência de eventos adversos. **Conclusão:** A segurança do paciente em radiologia depende da integração de múltiplas ações, incluindo protocolos de radioproteção, boas práticas assistenciais e gestão da qualidade. A aplicação sistemática dessas medidas reduz riscos, fortalece a confiança do paciente e garante maior excelência diagnóstica nos serviços de radiologia, evidenciando a relevância de investimentos contínuos em educação, treinamento e padronização de procedimentos.

Palavras-chave: **ASSISTÊNCIA EM SAÚDE; RADIOPROTEÇÃO; PROTOCOLOS RADIOLÓGICOS;**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/63159

A PLURALIDADE DAS ÁREAS DE TERAPIA OCUPACIONAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA

PAULA ANDREZA PIRES CORDEIRO; MARIA LUCICLEIDE DA SILVA; SANDRA DOS SANTOS MELO; FERNANDA CARDOSO SILVA; CAMYLA GHEYSIANE BEZERRA DO NASCIMENTO

Introdução: A Terapia Ocupacional (TO) é uma profissão voltada à promoção da saúde, reabilitação e inclusão social, com atuação em múltiplos contextos. A diversidade de áreas permite que o terapeuta ocupacional intervenha em cenários clínicos, educacionais, comunitários e organizacionais, promovendo autonomia e qualidade de vida. Compreender essa pluralidade é essencial para fortalecer a prática profissional, orientar políticas públicas e garantir intervenções integradas e eficazes. **Objetivos:** Analisar a pluralidade das áreas de atuação da Terapia Ocupacional, destacando suas contribuições em diferentes contextos e a relevância da formação acadêmica e atualização profissional para atender às demandas diversificadas. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão de literatura utilizando artigos publicados entre 2015 e 2025, disponíveis nas bases Scielo, PubMed e BVS (Biblioteca Virtual de Saúde). Os descritores utilizados foram "Terapia Ocupacional", "Áreas de atuação" e "Diversidade". Foram incluídos artigos completos em português e inglês que abordassem a atuação da TO em diferentes contextos. Artigos duplicados ou sem relevância para o tema foram excluídos. Os dados foram analisados de forma qualitativa, permitindo identificar os principais cenários de atuação e as contribuições profissionais. **Resultados:** A revisão revelou que a Terapia Ocupacional atua em diversas áreas, incluindo saúde mental, reabilitação física, atenção domiciliar, educação especial e mercado de trabalho. Em saúde mental, a TO contribui para habilidades sociais e autonomia. Na reabilitação física, apoia a reintegração de indivíduos com sequelas de doenças crônicas ou acidentes. A atenção domiciliar envolve adaptação do ambiente e orientação familiar. Na educação especial, promove inclusão escolar e social de crianças e adolescentes. No mercado de trabalho, atua na ergonomia, prevenção de acidentes e promoção da saúde ocupacional. **Conclusão:** A pluralidade das áreas de atuação da Terapia Ocupacional evidencia seu papel como profissão transformadora, capaz de promover autonomia, inclusão social e melhoria da qualidade de vida. A formação abrangente e a atualização contínua são fundamentais para garantir intervenções adequadas e eficazes, atendendo às demandas diversificadas da população.

Palavras-chave: **AUTONOMIA; EDUCAÇÃO; INSCLUSÃO**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/63479

DOULA DE FIM DE VIDA NA ATENÇÃO DOMICILIAR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

JAMILE CRISTINA PEDROSO SOARES; TATIANA BARBIERE SANTANA; GLENDA AGRA

Introdução: A atuação da doula de fim de vida na Atenção Domiciliar tem se destacado como estratégia essencial para ampliar o cuidado no fim de vida, oferecendo suporte que acolhe as dimensões física, psíquica, social e espiritual do processo de morrer. Ao estabelecer vínculos e estar presente no espaço íntimo do lar, a doula favorece a construção de um ambiente seguro e humanizado, permitindo que a pessoa em processo de morte seja assistida de forma integral, com respeito aos seus valores, desejos e escolhas. **Objetivo:** Relatar a experiência do acompanhamento de uma paciente em fim de vida, inicialmente resistente ao processo de morrer, conduzindo esse processo por meio da escuta ativa, presença compassiva, práticas integrativas e ressignificação de sentidos. Trata-se de um relato de experiência com abordagem qualitativa, desenvolvido ao longo de um ano de acompanhamento domiciliar de uma paciente com cardiopatia, epidermólise bolhosa e artrose avançada, com encontros mensais, quinzenais e semanais, conforme a progressão da doença, entre novembro de 2019 e dezembro de 2020. **Relato de experiência:** A paciente apresentava intensa resistência ao prognóstico de terminalidade de vida, expressando medo, dor e raiva. A construção do vínculo ocorreu gradualmente, por meio da escuta compassiva e do apoio emocional, permitindo que expressasse seus desejos mais íntimos: morrer em casa, em seu quarto, cercada por sua coleção de perfumes importados e fotografias de viagens. Apesar da resistência do esposo, foi possível tecer um plano de despedida que honrasse suas escolhas. No dia da partida, a paciente faleceu de forma serena, pacífica e digna. Após o falecimento, o corpo foi preparado com os itens previamente escolhidos e acompanhado até a retirada pela funerária. Nos dias seguintes, foi realizado apoio à filha na organização dos pertences e na elaboração simbólica do luto. **Conclusão:** A experiência evidencia a potência transformadora da doulagem da morte na Atenção Domiciliar, ao restituir autonomia, resgatar dignidade e ressignificar o morrer, demonstrando que a escuta compassiva, as práticas integrativas e o cuidado simbólico são fundamentais para promover uma boa morte, conduzida com sentido, presença e humanidade.

Palavras-chave: **DOULA DA MORTE; CUIDADOS PALIATIVOS; ASSISTENCIA DOMICILIAR;**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/63506

DOULAS DA MORTE E EMPREENDEDORISMO NA AMÉRICA-LATINA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

JAMILE CRISTINA PEDROSO SOARES; VIRGINIA VALVERDE TORRES; TATIANA BARBIERE SANTANA; GLENDA AGRA

Introdução: O campo de atuação das doulas da morte tem se expandido como resposta à crescente demanda por cuidados humanizados em fim de vida. No entanto, a atuação dessas profissionais ainda é permeada por invisibilidade social, insegurança financeira e fragilidade nas diretrizes estratégias para consolidação da prática, o que evidencia a necessidade de oferecer suporte estruturado para que possam prestar serviços sustentáveis e éticos, alinhados aos valores do cuidado integral. Diante desse cenário, foi desenvolvida uma mentoria de empreendedorismo destinada exclusivamente para as doulas da morte. **Objetivo:** Relatar a experiência de criação e condução de uma mentoria para doulas da morte. Trata-se de um relato de experiência sobre a criação de uma mentoria para doulas da morte, com foco no empreendedorismo, na estruturação de serviços, posicionamento profissional e expansão prática. **Relato de Experiência:** A mentoria faz parte de um projeto maior de educação para a morte, chamado "Curso de Doulas da Morte", criado em 2018, que é pioneiro no Brasil e na América Latina. A mentoria é de caráter individual, estruturada em seis módulos, com encontros semanais virtuais, realizada ao longo de seis meses. Os conteúdos abrangem mentalidade profissional, construção de serviços, precificação sensível, posicionamento estratégico, *marketing* ético e aspectos legais e éticos da atuação. A mentoria é um espaço seguro de construção de identidade profissional, ancorado na escuta ativa, em práticas simbólicas e no conceito de empreendedorismo sensível. Desde 2018 foram acompanhados diversos projetos em território brasileiro e, mais recentemente, o alcance tornou-se internacional, expandindo para a Costa Rica, que implantou um espaço de cuidado humanizado e de educação para a morte por uma doula costa-riquenha, e que é o primeiro em seu país. **Conclusão:** A experiência evidencia que a mentoria é uma estratégia de profissionalização e fortalecimento do movimento de doulas da morte na América Latina. Ao integrar escuta, espiritualidade, estratégia e gestão, o modelo proposto contribui para consolidar um novo paradigma de cuidado, pautado no empreendedorismo ético, sensível e humanizado.

Palavras-chave: **DOULA DE FIM DE VIDA; EMPREENDER NA SAÚDE; EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE;**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/63507

INTEGRAÇÃO DE DOULAS DE FIM DE VIDA EM UM SERVIÇO DE ATENDIMENTO DOMICILIAR PRIVADO: UM MODELO PIONEIRO DE EMPREENDEDORISMO EM SAÚDE

JAMILE CRISTINA PEDROSO SOARES; TATIANA BARBIERE SANTANA; GLENDA AGRA

Introdução: O cenário da Atenção Domiciliar no Brasil ainda enfrenta desafios significativos relacionados à qualidade assistencial, à formação continuada das equipes e à humanização do cuidado no fim da vida. Empreender nesse contexto exige sensibilidade ética, gestão estratégica e uma visão ampliada do cuidado, capaz de integrar tecnologias, práticas inovadoras e acolhimento integral. Nesse sentido, este relato apresenta a experiência de um serviço privado de atenção domiciliar que alia assistência qualificada, educação permanente e a atuação pioneira de doulas da morte como estratégia para oferecer um cuidado humanizado e estruturado no ambiente doméstico. **Objetivo:** Relatar a experiência de criação e consolidação de um serviço de atenção domiciliar que integra as doulas da morte como prestadoras formalizadas de acompanhamento no processo de morrer. Trata-se de um relato de experiência baseado na trajetória empreendedora das fundadoras do serviço, desde sua concepção, em 2016, até sua consolidação como referência em atenção domiciliar e educação em saúde em Porto Alegre/RS. O desenvolvimento envolveu planejamento estratégico, estruturação do serviço desde o início, qualificação permanente da equipe e a criação de protocolos exclusivos para o acompanhamento integral. **Relato de experiência:** O serviço foi idealizado por duas enfermeiras com o propósito de oferecer um cuidado qualificado, sensível e ético para adultos e idosos no domicílio. Desde que foi criado em 2016, mais de mil famílias foram atendidas, com o apoio de uma equipe multidisciplinar formada atualmente por 104 profissionais. Um dos diferenciais é a criação de uma plataforma interna de ensino, que disponibiliza capacitações gratuitas com certificação, promovendo educação permanente. Outro marco inovador é a inclusão estruturada de doulas da morte na equipe, responsáveis por visitas planejadas, escuta ativa, preparação simbólica para a morte e apoio ao luto das famílias, atuando em articulação com a equipe técnica. **Conclusão:** A experiência demonstra que é possível empreender com inovação, sensibilidade e impacto social na saúde. Ao integrar atenção domiciliar, educação permanente e as doulas da morte, o serviço inaugura um novo modelo de cuidado que honra a vida até o fim, promovendo profissionalismo, humanização e autonomia.

Palavras-chave: **SERVIÇO DE ASSISTENCIA DOMICILIAR; EMPREENDER NA SAÚDE; DOULA DA MORTE;**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/63508

EDGAR ALLAN POE: DIAGNOSTICANDO A SÍNDROME DO LOBO FRONTAL

BIANCA SANTOS BARBOSA; RENATO MASSAHARU HASSUNUMA; PATRÍCIA CARVALHO GARCIA; SANDRA HELOISA NUNES MESSIAS

Introdução: A síndrome do lobo frontal (SLF) corresponde a vários distúrbios de personalidade que ocorrem após lesões na região do lobo frontal cerebral, especialmente resultantes de traumatismos cranianos e tumores. Estas alterações causam alterações relacionadas a comportamento social, motivação, planejamento, linguagem e fala. Devido ao fato de o lobo frontal corresponder ao centro da personalidade do indivíduo, a SLF também resulta em mudanças na personalidade e no comportamento do indivíduo. Nas obras de Edgar A. Poe, pesquisadores sugerem que esta doença seja descrita no conto "O homem de negócios" (publicado originalmente em 1840), onde o narrador relata um traumatismo acidental, que sofreu durante a sua infância. **Objetivo:** Verificar no conto "O Homem de Negócios" as manifestações clínicas descritas pelo narrador e associadas à SLF. **Metodologia:** A partir do levantamento bibliográfico realizado sobre a SLF, foram selecionados 33 artigos, publicados na última década, em inglês ou português, usando os termos "síndrome do lobo frontal" e "*frontal lobe syndrome*", nas bases de dados PUBMED e SciELO. Além disso, foi realizada a análise da referida obra de Edgar A. Poe. **Resultados:** Em "O homem de negócios", o narrador atribui a um traumatismo acidental, ocorrido durante a infância, mudanças em seu comportamento, que o leva a se tornar metódico e obter sucesso de seu negócio. As mudanças de comportamento associadas a traumatismos do lobo frontal estão associadas à SLF. Esta doença foi conceituada posteriormente por John Martyn Harlow em 1868, o qual descreveu um acidente causado por uma ponta de ferro de um metro de comprimento, que empalou o crânio de Phineas Gage. O paciente sobreviveu ao acidente, não apresentou dificuldades motoras; no entanto, demonstrou alterações em sua personalidade, incluindo mau julgamento, falta de planejamento, desinibição, comportamento socialmente inadequado e desregulação emocional. **Conclusão:** O levantamento realizado mostrou que a Psicologia e o estudo sobre doenças mentais estavam em amplo progresso durante o século XIX. A análise do conto "O homem de negócios" mostrou que esta obra corresponde a um possível registro histórico da SLF, mostrando o interesse do autor pelo assunto e que a doença já era conhecida antes de ter sido descrita.

Palavras-chave: **TRANSTORNOS MENTAIS; MEDICINA NA LITERATURA; ENSINO**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/63517

O PAPEL DO ENFERMEIRO NA EDUCAÇÃO EM SAÚDE: UMA REVISÃO DA LITERATURA

MARGARETH VIEIRA; LILIAN CRUZ GALINDO; RAYSSA CRISTINA DE OLIVEIRA PEREIRA; LUCIENE DOS SANTOS SILVA; ROMÁRIO AUGUSTO DE GODOI LIMA

Introdução: A educação em saúde é um processo fundamental para a promoção da saúde e a prevenção de doenças. Nesse contexto, o enfermeiro atua como um educador essencial, utilizando diferentes estratégias para construir conhecimento junto à população. A atuação do enfermeiro fortalece o vínculo com os pacientes e impacta diretamente a qualidade de vida, a conscientização sobre saúde e a humanização do sistema de saúde. **Objetivo:** O objetivo deste estudo foi revisar a literatura científica para analisar o papel do enfermeiro na educação em saúde, destacando as estratégias utilizadas, os desafios encontrados e os resultados obtidos. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, que incluiu artigos publicados entre 2020 e 2025. A busca foi realizada nas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), SciELO e Google Acadêmico, utilizando os descritores "Educação em Saúde", "Ensino", "Estratégia de Saúde Nacionais" e "Promoção de Saúde". Foram selecionados artigos originais em português, de domínio público, excluindo-se teses, dissertações, editoriais e outras revisões. **Resultados:** De um total de 593 artigos revisados, 10 atenderam aos critérios de elegibilidade. A análise mostrou que a educação em saúde conduzida por enfermeiros contribui significativamente para: Melhoria da adesão a tratamentos, prevenção de doenças crônicas, fortalecimento do autocuidado e promoção da saúde em diferentes fases da vida. Estratégias como rodas de conversa, visitas domiciliares, campanhas educativas, e o uso de recursos como tecnologias digitais e materiais lúdicos, mostraram-se eficazes. No entanto, o estudo também identificou desafios, como a sobrecarga de trabalho, a falta de capacitação contínua e a limitação de recursos. **Conclusão:** Concluímos que o enfermeiro desempenha um papel crucial como educador em saúde. Sua atuação promove mudanças positivas nos hábitos de vida e aumenta a autonomia da população. Para maximizar esse impacto, é fundamental investir em estratégias inovadoras e na capacitação contínua dos profissionais.

Palavras-chave: **CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL; PROMOÇÃO DE SAÚDE; ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS;**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/63533

PREPARANDO PARA A PARENTALIDADE: OFICINAS COM CASAIS GRÁVIDOS EM INSTITUIÇÃO DE REFERÊNCIA PARA GESTAÇÃO DE ALTO RISCO

ALINE MOREIRA CUNHA MONTEIRO; FERNANDA RIBEIRO; MARIA LETICIA RAMOS JORGE; LEANDRO SILVA MARQUES; LEIDA CALEGÁRIO DE OLIVEIRA

Introdução: Incentivar a autonomia do casal no processo de nascimento é fundamental para uma experiência mais consciente e humanizada. Nesse contexto, a realização de oficinas lúdicas e criativas voltadas para casais grávidos, gestantes, puérperas e mulheres contribui para a escuta qualificada e o fortalecimento do cuidado. **Objetivo**: O objetivo é compartilhar a experiência no desenvolvimento de oficinas com foco na capacitação do casal grávido do projeto Todos pela vida materno-infantil realizado no período de abril a agosto/2024, em uma instituição de referência a gestação de alto risco. **Relato de experiência**: O projeto desenvolveu oficinas semanais, com duração de uma hora, realizadas na sala de reuniões de um hospital de referência que atende 34 municípios da região. A primeira etapa da ação consistiu no planejamento, por meio de reuniões online entre os membros para definição de objetivos, escolha das atividades e divisão de responsabilidades. Entre as atividades, destacaram-se: demonstrações práticas de técnicas como o rebozo, a shantala, o banho de ofurô e a pega correta na amamentação, bem como a aplicação de jogos educativos, como cartas, tabuleiros, roleta, quebra-cabeça, jogo da memória, totalizando 25 temas distintos. Os membros do projeto contavam com profissionais de diferentes áreas, trabalhando o tema de forma interdisciplinar. Na segunda etapa, foi feita a montagem da divulgação digital para enviar aos profissionais de saúde da instituição e para estimular a participação dos casais grávidos. Os participantes foram receptivos e demonstraram interesse pelas dinâmicas, sendo a música ambiente bem recebida como recurso terapêutico, assim como as frases motivacionais, que provocaram acolhimento emocional. O espaço de escuta ativa promoveu diálogos e trocas, evidenciando a importância de abordagens humanizadas no cuidado em saúde. Assim, acredita-se que essa estratégia contribuiu para melhoria da qualidade da assistência materno-infantil, possibilitando a construção de espaços coletivos para troca de saberes, esclarecimento de dúvidas, orientações, intervenção multiprofissional com foco na promoção, prevenção e recuperação da saúde, bem como possibilitando um atendimento mais humanizado ao casal grávido. **Conclusão:** Conclui-se, que a experiência foi importante tanto para os membros do projeto quanto para o público, ao proporcionar sensibilização, acolhimento e troca de saberes sobre os cuidados materno-infantil.

Palavras-chave: **SAÚDE; PROMOÇÃO DA SAÚDE; PARTO;**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/63559

ESTRATÉGIAS DIGITAIS PARA INFORMAÇÃO CONTRACEPTIVA NO PÓS-PARTO

ALINE MOREIRA CUNHA MONTEIRO; LUIZA GOMES PEREIRA; FABIANA ANGÉLICA DE PAULA; HELISAMARA MOTA GUEDES; MARIA LETICIA RAMOS-JORGE

Introdução: O fornecimento de orientações e o uso correto de métodos contraceptivos no período pós-parto ainda enfrentam obstáculos, especialmente entre puérperas em situação de vulnerabilidade social. Diante disso, as tecnologias móveis em saúde (mHealth) surgem como estratégias eficazes para facilitar o acesso a informações seguras e incentivar a autonomia feminina. **Objetivo:** Avaliar a eficácia das intervenções de mHealth na melhoria da adesão ao uso dos métodos contraceptivos no período pós-parto. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão narrativa da literatura com estudos publicados a partir de 1975, extraídos das bases de dados PubMed, Cochrane e Scopus. Os descritores foram obtidos na plataforma MeSH, sendo estes: “Intrauterine Devices”, “Postpartum Period”, “Mobile Applications”, “Text Messaging” e “Telemedicine”. Os critérios de inclusão foram: ensaios clínicos com intervenções baseadas em mHealth, sem distinção de idioma, disponíveis na íntegra. Já os critérios de exclusão foram: artigos duplicados, mulheres fora do período pós-parto. Dois revisores independentes realizaram a seleção e extração dos dados no gerenciador de referências Rayyan. **Resultados:** a utilização de mensagens bidirecionais personalizadas com interação direta entre as participantes e profissionais, aumentou 26% na probabilidade de uso de contraceptivos aos seis meses pós-parto. Esses dados sugerem que a comunicação interativa e o suporte próximo fazem diferença na adesão ao planejamento reprodutivo. Na China, a intervenção reduziu significativamente a incidência de gravidez indesejada em até um ano após o parto e elevou a taxa de uso de métodos de longa duração. A taxa de aborto induzido também foi menor entre as participantes do grupo intervenção. Por outro lado, nem todos os estudos observaram efeitos positivos. Uma pesquisa realizada nos EUA avaliou o uso de mensagens de texto automatizadas isoladas e não identificou diferença significativa. Isso sugere que intervenções pouco personalizadas e com baixa interação podem ter impacto limitado sobre o comportamento das usuárias. Além disso, fatores como escolaridade, apoio do parceiro, acesso à tecnologia e crenças culturais influenciam diretamente os desfechos observados. **Conclusão:** Apesar dos benefícios observados, não foi possível comprovar a eficácia das intervenções de mHealth no uso de contraceptivos, devido a limitações metodológicas, como baixa adesão, falhas na entrega dos conteúdos e falta de padronização.

Palavras-chave: **TELESSAÚDE; PUERPÉRIO; CONTRACEPÇÃO;**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/63567

CASAS DA GESTANTE, BEBÊ E PUÉRPERA: ACOLHIMENTO E CUIDADO NO SUS

ALINE MOREIRA CUNHA MONTEIRO; LEIDA CALEGÁRIO DE OLIVEIRA; MARIA LETÍCIA RAMOS JORGE; LEANDRO SILVA MARQUES

Introdução: As Casas da Gestante, Bebê e Puérpera (CGBPs) são residências peri-hospitalares que oferecem acolhimento humanizado e apoio contínuo a gestantes, puérperas e recém-nascidos em situação de vulnerabilidade ou com dificuldades de deslocamento, diminuindo a ocupação de leitos hospitalares e promovendo a equidade no acesso à saúde. **Objetivo:** Avaliar a contribuição dos modelos organizacionais das Casas da Gestante, Bebê e Puérpera para a melhoria dos desfechos em saúde materno-infantil. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão narrativa da literatura com estudos publicados a partir de 1968, extraídos das bases de dados *PubMed, Cochrane, Scopus* e literatura cinzenta. Os critérios de inclusão foram: estudos primários e secundários, incluindo qualitativos, quantitativos, revisões, relatos de caso e séries de casos, sem distinção de idioma sobre os modelos organizacionais das CGBP e desfechos em saúde materno-infantil. Já os critérios de exclusão foram: artigos duplicados e estudos com mulheres fora do período gestacional ou pós-parto. A seleção e extração dos dados foi realizado no gerenciador de referências *Rayyan*. Após a triagem, iniciou-se a leitura na íntegra dos artigos. A estratégia de busca resultou em 107 artigos, além disso foi incluído os 100 primeiros artigos da literatura cinzenta. **Resultados:** As mulheres que permaneceram na CGBP tiveram um risco menor de morte perinatal em comparação com mulheres que vieram diretamente de casa para o hospital durante o trabalho de parto. Assim, a assistência na CGBP pode ser considerada efetiva por apresentar resultados maternos e perinatais favoráveis quanto ao modelo assistencial tradicional de enfermaria. Visto que, promove monitoramento contínuo e assistência humanizada, prevenindo os fatores que colaboram para o aumento de mortalidade materna e perinatal. A questão da ambiência também deve ser levada em consideração, por estar em sintonia com o acolhimento e as relações humanas, oferecida pelas instituições de referência à gestação de alto risco. **Conclusão:** Conclui-se, que a falta de dados sistemáticos torna invisíveis as desigualdades em saúde dessa população, justificando a proposta de uma revisão de escopo.

Palavras-chave: **GESTANTES; VULNERABILIDADE EM SAÚDE; HUMANIZAÇÃO;**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/63609

IMPACTO DA ORIENTAÇÃO EM SAÚDE BUCAL DURANTE A GESTAÇÃO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA POR TRIMESTRES

ALINE MOREIRA CUNHA MONTEIRO; MARIA AMÉLIA VIEIRA TOLEDO; MARIA LETICIA RAMOS JORGE; LEANDRO SILVA MARQUES

Introdução: Estudos indicam que o acompanhamento odontológico no pré-natal não apenas é seguro, mas também essencial para prevenir complicações como parto prematuro e baixo peso ao nascer. Assim, integrar orientações em saúde bucal à gestante desde o início do pré-natal pode contribuir para resultados mais positivos, tanto para a mãe quanto para o recém-nascido, tornando esse cuidado mais eficaz. **Objetivo:** Avaliar sistematicamente a literatura existente sobre a eficácia de orientações de saúde bucal a gestantes em diferentes trimestres da gestação. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão sistemática, sem restrições de idioma ou data de publicação, nas bases de dados *The Cochrane Library, EMBASE, MEDLINE/PubMed, SCOPUS e Web of Science, Google Scholar*. Três revisores independentes realizaram a seleção e extração dos dados, e as divergências foram resolvidas por um quarto revisor. Foram incluídos estudos ensaios clínicos randomizados controlados que avaliaram a eficácia de qualquer intervenção de educação em saúde bucal durante a gestação sobre a melhoria do conhecimento e/ou da saúde materno-infantil. Todos os estudos destacaram o período de gestação no momento da intervenção. O risco de viés foi avaliado utilizando o *Consolidated Standards of Reporting Trials* 2010 e de He et al. (2011). **Resultados:** As características e resultados dos estudos individuais foram extraídos e sintetizados narrativamente. Dos oito ensaios incluídos, apenas um apresentou alto nível de evidência; os demais estudos mostraram limitações metodológicas, principalmente no mascaramento e ocultação da alocação. Apesar das intervenções terem sido aplicadas por trimestre, os resultados não foram estratificados, dificultando a definição do momento ideal para as orientações. Os estudos mostraram taxas semelhantes de parto prematuro entre os grupos, com melhora periodontal e aumento de casos saudáveis no grupo intervenção; o conhecimento sobre saúde bucal melhorou nos grupos e houve aumento da duração da escovação, sem mudança na frequência. **Conclusão:** Conclui-se que, a maioria dos estudos concentra-se nos dois primeiros trimestres, havendo lacunas no terceiro trimestre e na disponibilidade dos resultados separados.

Palavras-chave: **EDUCAÇÃO; SAÚDE; INTEGRALIDADE**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/63611

CURSO DE FORMAÇÃO DE PRECEPTORES EM SAÚDE: EXPERIÊNCIA NO TOCANTINS

GEORGE BERNARDO SOUSA MIRANDA

Introdução: A preceptoria em saúde é elemento vital para a qualificação da formação em saúde no SUS. A oferta de formação de preceptores é fundamental para o desenvolvimento dos serviços de saúde. Neste contexto, o Curso de Formação de preceptores no SUS propôs alinhamento conceitual do papel do preceptor, instrumentalizando os discentes nas temáticas de Metodologias Ativas de Ensino, Aprendizagem significativa, Avaliação (formativa e somativa) da aprendizagem e Feedback em avaliação. Acredita-se que as ferramentas práticas debatidas no curso auxiliam os preceptores nos cenários de prática. **Objetivo:** Relatar a experiência da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins (SES-TO) na execução de um curso voltado para a capacitação desses profissionais. **Relato de experiência:** Curso semipresencial - realizado em Palmas/TO no período de novembro/2023 a fevereiro/2024; com 60 horas - com 5 módulos temáticos desenvolvidos de forma presencial e 1 módulo com atividades no MOODLE ETSUS. O curso teve 40 horas de atividades presenciais no município de Palmas/TO e 20 horas de atividades no ambiente virtual de aprendizagem. A matriz curricular do curso abrangeu conteúdos históricos, conceituais e legais referentes à residência em área profissional da saúde. Além disso, foram abordados aspectos técnico-metodológicos referentes às metodologias ativas de ensino, Avaliação somativa e formativa da aprendizagem, Avaliação por competência e Tipos de feedback. **Conclusão:** O curso ofertou 60 vagas – distribuídas em 2 turmas - para profissionais da saúde que atuam no Estado do Tocantins. O processo seletivo para discente teve 84 inscritos; com 47 selecionados. As turmas contaram com servidores municipais, estaduais e federais. Ao final, 32 discentes atenderam aos requisitos do processo educacional e foram certificados. Mesmo obtendo 84 inscritos no processo seletivo, não conseguimos selecionar/matricular o quantitativo de discentes de acordo com as vagas disponíveis (n=60). Foram selecionados 47 discentes, dos quais 15 não alcançaram o percentual mínimo de frequência exigida, impossibilitando sua certificação. O número de discentes certificados (n=32) ficou dentro dos percentuais históricos registrados nos cursos da SES-TO.

Palavras-chave: **EDUCAÇÃO; SUPERVISÃO; RESIDÊNCIA;**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/63725

USANDO A GAMIFICAÇÃO NO ENSINO DE IMUNOENSAIOS CONJUGADOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

KAIQUE SOUZA SANTOS DE JESUS; TAINÁ SANTOS LIMA; BEATRIZ SOUZA GOMES DOS SANTOS; LIVIA SOUZA PUGLIESE

Introdução: O *Enzyme Linked Immunosorbent Assay* (ELISA) é um ensaio imunoenzimático amplamente empregado para detecção de anticorpos, antígenos e biomarcadores. Entender o ELISA é essencial para profissionais de saúde compreenderem os ensaios conjugados, amplamente utilizados para diagnóstico e acompanhamento de diversas doenças e condições clínicas. Tradicionalmente, o ensino do ELISA ocorre em aulas práticas nas quais o aluno é norteado por um protocolo com etapas determinadas. O aluno, assim, é mero reprodutor de um passo-a-passo, com enfoque na realização de processos cognitivos inferiores, como memorização. A gamificação em atividade pré-laboratorial pode ser uma alternativa a esta problemática, contribuindo para uma melhor compreensão conceitual do método, além de favorecer a realização de processos cognitivos superiores. **Objetivo:** Relatar a experiencia de aplicação da estratégia de gamificação não-digital 'ELISA POP' no ensino de imunoensaios conjugados na disciplina Imunologia. **Relato de experiência:** A intervenção pedagógica foi aplicada a alunos de Enfermagem, Nutrição e Farmácia de uma universidade pública. Em equipes, os participantes receberam o desafio de reconstruir a sequência correta de etapas e reagentes para a realização de um ELISA indireto para diagnóstico do HIV, elaborando um Procedimento Operacional Padrão (POP) capaz de distinguir entre amostras positivas e negativas. O design da gamificação incorporou colaboração, metas claras, regras, sistema de tentativas, desbloqueio de dicas mediante resolução de tarefas e *feedback* imediato. A atividade antecedeu a aula prática laboratorial e foi mediada por docentes e monitores. Houve alto envolvimento durante a atividade, com discussões sobre princípios (afinidade antígeno-anticorpo, papel do bloqueio, etapas de lavagem, conjugado enzimático e substrato cromogênico) e estratégias de resolução de problemas. Na avaliação formativa, docentes e monitores observaram incremento na colaboração, argumentação e tomada de decisão. Registros reflexivos dos estudantes indicaram maior clareza sobre o racional do ensaio e suas variáveis críticas. **Conclusão:** A gamificação "ELISA POP" mostrou-se uma alternativa didático-pedagógica promissora para qualificar o ensino de imunoensaios conjugados, promovendo engajamento e pensamento de ordem superior (análise, aplicação e criação). Como limitação, o impacto em aprendizagem não foi aferido por medidas objetivas, o que será efetuado em etapas subsequentes de pesquisa.

Palavras-chave: **LUDIFICAÇÃO; ENSINO SUPERIOR; ELISA;**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/63880

O AUMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

ANNA CAROLINA PAPANIKOLAU PEREIRA; JACQUELINE ANDRADE SANTANA; BRUNA DAIANE DA SILVA RAMOS; JOYCE LEANDRO BENEVENUTO DOS REIS; ELIANDRA GONÇALVES STOHLER VARGAS

Introdução: A violência doméstica cresce no Brasil, sobretudo no Sudeste e Nordeste, atingindo mulheres e pessoas transsexuais. Vai além da agressão física, abrangendo formas psicológicas, sexuais, patrimoniais e morais. Apesar dos avanços legais, persistem preconceitos e falhas no acolhimento, exigindo maior integração entre órgãos públicos e educação para igualdade de gênero. **Objetivo:** O objetivo deste resumo é buscar meios para combater a violência doméstica contra mulheres por meio da implementação de políticas públicas efetivas, suporte social contínuo e conscientização sobre o tema, visando romper o ciclo de violência e promover melhor qualidade de vida às vítimas, ao implementar políticas públicas que abordem a violência doméstica de forma integral, oferecendo suporte às vítimas e promovendo a conscientização, garantindo suporte social contínuo para as vítimas de violência doméstica, ajudando-as a superar os danos físicos, psicológicos e sociais, e promovendo ambientes seguros e apoio às mulheres em situação de violência. Para isso, são utilizadas estratégias como a educação, por exemplo. **Metodologia:** Esse estudo foi realizado através de um estudo transversal, exploratório, descritivo e quantitativo, realizado em João Pessoa-PB (2013–2015) com 424 mulheres ≥18 anos, selecionadas por amostragem estratificada por bairros. A coleta ocorreu nos domicílios, conduzida por entrevistadoras treinadas, utilizando roteiro semiestruturado e os instrumentos WHO VAW Study (violência de gênero) e WHOQOL-BREF (qualidade de vida). **Resultados:** Participaram 424 mulheres (média 35 anos); 55% com companheiro, 80% com filhos e 70% ativas no mercado de trabalho. A prevalência de violência doméstica foi de 54,4%, caracterizada por ciclos de tensão, agressão e reconciliação. A qualidade de vida média foi 61,59, menor entre mulheres que relataram violência (59,61 vs 66,79). **Conclusão:** O estudo evidenciou que a violência doméstica gera impactos significativos na saúde física, psicológica e social das mulheres, permanecendo frequentemente invisibilizada diante da ênfase exclusiva nas lesões. Tal cenário reforça desigualdades de gênero e contribui para a perpetuação do ciclo de violência. Assim, faz-se necessário reconhecê-la como problema de saúde pública, demandando políticas públicas efetivas, suporte contínuo e estratégias de intervenção que promovam melhores condições de vida às vítimas.

Palavras-chave: **VIOLAÇÃO; FEMINILIDADE; AGRESSÃO;**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/63897

TRABALHO E ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL: LIMITE OU POSSIBILIDADE?

DALMARÉGIA MONTEIRO SILVA; MARISA PEREIRA MONTEIRO; LUCAS MARTINS MONTEIRO; KARINE MARTINS MONTEIRO; MARILDA MONTEIRO SILVA

Introdução: Este estudo explora o direito ao trabalho para pessoas idosas, analisando os impactos dessa inclusão nas condições de saúde física e mental dos trabalhadores mais velhos. Com o aumento da expectativa de vida e a crescente participação de idosos no mercado de trabalho, surgem discussões sobre os benefícios e os desafios dessa inserção. A Constituição Brasileira e o Estatuto do Idoso asseguram o direito ao trabalho, mas questiona-se se as condições laborais são adequadas às limitações físicas e psicológicas dos trabalhadores em idade avançada, especialmente em funções que demandam grande esforço físico ou estresse**. Objetivo:** Investigar os direitos trabalhistas da pessoa idosa, os principais desafios de saúde enfrentados por essa população no trabalho e possíveis alternativas para promover um envelhecimento saudável no ambiente de trabalho. **Metodologia:** A pesquisa realizou uma análise qualitativa das legislações vigentes, estudos sobre saúde ocupacional de idosos e políticas públicas voltadas para a inclusão e proteção do trabalhador idoso. **Resultado:** A pesquisa enfatiza a importância de políticas públicas que promovam um mercado de trabalho inclusivo e seguro, protegendo a dignidade e a saúde do idoso. Identificou também os desafios relacionados às condições laborais que podem afetar negativamente a saúde física e mental dos trabalhadores idosos. **Conclusão:** O artigo sugere medidas para equilibrar o direito ao trabalho e a preservação da saúde, incluindo ajustes no ambiente de trabalho e a implementação de programas de saúde preventiva, visando um envelhecimento saudável e digno para os trabalhadores idosos. Além disso, reforça a necessidade de conscientização dos empregadores sobre as particularidades da força de trabalho idosa e a importância da adaptação das políticas internas para garantir a segurança e o bem-estar desses trabalhadores. A promoção de ambientes laborais inclusivos e flexíveis não só contribui para a qualidade de vida dos idosos, mas também valoriza sua experiência e conhecimento, beneficiando toda a sociedade. Por fim, destaca-se que o avanço dessas práticas depende do comprometimento conjunto entre governo, empresas e a sociedade civil para efetivar um mercado de trabalho que respeite e proteja os direitos dessa população crescente.

Palavras-chave: **SAÚDE FÍSICA E MENTAL; DIREITO AO TRABALHO; SAÚDE PREVENTIVA**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/63915

TRABALHO E ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL: UM DIREITO OU UM RISCO?

DALMARÉGIA MONTEIRO SILVA; KARINE MARTINS MONTEIRO; MARILDA MONTEIRO SILVA; LUCAS MARTINS MONTEIRO; MARISA PEREIRA MONTEIRO

RESUMO

Este estudo aborda o direito ao trabalho para pessoas idosas, explorando os impactos dessa inclusão nas condições de saúde física e mental dos trabalhadores mais velhos. Com o aumento da expectativa de vida e a crescente participação de idosos no mercado de trabalho, as discussões acerca dos benefícios e desafios dessa inserção tornam-se cada vez mais relevantes. A Constituição Brasileira e o Estatuto do Idoso asseguram o direito ao trabalho como um meio de garantir autonomia, dignidade e qualidade de vida para essa população. No entanto, questiona-se se as condições laborais atuais são adequadas às limitações físicas e psicológicas que naturalmente acompanham o envelhecimento, principalmente em funções que exigem grande esforço físico, jornadas extensas ou níveis elevados de estresse. O artigo investiga os direitos trabalhistas assegurados à pessoa idosa, destacando a necessidade de adequações e flexibilizações que respeitem suas capacidades e restrições, para evitar o agravamento de doenças crônicas e a deterioração da saúde mental. São discutidos os principais desafios enfrentados pelos idosos no ambiente de trabalho, como a falta de políticas específicas, preconceitos relacionados à idade e a ausência de suporte adequado para a manutenção do bemestar. Além disso o estudo ressalta a importância de políticas públicas eficazes que promovam um mercado de trabalho inclusivo e seguro, assegurando a proteção da dignidade e saúde do trabalhador idoso. São sugeridas medidas práticas para equilibrar o direito ao trabalho com a preservação da saúde, incluindo adaptações ergonômicas, programas de saúde preventiva, capacitação contínua e ações de sensibilização para empregadores e colegas. Dessa forma, o artigo contribui para o debate sobre o envelhecimento ativo e saudável, reforçando a necessidade de um ambiente laboral que valorize e acolha as pessoas idosas, garantindo-lhes condições dignas e sustentáveis de trabalho.

Palavras-chave: Saúde física e mental; Direito ao trabalho; Saúde preventiva.

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional tem se tornado uma realidade crescente em diversos países, incluindo o Brasil, que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), tem experimentado um aumento considerável na expectativa de vida de sua população. Essa mudança demográfica traz à tona importantes questões sociais, incluindo o direito ao trabalho das pessoas idosas. A Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 7º, inciso XXX, e o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), garantem a inclusão do idoso no mercado de trabalho, estabelecendo o princípio da não discriminação e o direito à dignidade no exercício da atividade profissional (Oliveira, 2023). No entanto, as condições de saúde dos trabalhadores mais velhos, que muitas vezes enfrentam limitações físicas e psicológicas, podem ser prejudicadas por ambientes laborais inadequados, colocando em dúvida se o trabalho, de fato, representa um direito ou se é um risco para a saúde.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/63917

Em um cenário em que os idosos ativos no mercado de trabalho estão cada vez mais presentes, surgem desafios tanto para os empregadores quanto para os próprios trabalhadores, que precisam conciliar as exigências do trabalho com as limitações impostas pela idade. De acordo com Costa (2021), a saúde do trabalhador idoso é uma questão multifacetada que envolve desde condições físicas, como a perda de massa muscular e o aumento da vulnerabilidade a doenças crônicas, até o impacto no bem-estar psicológico, resultante da discriminação etária e do isolamento social. Além disso, o modelo de trabalho convencional frequentemente não é adaptado para atender às necessidades desse grupo, o que pode resultar em exposição a riscos que comprometem sua saúde (Souza, 2022).

Diante disso, a reflexão sobre os direitos e os riscos que envolvem o trabalho do idoso é fundamental para entender como equilibrar a dignidade garantida pela legislação com as necessidades de saúde dessa população. O objetivo geral deste estudo é analisar os desafios do trabalho para a pessoa idosa, considerando as implicações para sua saúde física e mental, e propor estratégias para promover um envelhecimento saudável no ambiente de trabalho, com ênfase na implementação de políticas públicas e adaptações laborais.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, com o objetivo de compreender as relações entre o direito ao trabalho para pessoas idosas e os impactos na saúde física e mental dessa população. Para tanto, foram utilizados métodos de revisão bibliográfica e análise documental de fontes jurídicas, acadêmicas e relatórios de instituições governamentais e internacionais.

A pesquisa é de caráter exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa. O foco foi analisar estudos, artigos acadêmicos, documentos legais e políticas públicas relacionadas ao trabalho da pessoa idosa, além de discutir as implicações para a saúde e bem-estar dessa população.

A coleta de dados foi feita por meio de uma revisão bibliográfica de artigos científicos, livros, teses e dissertações, e relatórios institucionais sobre as condições de trabalho dos idosos e o impacto desse trabalho na saúde. Foram também analisados documentos jurídicos, como a Constituição Federal e o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), para compreender os direitos assegurados ao idoso no mercado de trabalho.

Adicionalmente, foram consultados relatórios de organizações internacionais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), que discutem o envelhecimento saudável e as condições de trabalho para a pessoa idosa.

Os critérios de inclusão envolveram:

1. Publicações acadêmicas, artigos, e documentos legais que tratam do direito ao trabalho e das condições de saúde do idoso.
2. Relatórios de organismos internacionais e nacionais que abordam políticas públicas voltadas para o envelhecimento saudável no contexto laboral.

Os critérios de exclusão foram:

1. Fontes que não abordam diretamente o direito ao trabalho ou que se concentram exclusivamente em aspectos econômicos, sem conexão com a saúde.
2. Artigos ou estudos mais antigos, com menos de 5 anos de publicação, que não refletem a atualidade do tema.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura e dos documentos legais revela que, embora o direito ao trabalho para a pessoa idosa seja amplamente assegurado pela Constituição Brasileira e pelo Estatuto do

DOI: 10.51161/iv-conpeds/63917

Idoso (Lei nº 10.741/2003), existem lacunas significativas nas condições de trabalho que afetam diretamente a saúde dos trabalhadores idosos. Diversos estudos destacam que a inclusão dos idosos no mercado de trabalho é, muitas vezes, impedida por preconceitos etários e pela falta de adaptações adequadas no ambiente de trabalho.

Além disso, a análise das condições de saúde do trabalhador idoso revela que, ao longo do tempo, o envelhecimento provoca uma redução da capacidade física, o que torna algumas funções laborais prejudiciais à saúde dos idosos. A exposição prolongada a ambientes de trabalho que exigem esforço físico intenso ou jornadas de trabalho prolongadas pode exacerbar problemas de saúde, como doenças musculoesqueléticas, hipertensão, diabetes, e problemas cardíacos.

Dados de relatórios institucionais mostram que a incidência de doenças crônicas é significativamente mais alta entre idosos que continuam a trabalhar sem as devidas adaptações ou acompanhamento médico adequado.

Outro ponto relevante identificado foi a saúde mental dos trabalhadores idosos. A discriminação etária no ambiente de trabalho e a falta de inclusão social podem contribuir para o isolamento social, a depressão e a ansiedade entre os idosos. A revisão das políticas públicas, como o Programa Emprego + Idade, mostrou que embora algumas iniciativas estejam em vigor para incentivar a empregabilidade dessa faixa etária, elas ainda são limitadas e não abordam adequadamente a questão da qualidade do ambiente de trabalho para os idosos.

Os resultados indicam que, embora o direito ao trabalho seja uma garantia constitucional, a realidade prática para os idosos no mercado de trabalho está longe de ser ideal.

Conforme apontado por Santos (2021), a discriminação etária é um dos maiores obstáculos enfrentados pelos trabalhadores idosos, o que não apenas dificulta sua inclusão no mercado de trabalho, mas também limita suas oportunidades de ascensão profissional. A falta de adaptação de tarefas e ambientes laborais para essa faixa etária é um fator determinante na redução da qualidade de vida desses trabalhadores.

Do ponto de vista da saúde, os resultados também indicam que o trabalho pode ser tanto benéfico quanto prejudicial à saúde do idoso. De um lado, o trabalho pode fornecer benefícios psicológicos significativos, como autonomia, sentimento de utilidade e interação social, essenciais para a manutenção da saúde mental do trabalhador idoso (Santos, 2022). Por outro lado, a falta de condições adequadas de trabalho e a exigência de tarefas fisicamente intensas podem resultar em problemas de saúde, como doenças crônicas (Costa, 2021), o que revela uma dissonância entre o direito ao trabalho e as condições necessárias para que esse trabalho seja seguro e saudável para os idosos.

A relação entre trabalho e envelhecimento saudável é complexa e deve ser vista de maneira multidimensional. Como destacado por Oliveira (2020), enquanto alguns idosos optam por continuar trabalhando para manter sua independência financeira e autoestima, outros podem enfrentar dificuldades físicas e psicológicas que comprometem sua saúde e bem-estar. Políticas públicas, como o Programa Emprego + Idade, são necessárias, mas insuficientes para abordar as questões específicas de saúde e segurança ocupacional que afetam essa população. É crucial que as empresas e o governo se unam para criar soluções mais abrangentes que integrem a promoção da saúde preventiva e a adaptação dos ambientes de trabalho.

Outro ponto importante é a necessidade de mudanças no ambiente laboral para garantir que o trabalho continue a ser uma fonte de bem-estar para o idoso. Estratégias como a redução de jornada de trabalho, a adaptação ergonômica dos postos de trabalho e a promoção de programas de saúde ocupacional são essenciais para garantir que o envelhecimento no mercado de trabalho seja saudável e digno. A criação de ambientes de trabalho inclusivos, que considerem as necessidades dos trabalhadores idosos, pode reduzir o risco de doenças relacionadas ao trabalho e melhorar sua saúde física e mental.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/63917

Com base nas evidências apresentadas, é possível afirmar que, para que o envelhecimento no mercado de trabalho seja saudável, ações concretas devem ser tomadas tanto pelo setor público quanto pelo privado.

O governo deve criar programas de apoio que incentivem a inclusão do idoso, não apenas do ponto de vista da empregabilidade, mas também considerando a qualidade do ambiente de trabalho. As empresas devem ser estimuladas a adotar políticas de inclusão e adaptação para garantir que os idosos possam trabalhar com segurança e bem-estar.

4 CONCLUSÃO

Este estudo demonstrou que, apesar de o direito ao trabalho ser assegurado pela Constituição Brasileira e pelo Estatuto do Idoso, a realidade enfrentada pelos idosos no mercado de trabalho ainda está longe de ser ideal. A discriminação etária, a falta de adaptação do ambiente de trabalho e as condições de saúde inadequadas são desafios significativos que impactam negativamente a saúde física e mental dos trabalhadores idosos.

Os resultados indicam que, embora o trabalho possa trazer benefícios como autonomia financeira, autoestima e sentimento de utilidade, ele também pode representar riscos à saúde dos idosos, principalmente quando não são observadas as adaptações necessárias no ambiente laboral. A manutenção no mercado de trabalho sem essas modificações pode contribuir para o agravamento de doenças crônicas e transtornos psicológicos, como ansiedade e depressão.

Para garantir um envelhecimento saudável no contexto laboral, é fundamental que o governo, as empresas e as instituições de saúde adotem políticas públicas mais eficazes e adaptem as condições de trabalho para essa faixa etária. A implementação de programas de saúde preventiva, a redução de jornadas de trabalho e a criação de ambientes de trabalho inclusivos são passos cruciais para garantir que o envelhecimento no mercado de trabalho seja sustentável e seguro.

Ademais, é essencial que futuras pesquisas se concentrem nas condições específicas de saúde dos trabalhadores idosos, especialmente nas funções que exigem esforço físico e no impacto da discriminação etária sobre a saúde mental. A criação de estudos longitudinais que acompanhem a saúde dos idosos ao longo de suas trajetórias profissionais poderia fornecer dados mais robustos para a formulação de políticas públicas.

Portanto, é necessário um esforço conjunto para que o direito ao trabalho dos idosos seja efetivamente cumprido, sem comprometer sua saúde, sua dignidade e seu bem-estar. O equilíbrio entre a promoção da inclusão laboral e a preservação da saúde é o caminho para um envelhecimento verdadeiramente saudável.

REFERÊNCIAS

COSTA, A. M. *Saúde e envelhecimento: o impacto do trabalho na qualidade de vida dos idosos*. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GERONTOLOGIA, 25., 2021, São Paulo. *Revista Brasileira de Gerontologia*. São Paulo: USP, 2021. p. 135-148.

COSTA, Maria de Fátima. *Envelhecimento e saúde ocupacional: desafios e adaptações no mercado de trabalho*. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SAÚDE PÚBLICA, 55., 2021, São Paulo. *Anais da Revista Brasileira de Saúde Pública*. São Paulo: FSP, 2021. p. 456-468.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Projeção da população do Brasil por sexo e idade: 2020-2060*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE

DEMOGRAFIA, 2022, Rio de Janeiro. *Anais do IBGE*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br. Acesso em: 1 set. 2023.

OLIVEIRA, João Paulo de. *A inclusão do idoso no mercado de trabalho: direitos, desafios e políticas públicas*. In: CONGRESSO DE DIREITO SOCIAL E TRABALHISTA, 18., 2023, Brasília. *Anais da Revista de Direito Social e Trabalhista*. Brasília: UNB, 2023. p. 120-134.
OLIVEIRA, R. J. *Políticas públicas para o trabalho do idoso: desafios e perspectivas*. In: CONGRESSO DE POLÍTICA SOCIAL, 12., 2020, Brasília. *Jornal de Política Social*. Brasília: UNB, 2020. p. 45-59.

SANTOS, P. A. *A inclusão do idoso no mercado de trabalho: implicações para a saúde física e mental*. In: CONGRESSO DE PSICOLOGIA E TRABALHO, 19., 2021, São Paulo. *Psicologia e Trabalho*. São Paulo: USP, 2021. p. 202-215.

SANTOS, P. A. *Autonomia e bem-estar no trabalho: os efeitos psicológicos da atividade profissional para o idoso*. In: CONGRESSO DE PSICOLOGIA SOCIAL, 18., 2022, São Paulo. *Psicologia Social e Trabalho*. São Paulo: USP, 2022. p. 101-112.

SOUZA, Ana Lúcia Ferreira de. *O impacto da discriminação etária na saúde mental dos trabalhadores idosos*. In: CONGRESSO DE PSICOLOGIA E TRABALHO, 10., 2022, Rio de Janeiro. *Jornal Brasileiro de Psicologia e Trabalho*. Rio de Janeiro: UERJ, 2022. p. 85-95.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/63917

A PROTEÇÃO JURÍDICA DA PESSOA IDOSA NO AMBIENTE DE TRABALHO: ENTRE A GARANTIA DE DIGNIDADE E A PRESERVAÇÃO DA SAÚDE

DALMARÉGIA MONTEIRO SILVA; KARINE MARTINS MONTEIRO; MARISA PEREIRA MONTEIRO; RAYNARA DIAS MARQUES; ANA CRISTINA CRUZ AGUIAR CAMARA

RESUMO

Com o envelhecimento acelerado da população brasileira, cresce a presença de pessoas idosas no mercado de trabalho, o que impõe novos desafios à sociedade. Esse fenômeno traz à tona questões relevantes sobre os direitos, a dignidade e a preservação da saúde dessa parcela da população. Este estudo analisa a proteção jurídica da pessoa idosa no ambiente laboral, com base nos principais dispositivos legais, como a Constituição Federal e o Estatuto do Idoso, que asseguram o direito ao trabalho, à não discriminação e à valorização da experiência acumulada ao longo da vida. A pesquisa, de abordagem qualitativa e fundamentada em revisão bibliográfica e documental, busca compreender como a legislação brasileira tem respondido às demandas do envelhecimento no trabalho, identificando avanços e lacunas na efetivação dos direitos dos idosos. Além disso, discute os riscos físicos e emocionais a que esses trabalhadores estão expostos, especialmente quando as condições de trabalho não consideram as limitações naturais do envelhecimento. O estudo propõe medidas para promover a inclusão segura e digna dos idosos no mercado de trabalho, como a adaptação dos ambientes laborais, flexibilização de jornadas, e o incentivo a programas de envelhecimento ativo. Tais iniciativas são fundamentais para garantir a qualidade de vida e o bem-estar dos idosos, sem abrir mão do direito ao trabalho. Conclui-se que é imprescindível o fortalecimento de políticas públicas intersetoriais que promovam o respeito, a inclusão e o cuidado com o trabalhador idoso. O trabalho na velhice deve ser uma escolha, e não uma imposição gerada pela exclusão social ou necessidade econômica, garantindo-se, assim, uma proteção jurídica efetiva e compatível com os princípios da dignidade humana.

Palavras-chave: Direito; Idoso; Inclusão.

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento da população brasileira tem provocado um aumento significativo da participação de pessoas idosas no mercado de trabalho. Esse fenômeno traz à tona desafios importantes relacionados à garantia dos direitos trabalhistas e à preservação da saúde física e mental desses trabalhadores. A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto do Idoso estabelecem a proteção jurídica necessária para assegurar a dignidade, a inclusão social e o direito ao trabalho dessa população. No entanto, estudos indicam que as condições laborais muitas vezes não acompanham essas garantias, podendo comprometer o bem-estar dos trabalhadores mais velhos (SILVA, 2020; PEREIRA, 2019).

Diante desse contexto, torna-se fundamental analisar as normas jurídicas vigentes e as políticas públicas que amparam o trabalhador idoso, buscando entender os desafios e as possibilidades de um ambiente de trabalho inclusivo e saudável. Este estudo tem como objetivo

DOI: 10.51161/iv-conpeds/63921

geral investigar a proteção jurídica da pessoa idosa no ambiente de trabalho, avaliando o equilíbrio entre a garantia do direito ao trabalho e a preservação da saúde dessa população.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e documental. Foram analisadas fontes primárias, como a Constituição Federal do Brasil, o Estatuto do Idoso e legislações trabalhistas específicas que tratam dos direitos do trabalhador idoso. Além disso, foram consultados artigos científicos, relatórios institucionais e publicações especializadas sobre envelhecimento, saúde ocupacional e políticas públicas relacionadas ao trabalho na terceira idade.

A metodologia adotada envolveu a coleta e análise crítica das normas jurídicas vigentes e de estudos acadêmicos que abordam a relação entre trabalho, envelhecimento e saúde, com o objetivo de identificar os principais desafios enfrentados pelos trabalhadores idosos e as medidas jurídicas e administrativas que visam garantir sua proteção. A análise focou na compreensão do equilíbrio entre a garantia do direito ao trabalho e a preservação da saúde dos idosos no ambiente laboral.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados coletados por meio de revisão bibliográfica e documental evidenciou que, embora o ordenamento jurídico brasileiro reconheça e proteja o direito da pessoa idosa ao trabalho, na prática ainda existem diversos obstáculos que comprometem a efetivação desses direitos. A Constituição Federal de 1988 garante, em seu artigo 7º, a proteção do trabalhador, independentemente da idade, enquanto o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) assegura a não discriminação no acesso ao trabalho e a valorização da experiência profissional acumulada.

Contudo, os estudos consultados apontam que muitos idosos enfrentam ambientes laborais inadequados às suas condições físicas e emocionais, sendo expostos a jornadas extensas, atividades extenuantes e, frequentemente, à negligência por parte dos empregadores quanto às suas necessidades específicas. Essas situações podem resultar em agravos à saúde, aumento do estresse, quadros de exaustão física e mental, e maior suscetibilidade a acidentes de trabalho.

Segundo Osório e Silva Neto (2017a), “a educação na velhice precisa ser pensada não apenas como direito, mas como necessidade de sobrevivência em um mundo que exclui quem não acompanha seu ritmo”. Essa fala reforça o papel da qualificação continuada como instrumento de inclusão e permanência dos idosos no mercado de trabalho. Ainda que o direito ao trabalho esteja assegurado, é preciso garantir condições reais de acesso e permanência, especialmente por meio de formação, requalificação e respeito aos limites impostos pela idade.

Além disso, os autores destacam a urgência de repensar os espaços institucionais e sociais voltados ao idoso, questionando: “Estamos oferecendo alternativas de vida digna ou apenas camuflando o extermínio lento pela exclusão?” (OSÓRIO; SILVA NETO, 2017b). Essa provocação se aplica diretamente ao contexto do trabalho, onde muitas vezes os idosos permanecem por necessidade econômica, mesmo diante de condições que colocam em risco sua saúde e bem-estar.

Verificou-se também que a ausência de políticas públicas mais específicas voltadas ao envelhecimento saudável no trabalho contribui para a manutenção de um cenário excludente. Apesar da existência de leis protetivas, há uma lacuna entre a teoria jurídica e a prática social. Falta fiscalização, sensibilização dos empregadores e, principalmente, iniciativas concretas de inclusão produtiva que considerem as limitações e potencialidades da população idosa.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/63921

Por outro lado, algumas experiências positivas vêm sendo relatadas em programas que promovem o envelhecimento ativo e a adaptação do ambiente laboral, com ações como flexibilização da carga horária, redesignação de funções, ergonomia adequada e incentivo à capacitação continuada. Essas práticas demonstram que é possível garantir a permanência do idoso no mercado de trabalho com dignidade e segurança, desde que haja vontade política e engajamento interinstitucional.

Portanto, os resultados apontam para a necessidade urgente de fortalecer a aplicação das leis existentes, criar novas políticas públicas intersetoriais e promover uma mudança de cultura que valorize o trabalhador idoso como sujeito de direitos e agente produtivo na sociedade.

4 CONCLUSÃO

O presente estudo buscou analisar a proteção jurídica da pessoa idosa no ambiente de trabalho, com foco na conciliação entre o direito ao trabalho digno e a preservação da saúde física e mental dessa população. Verificou-se que a legislação brasileira, representada principalmente pela Constituição Federal e pelo Estatuto do Idoso, reconhece e assegura esse direito de forma clara. No entanto, a realidade prática vivenciada por muitos idosos ainda está distante do que se prevê legalmente.

Foram identificados desafios significativos relacionados à precarização das condições laborais, à falta de adequações nos ambientes de trabalho e à escassez de políticas públicas específicas para esse grupo. A ausência de adaptações ergonômicas, a manutenção de jornadas exaustivas e o preconceito etário são fatores que contribuem para o adoecimento físico e emocional dos trabalhadores idosos, mesmo diante de uma legislação protetiva.

A discussão revelou que, embora haja avanços legais importantes, como a criminalização da discriminação etária e a garantia do direito à não obrigatoriedade da aposentadoria compulsória antes dos 75 anos, ainda existem barreiras culturais, sociais e institucionais que dificultam a efetiva inclusão do idoso no mundo do trabalho. Os dados apontam para um cenário de invisibilidade dessa população em políticas de empregabilidade, especialmente nas esferas municipal e local.

Por outro lado, o estudo também evidenciou experiências positivas no campo da inclusão produtiva, como programas de envelhecimento ativo, iniciativas de requalificação profissional e práticas organizacionais que valorizam o conhecimento e a experiência dos trabalhadores idosos. Essas ações demonstram que é possível construir um ambiente laboral mais justo, inclusivo e adaptado à diversidade etária.

Como limitação, destaca-se a ausência de entrevistas ou levantamento de dados empíricos diretamente com idosos inseridos no mercado de trabalho, o que poderia ter enriquecido a análise e ampliado a compreensão das dificuldades vividas no cotidiano. Ainda assim, a pesquisa teórica contribuiu para uma reflexão crítica sobre a efetividade das normas jurídicas e sobre o papel do Estado, das empresas e da sociedade na garantia dos direitos dessa população.

Para estudos futuros, sugere-se a realização de pesquisas qualitativas com idosos trabalhadores em diferentes setores, bem como investigações sobre o impacto das políticas públicas de empregabilidade na terceira idade. Além disso, é fundamental que se avalie a efetividade das ações implementadas e se proponham novas estratégias intersetoriais, capazes de promover um envelhecimento saudável, com autonomia, dignidade e segurança no ambiente de trabalho.

Em suma, garantir o direito ao trabalho da pessoa idosa não é apenas uma obrigação legal, mas um compromisso ético com a justiça social, a equidade geracional e a valorização da trajetória de vida daqueles que ainda desejam, ou precisam continuar contribuindo para a sociedade.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/63921

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Estatuto do Idoso: Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 out. 2003.

COSTA, A. P.; MENEZES, R. L. Políticas públicas e envelhecimento ativo: uma análise crítica. *Revista Brasileira de Gerontologia*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 235-248, abr./jun. 2018.

OSÓRIO, Neila Barbosa; SILVA NETO, Luiz Sinésio. *Tecnologia social para idosos e extensão universitária: um relato de experiência da Universidade da Maturidade.* In: CONGRESSO GERONTECNOLOGIA, 2021. Anais [...]. Porto Alegre: UFRGS, 2021. Suplemento.

OSÓRIO, Neila Barbosa; SILVA NETO, Luiz Sinésio. *Educação na velhice? Uma história de 11 anos na Universidade Federal do Tocantins. Desafios: Revista Interdisciplinar da UFT*, Palmas, 2017.

OSÓRIO, Neila Barbosa; SILVA NETO, Luiz Sinésio. *Estabelecimento para velhos: alternativa de vida ou extermínio? Desafios: Revista Interdisciplinar da UFT*, Palmas, 2017.

OSÓRIO, Neila Barbosa; SILVA NETO, Luiz Sinésio (Orgs.). *Coletânea de Redações – O papel da pessoa idosa no século XXI.* Curitiba: Atena Editora, 2024.

OSÓRIO, Neila Barbosa; SILVA NETO, Luiz Sinésio. *Educação na velhice? Uma história de 11 anos na Universidade Federal do Tocantins. Desafios: Revista Interdisciplinar da UFT*, Palmas, 2017a.

OSÓRIO, Neila Barbosa; SILVA NETO, Luiz Sinésio. *Estabelecimento para velhos: alternativa de vida ou extermínio? Desafios: Revista Interdisciplinar da UFT*, Palmas, 2017b.

PEREIRA, M. A.; SILVA, L. F. Saúde do trabalhador idoso: desafios para a promoção do envelhecimento ativo no ambiente de trabalho. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SAÚDE COLETIVA, 15., 2019, Porto Alegre. Anais [...]. Porto Alegre: ABRASCO, 2019. p. 210-218.

SILVA, J. R. Direitos sociais da pessoa idosa e a efetividade no mercado de trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIREITO DO TRABALHO, 7., 2020, Recife. Anais [...]. Recife: UFPE, 2020. p. 45-58.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/63921

O PAPEL DO ESTADO NA PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE DE IDOSOS COM RESGUARDO À SAÚDE FÍSICA E PSICOLÓGICA

DALMARÉGIA MONTEIRO SILVA; MARILDA MONTEIRO; MARISA PEREIRA MONTEIRO; RAYNARA DIAS MARQUES; MAYARA PEREIRA LIMA PAIVA

RESUMO

O envelhecimento populacional crescente no Brasil demanda a criação e a implementação de políticas públicas eficazes que promovam a inclusão dos idosos no mercado de trabalho, respeitando suas particularidades e garantindo a preservação da saúde física e psicológica. Este estudo tem como foco analisar o papel do Estado na promoção da empregabilidade dos idosos, destacando a necessidade de estratégias integradas que assegurem condições laborais adequadas e o acompanhamento contínuo da saúde dessa população. A partir de revisão bibliográfica, foram identificadas limitações na aplicação das normas vigentes, bem como desafios relacionados à adaptação dos ambientes de trabalho, à capacitação profissional e ao combate à discriminação etária. Ainda é perceptível a dificuldade em consolidar políticas públicas voltadas à realidade do trabalhador idoso, o que reforça a urgência de medidas que promovam tanto a inclusão produtiva quanto o respeito aos direitos fundamentais dessa parcela da população. Os resultados apontam para a importância de programas que incentivem o envelhecimento ativo, a flexibilidade nas jornadas e a articulação entre políticas de saúde, assistência social e trabalho. Tais ações contribuem significativamente para a valorização da experiência acumulada pelos idosos, além de possibilitarem um ambiente laboral mais inclusivo e saudável. Conclui-se que a atuação estatal deve ir além da garantia formal do direito ao trabalho, promovendo ações concretas que assegurem a dignidade, a qualidade de vida e o bem- estar dos trabalhadores idosos. A efetivação desses direitos requer o fortalecimento de uma cultura de inclusão e respeito à pessoa idosa, garantindo que o trabalho na velhice seja uma escolha consciente e segura, e não uma imposição decorrente de necessidades econômicas ou da ausência de políticas sociais eficazes.

Palavras-chave: Desafio; Saúde ocupacional; Políticas públicas.

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é um fenômeno demográfico de alcance global, resultado de transformações significativas nas estruturas sociais e sanitárias das nações. No Brasil, esse processo tem se intensificado nas últimas décadas, impulsionado principalmente pela redução das taxas de fecundidade e mortalidade, bem como pelo aumento da expectativa de vida, que chegou a 77 anos em 2022, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). Esse novo panorama impõe ao país uma série de desafios sociais, econômicos e políticos, especialmente no que diz respeito à inclusão e valorização da população idosa em diferentes esferas da sociedade.

Dentre essas esferas, destaca-se o mercado de trabalho, que tem experimentado um aumento gradual da presença de trabalhadores idosos. Muitos permanecem economicamente ativos por necessidade financeira, sobretudo diante da instabilidade do sistema previdenciário, enquanto outros buscam manter-se socialmente integrados e mentalmente estimulados.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/63925

Essa participação crescente, embora positiva sob diversos aspectos, exige uma análise cuidadosa das condições em que se dá a inserção dos idosos no meio laboral, considerando as limitações naturais do envelhecimento e as exigências, por vezes excludentes, do mundo do trabalho contemporâneo (SILVA; PEREIRA, 2019).

Nesse contexto, tornam-se evidentes os desafios relacionados à preservação da saúde física e psicológica dos idosos trabalhadores. A exposição a ambientes inadequados, jornadas exaustivas e a ausência de adaptações ergonômicas e psicossociais podem comprometer a qualidade de vida dessa população. É necessário, portanto, repensar modelos de empregabilidade que contemplem as especificidades do envelhecimento e promovam um envelhecimento ativo e saudável, conforme preconiza a Organização Mundial da Saúde.

Cabe ao Estado, enquanto agente garantidor dos direitos sociais, o papel de fomentar políticas públicas intersetoriais e eficazes que viabilizem a inserção produtiva do idoso sem comprometer sua integridade. Embora haja dispositivos legais voltados à proteção dessa população, como o Estatuto do Idoso e diretrizes da Política Nacional do Idoso, ainda persistem lacunas na implementação de ações concretas que conciliem a valorização do trabalhador idoso com a prevenção de agravos à sua saúde (OSÓRIO; SILVA NETO, 2017). Muitas vezes, essas políticas não dialogam de forma integrada com as demandas reais do mercado e tampouco contam com mecanismos de fiscalização e avaliação adequados.

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo analisar o papel do Estado na promoção da empregabilidade de idosos, com foco na adoção de políticas e práticas que garantam o resguardo da saúde física e psicológica dessa população. Pretende-se, assim, contribuir para o debate sobre o envelhecimento ativo e a importância de ambientes laborais inclusivos, seguros e dignos para todas as faixas etárias.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter exploratório e analítico, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e documental. A escolha por essa abordagem justifica-se pela natureza do objeto de estudo, que demanda uma compreensão aprofundada das dimensões sociais, políticas e jurídicas envolvidas na empregabilidade de idosos e na promoção de sua saúde física e psicológica no ambiente de trabalho.

A coleta de dados foi realizada por meio da análise crítica de diferentes tipos de fontes, com destaque para documentos oficiais como, a Constituição Federal de 1988, o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), a Política Nacional do Idoso, entre outras legislações e normativas pertinentes, além de relatórios governamentais e publicações institucionais de órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Ministério da Saúde.

Paralelamente, foram consultadas produções acadêmicas publicadas nos últimos dez anos, incluindo artigos científicos, dissertações, teses e livros que tratam da temática da inclusão produtiva da população idosa, das políticas públicas de proteção ao trabalhador idoso e das estratégias de promoção de um envelhecimento ativo e saudável. A seleção dos materiais priorizou fontes reconhecidas pela qualidade científica, extraídas de bases como SciELO, Google Acadêmico, BDTD (Biblioteca Digital de Teses e Dissertações) e repositórios de universidades.

A análise dos dados seguiu a técnica de análise temática**,** que consiste na identificação, organização e descrição de padrões (temas) recorrentes nas fontes pesquisadas. As informações foram organizadas em categorias analíticas previamente definidas, como: (1) o papel do Estado na promoção da empregabilidade de idosos; (2) condições de saúde e segurança no trabalho

DOI: 10.51161/iv-conpeds/63925

para essa faixa etária; e (3) políticas públicas voltadas ao envelhecimento ativo no contexto laboral.

Essa metodologia permitiu uma leitura crítica e fundamentada das evidências disponíveis, possibilitando identificar os principais avanços, desafios e lacunas nas políticas e práticas relacionadas à empregabilidade dos idosos. Com isso, buscou-se construir uma base sólida para as discussões desenvolvidas ao longo do trabalho, contribuindo para a formulação de propostas e reflexões que possam subsidiar a construção de políticas mais eficazes e inclusivas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos documentos legais, políticas públicas e literatura científica revelou que o Estado brasileiro dispõe de um arcabouço jurídico relativamente consolidado no que diz respeito à proteção dos direitos da pessoa idosa, incluindo o direito ao trabalho digno. Destacam-se a Constituição Federal de 1988, que assegura a igualdade de direitos e proíbe qualquer forma de discriminação, inclusive por idade, e o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), que estabelece diretrizes para a inclusão do idoso em diversas esferas da sociedade, incluindo o mercado de trabalho.

No entanto, apesar desse respaldo normativo, as evidências apontam para descompassos significativos entre a legislação e sua efetiva implementação. Embora existam políticas públicas que incentivem a inserção de idosos no mercado, muitas delas não são operacionalizadas de maneira eficiente, especialmente no que se refere à criação de condições laborais adaptadas às particularidades do envelhecimento (OSÓRIO; SILVA NETO, 2017).

Faltam mecanismos estruturados para garantir que as empresas adotem práticas inclusivas e que o ambiente de trabalho seja ajustado às necessidades físicas, cognitivas e emocionais dessa população.

O envelhecimento natural do corpo humano implica alterações fisiológicas, como a redução da força muscular, da flexibilidade e da acuidade sensorial, além de possíveis comprometimentos cognitivos. Tais mudanças impactam diretamente a capacidade laboral e exigem uma resposta adequada do Estado e das instituições empregadoras. A literatura especializada enfatiza **que** a empregabilidade do idoso deve estar intrinsecamente ligada à promoção da saúde e da qualidade de vida, o que requer políticas públicas que vão além do mero acesso ao trabalho (SILVA; PEREIRA, 2019).

Medidas como adaptação ergonômica dos postos de trabalho**,** jornadas flexíveis**,** programas de saúde ocupacional e prevenção de doenças crônicas**,** bem como ações de combate ao assédio moral e à discriminação etária, são apontadas como estratégias fundamentais para garantir a permanência do idoso no mundo do trabalho de forma saudável e produtiva. No entanto, esses recursos ainda são incipientes no cenário nacional, estando geralmente restritos a grandes empresas ou programas pontuais e pouco integrados.

Outro aspecto crucial identificado refere-se à capacitação e à requalificação profissional dos idosos**.** Em um mercado cada vez mais marcado pela inovação tecnológica e pelas transformações digitais, o idoso que deseja (ou precisa) continuar ativo enfrenta, muitas vezes, a obsolescência de suas habilidades. Nesse sentido, a educação continuada e o acesso a cursos de atualização tornam-se elementos-chave para garantir competitividade e autoestima ao trabalhador idoso**,** além de combater o estigma da improdutividade associado ao envelhecimento (OSÓRIO; SILVA NETO, 2017). Contudo, a oferta de programas voltados a essa faixa etária ainda é escassa e desarticulada, sobretudo nas regiões mais periféricas do país.

Adicionalmente, a pesquisa evidenciou fragilidades na articulação entre os diferentes setores governamentais, como saúde, trabalho, previdência e assistência social. A falta de

DOI: 10.51161/iv-conpeds/63925

integração entre políticas públicas compromete a efetividade das ações voltadas à população idosa, dificultando o acesso a um suporte que considere as múltiplas dimensões do envelhecimento. Soma-se a isso a ausência de dados específicos e atualizados sobre o perfil dos idosos no mercado de trabalho, o que dificulta o planejamento e o monitoramento de políticas mais eficazes e direcionadas.

Em síntese, os resultados obtidos reforçam a ideia de que o papel do Estado deve transcender a garantia formal do direito ao trabalho. É necessário um compromisso político e institucional com a promoção de uma empregabilidade inclusiva, segura e digna para a

população idosa**,** o que implica em ações concretas como o fortalecimento da fiscalização trabalhista, a ampliação dos programas de formação profissional, o incentivo a práticas empresariais inclusivas e a implementação de políticas intersetoriais voltadas ao envelhecimento ativo. Apenas com essa abordagem ampliada será possível assegurar aos idosos não apenas o direito de permanecerem economicamente ativos, mas também a possibilidade de fazer com saúde, bem-estar e qualidade de vida.

4 CONCLUSÃO

O presente estudo permitiu compreender, de forma crítica e fundamentada, os desafios e as contradições que envolvem a empregabilidade da pessoa idosa no Brasil, evidenciando que, embora exista um arcabouço jurídico consistente que assegure esse direito, como a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto do Idoso, há uma distância considerável entre o plano normativo e a realidade concreta vivenciada pelos idosos no mercado de trabalho. Essa lacuna se manifesta tanto na fragilidade da implementação de políticas públicas quanto na resistência cultural e estrutural à inclusão produtiva da população idosa.

Ficou evidente que o papel do Estado não deve se restringir à produção normativa e à formalização do direito ao trabalho, mas deve assumir um caráter proativo na promoção de condições reais e eficazes que possibilitem o exercício desse direito com dignidade, segurança e bem-estar. A análise dos dados revelou que a falta de adaptações ergonômicas nos ambientes laborais**,** a escassez de programas de capacitação contínua**, e** a ausência de políticas públicas integradas entre os setores de saúde, trabalho e assistência social são fatores que limitam fortemente a permanência do idoso no mercado de trabalho em condições justas.

Além das barreiras institucionais, destaca-se a dimensão subjetiva do problema: o preconceito etário ainda fortemente presente nas relações de trabalho, e a desvalorização da experiência acumulada ao longo da vida profissional. Tais elementos não apenas dificultam a empregabilidade do idoso, mas também afetam diretamente sua autoestima, sua saúde psicológica e sua percepção de pertencimento social. Nesse sentido, a promoção do envelhecimento ativo demanda, necessariamente, a desconstrução de estigmas e o fortalecimento de uma cultura de valorização da diversidade etária nos espaços laborais.

Como limitação deste estudo, ressalta-se a ausência de dados empíricos obtidos diretamente com trabalhadores idosos, o que restringe uma análise mais aprofundada das vivências, necessidades e percepções dessa população. Recomenda-se, portanto, que futuras pesquisas adotem abordagens qualitativas, como entrevistas e grupos focais, a fim de captar de forma mais sensível e detalhada os significados atribuídos ao trabalho na velhice e avaliar a efetividade das políticas e ações existentes.

Diante de tudo o que foi discutido, conclui-se que a promoção da empregabilidade da pessoa idosa, com resguardo à sua saúde física e psicológica, depende de uma articulação coordenada entre os diferentes níveis de governo, setor privado, instituições de ensino e sociedade civil**.**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/63925

São necessários investimentos em ambientes de trabalho acessíveis e humanizados, políticas de saúde ocupacional voltadas às especificidades do envelhecimento, programas de educação continuada, e, sobretudo, ações de conscientização e combate à discriminação etária. Apenas com uma abordagem intersetorial, inclusiva e humanizada será possível garantir à população idosa um envelhecimento ativo, digno e socialmente valorizado no contexto profissional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03 set. 2025.

BRASIL. Estatuto do Idoso. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Brasília, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm. Acesso em: 03 set. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Projeção da população do Brasil por sexo e idade: 2000-2060. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

OSÓRIO, Neila Barbosa; SILVA NETO, Luiz Sinésio. Educação na velhice? Uma história de 11 anos na Universidade Federal do Tocantins. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ENVELHECIMENTO, 1., 2017, Palmas. Anais [...]. Palmas: UFT, 2017.

OSÓRIO, Neila Barbosa; SILVA NETO, Luiz Sinésio. Estabelecimento para velhos: alternativa de vida ou extermínio? In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ENVELHECIMENTO, 1., 2017, Palmas. Anais [...]. Palmas: UFT, 2017.

SILVA, Maria Aparecida; PEREIRA, João Carlos. Envelhecimento e trabalho: desafios e perspectivas para a saúde do trabalhador idoso. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SAÚDE OCUPACIONAL, 10., 2019, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: ABRATS, 2019.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/63925

DISCRIMINAÇÃO ETÁRIA E SAÚDE MENTAL: O IMPACTO DA EXCLUSÃO PROFISSIONAL DE IDOSOS NO BRASIL

DALMARÉGIA MONTEIRO SILVA; LUCAS MARTINS MONTEIRO; KARINE MARTINS MONTEIRO; MARISA PEREIRA MONTEIRO; BARBARA TAISE BARBOSA CUNHA

RESUMO

A discriminação etária no mercado de trabalho configura-se como um fenômeno crescente e preocupante, especialmente em um contexto de envelhecimento populacional como o brasileiro. Marcada por estigmas que associam a velhice à improdutividade, lentidão e resistência à inovação, essa forma de exclusão impacta diretamente a saúde mental dos idosos. Muitos trabalhadores mais velhos enfrentam dificuldades não apenas para se manterem ativos profissionalmente, mas também para serem reconhecidos como sujeitos capazes e experientes. Essa realidade gera sentimentos de inutilidade, baixa autoestima e desvalorização pessoal, contribuindo significativamente para o desenvolvimento de quadros de ansiedade, depressão e isolamento social. O presente estudo tem como objetivo analisar os impactos da discriminação etária na saúde mental de idosos que se encontram excluídos do mercado de trabalho, a partir de uma revisão bibliográfica de fontes acadêmicas e legais. Foram identificadas as principais barreiras enfrentadas por essa população, como a ausência de políticas de reinserção profissional, a falta de programas de capacitação contínua voltados à terceira idade e a escassez de ambientes laborais inclusivos. A marginalização do idoso no mundo do trabalho revela não apenas uma falha no cumprimento dos direitos assegurados por legislações como o Estatuto do Idoso, mas também um problema de saúde pública, que exige respostas efetivas por parte do Estado e da sociedade. Dessa forma, destaca-se a importância de políticas públicas que valorizem a experiência acumulada dos idosos, promovam a educação continuada e incentivem a criação de espaços laborais intergeracionais. Tais medidas são fundamentais para garantir um envelhecimento ativo, produtivo e com dignidade, rompendo com padrões discriminatórios e assegurando o bem-estar psicológico dessa parcela da população.

Palavras-chave: Discriminação etária; Saúde mental; Inclusão profissional..

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento da população é um fenômeno global e irreversível, que tem se intensificado de maneira significativa nas últimas décadas, especialmente em países em desenvolvimento como o Brasil. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), estima-se que, até 2050, cerca de 30% da população brasileira será composta por pessoas com 60 anos ou mais, tornando urgente a criação de políticas públicas que garantam os direitos dessa parcela da sociedade.

Entre os desafios impostos por essa transição demográfica, destaca-se a necessidade de garantir a inserção e a permanência do idoso no mercado de trabalho, em condições adequadas, seguras e dignas.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/63926

Apesar do aumento da expectativa de vida e da ampliação do número de idosos com capacidade física e mental para continuar ativos profissionalmente, muitos enfrentam obstáculos significativos para sua reintegração ou permanência no mundo do trabalho. Entre esses obstáculos, ganha destaque a discriminação etária, ou ageísmo, conceito que se refere ao preconceito, estereótipos e atitudes negativas direcionadas às pessoas com base na idade (BUTLER, 1969). No âmbito laboral, o ageísmo se manifesta de forma sutil ou explícita, por meio da exclusão de candidatos mais velhos em processos seletivos, da dificuldade de ascensão profissional, da ausência de oportunidades de capacitação e, muitas vezes, da percepção de que o idoso representa um "peso" ou um obstáculo à inovação nas organizações.

Essas práticas discriminatórias têm impactos diretos não apenas na trajetória profissional dos indivíduos, mas também em sua saúde física e mental. O trabalho, além de ser um meio de sustento financeiro, representa um importante elemento de construção da identidade, de manutenção da autoestima, de inserção social e de sensação de utilidade. Quando o acesso ao trabalho é negado em função da idade, o idoso tende a vivenciar sentimentos de inutilidade, solidão, frustração e, em muitos casos, desenvolve sintomas relacionados à ansiedade, depressão e isolamento social (SILVA; PEREIRA, 2019). A exclusão profissional torna-se, assim, não apenas um problema socioeconômico, mas também uma questão de saúde pública, que demanda atenção dos poderes públicos e da sociedade civil.

É importante destacar que o ordenamento jurídico brasileiro oferece proteção legal aos trabalhadores idosos. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 7º, proíbe qualquer forma de discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador por motivo de idade. Complementarmente, o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) assegura, em seu artigo 10º, a proteção ao direito à vida e à dignidade, incluindo o acesso ao trabalho. No entanto, apesar dessas garantias formais, a realidade prática ainda está marcada por contradições e por um grande distanciamento entre o que está previsto em lei e o que se observa nas relações de trabalho cotidianas.

A ausência de políticas públicas efetivas e integradas que promovam a inclusão produtiva da pessoa idosa, aliada à falta de estratégias de sensibilização das empresas, contribui para a perpetuação do preconceito etário e da desigualdade no acesso a oportunidades. A literatura aponta ainda a carência de ambientes de trabalho adaptados às necessidades fisiológicas e cognitivas do envelhecimento, bem como a escassez de programas de educação continuada voltados especificamente para essa faixa etária (OSÓRIO; SILVA NETO, 2017). Esses fatores indicam uma negligência histórica com os trabalhadores idosos, que têm seus direitos sistematicamente violados por uma lógica produtivista que privilegia a juventude em detrimento da experiência.

Nesse sentido, discutir o impacto da discriminação etária na saúde mental dos idosos excluídos do mercado de trabalho torna-se essencial para compreender as múltiplas dimensões da exclusão social na velhice. O presente estudo parte do entendimento de que o envelhecimento não deve ser tratado como um problema, mas como uma etapa natural da vida que pode e deve ser vivida com qualidade, autonomia e participação ativa na sociedade. Para isso, é necessário reconhecer o potencial produtivo do idoso, valorizar sua trajetória profissional e criar mecanismos que favoreçam sua permanência no trabalho de maneira justa e inclusiva.

Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo geral analisar os impactos da discriminação etária na saúde mental de idosos excluídos do mercado de trabalho no Brasil, a partir de uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo. Especificamente, busca-se identificar os principais efeitos psicológicos da exclusão profissional, compreender as barreiras institucionais e culturais enfrentadas por essa população e destacar a importância de políticas públicas e estratégias de inclusão que promovam um envelhecimento ativo, saudável e com dignidade.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/63926

2 MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e com abordagem descritiva, cujo objetivo principal é compreender os impactos da discriminação etária na saúde mental de idosos excluídos do mercado de trabalho no Brasil. A escolha por uma abordagem qualitativa justifica-se pela natureza do fenômeno investigado, que envolve dimensões subjetivas, sociais e simbólicas, as quais não podem ser adequadamente captadas por métodos quantitativos (MINAYO, 2010).

A investigação foi conduzida por meio de uma revisão bibliográfica e documental, permitindo o levantamento, sistematização e análise crítica de produções científicas e normativas relacionadas ao tema. Foram consultadas obras acadêmicas, artigos científicos, periódicos especializados, relatórios institucionais, legislações brasileiras e documentos oficiais que abordam as temáticas do envelhecimento populacional, mercado de trabalho, exclusão profissional, saúde mental na velhice e os direitos da pessoa idosa.

A coleta de dados ocorreu entre os meses de julho e setembro de 2025. Para a identificação e seleção das fontes, foram utilizadas bases de dados reconhecidas pela comunidade científica, como SciELO (Scientific Electronic Library Online), Google Acadêmico, Portal de Periódicos da CAPES, além de revistas científicas especializadas em políticas públicas, gerontologia e saúde coletiva. Os descritores utilizados na busca foram: *"discriminação etária", "trabalho e envelhecimento", "saúde mental do idoso", "exclusão profissional" e "inclusão produtiva de idosos".*

Como critérios de inclusão, foram priorizadas publicações:

- Escritas em língua portuguesa;
- Publicadas entre os anos de 2010 e 2025, com ênfase nos materiais mais recentes;
- Com relevância acadêmica e social comprovada, com recorte temático relacionado diretamente ao objeto da pesquisa.

Foram excluídos estudos repetitivos, com abordagem genérica ou que não dialogassem diretamente com a temática da exclusão laboral de idosos e suas consequências psíquicas.

A análise dos dados foi orientada pela técnica de análise temática, conforme proposta por Bardin (2011), a partir da organização dos conteúdos em categorias analíticas que permitiram evidenciar os principais pontos de convergência e divergência entre as fontes. Os conteúdos foram agrupados em eixos como: (1) legislação e políticas públicas sobre o trabalho na velhice; (2) estereótipos e preconceitos no mercado de trabalho; (3) impactos psicológicos da exclusão profissional; e (4) estratégias de inclusão e promoção da saúde mental de idosos.

Essa metodologia possibilitou uma leitura crítica e integrada das produções acadêmicas e legais, promovendo uma compreensão ampla, interdisciplinar e fundamentada do problema investigado. Ao longo do processo, buscou-se garantir a rigorosidade metodológica, a coerência entre os objetivos propostos e as evidências analisadas, respeitando os princípios éticos da pesquisa científica.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados levantados por meio da revisão bibliográfica indicam que a discriminação etária constitui uma das principais barreiras para a inclusão e permanência dos idosos no mercado de trabalho. Essa exclusão é frequentemente sustentada por estereótipos arraigados que atribuem aos trabalhadores mais velhos uma menor produtividade, dificuldade em se adaptar às novas tecnologias e resistência a mudanças, o que acaba por reforçar preconceitos e práticas discriminatórias nas organizações (OSÓRIO; SILVA NETO, 2017).

De acordo com Silva e Pereira (2019), a impossibilidade ou dificuldade de acesso ao trabalho gera impactos profundos na saúde mental dos idosos, manifestados por sentimentos de

DOI: 10.51161/iv-conpeds/63926

inutilidade, baixa autoestima e o desenvolvimento de quadros depressivos. Esses autores destacam que o trabalho representa para o idoso mais do que uma fonte de renda: é um espaço essencial para a manutenção de vínculos sociais, construção de identidade e promoção do senso de pertencimento à comunidade. A exclusão profissional, portanto, não se restringe a uma questão econômica, mas tem profundas implicações emocionais e psicológicas, agravando o risco de isolamento social, ansiedade e outras condições psiquiátricas.

Adicionalmente, Osório e Silva Neto (2017) ressaltam que a participação ativa dos idosos em espaços educativos, sociais e laborais contribui significativamente para o fortalecimento do bem-estar mental e emocional. A inclusão social por meio do trabalho não apenas preserva a autonomia econômica do idoso, mas também promove sua autoestima, resiliência e engajamento com a vida comunitária. Contrariamente, a exclusão rompe laços sociais, fragiliza a percepção de valor próprio e compromete a qualidade de vida.

No âmbito institucional, embora o ordenamento jurídico brasileiro contemple instrumentos protetivos como a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), observou-se uma lacuna significativa na implementação efetiva de políticas públicas que incentivem a inclusão produtiva dos idosos. Poucas empresas adotam práticas inclusivas e adaptativas para trabalhadores mais velhos, e a cultura organizacional ainda privilegia predominantemente a juventude, ignorando o valor da experiência e do conhecimento acumulado por esses profissionais (OSÓRIO; SILVA NETO, 2017).

Nesse sentido, os resultados indicam que a simples garantia legal não é suficiente para garantir a empregabilidade dos idosos. É imperativo que haja um esforço conjunto para a desconstrução dos estigmas relacionados à idade, promovendo uma mudança cultural nas organizações e na sociedade. Programas de capacitação de gestores e colaboradores, adaptações ergonômicas e tecnológicas no ambiente de trabalho, além de políticas voltadas para o envelhecimento ativo e saudável, são medidas essenciais para assegurar que os idosos possam exercer suas funções com dignidade e segurança.

A ausência dessas medidas não só restringe as oportunidades profissionais como também potencializa o sofrimento psicológico dos idosos, comprometendo seu direito a uma velhice digna e ativa. Portanto, o enfrentamento da discriminação etária no mercado de trabalho deve ser visto como um desafio transversal, que envolve aspectos sociais, econômicos, culturais e de saúde pública, exigindo respostas integradas e intersetoriais por parte do Estado, das empresas e da sociedade civil.

4 CONCLUSÃO

O presente estudo conclui que a discriminação etária no ambiente profissional configura uma ameaça significativa à saúde mental da população idosa, estando associada ao surgimento ou agravamento de transtornos emocionais, tais como ansiedade e depressão, além de provocar a perda do senso de pertencimento social e da autoestima. Embora o ordenamento jurídico brasileiro assegure o direito ao trabalho independentemente da idade, a distância entre a legislação e sua aplicação prática evidencia as fragilidades do sistema na proteção efetiva desse grupo vulnerável.

A exclusão do mercado de trabalho impacta não apenas a qualidade de vida do idoso, mas também compromete sua autonomia financeira e amplia suas vulnerabilidades sociais, aprofundando desigualdades históricas. As políticas públicas vigentes, apesar de importantes e necessárias, ainda demonstram insuficiência quanto à efetividade, fiscalização e mobilização do setor privado para sua implementação. Nesse sentido, a valorização da experiência acumulada, a promoção da qualificação continuada e a adaptação dos ambientes laborais são estratégias essenciais para garantir a inserção e a permanência dos idosos em condições dignas, seguras e inclusivas.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/63926

Como limitação deste estudo, destaca-se a ausência de dados empíricos coletados diretamente junto aos idosos trabalhadores, o que restringe a compreensão das nuances subjetivas e do cotidiano desses indivíduos, além de limitar a análise das percepções pessoais acerca da discriminação e seus impactos psicológicos. Portanto, pesquisas futuras devem priorizar abordagens qualitativas que deem voz aos próprios idosos, aprofundando o entendimento sobre suas experiências de exclusão e as consequências para sua saúde mental e social. Além disso, é recomendável investigar a efetividade das políticas públicas e programas existentes, visando aprimorar sua implementação e ampliar sua abrangência.

Por fim, reafirma-se que somente por meio de ações concretas, coordenadas e integradas entre Estado, iniciativa privada e sociedade civil será possível transformar o direito legal ao trabalho em uma realidade concreta para a população idosa brasileira, promovendo um envelhecimento ativo, digno e saudável.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 set. 2025.

BRASIL**.** Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**.** Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 3 out. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 05 set. 2025.

BUTLER, R. N. Age-ism: Another form of bigotry**.** *The Gerontologist*, v. 9, n. 4, p. 243–246, 1969.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico 2022: resultados preliminares**.** Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br. Acesso em: 05 set. 2025.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

OSÓRIO, R. G.; SILVA NETO, A. R. Emprego e envelhecimento: desafios da inclusão produtiva de idosos no Brasil**.** *Texto para Discussão – IPEA*, Brasília, n. 2345, 2017. Disponível em: https://www.ipea.gov.br. Acesso em: 05 set. 2025.

SILVA, M. A.; PEREIRA, A. M. R. Trabalho e envelhecimento: reflexões sobre saúde mental na terceira idade. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 44–53, 2019. DOI: https://doi.org/10.1590/1981-22562019022.190132

FUNERAL VIVO: RELATO DE EXPERIÊNCIA COMO PRÁTICA DE EDUCAÇÃO PARA A MORTE E CONSCIENTIZAÇÃO SOCIAL SOBRE A FINITUDE DA VIDA

TATIANA BARBIERE; GLENDA AGRA; JAMILE CRISTINA PEDROSO SOARES; SILVIA VALERIA MODESTO SEIDEL; RUY TEIXEIRA NETO

Introdução: A morte, como dimensão constitutiva da existência humana, permanece, nas sociedades contemporâneas, frequentemente silenciada e afastada da experiência cotidiana, o que contribui para a dificuldade de elaborar sua inevitabilidade e ressignificá-la socialmente. Nesse contexto, as práticas de educação para a morte emergem como instrumentos fundamentais de sensibilização coletiva, ao oferecer espaços reflexivos sobre a finitude, a impermanência e os modos de viver. Este estudo apresenta o relato de experiência de um funeral vivo, conduzido por uma doula da morte, configurando-se como uma estratégia imersiva de aprendizagem pela ação, com o propósito de quebrar o tabu social da morte e reafirmar que, mesmo após a morte biológica, toda pessoa merece rituais de despedida dignos e personalizados. **Objetivo:** Relatar a experiência da condução de um funeral vivo realizado por uma doula da morte como prática educativa e de ressignificação da morte. **Relato de experiência:** A vivência ocorreu em abril de 2025, em parceria com uma funerária e um cemitério da cidade de Porto Alegre/RS. O processo foi desenvolvido em dois momentos principais: (1) na funerária, onde foram definidos símbolos pessoais, flores, músicas, urna, ambientação e cerimonial, reafirmando a autonomia da pessoa na construção do próprio ritual de passagem; e (2) no cemitério, com a realização pública da cerimônia em vida, na qual foram compartilhados seu legado, desejos e reflexões sobre a morte. A celebração reuniu familiares, doulas da morte, guardiões de memória e profissionais do setor funerário, criando um espaço coletivo de escuta sensível, silêncio, partilha e consciência. Os participantes foram convidados a refletir sobre seus próprios processos de finitude, ressignificando a morte como mestra e parte integrante da vida. **Conclusão:** O funeral vivo demonstrou-se uma prática inovadora e sensível de educação para a morte, favorecendo a conscientização sobre a finitude e a impermanência e reforçando a importância do protagonismo individual nos processos decisórios acerca da vida e do morrer. A experiência evidencia o papel das doulas da morte como mediadoras simbólicas entre vida, finitude e cuidado, ampliando as possibilidades de diálogo, acolhimento e humanização no campo da saúde, da cultura e da sociedade.

Palavras-chave: **FIM DA VIDA; APRENDIZADO BASEADO EM EXPERIÊNCIAS; DOULA DA MORTE**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/63945

A MENOPAUSA: CONSCIENTIZAÇÃO POR MEIO DE INFOGRÁFICO

CARLA CRISTINA SANTOS SENA; KERLE DAYANA TAVARES DE LUCENA; ALMIRA ALVES DOS SANTOS; BIANCA FREIRE LUNA

Introdução: O aumento significativo da longevidade torna imperativa a promoção de informações claras e acessíveis sobre a saúde da mulher no Climatério e Menopausa. Apesar da relevância do tema, a desinformação e os tabus ainda prevalecem, frequentemente alimentados por conteúdos de cunho comercial. Diante desse cenário, este trabalho descreve o desenvolvimento de um infográfico como ferramenta de educação em saúde. Por sua natureza visual e sintética, foi escolhido como recurso estratégico para comunicar conteúdos complexos de forma acessível e envolvente. **Objetivo:** Este trabalho tem como objetivo principal descrever a metodologia de desenvolvimento de um infográfico sobre a menopausa, com o intuito de utilizá-lo como ferramenta de educação em saúde. O infográfico foi concebido para informar sobre os sintomas mais comuns da menopausa e as linhas de tratamento disponíveis, oferecendo orientações práticas para a gestão dos sintomas, destacando alternativas que complementam ou substituem intervenções farmacológicas. Visa desta maneira sensibilizar a população, incluindo familiares e cuidadores sobre a importância dessa fase da vida e seus impactos no bem-estar da mulher e da família. **Metodologia:** A construção do infográfico foi baseada no método CTM3, que integra a concepção do produto (C), o referencial teórico (T) e o referencial metodológico (M). A fundamentação teórica foi realizada nas bases de dados Scielo e Google Scholar para embasar cientificamente o conteúdo. O processo de criação do infográfico seguiu quatro etapas: 1) revisão de literatura, 2) geração de imagens via plataforma Canva, 3) resumo do conteúdo para o formato infográfico, e 4) estruturação conforme o método CTM3. **Resultados:** O infográfico desenvolvido aborda os sintomas mais comuns da menopausa, as opções de tratamento disponíveis e dicas para um estilo de vida que promova uma transição saudável. A aplicação da metodologia CTM3 demonstrou ser um processo eficaz, ágil e criativo para a produção de recursos educacionais. **Conclusão:** O infográfico sobre a menopausa cumpre seu papel de ferramenta de conscientização, proporcionando um conteúdo de qualidade para a população. A eficácia do método CTM3 sugere que ele pode ser replicado no desenvolvimento de outros materiais educativos sobre temas de saúde, contribuindo para o avanço da educação em saúde de maneira inovadora.

Palavras-chave: **EDUCAÇÃO; SAÚDE; RECURSO;**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/63958

ATIVIDADES EXTENSIONISTAS UNIVERSITÁRIAS NA PROMOÇÃO DA SAÚDE DA POPULAÇÃO IDOSA

ALISSA ARAUJO FREITAS; CALEBE SALÉM NUNES SALES; HEITHOR PRADOS ROCHA; ISABELA VENÂNCIO SANTOS; RAFAEL WILHELMS SANTOS

Introdução: O processo de envelhecimento populacional no Brasil, traz desafios crescentes para a promoção da saúde e da qualidade de vida da pessoa idosa. Nesse contexto, atividades extensionistas universitárias, surgem como importante instrumento de incentivo para conquistar longevidade de forma ativa e saudável. **Objetivos:** Descrever o trabalho de extensão universitária junto à população idosa da cidade de Goiânia. **Relato de Caso/Experiência:** O trabalho relata as ações do projeto de extensão "Cinesiologia e Biomecânica Aplicada à Saúde", da Universidade Estadual de Goiás (UEG), unidade ESEFFEGO, em Goiânia/GO, no período de março a agosto de 2025, que buscou promover a autonomia e independência da população idosa, participante do Programa UEG 60+. Foram realizadas intervenções semanais com 30 idosos de ambos os sexos, com atividades previamente elaborados por meio de um roteiro, envolvendo cerca de 24 exercícios de mobilidade, alongamentos e força com exercícios ativos livres (calistenia), além de atividades lúdicas abordando cognição e socialização, em momentos prazerosos com brincadeira e jogos coletivos. Os encontros foram conduzidos por estudantes do curso de fisioterapia, sob orientação docente, em um ambiente adaptado para favorecer o equilíbrio e a prática segura. Observou-se evolução significativa na saúde nos participantes, incluindo maior disposição física, redução de dores, melhora na qualidade do sono, aumento da autoestima e maior interação social. Ademais, muitos idosos relataram adesão a outras práticas dentro do programa, como "pilates" de solo e yoga. Muitas publicações nessa linha de ação junto à comunidade, corroboram com os resultados observados com as atividades e replicação das séries dos exercícios em casa, gerando mudanças de hábitos. A assistência à saúde do idoso, durante o processo de formação profissional na área da saúde, tem valor incalculável, não só pela aplicação prática dos conhecimentos teóricos, mas o contato direto com a população, muitas vezes desassistida nesse aspecto, agrega sabedoria pela convivência com idosos. **Conclusão:** Conclui-se que ações extensionistas, especialmente nesta faixa etária, contribuem para a promoção da saúde integral, fortalecendo o papel da universidade como agente de transformação social, além de consolidar os valores pessoais e profissionais, na formação acadêmica.

Palavras-chave: **ENVELHECIMENTO ATIVO; PROJETOS DE EXTENSÃO; SAÚDE DO IDOSO;**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/63961

AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA, VANTAGENS, LIMITAÇÕES E SEGURANÇA DOS MÉTODOS DE DESBRIDAMENTO ENZIMÁTICO, AUTOLÍTICO E CIRÚRGICO EM FERIDAS COMPLEXAS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

GÉCICA GRACIELI WUST DE MORAES; BRUNA FERNANDA TELLES DELLANI; EVALDO WUST NETO; HUGO RAZINI DE OLIVEIRA

Introdução: O desbridamento é uma etapa fundamental no manejo de feridas complexas, pois a presença de tecido desvitalizado favorece infecção, retarda a cicatrização e prejudica a qualidade de vida do paciente. **Objetivo**: Diversas técnicas são utilizadas com o objetivo de preparar o leito da ferida, destacando-se os métodos enzimático, autolítico e cirúrgico. **Metodologia**: Esta revisão bibliográfica narrativa buscou reunir e analisar evidências científicas sobre a eficácia, vantagens, limitações e segurança desses três métodos. A pesquisa foi realizada em bases como PubMed, SciELO, LILACS e Cochrane Library, utilizando descritores do DeCS/MeSH e artigos publicados entre 2015 e 2025. **Resultados:** Os métodos de desbridamento analisados apresentam eficácia comprovada, mas cada um possui vantagens e limitações próprias. O desbridamento autolítico mostrou-se seguro, seletivo e de baixo custo, porém lento e limitado em feridas infectadas ou com perfusão comprometida. O desbridamento enzimático, especialmente com colagenase, foi mais rápido, mantendo seletividade e eficácia em feridas crônicas, embora com custo mais elevado e risco de irritação local. Já o desbridamento cirúrgico destacou-se pela rapidez e eficiência em casos de necrose extensa e infecções graves, mas exige estrutura adequada, profissional qualificado e apresenta maior risco de dor e complicações. A comparação entre os métodos evidencia que não existe técnica universalmente superior, sendo a escolha dependente da condição clínica do paciente, do tipo de ferida e dos recursos disponíveis. **Conclusão**: Conclui-se que a associação entre diferentes métodos pode potencializar os resultados e acelerar o processo de cicatrização, representando uma estratégia promissora para o manejo integral das feridas complexas e essa escolha deverá ser individualizada.

Palavras-chave: **INFECÇÃO; FERIDAS CRÔNICAS; CICATRIZAÇÃO;**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/63966

DOULAGEM DA MORTE NA AMÉRICA LATINA: UM RESGATE HISTÓRICO E ANCESTRAL DAS PRÁTICAS DE CUIDADO EM FIM DE VIDA

JAMILE CRISTINA PEDROSO SOARES; TATIANA BARBIERE SANTANA; GLENDA AGRA; CATALINA MAHECHA

Introdução: A figura da doula da morte, difundida nos Estados Unidos como profissional não médica que oferece suporte emocional, espiritual e prático no fim da vida, tem ganhado crescente visibilidade no cenário internacional. Contudo, ao adentrar o contexto latino-americano, esse modelo demanda releituras críticas à luz das espiritualidades, saberes tradicionais e práticas ancestrais dos territórios locais. Povos indígenas, afrodescendentes e camponeses historicamente conduziram seus mortos por meio de ritos próprios, cuidado coletivo e sabedorias transgeracionais, frequentemente silenciadas por estruturas biomédicas e coloniais. **Objetivo:** Relatar a experiência de um estudo documental sobre as práticas ancestrais latino-americanas de cuidados no fim da vida, estabelecendo paralelos com a atuação contemporânea de doulas da morte latino-americanas. Trata-se de um relato de experiência com abordagem qualitativa e documental, fundamentado nas reuniões científicas do Grupo de Estudos Latino-Americano sobre Morte e Luto. Esses encontros reuniram doulas da morte e pesquisadores de diversos países da América Latina, constituindo um espaço interdisciplinar de partilha de saberes e troca de experiências. Foram analisados os relatos apresentados durante as reuniões, que descreveram rituais de despedida, práticas simbólicas e modos de cuidado desenvolvidos por doulas em seus territórios. As informações foram sistematizadas considerando a diversidade cultural e a pluralidade dos saberes ancestrais que orientam os cuidados no processo de morrer. **Relato de experiência:** A análise evidencia a presença histórica de mulheres guardiãs dos mortos, verdadeiras parteiras da morte, responsáveis por conduzir os últimos ritos com rezas, ervas, cantos, tecidos e silêncio ritualizado. Com a crescente 'hospitalização' da morte e a padronização dos cuidados, esses saberes foram invisibilizados, mas vêm sendo resgatados por doulas contemporâneas em diálogo com movimentos populares de cuidado. **Conclusão:** As doulas da morte latino-americanas não se limitam a reproduzir o modelo estadunidense; constroem um caminho próprio, que reconhece raízes ancestrais, valoriza saberes populares e amplia sua atuação como guardião(ãs) de travessias e mediadoras entre mundos.

Palavras-chave: **REDES COMUNITÁRIAS; SAÚDE HOLISTICA; ASSISTÊNCIA TERMINAL;**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/63978

EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE NO SUS: ENTRE A PROMESSA TRANSFORMADORA E OS LIMITES DA IMPLEMENTAÇÃO

NICOLAS DOUGLAS MONTEIRO SOARES; MARIA CLARA MUNHOZ CARDOSO DE OLIVEIRA; PEDRO AFONSO DE OLIVEIRA TOLEDO KOUNARIS; CARLOS ALEXANDRE BENVENUTTI MARCHI

RESUMO

Este trabalho realiza uma revisão narrativa crítica sobre a Educação Permanente em Saúde (EPS) no SUS, interrogando se ela tem efetivamente promovido mudanças no cuidado ou se se consolidou como mero rótulo para cursos e capacitações. A análise concentra-se em três frentes: (1) origens e distinções conceituais entre EPS e educação continuada, bem como confusões recorrentes; (2) princípios e características atribuídos à EPS; (3) trajetória institucional da política e sua implementação nos serviços. Os resultados indicam que a confusão conceitual persiste entre gestores e equipes, o que impulsiona práticas transmissivas centradas em treinamentos, em detrimento da problematização do trabalho. Apesar disso, a literatura também registra experiências ancoradas no cotidiano dos serviços, abertas ao território, que envolvem gestão compartilhada e participação de usuários. Esses arranjos, quando sustentados por condições materiais, tendem a gerar tensões produtivas, reorganizar fluxos de cuidado e valorizar o conhecimento local. No plano institucional, há marcos normativos claros desde 2004, mas a implementação encontra limites concretos: disputas de sentido, burocratização, sobrecarga, baixa adesão de trabalhadores e centralização de decisões. Nessas condições, a EPS corre o risco de perder sua potência transformadora e ser reduzida a uma estratégia administrativa ou pedagógica de curta duração. Por outro lado, práticas como matriciamento, discussão de casos, rodas de gestão e espaços coletivos de escuta revelam que, quando há tempo protegido, financiamento estável e vínculos entre equipes e territórios, a EPS pode se materializar como estratégia de fortalecimento do SUS. Esses exemplos demonstram que a EPS não é apenas uma diretriz normativa, mas um processo que depende de adesão política, mobilização das equipes e capacidade institucional de sustentar processos de longo prazo. Conclui-se que a EPS mantém potencial significativo para qualificar o cuidado e proteger a vida, desde que não seja reduzida a capacitações pontuais nem subordinada a lógicas de controle. A efetividade da política depende de condições materiais adequadas, mas também de uma cultura organizacional que aceite experimentar, errar e ajustar coletivamente. Sem esses elementos, a EPS tende a se tornar apenas um selo, incapaz de produzir efeitos concretos sobre as práticas em saúde.

Palavras-chave: Educação em saúde; Gestão em saúde; Políticas públicas de saúde.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Permanente em Saúde (EPS) surge como resposta às limitações da educação continuada, marcada por treinamentos pontuais e transmissão de conteúdos que pouco alteravam as práticas no SUS. A ideia de “aprender e ensinar no próprio trabalho” foi oficializada no Brasil em 2004 com a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde

DOI: 10.51161/iv-conpeds/64046

(PNEPS), vinculada ao Ministério da Saúde e sustentada pelo chamado "quadrilátero da formação" – gestão, ensino, serviço e controle social (Jesus; Rodrigues, 2022). Desde então, a EPS tem sido defendida como estratégia para reorganizar processos de trabalho, fortalecer vínculos com usuários e produzir cuidado em ato, ancorado na problematização do cotidiano (Higashijima et al., 2025).

Mas a literatura não é unânime. Autores apontam que, em vez de produzir emancipação, a EPS muitas vezes se converte em ferramenta de gerenciamento permanente, absorvendo discursos de inovação sem alterar a precarização do trabalho em saúde (Lemos, 2016). Outros destacam que o uso indiscriminado do termo gerou confusão, com gestores e trabalhadores confundindo EPS com cursos ou capacitações tradicionais, esvaziando o seu potencial crítico (Iglesias et al., 2023).

O pano de fundo é uma tensão: de um lado, a EPS como aposta potente para fortalecer o SUS, aproximar trabalhadores e usuários e democratizar a gestão; de outro, a EPS como política frágil, de difícil implementação e permeada por disputas de sentido e apropriação burocrática. Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo revisar criticamente a EPS no Brasil, explorando origens, princípios, trajetória institucional e desafios concretos na ponta dos serviços.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão narrativa, de caráter crítico e descritivo, realizada exclusivamente a partir de quatro artigos selecionados em bases nacionais e internacionais de acesso aberto. O recorte foi definido considerando tanto a atualidade dos estudos quanto a centralidade dos textos no debate sobre Educação Permanente em Saúde (EPS), garantindo que a análise contemplasse diferentes perspectivas e níveis de aprofundamento sobre o tema. Foram incluídos: um estudo de análise documental da primeira fase da PNEPS e suas bases conceituais (Lemos, 2016), que fornece uma compreensão histórica e normativa dos fundamentos da política; um ensaio de sistematização dos princípios e características da EPS, elaborado a partir de revisão crítica da literatura e entrevistas com seus formuladores (Higashijima et al., 2025), oferecendo uma reflexão sobre os conceitos orientadores e as interpretações institucionais; uma pesquisa qualitativa que examina a trajetória institucional da política entre 2004 e 2020 (Jesus; Rodrigues, 2022), permitindo acompanhar sua implementação e adaptação ao longo do tempo; e, finalmente, um estudo qualitativo que explora as percepções de gestores e trabalhadores do SUS em relação à EPS em um município específico (Iglesias et al., 2023), fornecendo insights sobre a prática cotidiana e os desafios enfrentados no contexto local.

A escolha metodológica por revisão narrativa se justifica pela heterogeneidade das abordagens presentes nos textos selecionados, que variam entre ensaio teórico, estudo de caso e investigação empírica, evidenciando a necessidade de um método flexível capaz de integrar diferentes tipos de evidências e reflexões. A análise foi organizada em três eixos previamente definidos, que estruturaram a leitura crítica dos estudos: (1) origens e críticas à EPS em comparação com a educação continuada, permitindo situar a política no contexto histórico e conceitual; (2) princípios e características atribuídos à EPS na literatura, oferecendo uma síntese das bases normativas e pedagógicas discutidas pelos autores; (3) trajetória da política e seus desdobramentos práticos nos serviços, contemplando a implementação institucional e as experiências dos profissionais de saúde. A leitura e síntese dos textos foram conduzidas de forma a identificar convergências, divergências e lacunas entre os estudos, ao mesmo tempo em que se preservaram os elementos conceituais e empíricos apresentados pelos autores, permitindo uma compreensão abrangente e crítica do estado atual do debate sobre EPS.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/64046

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A EPS nasceu no Brasil como resposta à percepção de que cursos e treinamentos pontuais não davam conta de transformar de maneira significativa as práticas em saúde. O marco institucional desse movimento foi a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), lançada em 2004, que consolidou a proposta de aprendizagem no próprio processo de trabalho e enfatizou a articulação entre gestão, ensino, serviço e controle social (Jesus; Rodrigues, 2022). Essa formulação trazia a promessa de romper com modelos tradicionais de capacitação, baseados em eventos isolados, para construir processos formativos contínuos e conectados às necessidades reais do SUS.

Entretanto, a literatura mostra que desde cedo emergiu um duplo movimento: ao mesmo tempo em que se anunciava um horizonte inovador e transformador, crescia também o risco de burocratização e captura gerencial. Para Lemos (2016), a EPS chegou a se converter em uma forma de "gerenciamento permanente", que seduzia pela roupagem pedagógica, mas não enfrentava de fato a precarização do trabalho em saúde. Essa contradição ainda ecoa fortemente nos serviços, onde, em muitas situações, o termo EPS é usado de forma reducionista para designar simplesmente "curso de capacitação" (Iglesias et al., 2023), esvaziando o potencial crítico da política.

Apesar dessa confusão conceitual recorrente, a literatura conseguiu sistematizar alguns princípios que diferenciam a EPS da educação continuada. Higashijima et al. (2025) descrevem a EPS como prática porosa à realidade concreta, que valoriza saberes prévios, estimula gestão compartilhada e problematiza o cotidiano do trabalho em saúde. Mais que transmitir conhecimento, a EPS deve provocar incômodo, gerar reflexão coletiva, reorganizar processos e incluir usuários nas rodas de decisão. Esse desenho está alinhado ao que Ceccim e Merhy já destacavam anos antes: o trabalho em ato é o espaço privilegiado de formação, e todos os sujeitos envolvidos — trabalhadores, gestores e usuários — devem ter papel ativo nesse processo. Contudo, a tradução desses princípios em políticas concretas enfrenta barreiras persistentes, como a sobrecarga de trabalho das equipes, a resistência de gestores a práticas mais horizontais e a ausência de tempo protegido para espaços de reflexão e aprendizagem coletiva (Iglesias et al., 2023).

Na trajetória da PNEPS, alguns avanços institucionais podem ser destacados: a criação dos Polos de EPS em 2004, posteriormente substituídos pelas Comissões de Integração Ensino-Serviço em 2007, e mais recentemente a formulação do PRO EPS-SUS em 2017 (Jesus; Rodrigues, 2022). Essas iniciativas contribuíram para ampliar o diálogo entre ensino e serviço, além de oferecer certa institucionalidade à política. No entanto, a implementação seguiu marcada por fragilidades, disputas políticas, instabilidade de financiamento e dificuldades de sustentação no cotidiano dos serviços.

Do ponto de vista prático, os estudos mostram que a EPS ganha força e sentido quando acoplada a dispositivos como o matriciamento, a discussão coletiva de casos e as rodas de gestão. São experiências que, quando conduzidas de forma sistemática, aproximam trabalhadores e usuários, fortalecem vínculos e dão concretude ao conceito de aprendizagem no trabalho (Iglesias et al., 2023). Sem essas condições materiais e organizacionais, a EPS tende a perder densidade e se reduzir a um rótulo vazio, utilizado de modo genérico e sem impactos consistentes na prática.

O contraste, portanto, é evidente: de um lado, uma formulação potente, ancorada em princípios de problematização, democracia e vínculo com o território (Higashijima et al., 2025); de outro, uma prática frequentemente esvaziada, capturada por lógicas de controle e reduzida a treinamento (Lemos, 2016; Iglesias et al., 2023). O caminho histórico evidencia avanços institucionais relevantes, mas também escancara fragilidades estruturais na implementação da política (Jesus; Rodrigues, 2022). No meio desse cenário ambíguo, sobrevive a aposta de que a

DOI: 10.51161/iv-conpeds/64046

EPS pode se afirmar como espaço real de resistência, inovação e invenção dentro do SUS, desde que sustentada por condições concretas de trabalho, financiamento estável e, sobretudo, pela recusa em reduzi-la a mero instrumento de gerenciamento.

4 CONCLUSÃO

A Educação Permanente em Saúde é um campo disputado. A revisão mostra que, apesar de nascer como aposta para reorganizar práticas e democratizar a gestão no SUS, ela convive com apropriações que a reduzem a mera estratégia de capacitação. A literatura aponta que sua potência está em reconhecer o trabalho vivo como espaço formativo, em problematizar o cotidiano, em incluir usuários e em sustentar arranjos coletivos de gestão. Mas também evidencia que, sem tempo protegido, financiamento estável e adesão das equipes, a EPS tende a se esvaziar e virar mais um dispositivo burocrático. Assim, o desafio permanece: fazer da EPS um motor de transformação e não apenas mais um rótulo no vocabulário da saúde coletiva. A análise evidencia que a Educação Permanente em Saúde permanece como um campo em disputa, atravessado por contradições entre discurso e prática. Embora tenha surgido com a promessa de transformar o modo de produzir cuidado, muitas vezes é reduzida a um recurso administrativo que pouco altera as condições de trabalho e a qualidade da atenção em saúde.

A revisão aponta que sua força está em reconhecer o trabalho vivo como espaço de aprendizagem, em problematizar o cotidiano e em incluir trabalhadores, gestores e usuários em processos de decisão compartilhada. Experiências que articulam gestão, ensino e serviço de forma horizontal demonstram que é possível produzir mudanças concretas, desde que exista tempo, recursos e compromisso institucional.

O futuro da EPS no SUS depende, portanto, de duas condições centrais: a primeira é a garantia de suporte material e político, incluindo financiamento estável, instâncias de cogestão ativas e valorização das equipes. A segunda é a construção de uma cultura organizacional que não tema experimentar e rever práticas, aceitando que o processo formativo é inseparável do processo de trabalho.

Sem essas bases, a EPS corre o risco de permanecer como um discurso retórico, apropriado de maneira superficial. Com elas, pode se afirmar como um dos principais instrumentos de fortalecimento do SUS, capaz de democratizar a gestão, ampliar a participação social e sustentar práticas mais cuidadosas e integrais

REFERÊNCIAS

HIGASHIJIMA, M. N. S.; SLOMP JUNIOR, H.; FERLA, A. A.; FEUERWERKER, L. C. M.; MERHY, E. E.; CECCIM, R. B.; VASCONCELOS, J.; DE CARLI, A. D.; SANTOS, M. L. M. Princípios e características da Educação Permanente em Saúde: resgate e resistência em favor de um SUS potente e em defesa da vida. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 30, supl. 1, e05902023, 2025. https://doi.org/10.1590/1413-812320242911.05902023.

IGLESIAS, A.; GARCIA, D. C.; PRALON, J. A.; BADARÓ-MOREIRA, M. I. Educação Permanente no Sistema Único de Saúde: Concepções de Profissionais da Gestão e dos Serviços. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v. 43, e255126, p. 1-14, 2023. https://doi.org/10.1590/1982-3703003255126.

JESUS, J. M.; RODRIGUES, W. Trajetória da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde no Brasil. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 20, 2022, e001312201. https://doi.org/10.1590/1981-7746-ojs1312.

LEMOS, C. L. S. Educação Permanente em Saúde no Brasil: educação ou gerenciamento permanente? Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 913-922, 2016. https://doi.org/10.1590/1413-81232015213.08182015.

A ELABORAÇÃO DE UM PRODUTO EDUCACIONAL SOBRE BENEFÍCIOS MICROBIOLÓGICOS DA PRÓPOLIS VERMELHA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

ELOYA ZANGHI SANTANA COSTA; LUCIANA ZANGHI DO NASCIMENTO; MARIA CLARA MELO DA SILVA; LUCYO WAGNER TORRES DE CARVALHO; AUGUSTO CÉSAR ALVES DE OLIVEIRA

RESUMO

A própolis vermelha é um produto de mistura complexa formada por material resinoso e balsâmico de origem vegetal. Suas aplicações são conhecidas desde a antiguidade e sua ação terapêutica é comprovada em diversas propriedades farmacológicas. A própolis vermelha é produzida principalmente em Alagoas o qual foi certificado internacionalmente pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI em 2012, como o único produtor deste tipo de própolis no mundo. Algumas pesquisas já feitas apontam diversas propriedades, tais como cicatrizante, antioxidante, antibacteriana, antifúngica, entre outras. O objetivo da proposta é relatar a experiência de construção de um produto educacional sobre os benefícios microbiológicos da Própolis Vermelha a partir do método CTM3. A pesquisa trata-se de um estudo descritivo do tipo relato de experiência de abordagem qualitativa. O recurso educacional elaborado foi no formato audiovisual – vídeo de suporte com fins didáticos, a partir do Método CTM3. A partir do percurso metodológico elaborou-se um produto educacional com maior potencial de facilitar a comunicação. As inovações da tecnologia móvel estimulam construir conteúdos digitais, principalmente no desenvolvimento de material educativo voltados para diversos fins, inclusive para promover a saúde. Esses recursos são relevantes para a mudança de conhecimentos, atitudes e crenças em relação à prevenção de infecções, promovendo a disseminação de informações relacionadas à formação continuada. O método CTM3, que agrega elementos da comunicação às tecnologias, valorizando e facilitando o acesso à informação científica e contribuindo com melhorias no contexto do ensino na saúde. Expecta-se a partir do produto proposto evidenciar a própolis vermelha de Alagoas como um recurso alternativo e associativo no tratamento de diversas patologias, sendo este um produto natural e regional do estado de Alagoas.

Palavras-chave: Própolis; Método CTM3; Vídeo.

1 INTRODUÇÃO

A própolis é um produto de mistura complexa formada por material resinoso e balsâmico de origem vegetal, coletada por abelhas de diferentes espécies e modificada pela adição de secreções como saliva e cera após seu transporte para a colônia. Suas aplicações são conhecidas desde a antiguidade e sua ação terapêutica é comprovada em diversas propriedades farmacológicas (Duarte, 2020). É produzida principalmente em Alagoas o qual foi certificado internacionalmente pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI em 2012, como o único produtor deste tipo de própolis no mundo. Muitos compostos encontrados na própolis vermelha não foram encontrados em outros tipos de própolis brasileiras, o que a

DOI: 10.51161/iv-conpeds/64172

torna um produto de abelha singular (Sena-Lopes et al., 2018). A própolis vermelha brasileira tem como componentes químicos majoritários flavonoides (isoflavanonol, chalconas, flavanonas e flavonol) e isoflavonoides (pterocarpanos, isoflavanonas, isoflavanas e isoflavonas), além de componentes pertencentes a outros grupos químicos [e.g. benzofenonas preniladas, terpenos e taninos] (Regueira Neto, 2018). Os flavonoides, apesar de ainda não serem completamente conhecidos, apresentam um importante potencial terapêutico e diferentes atividades biológicas (Moraes et al., 2022).

A composição química da própolis determina suas inúmeras propriedades biológicas, entre essas podemos destacar a atividade anti-inflamatória, imunomoduladora, anticonceptiva, antiviral, antifúngica, anti-HIV-1 e anticancerígeno (Jasso-Miranda et al., 2019; Mohamed et al., 2019). Algumas pesquisas já feitas apontam que assim como a própolis verde ela também possui diversas propriedades, tais como cicatrizante (Boeing et al., 2021), antioxidante (Morais, 2021), antibacteriana (Rufatto et al., 2018), antifúngica (Sokolonski et al., 2021), entre outras.

Bueno-Silva *et al.* (2013) demonstraram a ação anti-inflamatória da PVA em sua pesquisa, pois demonstrou atividade inibitória contra a migração de neutrófilos. É importante notar que o extrato de própolis é tão efetivo quanto o padrão-ouro dexametasona a 10 mg/kg na prevenção da migração de neutrófilos para a cavidade peritoneal, demonstrando que possui um notável potencial anti-inflamatório (Duarte, 2020). Freire *et al.* (2016) observaram que os componentes ativos da própolis também obtiveram uma alta capacidade fungicida, quando colocados frente a leveduras de Candida albicans, Candida parapsilosis, Candida krusei, Candida tropicalis, entre outras espécies, comprovando assim, que este produto natural pode agir como uma alternativa relevante no combate a fungos que causam infecções oportunistas, em especial, as candidíases. Esse produto apresenta potente atividade antimicrobiana mesmo na concentração de 0,1%, possuindo atividade antimicrobiana e anti-inflamatória comprovada in vitro e in vivo. Isso é devido a alta concentração de flavonoides e compostos fenólicos (Freires *et al.,* 2016).

Conforme "As Cartas da Promoção da Saúde", publicadas pelo Ministério da Saúde em 2002, a promoção tem foco específico na saúde e suas proposições destinam-se a manter e melhorar seu nível (Brasil, 2002, p.19). Para tanto, são utilizadas estratégias, dentre elas Santana et al. (2021) destacam que os produtos educacionais esclarecem e simplificam os termos e procedimentos de assistência à saúde.

Dentre diversos recursos educacionais utilizados para promover a educação em saúde tem-se os vídeos educativos que têm sido utilizados em diversas experiências pedagógicas, com a demonstração da sua relevância para o processo ensino-aprendizagem, contribuindo para a construção de vínculo entre os agentes envolvidos e estabelecimento de uma comunicação dialógica (Gomes et al., 2021). A educação do paciente/cliente/usuário baseada em multimídia, vídeos ou intervenções audiovisuais tem maiores vantagens quando comparadas com a educação escrita ou somente verbal, pois os vídeos podem ser vistos de maneira mais independente, em diversos locais e quando o paciente quiser; além de ser um material divertido e usado por pessoas com alfabetização limitada (Abu Abed et al., 2014).

Destaca-se que um produto educacional precisa ser pensado objetivamente, bem como, ter embasamento científico e metodológico, uma vez que essa ferramenta bem estruturada servirá de estratégia intervencional para o profissional da área (Almeida; Wyszomirska, 2024). O Método CTM3, criado por Santos (2019), surgiu como potencializador no processo ensino e aprendizagem, justamente para a elaboração de produtos educacionais.

O objetivo da proposta foi relatar a experiencia de construção de um produto educacional sobre os benefícios microbiológicos da Própolis Vermelha a partir do método CTM3.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/64172

2 RELATO DE CASO/EXPERIÊNCIA

Trata-se de estudo descritivo do tipo relato de experiência de abordagem qualitativa (Pereira, et al., 2018). O recurso educacional elaborado foi no formato audiovisual – vídeo de suporte com fins didáticos.

O desenvolvimento ocorreu no período de outubro a dezembro de 2024 como produto da disciplina "Recursos Educacionais" do Mestrado Profissional em Ensino na Saúde e Tecnologia da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (MEST-UNCISAL). Para a construção do vídeo foram consideradas as recomendações propostas por Santos e Warren (2020) com a aplicação do método CTM3. Essa estratégia orienta a criação de produtos educacionais em três etapas: Concepção do produto (C); Referencial Teórico (T) e Referencial Metodológico (M).

A Concepção (C) é a etapa que trata do planejamento inicial do produto, como definição de metas, escolha do tema, público alvo, faixa etária, linguagem utilizada e meios utilizados para promover o produto. O Referencial Teórico (T) procura embasar o tema escolhido e o tipo de produto que se espera elaborar, nas principais bases de dados eletrônicas: LILACS, MEDLINE, SciELO, Google Acadêmico, BVS, Plataforma Capes, PubMed, entre outras. Essas plataformas podem ser consultadas para se ter conhecimento acerca da estruturação de produtos educacionais, bem como para obtenção de referencial teórico para subsidiar as informações sobre o tema que se pretende trabalhar (Santos et al., 2019).

No Referencial Metodológico (M) aplicam-se três teorias fundamentais que facilitam o entendimento do produto por parte do público-alvo, que são: Análise Transacional, Programação Neurolinguística e Aplicação Multissensorial. A primeira teoria, Análise Transacional, foi desenvolvida por Eric Berne, que propõe uma estrutura de personalidade representada por Estados de Ego – pai, adultos e criança – e possibilita direcionar a comunicação para todos os tipos de personalidade, atuando com maior assertividade. A Programação Neurolinguística aborda os aspectos subliminares da comunicação e a inclusão de âncoras em cada produto. A inserção multissensorial implica em agregar elementos dos cinco sentidos ao produto educacional que evoquem a Visão, a Audição, o Olfato, o Paladar e o Tato, de modo a ampliar o potencial de recepção do que se pretende transmitir pelo ouvinte/expectador da mensagem (Santos et al., 2019).

3 DISCUSSÃO

A partir do percurso metodológico elaborou-se um produto educacional com maior potencial de facilitar a comunicação. Ao fim do processo foi produzido o vídeo intitulado "Benefícios da Própolis Vermelha" sendo este licenciado pelo *Creative Commons* e inserido na plataforma EduCAPES, através do link: http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/972418.

Abaixo (quadro 1 e 2) descreve-se como foram inseridos os elementos do método CTM3 no Recurso Educacional desenvolvido neste estudo, Benefícios da Própolis Vermelha e o roteiro elaborado para sua construção, respectivamente.

Quadro 1. Delineamento metodológico do Produto Educacional - Vídeo, 2024.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/64172

Quadro 2. Roteiro do Vídeo Educacional de acordo com as esferas das temáticas apresentadas.

ESFERAS	ROTEIRO
Abertura	Frase inicial “Benefícios da Própolis Vermelha” com a presença da âncora.
Conceito da Própolis Vermelha	A Própolis Vermelha é um produto natural, produzido por abelhas, de mistura complexa de origem vegetal.
Compostos	É rica em flavonoides, ácidos benéficos, óleos essenciais, proteínas, aminoácidos, vitaminas, ferro e zinco.
Benefícios	Ações comprovadas cientificamente como antioxidante, analgésica, antiviral, antifúngica, antitumoral, propriedades regenerativas em geral e principalmente atividade antibacteriana e anti-inflamatória.
Modo de uso/Características	Seu principal modo de uso é na forma líquida destilada com álcool de cereais suas características físicas apresentam coloração marrom escuro, sabor marcante e amargo, aroma levemente ácido e seu recipiente é de fácil manuseio.
Conclusão	Atualmente a própolis vermelha já tem sido combinada com alguns medicamentos para diminuir os efeitos colaterais de diversos tratamentos fortalecendo o sistema

DOI: 10.51161/iv-conpeds/64172

	imunológico.
Finalização	Foco na logomarca do método utilizado (CTM3) para elaboração o vídeo e autoria.

Fonte: Própria autoria.

O vídeo pode significar uma sofisticação na relação ensino-aprendizagem, visto que, por meio dele, consegue-se captar a atenção do público, bem como despertar sua curiosidade em relação às temáticas abordadas, estimular a criatividade e desenvolver a prática educativa de forma simples e objetiva (Campos et al., 2021).

As inovações da tecnologia móvel estimulam construir conteúdos digitais, principalmente no desenvolvimento de material educativo voltados para diversos fins, inclusive para promover a saúde (Interaminense, et. al., 2016). Esses recursos são relevantes para a mudança de conhecimentos, atitudes e crenças em relação à prevenção de infecções, promovendo a disseminação de informações relacionadas à formação continuada visando ampliar o conhecimento metodológico, prevenir e reduzir o índice de pessoas infectadas ou doentes (Ciman, et al.,2018). Conforme França, Rabello e Magnago (2019), esses recursos deixam de ser apenas meios educativos na Saúde e começam a se firmar de forma mais ampla, como meio de comandar os serviços educacionais e de saúde, pois por meio deles é possível verificar a situação de vulnerabilidade, e assim trabalhar em cima disso.

O Produto Educacional não pode ser reduzido a um elemento físico, seja ele impresso ou virtual, mas que é composto por uma série de componentes internos que se referem aos sistemas simbólicos mobilizados, sua forma de organização, com conteúdos e conceitos a serem aprendidos, com organização didática e estrutura condizentes com o contexto para o qual se destina (Freitas, 2021).

Neste aspecto, para Medeiros (2022) destaca-se o método CTM3, que agrega elementos da comunicação às tecnologias, valorizando e facilitando o acesso à informação científica e contribuindo com melhorias no contexto do ensino na saúde. Segundo Lima et al. (2021), deve ser incentivada a produção de recursos educacionais de maior qualidade, para que esta abordagem seja compreensível e perceptível ao público, seguindo todos os princípios éticos e a valorização das várias tecnologias de ferramentas atualmente disponíveis.

4 CONCLUSÃO

A prática experenciada na elaboração do produto educacional mostra-se relevante uma vez que desenvolve a prática educativa de forma simples e objetiva nos processos de saúde e educação. Assim, o vídeo é um instrumento que contribuirá para uma divulgação ampla e acessível dos benefícios microbiológicos da própolis vermelha, apresentando-se como uma abordagem lúdica, objetiva e eficiente na transmissão de informações.

Expecta-se a partir do produto proposto evidenciar a própolis vermelha de Alagoas como um recurso alternativo e associativo no tratamento de diversas patologias, sendo este um produto natural e regional do estado de Alagoas.

REFERÊNCIAS

ABU ABED, M.; HIMMEL, W.; VORMFELDE, S.; KOSCHACK, J. Video-assisted patient education to modify behavior: A systematic review. Patient Education and Counseling, Limerick, v. 97, n. 1, p. 16-22, out. 2014. DOI: https://doi.org/10.1016/j. pec.2014.06.015. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0738399114002705. Acesso em: 26 mar. 2025.

ALMEIDA, K. M. DE.; WYSZOMIRSKA, R. M. DE A. F. Produtos Educacionais: Manual Interativo, Sequências Didáticas e Relatório Técnico para Implementação de Metodologia Ativa na Prática Disciplinar na Rede Básica de Ensino Público. REPPE: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ensino Universidade Estadual do Norte do Paraná, Cornélio Procópio (PR), v. 8, n. 1, p. 265-289. ISSN: 2526-9542. 2024. Disponível em: https://periodicos.uenp.edu.br/index.php/reppe/article/view/1317 Acesso em: 30 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Projeto Promoção da Saúde. As cartas da Promoção da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde. 2002. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartas_promocao.pdf Acesso: 25 mar. 2025.

BUENO-SILVA, B. et al. Anti-inflammatory and antimicrobial evaluation of neovestitol and vestitol isolated from Brazilian red propolis. Journal of agricultural and food chemistry, v. 61, n. 19, p. 45-50, 2013.

CIMAN, M.; GAGGI, O.; SGARAMELLA , T. M.; NOTA, L.; BORTOLUZZI , M.; PINELLO, L. Serious games to support cognitive development in children with cerebral visual impairment. Mobile Networks and Applications, 23(6), 1703–1714. 2018. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s11036-018-1066-3. Acesso em: 08 abr. 2025.

DUARTE, I. F. B. Estudo dos constituintes voláteis e atividades antioxidante e microbiológica dos extratos de própolis vermelha de Alagoas. Dissertação (Mestrado em Farmácia) Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Farmacêuticas. Maceió. 2020.

FRANÇA, T.; RABELLO, ET; MAGNAGO, C. As mídias e plataformas digitais no campo da Educação Permanente em Saúde: debates e propostas. Saúde em Debate , v. 43, n. spe1, pág. 106-115, atrás. 2019. Disponível: https://www.scielo.br/j/sdeb/a/GsRWdhS9VztCddQjNT46RkN/?lang=pt#. Acesso: 08 abr. 2025.

FREIREs, I. A., DE ALENCAR, S. M., ROSALEN, P.L. A pharmacological perspective on the use of Brazilian Red Propolis and its isolated compounds against human diseases. European Journal of Medicinal Chemistry. 2016.

FREITAS, R. Produtos Educacionais na área de Ensino da CAPES: O que há além da forma?. Educação Profissional e Tecnológica em Revista, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 5–20, 2021. DOI: 10.36524/profept.v5i2.1229. Disponível em: https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/1229.. Acesso em: 9 abr. 2025.

GOMES, G. I., MISSIO, L., & BERGAMASCHI, F. P. R. Sondagem vesical de demora masculina e feminina: o processo de construção de um vídeo educativo. Research, Society and Development, 10 (11), e192101119592-e192101119592. 2021.

LIMA, M. B. D., REBOUÇAS, C. B. D. A., CASTRO, R. C. M. B., CIPRIANO, M. A. B., CARDOSO, M. V. L. M. L., & ALMEIDA, P. C. D. Construção e validação de vídeo educativo para orientação de pais de crianças em cateterismo intermitente limpo. Revista da Escola de Enfermagem da USP, 51. 2017.

MEDEIROS, MAS de; SANTOS, AA dos; BANDINI, HHM; SANTOS, JMS dos; SILVA, VR de LF Estruturação de produto educativo em saúde sobre o Método Canguru: relato de experiência

com utilização do Método CTM3. Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento, [S. l.], v. 10, pág. e537111033123, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i10.33123. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/33123. Acesso em: 07 set. 2023.

MORAES, G. V.; JORGE, G. M.; GONZAGA, R. V.; SANTOS, D. A. dos. Potencial antioxidante dos flavonoides e aplicações terapêuticas. Research, Society and Development, [S. l.], v. 11, n. 14, p. e238111436225, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v. 11i14.36225. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/36225. Acesso em: 21 jun. 2024.

MORAIS, D. V. De. Transporte tranepitelial de isoflavonóides da própolis vermelha brasileira em monocamadas de células Caco-2. Tese (Doutorado em Química na Agricultura e no Ambiente) – Centro de Energia Nuclear na Agricultura, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2021. Doi: 10.11606/T.64.2021.tde-26042023-140330. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/64/64135/tde-26042023-140330/en.php. Acesso em: 15 jun. 2024.

REGUEIRA NETO, M. da S. Análise comparativa dos perfis fotoquímico e microbiológico da própolis vermelha brasileira e da resina de Dalbergia ecastaphyllum. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Biociências. Programa de Pós-graduação em Ciências Biológicas, Recife 2018. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/32433/1/TESE%20Marcos%20da%20Silveira%20Regueira%20Neto.pdf Acesso em: 21 jun. 2024.

RUIZ, L.; MOTTA L.; BRUNO, D.; DEMONTE, F.; TUFRÓ, L. Producción de materiales de comunicación y educación popular. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Departamento de Publicaciones de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires, 2014. Disponível em: http://www.sociales.uba.ar/wp-conten t/blogs.dir/219/files/2015/07/2-Prod-Materiales-B.pdf. Acesso em: 30 abr. 2025.

SANTANA, S.; BRACH, C.; HARRIS, L.; OCHIAI, E.; BLAKEY, C.; BEVINGTON, F.; KLEINMAN, D.; PRONK, N. Updating Health Literacy for Healthy People 2030: Defining Its Importance for a New Decade in Public Health, Journal of Public Health Management and Practice: nov/dez de 2021 - Vol 27 - p S258-S264 doi: 10.1097/PHH.000000000000132. Disponível em: https://journals.lww.com/jphmp/Fulltext/2021/11001/Updating_Health_Literacy_for_Healthy_People_2030_.10.aspx. Acesso em 30 abr. 2025.

SANTOS, A.A.; WARREN, E.M.C. Método CTM3 como dispositivo de ensino, aprendizagem e comunicação em produtos educacionais. Em Santos A.A. Dos. (Ed.), Educação em saúde: trabalhando com produtos educacionais (pp. 13-30). Hawking. 2020. Disponível em: https://91fbf4a0-dc05-49d0-afc9 6960dc0ef465.filesusr.com/ugd/8cc331_5f8e4e5d371f4a4ab49e3ff2831e69d7.pdf Acesso em: 20 jun. 2024.

SANTOS, A. A.; WARREN, E. M. C. Esquema Método CTM3, 2023. Disponível em:http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/720507. Acesso em: 01 mai. 2025.

INTERAÇÃO COMUNICATIVA ENTRE PROFISSIONAIS DE SAÚDE E PESSOAS COM SURDEZ

TATIANA DE FREITAS UEMURA

RESUMO

A inclusão, humanização e a acessibilidade aos serviços de Saúde para as pessoas surdas deve ser mais valorizada com o incentivo de profissionais de Saúde a compreenderem a importância de se comunicarem por Libras, bem como com a efetivação do direito de intérpretes estarem presentes nos estabelecimentos de saúde. Este estudo tem como objetivo identificar por meio de uma revisão bibliográfica o levantamento dos principais trabalhos acerca do atendimento à saúde das pessoas com surdez, buscando compreender as dificuldades de comunicação entre estes e os profissionais de saúde, sob a luz dos princípios de integralidade, universalidade e equidade. Para tanto, foram selecionados os artigos de acesso aberto publicados em língua portuguesa entre os anos de 2020 e 2025 disponibilizados por meio de busca eletrônica nas seguintes bases de dados: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes Periódicos; Scientific Electronic Library Online–SciELO; Google acadêmico; Literatura-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde –LILACS. A busca utilizou os descritores de Ciências de Saúde (DeCS), sendo escolhidos: Profissionais de saúde, Pessoas com surdez, LIBRAS e Comunicação. Estes, foram combinados e recombinados com os operadores booleanos “AND”. Como resultado foram selecionados e analisados 06 artigos, os quais exploram o impacto das barreiras de comunicação enfrentadas por profissionais de saúde e surdos nos atendimentos realizados, evidenciando as dificuldades do acesso aos serviços de saúde, bem como a necessidade de maiores investimentos quanto a capacitação dos profissionais envolvidos. Por fim, o presente estudo reconhece as dificuldades de comunicação existentes entre profissionais de saúde e pessoas com surdez. O sentimento de falta de autonomia e constrangimento dos pacientes surdos devido a necessidade de um intérprete no momento das consultas é visto como um empecilho na busca de tratamentos de saúde, principalmente sob a ótica dos surdos. A análise reforça a necessidade de os cursos de graduação incentivarem a realização da disciplina de LIBRAS pelos acadêmicos no decorrer do curso, além dos profissionais de saúde também serem incentivados a realizarem cursos de capacitação e a elaborarem protocolos específicos para o atendimento aos surdos, garantindo maior luz dos princípios de integralidade, universalidade e equidade.

Palavras-chave: Barreiras de comunicação; Língua Brasileira de Sinais (Libras); Deficiência Auditiva.

1 INTRODUÇÃO

A importância do conhecimento mínimo dos profissionais de saúde sobre a Língua de Sinais (LS) ainda é pouco discutida, embora seja fundamental para que esses possam qualificar seu contato com a pessoa surda como mais uma forma de inclusão (Chaveiro, 2008). Esta temática ressalta, portanto, a importância de expandir o debate sobre a inclusão social, uma vez que, através do Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, passou a ser estabelecido que no

DOI: 10.51161/iv-conpeds/64272

Sistema Único de Saúde (SUS), bem como nas empresas detentoras de concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, deve haver profissionais capacitados para o uso de Libras, garantindo-se um tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva em todo o território nacional (Brasil, 2005).

Tratando-se da comunidade surda, obstáculos relacionados à barreira linguística e acessibilidade ao SUS são evidentes principalmente em decorrência da complexidade da inclusão do surdo na sociedade ouvinte, destacando-se a falta de treinamento dos profissionais de saúde, problemas financeiros para contratar intérpretes e ausência de adaptações para pacientes surdos, entre outras dificuldades (Souza, 2017). Posto isso, comparados a ouvintes, os surdos tendem a fazer uso dos serviços de saúde com menor frequência, estando este comportamento diretamente relacionado à dificuldade de acolhimento e comunicação nesses espaços. Além disso, o acesso a informações sobre prevenção de saúde, tratamentos e cuidados direcionados para este público específico ainda concentra-se principalmente em países de alta renda . Como consequência, a busca pelo atendimento de saúde somente após alguma patologia já estar instalada tende a ser mais recorrente (Kuenburg, 2016).

Diante deste contexto, o presente estudo traz como objetivo identificar por meio de uma revisão bibliográfica o levantamento dos principais trabalhos acerca do atendimento à saúde das pessoas com surdez, buscando compreender as dificuldades de comunicação entre estes e os profissionais de saúde, sob a luz dos princípios de integralidade, universalidade e equidade.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo trata de uma pesquisa de revisão bibliográfica norteada pelo levantamento dos principais trabalhos a respeito do atendimento à saúde das pessoas com surdez.

Foram selecionados os artigos de acesso aberto publicados em língua portuguesa entre os anos de 2020 e 2025 disponibilizados por meio de busca eletrônica nas seguintes bases de dados: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior –Capes Periódicos; Scientific Electronic Library Online–SciELO; Google acadêmico; Literatura-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde –LILACS.

A busca utilizou os descritores de Ciências de Saúde (DeCS), sendo escolhidos: Profissionais de saúde, Pessoas com surdez, LIBRAS e Comunicação. Estes, foram combinados e recombinados com os operadores booleanos “AND” na busca avançada, resultando nas sentenças de busca a serem adotadas. Foram excluídas teses, revisões de literatura e revisões sistemáticas, bem como as publicações indisponíveis pública e gratuitamente.

O material selecionado foi analisado de forma qualitativa, buscando-se compreender as dificuldades de comunicação entre os profissionais de saúde e as pessoas surdas usuárias do SUS.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os 06 artigos selecionados para esta revisão estão descritos no quadro 1, dos quais, 03 da Capes Periódicos, 01 do SciELO e 02 da LILACS. Dessa forma, a interpretação das informações extraídas segundo o descrito por cada autor pode ser mais facilmente discutida.

Quadro 1. Quadro dos artigos inseridos na revisão, segundo informações divulgadas pelos autores

DOI: 10.51161/iv-conpeds/64272

Autor/ ano	Título	Objetivo	Tipo de estudo	Sujeitos	Conclusão
De Miranda, 2020	Barreiras de comunicação com surdos no atendimento em saúde: um estudo descritivo	Identificar as barreiras de comunicação enfrentadas pelas pessoas surdas quando são atendidas por profissionais de saúde.	Estudo descritivo, com abordagem qualitativa (grupo focal)	24 surdos e surdas, maiores de 18 anos, da região metropolitana do Rio de Janeiro	Os profissionais não estão preparados para se comunicar com pacientes surdos. É preciso investir no ensino da LIBRAS nos cursos de formação, além da presença de intérprete
De Oliveira Costa, 2021	A percepção de pessoas surdas sobre o acolhimento e cuidado dos profissionais de enfermagem em unidades de emergência	Compreender a percepção de pessoas surdas sobre o acolhimento e cuidado dos profissionais de enfermagem em unidades de emergência	Pesquisa exploratória, com abordagem qualiquantitativa	10 surdos, maiores de 18 anos, residentes em Cachoeira-Ba	Percebe-se a urgência do fazer saúde com mais inclusão para o paciente surdo. Existe pouco ou nenhum domínio da LIBRAS por parte dos profissionais de enfermagem, dificultando o atendimento na emergência hospitalar
Bernardo, 2021	Potências e limites no cotidiano da formação acadêmica no cuidado à saúde da pessoa surda	Compreender as potências e os limites no cotidiano da formação dos estudantes de graduação no cuidado à saúde da pessoa surda. M	Estudo qualitativo e interpretativo	18 estudantes de uma universidade federal do Sul do Brasil dos cursos de graduação em Enfermagem, Farmácia, Fonoaudiologia, Medicina, Nutrição, Odontologia e Psicologia	Há a necessidade de se refletir sobre os currículos dos cursos da área da saúde, proporcionado a inclusão do cuidado à saúde da pessoa surda, a fim de capacitar os estudantes para a atuação nos diferentes níveis de complexidade.
Clarinda, 2023	Acolhimento de pessoas com deficiência auditiva na Atenção Primária à Saúde no município de Criciúma, Santa Catarina	Analisar o acolhimento dos indivíduos com surdez na Atenção Primária em Saúde	Estudo de métodos mistos com triangulação concomitante e por meio de um estudo descritivo e quantitativo	43 profissionais de saúde da Atenção Primária à Saúde no município de Criciúma-SC	Existem inúmeras barreiras no acolhimento dos pacientes com DA na APS, sendo necessária a aprimoração das práticas para que seja desenvolvido um atendimento inclusivo, humanizado, acolhedor e integral.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/64272

Rodrigues, 2023	Sistema Único de Saúde: acessibilidade das pessoas surdas no interior da Bahia	analisar o acesso e o atendimento ofertado à comunidade surda nos serviços de saúde públicos, no município de Vitória da Conquista, Bahia, por meio de uma pesquisa qualitativa.	Pesquisa de abordagem qualitativa	08 profissionais de saúde e 13 usuários surdos com idade entre 22 e 42 anos, do município de Vitória da Conquista-BA	A formação em Libras e a presença de um intérprete são apontadas como estratégias para um atendimento de qualidade às pessoas surdas
Santos, 2025	Desafios enfrentados para o atendimento de pacientes surdos: um estudo com docentes de Medicina	Este estudo teve como objetivo identificar os desafios enfrentados por docentes de um curso de Medicina para o atendimento de pessoas surdas.	Pesquisa observacional, transversal	89 profissionais de saúde com formação em: Biomedicina, Enfermagem, Medicina, Psicologia e Odontologia	A análise dos achados reforça a falha estrutural na inclusão efetiva das pessoas com deficiência durante a formação profissional e nos serviços de saúde em geral

A surdez é um fenômeno que afeta o ser humano na sua multidimensionalidade, especialmente, em sua condição física, psíquica, social e especificamente, no seu acesso à saúde, fatos estes que resultam em consequências desafiadoras no dia a dia das pessoas com surdez, bem como na sua maneira de viver e conviver (Maffesoli, 2019).

No âmbito da saúde, comunicar as questões relacionadas ao diagnóstico e ao tratamento é um dever dos profissionais da saúde e um direito dos pacientes (Porto, 2005). No entanto, considerando-se o atendimento à pessoa surda, dificuldades de comunicação são frequentemente observadas e podem resultar no comprometimento de tal ação, uma vez que profissionais relatam a possibilidade de darem uma orientação ou diagnóstico contrário à queixa do paciente por falta de compreensão da linguagem (Chaveiro, 2010).

Os artigos incluídos nesta revisão destacam dificuldades relatadas sob a ótica dos profissionais de saúde e também das pessoas com surdez, além de destacar algumas divergências entre ambos quanto às condutas de escolha. Nesse sentido, enquanto por parte das pessoas surdas pode-se observar relatos de constrangimento devido a presença de intérpretes durante as consultas, uma vez que geralmente estes são pessoas conhecidas na comunidade surda e podem comprometer o sigilo profissional (Bernardo, 2021).

Podemos encontrar um estudo no qual médicos relatam um ponto de vista diferente ao mencionarem não tratar-se de um desafio significativo (Santos, 2025). Assim, percebe-se a importância de compreender a questão do constrangimento do paciente diante da presença de outra pessoa ou mesmo a sensação de piedade por parte daquele que desempenha esta função pode trazer prejuízos na autoestima dos pacientes, bem como na sua autonomia com relação à sua própria saúde (Viegas, 2012; De Oliveira Costa, 2021).

A falta de autonomia e independência também são destacadas pelos surdos, uma vez que esta característica também são reforçadas em âmbito familiar e escolar, resultando em cidadãos inseguros, dependentes e, ás vezes, incapazes de desempenharem seus próprios

DOI: 10.51161/iv-conpeds/64272

direitos e deveres (De Oliveira Costa, 2021). A ineficiência e despreparo das instituições e órgãos certamente influenciam neste processo de construção da autonomia deste público específico, o qual destaca o desejo de ser atendido sozinho (De Oliveira Costa, 2021; De Miranda 2020; Rodrigues, 2023).

A própria sociedade define o surdo como alguém incapaz de tomar suas próprias decisões em relação à sua saúde e terapia, mantendo-lhes na dependência de outras pessoas. Portanto, o primeiro passo para a inclusão, humanização e a acessibilidade aos serviços de saúde para as pessoas surdas só poderá ser efetivado quando mais profissionais de saúde compreenderem a importância de se comunicarem por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras), ou que o direito teórico de ter intérpretes nos estabelecimentos de saúde seja colocado em prática Brasil (Brasil, 2004).

Neste trabalho de revisão bibliográfica também pode-se observar o reconhecimento dos profissionais de saúde quanto a dependência dos surdos na presença de um familiar durante os atendimentos (Rodrigues, 2023).

Denota-se a partir dos relatos a necessidade dos surdos buscarem por serviços de saúde sempre na presença de um familiar por saberem da falta de intérpretes nos serviços de saúde, destacando o medo de fazerem uso de uma medicação errada ou realizarem um procedimento de forma equivocada (De Oliveira Costa, 2021).

De fato, no momento do encontro entre o paciente surdo e o profissional de saúde, sentimentos como medo e insegurança adentram o profissional de saúde. Contudo, tais sentimentos também invadem o paciente surdo, a ponto de impedir que este busque essa assistência com a mesma frequência que o paciente ouvinte (Chaveiro, 2009). A falta de acolhimento e empatia dos profissionais de saúde também é relatada por pessoas com surdez (De Oliveira Costa, 2021), bem como a falta de esforços dos profissionais ao tentarem serem compreendidos mesmo que por outros recursos, os quais incluem movimentos labiais e não-verbais (De Miranda, 2020).

Nesse campo, outro desafio está relacionado ao campo visual durante uma conversa com este público específico. O ambiente deve ser claro de forma que se tenha uma boa visualização da pessoa que está se comunicando, não sendo indicada uma conversa em frente à uma janela com grande luminosidade por trás. Tais cuidados, podem ajudar a garantir prontidão destes no atendimento, sensação de privacidade e conforto, bem como trazer melhorias relacionadas ao sentimento de bem-vindo (Barnett, 2011).

Da mesma forma, cuidados também são necessários mesmo na presença de um intérprete durante a conversa com uma pessoa surda. Em relação ao seu posicionamento, por exemplo, é indicado que esse sente-se ao lado e ligeiramente atrás da pessoa com quem o paciente surdo se comunica, possibilitando, assim, que ele visualize ambos simultaneamente. Fatores como obscurecer o rosto e lábios com as mãos, pelos faciais e objetos, tais como canetas, prontuários médicos e máscaras cirúrgicas, também contribuem para uma comunicação mais difícil com o paciente surdo (Soelman, 2021).

Diante da não disponibilidade de intérpretes na maioria dos locais de atenção à saúde, questiona-se os esforços direcionados à formação e capacitação dos profissionais de saúde quanto ao entendimento necessário para o atendimento dessas pessoas.

A inclusão da Libras como disciplina obrigatória em todos os cursos de graduação da área de saúde seria uma solução a médio e longo prazo, visto que hoje, ela é ofertada apenas em alguns deles como disciplina eletiva e não tem atraído a atenção dos alunos que, compreensivelmente, sem informações profundas sobre sua relevância, preocupam-se apenas com as disciplinas obrigatórias para a conclusão de seus respectivos cursos (Souza, 2019).

Um estudo realizado em ambiente de ensino superior, com acadêmicos de cursos de graduação da área da saúde, apresenta a preocupação destes em relação às barreiras de comunicação envolvidas no cuidado à saúde da pessoa surda. Foram apontadas preocupações

DOI: 10.51161/iv-conpeds/64272

com a falta de incentivo dos professores do curso para a realização da disciplina de LIBRAS, uma vez que outras disciplinas mencionam a importância de inclusão das diferentes comunidades, mas sem abordarem tópicos que destaquem a necessidade de inclusão das pessoas surdas. O fato da disciplina ser disponibilizada como optativa e não obrigatória também contribue com a frustração dos graduandos quanto ao comprometimento com seus pacientes, embora apresentem esforços ao tentarem se comunicar, por meio da escrita, da mímica, dos gestos, do desenho e da fala pausada. Sendo assim, evidencia-se que aprender Libras contribui para a formação do estudante, possibilitando desenvolver a capacidade crítica, reflexiva e criativa no cuidado à saúde da pessoa surda, além de nutrir a responsabilidade e o compromisso com as transformações sociais, a cidadania e a promoção da saúde, colaborando, ainda, para a construção do conhecimento (Bernardo, 2021).

Há uma necessidade emergente de incluir, nos currículos de graduação dos cursos da saúde, disciplinas obrigatórias que abordem a temática deficiência e reabilitação, considerando que 23% da população brasileira possui algum tipo de deficiência (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010). Neste sentido, faz-se necessário discussões no âmbito dos cursos de graduação em saúde acerca do processo de comunicação com os surdos, além do incentivo de realização de cursos de capacitação voltados aos profissionais de saúde para atendimento a este público específico, de forma que tal qualificação seja valorizada no ato de admissão destes profissionais nas instituições de saúde (Cardoso, 2006).

4 CONCLUSÃO

O presente estudo reconhece as dificuldades existentes devido a barreira de comunicação entre profissionais de saúde e pessoas com surdez. O sentimento de falta de autonomia e constrangimento dos pacientes surdos devido a necessidade de um intérprete no momento das consultas é visto como um empecilho na busca de tratamentos de saúde, principalmente sob a ótica dos surdos. A análise reforça a necessidade de os cursos de graduação incentivarem a realização da disciplina de LIBRAS pelos acadêmicos no decorrer do curso, além dos profissionais de saúde também serem incentivados a realizarem cursos de capacitação e a elaborarem protocolos específicos para o atendimento aos surdos, garantindo maior luz dos princípios de integralidade, universalidade e equidade.

REFERÊNCIAS

BERNARDO, L.A.; THOLL, A.D.; NITSCHKE, R.G.; VIEGAS, S.M.F.; SCHOELLER, S.D.; BELLAGUARDA, M.L.R; TAFNER, D.P.O.V. Potências e limites no cotidiano da formação acadêmica no cuidado à saúde da pessoa surda. **Escola Anna Nery**, v. 25, n. 3, p. 01-08, 2021.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. [online]. Diário Oficial da União 2005; 22 dez. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm . (25 ag 2025).

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico 2010 [Internet]. Rio de Janeiro: IBGE; 2010. [citado 2020 Nov 19]. Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html

CARDOSO, A.H.A; RODRIGUES, K.G.; BACHION, M.M. Percepção da pessoa com surdez severa e/ou profunda acerca do processo de comunicação durante seu atendimento de saúde. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 14, n. 4, p. 553-560, 2006.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/64272

CHAVEIRO N, et al. Relação do paciente surdo com o médico. **Revista Brasileira de Otorrinolaringologia**, 2009; 75(1): 147-50.
CHAVEIRO, N.; BARBOSA, M.; PORTO, C.C. Revisão de literatura sobre o atendimento ao paciente surdo pelos profissionais da saúde. **Rev Esc Enferm USP**, v. 42, n. 3, p. 578-83, 2008.
CHAVEIRO, N.; BARBOSA, M.; PORTO, C.C.; MUNARI, D.B.; MEDEIROS, M.; DUARTE, S.B.R. Atendimento à pessoa surda que utiliza a língua de sinais, na perspectiva do profissional da saúde. **Cogitare Enferm**, v. 15, n. 4, p. 639-45, 2010.
CLARINDA, F.D.; SORATTO, J.; CERETTA, L.B.; MARTINS, C.D.; MIRANDA, V.I.A. Acolhimento de pessoas com deficiência auditiva na Atenção Primária à Saúde no município de Criciúma, Santa Catarina. **Rev. APS**. v. 26, p .1-11, 2023.
DE MIRANDA, R.S et al. Barreiras de comunicação com surdos no atendimento em saúde: um estudo descritivo. **Enfermagem Brasil**, v. 19, n. 1, p. 11-19, 2020.
DE OLIVEIRA COSTA, D.G *et al.* A percepção de pessoas surdas sobre o acolhimento e cuidado dos profissionais de enfermagem em unidades de emergência. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 13, n. 5, p. e7451-e7451, 2021.
BRASIL. Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. [online]. 2004. Disponível em: http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/node/521. (25 ag. 2025).
KUENBURG, A; FELLINGER, P; FELLINGER, J. Health care access among deaf people. **J Deaf Stud Deaf Educ**, v. 21, n. 1, p.1-10, 2016.
MAFFESOLI, M. O tesouro escondido: carta aberta aos franco-maçons e a outros. Porto Alegre: Sulina, p. 191, 2019.
PORTO, C.C; TEIXEIRA, C.M.F.S. Linguagem dos órgãos e comunicação médico-paciente. **JBM. J Bras Med**., v. 89, n. 1, p. 21-3, 2005.
RODRIGUES, G.S.; LAGO, D.C; PAZ, N.M.S. Sistema Único de Saúde: acessibilidade das pessoas surdas no interior da Bahia. **Reciis**, v. 1, n. 4, p. 815-834, 2023.
SANTOS, D.L.O *et al.* Desafios enfrentados para o atendimento de pacientes surdos: um estudo com docentes de Medicina. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 49, n. 1, 2025.
SOELMAN, C.; BOUSQUAT, A.; Políticas de saúde e concepções de surdez e de deficiência auditiva no SUS: um monólogo? **Cad. Saúde Pública** v. 37, n. 8, p. 1-14, 2021.
SOUZA, M.F.N.S; ARAÚJO, A.M.B; SANDES, L.F.F; SOARES, W.D; VIANNA, R.S.M; SOUSA, A.A.D. Principais dificuldades e obstáculos enfrentados pela comunidade surda no acesso à saúde: uma revisão integrativa de literatura. **Rev. CEFAC**, v. 19, n. 3, p. 395-405, 2017.
SOUZA, M.T.; PORROZZI, R. Ensino de Libras para os Profissionais de Saúde: Uma Necessidade Premente. **Revista Práxis,** v. 1, n. 2, 4p. 3-6, 2009.
VIEGAS SMF, PENNA CMM. O vínculo como diretriz para a construção da integralidade na Estratégia Saúde da Família. **Rev Rene**, v. 13, n. 2, p. 375-385, 2012.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/64272

O ENVELHECIMENTO E A VISIBILIDADE DA PESSOA IDOSA NA CULTURA CONTEMPORÂNEA

ANA CAROLINA LIMA; GERALDINE ALVES DOS SANTOS

RESUMO

O envelhecimento populacional é um fenômeno inevitável e global, apesar disso, não se percebe uma valorização simbólica e social dos corpos idosos. O enaltecimento da juventude, tanto em termos de aparência quanto de desempenho físico e profissional, remete a velhice como sinônimo de impotência, disformidade, ausência de saúde e improdutividade, com uma tendência de marginalizar e silenciar esses corpos. Com isso, torna-se necessário analisar as maneiras com que o corpo idoso é composto como um desvio ao padrão estabelecido na cultura contemporânea, com ênfase nos discursos que regulam o seu lugar enquanto cidadão, o impacto de tal regulação em sua saúde, bem como sua visibilidade e valor social. Para isso, essa pesquisa busca esclarecer tais padrões, por meio de uma revisão narrativa da literatura baseada em autores como Marcel Mauss, Maurice Merleau-Ponty, David Le Breton, entre outros, de caráter interdisciplinar e qualitativo. Percebe-se que os dispositivos de poder que disciplinam o corpo idoso, definem o envelhecimento como um desvio da norma, o que afeta diretamente a autoestima e saúde mental dessa parcela da população. Apesar disso, o corpo idoso não precisa ser encarado com um objeto de controle, mas sim como um espaço de resistência e ressignificação, um espaço de compartilhamento de história e experiência. A percepção do corpo idoso como um espaço de sabedoria e beleza demonstra impactos positivos em sua saúde e bem-estar. Conclui-se que os processos de exclusão social e invisibilidade a que os corpos idosos são submetidos, nos despertam para a necessidade de um olhar mais atento às formas como esses corpos podem ser revalorizados, visibilizados e respeitados.

Palavras-chave: Corpo; Velhice; Autoestima.

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento é um fenômeno inevitável e global. O aumento da expectativa de vida e o declínio das taxas de natalidade em diversas regiões, revelam um processo de envelhecimento populacional sem precedentes. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024), apontam que em 2023 a expectativa de vida do brasileiro foi superior a 76 anos, um aumento de 30 anos em comparação à de 1940. Tal realidade demográfica é uma tendência global, com estimativa de que até 2050, o número de pessoas com 60 anos ou mais deverá dobrar (Organização das Nações Unidas, 2024).

Apesar do aumento exponencial da expectativa de vida na população, a valorização simbólica e social dos corpos idosos não acompanha esse movimento. O enaltecimento da juventude, tanto em termos de aparência quanto de desempenho físico e profissional, remete a velhice como sinônimo de impotência, disformidade e improdutividade, com uma tendência de marginalizar e silenciar esses corpos (Sabaté, 2016). Entendê-los como fora de um padrão hegemônico não se trata somente de uma questão de linguagem, mas sim de práticas que moldam a vida social e as subjetividades das pessoas idosas.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/64401

Tendo em vista esse contexto, torna-se necessário realizar uma reflexão crítica sobre os mecanismos que causam a marginalização das pessoas idosas e de quais maneiras é possível aumentar a valorização de todas as formas de existência corporal. Para isso, busca-se analisar as maneiras com que o corpo idoso é composto como um desvio ao padrão estabelecido na cultura contemporânea, com ênfase nos discursos que regulam o seu lugar enquanto cidadão, bem como sua visibilidade e valor social. Por meio de um estudo bibliográfico, de caráter interdisciplinar, que se baseia no diálogo com autores, tal análise busca na revisão narrativa recursos para discutir os aspectos simbólicos dos corpos idosos.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa em questão é uma revisão narrativa, que busca discutir, sob o ponto de vista teórico ou conceitual, o desenvolvimento ou o "estado da arte" de um determinado assunto. Caracteriza-se como um texto de análise da literatura científica na interpretação e análise crítica do autor. As revisões narrativas buscam contribuir no debate de determinadas temáticas, levantando questões e colaborando na aquisição e atualização do conhecimento, mesmo que tenham seu grau de evidência científica questionado, por não permitir a reprodutibilidade (Rother, 2007).

O processo de coleta do material foi realizado de forma não sistemática no período de abril de 2025 a maio de 2025. Foram pesquisadas bases de dados científicas, tais como: Scielo, Google acadêmico e Scopus, além de consultas em livros.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O conceito de corpo é frequentemente associado ao ponto de vista biológico, em que o corpo humano é caracterizado como um organismo composto por conjuntos celulares organizados em órgãos, tecidos e sistemas, que juntos mantém a homeostase – o equilíbrio interno do indivíduo. Entretanto, rotular o corpo apenas como um sistema que mantém o ser vivo é diminuir a sua importância simbólica, histórica e cultural. Para as ciências humanas, o corpo é visto como um lugar de inscrição de normas, valores e práticas sociais, o que nos permite compreender que os modos de viver, perceber e significar o corpo são construções coletivas, tendo como precursores os discursos e relações de poder (Maronn e Rigo, 2021; Foucault, 1999).

Marcel Mauss acreditava que era necessário analisar o homem não somente como um resultado de estados individuais de consciência ou como uma consequência da observação da sociedade. Em "As técnicas do corpo", Mauss (2008) visou demonstrar que as formas de usar o corpo são variáveis que dependem do tempo, cultura e grupo social. Ele propõe que ações tidas como naturais - dançar, caminhar, saltar, falar - na verdade, são aprendidas e moldadas culturalmente. Desta forma, o corpo seria um instrumento que absorve e expressa as ideias e valores, de acordo com as experiências únicas e atitudes cotidianas. Sendo assim, dançar, caminhar, saltar, falar, são atitudes comuns à todas as culturas, mas executadas de maneiras distintas em cada uma delas. Esse pensamento aplicado ao envelhecimento, reflete que os corpos idosos também carregam uma linguagem corporal que se transforma ao passar dos anos, mas que continua carregando vivencias e significados. Todavia, essa linguagem corporal é desvalorizada ou invisibilizada, por não corresponder mais ao ideal estipulado pela sociedade, de um corpo que transmite performance e agilidade – um corpo jovem (Daolio, Rigone e Roble, 2012; Rocha, 2008).

O diálogo de Mauss conversa diretamente com Maurice Merleau-Ponty (1971), que aprofunda essa visão ao conceber o corpo não como um objeto puramente físico, mas como um conjunto de percepção, ações e experiências. Esse conjunto que compõe o corpo envelhecido,

DOI: 10.51161/iv-conpeds/64401

muitas vezes julgado como insignificante pela sociedade contemporânea, para Merleau-Ponty é um corpo de presença, expressão e, principalmente, de memória - afinal "o corpo é nosso meio geral de ter um mundo". Apesar do passar dos anos, o corpo não deixa de ser um local de expressão, ele mantém uma memória incorporada que fala por si só, sem a necessidade de palavras. Em uma sociedade que hipervaloriza a eficácia e a produtividade, essa forma de viver o mundo tende a ser silenciada, por não se compreender que a velhice não é um vazio, mas sim uma plenitude de vivências. Inclusive, Merleau-Ponty difundia a ideia de que só é possível sentir a sua própria existência após entrar em contato com o outro, a consciência de nós mesmos é um resultado da visita que fazemos ao outro. Nesse sentido, não seria a velhice o momento de compartilhar sua experiência para com o outro, que ainda não tomou consciência de si? (Daolio, Rigone e Roble, 2012; Nóbrega, 2008).

Tendo em vista que, segundo David Le Breton (2003), o corpo é um "espelho" no qual os valores, normas e ideais de uma sociedade se projetam, a ideia do compartilhamento de experiências de Marleau-Ponty ganha força. Entretanto Le Breton traz um novo conceito, de corpo enquanto rascunho – podendo ser remoldado conforme o outro assim desejar. Sendo o processo de envelhecimento visto como algo decadente, o corpo do idoso pode, por vezes, ser tratado como um problema, um rascunho que necessita de correção. A crescente procura por procedimento estéticos que visem o rejuvenescimento, demonstram uma tendência do corpo como acessório, no qual as partes obsoletas podem ser reparadas ou substituídas. Para Le Breton, essas mudanças corporais são vistas como co-moldadores da identidade do ser, pois não só modificam o externo, mas também o imaginário (Barros Júnior e Moraes, 2023; Lüdorf, 2021).

De todas as maneiras que a sociedade encontra de impor seus ideais, o controle aos corpos é uma das mais efetivas. Ao analisarmos a cultura ocidental moderna, percebe- se uma construção de corpo ideal como um corpo jovem, que remete à saúde, autonomia e produtividade – que, por vezes, não estão presentes nos corpos idosos. Desde a era moderna, a manipulação do corpo com o intuito de geração de lucro é algo presente, estando o corpo intimamente relacionado ao sistema capitalista e sendo um componente importante no estímulo ao consumismo (Cassimiro e Galdino, 2012).

Retoma-se o discurso de Le Breton (2007), ao dizer que a aparência é o modo de se apresentar socialmente, sendo ela provisória, ou seja, dependente dos padrões da moda. O corpo que não se molda às tendências é visto como obsoleto, um sujeito que não se rende ao retardamento da velhice, (ou melhor, ao filtro estético da juventude, pois a velhice segue presente) tende a ser excluído. Em sua obra "A sociologia dos corpos" de 2007, Le Breton afirma que "na modernidade, a única extensão do outro é frequentemente a do olhar: o que resta quando as relações sociais se tornam mais distantes, mais medidas."

De certo modo, essa desvalorização do corpo idoso enquanto ser, pode soar como um ato de violência para com essa parcela da população. Minayo (2006) pontua que a violência aos idosos pode ser expressa de três formas: violência estrutural, institucional e familiar. Para além da violência física, abusos e negligências características da violência familiar, a violência estrutural se define como aquela aplicada pela desigualdade social, naturalizadas nas manifestações de pobreza e discriminação. Deste modo, o conceito de aparência proposto por Le Breton, quando aplicado à população idosa, ganha uma nova camada: poucos são os que tem acesso às tendências e podem se submeter aos procedimentos para ter uma "boa" aparência.

Em seu texto, Minayo cita a definição de violência, segundo a Rede Internacional para a Prevenção dos Maus Tratos contra o Idoso, como sendo um ato ou uma omissão que cause danos ou aflição à pessoa idosa, em relações que tenham a expectativa de confiança. O discurso de valorização dos corpos jovens, quando reproduzido pelas redes de convívio da pessoa idosa, configura uma violência quase imperceptível que, por vezes é quase invalidada, uma violência silenciosa.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/64401

A ideia de tal violência conversa com o conceito de violência simbólica de Bourdieu (1999), em que a violência ocorre por meio da relação de poder entre dominante e dominado, trazendo o corpo idoso em uma posição de submissão em relação às imposições de padrões de beleza atuais. Ainda sobre as relações de poder, Foucault (1999) estabelece que o poder é exercido em todos os níveis sociais, estimulando assim a criação de normas, atuando sobre os corpos.

Seguindo a lógica de Foucault (1999), a violência para com os corpos idosos se dá pela depreciação do corpo envelhecido, corpos desviantes em relação à norma estipulada nos discursos midiáticos e sociais. Os padrões de beleza operam como reguladores, como instrumentos de imposição de poder. O envelhecer, nesse contexto, passa a ser menos um processo natural e mais um projeto de autocontrole. Essa regulação também se manifesta no campo do autocuidado, que (em teoria) trata-se de uma política positiva, mas se transforma em uma norma de conduta exigindo do sujeito idoso um esforço contínuo de autovigilância. O corpo que envelhece deve ser constantemente otimizado por meio de dietas, exercícios físicos, terapias, cirurgias estéticas e consumo de produtos antienvelhecimento. Aqueles que não conseguem ou não desejam aderir a esse ideal são vistos como fracassados, improdutivos ou negligentes.

Esses elementos demonstram que o envelhecimento está distante de ser apenas um fenômeno biológico. O idoso, ao ocupar essa posição divergente, torna-se alvo de discursos que oscilam entre a tutela e a invisibilidade, entre o incentivo à autonomia e a culpabilização pela perda da funcionalidade. Reconhecer esse processo é fundamental para pensar formas mais inclusivas e plurais de se viver — e de se ver — o corpo na velhice.

Para além dos preconceitos enfrentados com relação ao seu papel na sociedade, a pessoa idosa lida constantemente com a presença do luto, não apenas pela perda física, mas pela percepção de que o seu tempo é limitado. Com isso, apesar dos mecanismos de normatização e silenciamento que incidem sobre os corpos idosos, entende-se esses corpos como espaços de resistência, reinvenção e produção de novas formas de existência. Essa ressignificação do corpo envelhecido é um gesto político, simbólico e afetivo, que desafia a lógica da invisibilidade e da exclusão (Sartre, 2015).

Apesar da tendência a normalização, Michel Foucault entende que o sujeito pode escapar das imposições normativas, pois segundo o autor “a estética da existência é uma arte, reflexo de uma liberdade percebida como um jogo de poder” (FOUCAULT, 2007 p.277 apud SILVA, 2011). Aplicada ao contexto do envelhecimento, essa ideia abre margem para pensar no corpo velho como um espaço possível de criação de si. Isso implica uma recusa aos imperativos de juventude eterna e de funcionalidade a qualquer custo, em favor de uma ética do cuidado de si que valorize o tempo, a fragilidade, o afeto e a memória como formas legítimas de ser no mundo.

Com isso, outro ponto de destaque é a valorização da experiência sensível do envelhecer — com seus limites, mas também com suas possibilidades — um gesto que rompe com a lógica da exclusão. Nesse processo, a ideia de Le Breton (2007) de que “torná-lo não um lugar da exclusão, mas o da inclusão, que não seja mais o que interrompe, distinguindo o indivíduo e separando-o dos outros, mas o conector que o une aos outros”, torna-se um elemento fundamental para compreender a ressignificação do corpo idoso. Um corpo que carrega marcas, gestos e ritmos que contam histórias, em que cada cicatriz, cada ruga, cada hesitação no movimento pode ser entendida como expressão de uma trajetória vivida. Recuperar o valor simbólico desse corpo é afirmar a potência de uma experiência que resiste ao apagamento cultural.

4 CONCLUSÃO

DOI: 10.51161/iv-conpeds/64401

O presente estudo buscou refletir sobre como o corpo idoso é percebido e regulado dentro de uma sociedade que privilegia a juventude, a produtividade e a normatividade corporal. Por meio da análise bibliográfica, relacionando autores que discutem a corporeidade, percebe-se que os dispositivos de poder que disciplinam o corpo velho, como os discursos midiáticos e políticos, definem o envelhecimento, muitas vezes, como um desvio da norma. O corpo idoso, em sua fragilidade, dependência e mudanças, é muitas vezes marginalizado, silenciado ou estigmatizado, sendo visto como algo a ser corrigido.

Nota-se o envelhecimento não apenas como um processo biológico, mas também como um fenômeno cultural e político. Os discursos e práticas que visam retardar os sinais físicos do envelhecimento resultam em uma contínua vigilância e normatização dos corpos das pessoas idosas, o que não só limita a autonomia desses corpos, mas também os afastam de sua potência simbólica, cabendo a eles o silêncio e a invisibilidade social.

Contudo, percebe-se também que o corpo idoso não precisa ser encarado com um objeto de controle, mas sim como um espaço de resistência e ressignificação. A resistência contra a normatividade corporal não significa negar as limitações biológicas do envelhecer (limitações imutáveis por serem inerentes ao processo de envelhecimento dos órgãos e sistemas biológicos), mas afirmar a diversidade das experiências da velhice, valorizando-a em sua complexidade.

Conclui-se que os processos de exclusão social e invisibilidade a que os corpos idosos são submetidos, nos despertam para a necessidade de um olhar mais atento às formas como esses corpos podem ser revalorizados, visibilizados e respeitados. A valorização da pessoa idosa enquanto indivíduo passa pela reconstrução dos imaginários sociais sobre a velhice, com a percepção de que o envelhecimento é um processo humano, que apesar de ser comum a todos, também é diverso, e para tanto, deve ser vivido em sua pluralidade. Perceber que, em uma sociedade que os tenta silenciar, afirmar sua presença é um ato político, de forma que resistir à normatividade corporal é aceitar os efeitos do tempo sem caracterizá-los como sentença de exclusão. Ressignificar o corpo envelhecido é, portanto, um gesto de valorização do indivíduo em toda sua complexidade e diversidade.

REFERÊNCIAS

BARROS JÚNIOR, B. L. de; MORAES, D. B. de. **A sociologia do corpo de Le Breton e sua relação com a agenda pós-moderna**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 45, 2023.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CASSIMIRO, E. S.; GALDINO, F. F. S.; SÁ, G. M. de. **As concepções de corpo construídas ao longo da história ocidental: da Grécia antiga à contemporaneidade.** Revista Eletrônica Print, São João Del Rei, n. 14, p. 61-79, 2012.

DAOLIO, J.; RIGONI, A. C. C.; ROBLE, O. J. **Corporeidade: o legado de Marcel Mauss e Maurice Merleau-Ponty**. Pro-Posições, v. 23, p. 179-193, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pp/a/Hhwh5qXY7KmBjYWkM9Rb4gQ/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 30 abr. 2025.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber.** 13. ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1999.

IBGE. **Em 2023, expectativa de vida chega aos 76,4 anos e supera patamar pré-pandemia**. 2024. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-

noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41984-em-2023-expectativa-de-vida-chega- aos-76-4-anos-e-supera-patamar-pre-pandemia. Acesso em: 15 abr.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. Tradução de Sônia M.S. Fuhrmann. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2007. (Publicado originalmente em 1992).

LÜDORF, S. M. A. **A caminhada como prática de resistência: uma análise a partir da visão sociológica de David Le Breton**. Sociologias, v. 23, p. 368-394, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/soc/a/9g4qFrjwwksn84VMtQ3sPYP/?format=pdf. Acesso em: 02 maio 2025.

MARONN, T. G.; RIGO, N. M. **Estudo bibliográfico sobre o corpo humano: abordagens biológicas, sociais e culturais.** Revista Humanidades e Inovação, v. 8, n. 44, p. 238-254, 2021. Disponível em: https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3977. Acesso em: 30 abr 2025.

MAUSS, Marcel. **As técnicas do corpo:(in Sociologia e antropologia)**. Tradução de Paulo Neves. Ubu Editora, 2018, 102 p.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1971.

MINAYO, M.C.S. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006, 132 p. ISBN 978-85-7541-380-7. Disponível em: https://static.scielo.org/scielobooks/y9sxc/pdf/minayo-9788575413807.pdf. Acesso em 26 abr 2025

NÓBREGA, T. P. da. **Corpo, percepção e conhecimento em Merleau-Ponty.** Estudos de Psicologia, v. 13, p. 141-148, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/epsic/a/4WhJkzJ77wqK6XCvHFwsqSD/abstract/?lang=pt Acesso em; 29 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Envelhecimento**. Disponível em: <https://unric.org/pt/envelhecimento/>.

ROCHA, Gilmar. **Marcel Mauss e o significado do corpo nas religiões brasileiras.** Interações, v. 3, n. 4, p. 133-149, 2008.

ROTHER E.T. **Revisão sistemática X revisão narrativa.** Editora Técnica Acta Paulista de Enfermagem. 2007; 20(2):v-vi. Acesso em: https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001.

SABATÉ, R. C. D. **Envelhecimento e sociedade: um debate sobre o lugar do idoso no Brasil contemporâneo**. 2016. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2016. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/5e494d88-b821-4132-8dac-ed074e9da938/content. Acesso em: 15 abr. 2025.

SARTRE, J. P. **O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

SILVA, K. de S. **A estética da existência como ética possível: Foucault e a reinvenção do sujeito**. 2011. Disponível em:

https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/5585/1/arquivototal.pdf. Acesso em 02 maio 2025.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/64401

ENSINO BASEADO EM SIMULAÇÃO SOBRE PARADA CARDIORRESPIRATÓRIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UM CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

THIAGO EDUARDO DE FRANÇA; KARINA DOS SANTOS BARROSO MONTE; LUCELE SCHIAVETTO

RESUMO

O Ensino Baseado em Simulação (EBS) tem se consolidado como estratégia pedagógica ativa no campo da saúde, permitindo que estudantes vivenciem situações clínicas em ambiente controlado, seguro e próximo da realidade, favorecendo a integração entre teoria e prática. O objetivo deste estudo foi relatar a experiência de aplicação da simulação em um cenário de parada cardiorrespiratória com alunos do curso técnico de enfermagem, destacando etapas, percepções e contribuições para a aprendizagem. Trata-se de um relato de experiência realizado em uma escola técnica do interior paulista, com participação de 20 alunos do segundo módulo, distribuídos em três turmas, acompanhadas por um professor. O cenário ocorreu no laboratório de práticas, utilizando manequim de média fidelidade e equipamentos básicos de suporte de vida, organizado em três etapas: briefing, simulação e debriefing. Os alunos inicialmente apresentaram ansiedade e insegurança, mas demonstraram progressivo engajamento, melhor comunicação e maior segurança na execução das manobras de reanimação cardiopulmonar. A simulação foi percebida como oportunidade de fixação de conteúdo, fortalecimento da liderança e trabalho em equipe, em consonância com a literatura que aponta o EBS como eficaz para o desenvolvimento de competências técnicas e não técnicas. A experiência de ensino baseado em simulação sobre Parada Cardiorrespiratória com alunos do curso técnico de enfermagem revelou-se eficaz para aproximar teoria e prática, proporcionando maior engajamento, segurança e autoconfiança aos estudantes. O cenário permitiu o treino de habilidades técnicas e não técnicas, essenciais para o desempenho no estágio e para a qualificação do cuidado em situações críticas. Sugere-se a continuidade e expansão de experiências de simulação clínica em cursos técnicos de enfermagem, incorporando diferentes temáticas e níveis de complexidade, de modo a fortalecer a formação profissional e contribuir para a segurança do paciente.

Palavras-chave: Treinamento por Simulação; Educação em Enfermagem; Reanimação cardiopulmonar.

1 INTRODUÇÃO

O Ensino Baseado em Simulação (EBS) é uma estratégia pedagógica ativa que busca aproximar o estudante da realidade clínica em ambiente seguro, controlado e estruturado, permitindo que a aprendizagem ocorra por meio da experiência, do erro e do feedback. Sua utilização tem crescido exponencialmente na formação em saúde, pois possibilita a integração entre teoria e prática, desenvolvendo não apenas competências técnicas, mas também habilidades cognitivas e relacionais essenciais para o cuidado. Estudos destacam que a

DOI: 10.51161/iv-conpeds/64443

simulação clínica, quando bem planejada, favorece a aprendizagem significativa e prepara o aluno para lidar com situações complexas e de alto risco no ambiente real (Dias; Gonçalves; Santos, 2024; Silva et al., 2022).

Na enfermagem, o EBS tem se mostrado especialmente eficaz no ensino de urgência e emergência, possibilitando ao estudante vivenciar situações críticas sem risco ao paciente. Revisões recentes apontam que a simulação contribui para o desenvolvimento de competências clínicas e não técnicas, como raciocínio crítico, liderança, trabalho em equipe e comunicação, fundamentais para a segurança do paciente. Essa metodologia tem sido aplicada em diversos cenários de ensino, incluindo o manejo de queimaduras, primeiros socorros, atendimento em unidades críticas e até mesmo no cuidado em saúde mental (Nunes et al., 2022; Silva et al., 2022; Souza et al., 2024).

Outro aspecto relevante diz respeito à implementação de boas práticas no delineamento da simulação clínica, conforme diretrizes internacionais (INACSL). Tais recomendações envolvem etapas de planejamento, execução e *debriefing*, que são fundamentais para garantir a fidelidade dos cenários e a efetividade da aprendizagem. A literatura mostra, ainda, que o uso de simulação de alta fidelidade e a integração de metodologias inovadoras, como a gamificação, ampliam a motivação e a participação dos estudantes, favorecendo tanto a aquisição de competências técnicas quanto a autoconfiança para o enfrentamento de situações reais (Moreia *et al*., 2023; Nunes *et al*., 2022; Silva *et al*., 2022; Souza et al., 2022).

Diante da complexidade da Parada Cardiorrespiratória (PCR), condição de emergência que exige resposta imediata e eficiente da equipe de saúde, a simulação clínica se configura como estratégia essencial para a preparação de estudantes que ingressam no estágio. A possibilidade de treinar manobras de Reanimação Cardiopulmonar (RCP) em ambiente controlado oferece ao aluno segurança, reduz a ansiedade diante da prática clínica e fortalece a formação profissional. Essa experiência, além de alinhar-se às tendências atuais de ensino em saúde, contribui para a qualificação do cuidado prestado em situações críticas (Dias; Gonçalves; Santos, 2024; Moreira et al., 2023; Silva et al.,2022).

Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo relatar a experiência da aplicação do Ensino Baseado em Simulação (EBS) em um cenário de Parada Cardiorrespiratória (PCR) com alunos do curso técnico de enfermagem que iniciavam a prática de estágio, destacando as etapas de desenvolvimento, as percepções dos participantes e as contribuições para a aprendizagem teórico-prática.

2 RELATO DE EXPERIÊNCIA

Trata-se de um relato de experiência realizado no curso Técnico em Enfermagem da Escola Técnica Sylvio de Mattos Carvalho, envolvendo uma turma de alunos do segundo módulo, em fase inicial de estágio em unidades hospitalares. Participaram da experiência 20 discentes, distribuídos em três grupos distintos. Cada turma foi acompanhada por um professor responsável, que orientou todas as etapas do ensino baseado em simulação. A divisão em grupos reduziu o número de participantes por cenário, possibilitando maior envolvimento individual, favorecendo a prática supervisionada e garantindo que todos os estudantes pudessem desempenhar papéis.

O cenário de simulação teve como foco a Parada Cardiorrespiratória (PCR). Utilizou-se o laboratório de práticas da instituição, equipado com manequim de média fidelidade, monitor multiparamétrico simulado e material de suporte básico de vida. A atividade seguiu três etapas:

1. *Briefing*: contextualização do caso clínico (paciente adulto em PCR), apresentação dos objetivos da atividade e distribuição de papéis entre os alunos (líder, massageador, ventilador, anotador).

DOI: 10.51161/iv-conpeds/64443

2. Simulação: execução do atendimento conforme protocolo de RCP, com registro de sinais vitais, realização de compressões torácicas, ventilação com bolsa-válvula-máscara e comunicação entre a equipe.
3. *Debriefing*: momento reflexivo conduzido pelo docente, no qual os alunos analisaram seu desempenho, identificaram acertos, falhas e estratégias de melhoria.

A coleta de percepções ocorreu por meio de relato verbal espontâneo dos alunos ao final da atividade, registrado em diário de campo pelos docentes.

3 DISCUSSÃO

A experiência revelou que os alunos demonstraram inicialmente ansiedade e insegurança diante do cenário simulado de PCR. Contudo, ao longo da atividade, observou-se aumento do engajamento, melhora na comunicação entre pares e maior segurança na execução das manobras de RCP.

Os relatos dos estudantes apontaram que a simulação permitiu maior compreensão da dinâmica do trabalho em equipe em situações de emergência, reforçou a importância da liderança e da divisão de tarefas, e contribuiu para a fixação dos passos da RCP. Muitos relataram que a possibilidade de treinar em ambiente seguro reduziu o medo de errar e aumentou a autoconfiança para o futuro estágio hospitalar.

Entre as dificuldades identificadas estiveram a manutenção do ritmo adequado das compressões torácicas, a coordenação entre compressões e ventilação, além da necessidade de reforçar a importância do uso correto do tempo para checagem de sinais vitais e acionamento da equipe de suporte avançado.

Os achados corroboram a literatura que aponta a simulação como ferramenta eficaz para o ensino em saúde, especialmente em situações críticas como a PCR. Estudos demonstram que o EBS favorece não apenas a aquisição de habilidades técnicas, mas também o desenvolvimento de competências não técnicas, como liderança, comunicação e trabalho em equipe, fundamentais para o manejo seguro e eficiente da RCP.

A experiência descrita também confirma que a simulação, ao permitir erros sem causar danos ao paciente, aumenta a autoconfiança do estudante e facilita a transferência do conhecimento para o ambiente real. Revisões recentes destacam que o realismo dos cenários e o processo reflexivo no *debriefing* ampliam a aprendizagem significativa e motivam o aluno a assumir postura ativa diante do cuidado.

Apesar das potencialidades, reconhece-se que a efetividade do EBS depende da adoção de boas práticas de planejamento e execução, como recomenda a INACSL, e da superação de barreiras como infraestrutura, tempo de preparo docente e custo de equipamentos. No entanto, mesmo com recursos de média fidelidade, como no presente relato, foi possível observar impacto positivo na aprendizagem e no preparo para o estágio.

4 CONCLUSÃO

A experiência de ensino baseado em simulação sobre Parada Cardiorrespiratória com alunos do curso técnico de enfermagem revelou-se eficaz para aproximar teoria e prática, proporcionando maior engajamento, segurança e autoconfiança aos estudantes. O cenário permitiu o treino de habilidades técnicas e não técnicas, essenciais para o desempenho no estágio e para a qualificação do cuidado em situações críticas.

Sugere-se a continuidade e expansão de experiências de simulação clínica em cursos técnicos de enfermagem, incorporando diferentes temáticas e níveis de complexidade, de modo a fortalecer a formação profissional e contribuir para a segurança do paciente. Estudos futuros

DOI: 10.51161/iv-conpeds/64443

podem aprofundar a avaliação do impacto da simulação no desempenho prático dos alunos durante o estágio, bem como explorar estratégias inovadoras, como gamificação e simulação de alta fidelidade.

REFERÊNCIAS

DIAS, G.M.; GONÇALVES, P.C.Z; SANTOS, E.A.A. A utilização do ensino baseado em simulação clínica como metodologia de ensino para competência de consulta clínica na atenção primária à saúde. **BioSCIENCE**, V. 82, P.1-5, 2024. DOI: https://doi.org/10.55684/2024.82.e00051

MOREIRA, A.C.M.G.; OLIVEIRA, T.M.N., PEREIRA, M.G.N., PINCERATI, C.L.A; MENOLLI, G.A., MARTINS; E.A.P. Desenvolvimento da competência clínica por estudantes graduandos no ensino baseado em simulação: estudo quase experimental. **Online Braz. J. Nurs**., v. 22, p.1-11, 2023. DOI: https://doi. org/10.17665/1676-4285.20236629

NUNES, J.G., FREITAS, P., BERGAMASCO, E.C., CRUZ, D.A. Implementação de boas práticas em simulação clínica no ensino em enfermagem. **Acta paul Enferm**., v.35, p.1-11, 2022. DOI: http://dx.doi.org/10.37689/acta-ape/2022AO00347

SILVA, A.D.; CHAVAGLIA, S.R.; PEREIRA, C.B.; SOUZA; I.F.; BARRICHELLO, E.; OHL, R.I.B. Simulação no ensino de urgência e emergência para enfermagem. **Enferm Foco**. V.13, P.1-9, 2022. DOI: https://doi.org/10.21675/2357-707X.2022.v13.e-202232ESP1

SOUZA, R.S.; DIAS, A.A.L.; SILVA, S.L.; FIGUEIREDO, R.M.; SILVA, M.J.R.; AMENDOEIRA, J.J.P. Desenvolvimento de competências não técnicas mediadas pelo ensino baseado em simulação para enfermeiros: uma *scoping review*. **HU Rev**., V. 50, P.1-11, 2024. DOI: 10.34019/1982-8047.2024.v50.44460

ACESSO ESTRATIFICADO: ESCALA COELHO-SAVASSI COMO EIXO NORTEADOR DA EQUIDADE EM UBS TRADICIONAL

ERIKA CAMPOS DA SILVA

RESUMO

Para a realidade de uma Unidade Básica de Saúde de modelo tradicional (elevada demanda espontânea e reprimida), a enfermeira responsável adaptou a aplicação da Escala Coelho-Savassi e formulou o Projeto *Acesso Estratificado*, cuja implementação permitiu sistematizar o cuidado multiprofissional e proporcionar o suporte integral aos grupos prioritários residentes em uma localidade caracterizada por elevados índices de vulnerabilidade social; o presente trabalho é um Relato de experiência da implementação do Projeto iniciada em janeiro de 2025, envolvendo as seguintes fases: treinamento da equipe, aplicação da escala, sistematização dos dados, apresentação da grade de atividades assistenciais e a implementação propriamente dita. O número de vagas de consultas programadas de rotina (seguimento de pré-natal de baixo risco, de puericultura, de portadores de HAS e/ou DM compensados) não foram alteradas; a alteração ocorreu na reserva de vagas de prioridade aos grupos vulneráveis (casos descompensados de hipertensão arterial sistêmica e/ou diabetes; idosos acamados ou restritos e seus cuidadores sobrecarregados; casos confirmados de Tuberculose; crianças portadoras de doenças graves e recém-nascidos com risco de desmame precoce; transtornos psiquiátricos agudizados; gestantes acompanhadas pelo Pré-natal de alto risco). Visitas domiciliares compartilhadas, grupos educativos, reuniões multiprofissionais, elaboração de planos de cuidados e uso de Ecomapas e Genogramas passaram a ser práticas comuns. A aplicação da Escala Coelho-Savassi, em uma UBS de modelo tradicional, tornou-se o eixo norteador de redução da iniquidade do acesso de grupos prioritários ao acompanhamento integral da equipe multiprofissional; a prática reorganizou e protagonizou a assistência ofertada pelos colaboradores envolvidos. Mesmo tendo sido uma ação em uma localidade dessa unidade, há potencialidade de sua replicação nas demais regiões da área de abrangência e, possivelmente, em outras UBS de modelo tradicional.

Palavras-Chaves: Atenção primária; Equidade em cobertura; Vulnerabilidade social.

1 INTRODUÇÃO

A Atenção Primária à Saúde (APS) constitui a principal estrutura operacional na Rede de Atenção à Saúde (RAS) e, por conseguinte, a porta de entrada preferencial ao Sistema Único de Saúde (SUS); a Unidade Básica de Saúde (UBS), seja modelo tradicional, seja da Estratégia Saúde da Família (ESF), por estar inserida no território dos usuários, exerce um papel primordial na oferta de serviços assistenciais, de promoção da saúde e prevenção de agravos e/ou doenças (BRASIL, 2017). A Unidade Básica de Saúde (UBS) Vista Alegre, localizada em um município da Grande São Paulo, é de modelo tradicional e, em sua área adscrita, apresenta, aproximadamente, 15 mil habitantes cadastrados no Sistema de Prontuários Eletrônicos do Sistema Único de Saúde (*e-SUS*). Para o atendimento de usuários, conta com o apoio de uma equipe assistencial reduzida (3 clínicos médicos, 2 ginecologistas, 2 pediatras, uma farmacêutica e 3 enfermeiras), cuja configuração acarreta frequentes atendimentos diários por demanda espontânea e filas de espera para o agendamento de consultas; a priorização de atendimentos

DOI: 10.51161/iv-conpeds/64504

a pacientes mais vulneráveis é prejudicada em virtude da inexistência de estratificação de risco presente em Unidades que dispõem de equipes da ESF (Martins *et. al*, 2017). Nessas, o Agente Comunitário de Saúde (ACS) realiza a aplicação da Escala de risco familiar Coelho-Savassi, uma ferramenta que permite a identificação de núcleos familiares vulneráveis e organizar a assistência de forma equânime (Coelho; Savassi, 2004).

Para a realidade da UBS Vista, a enfermeira responsável adaptou a aplicação da referida escala e formulou o Projeto *Acesso Estratificado*, cuja implementação permitiu sistematizar o cuidado multiprofissional e proporcionar o suporte integral aos grupos prioritários residentes nas ruas de uma localidade caracterizada por elevados índices de vulnerabilidade social, segundo dados do Centro de Referência à Assistência Social (CRAS) Vista Alegre e do *e-SUS*: ruas Dezoito de Julho, Ribeirão Ponte Alta, Ribeirão Tapera, Serra de Paranapiacaba, Serra do Mar (e vielas).

2 RELATO DE EXPERIÊNCIA

O presente trabalho é um Relato de experiência da implementação do Projeto *Acesso Estratificado* iniciada em janeiro de 2025; trata-se de uma intervenção realizada entre os meses de março a julho, na qual seus elementos (etapas, prazos de cumprimento e profissionais participantes) foram delineados na segunda quinzena de dezembro de 2024, conforme a tabela 1:

Tabela 1 – Descrição das fases do projeto

Fases	Período	Local e horários	Profissionais envolvidos	Atividades
Treinamento da equipe	• Dia 6 de janeiro.	• Sala de Grupos (das 9h às 10h15min).	• 10 Assistentes administrativos, 5 técnicos de enfermagem e enfermeira responsável.	• Apresentação da Escala Coelho-Savassi.
Aplicação da escala pelas equipes	• 30 dias úteis a partir do dia 7 de janeiro (data final: 17 de fevereiro em decorrência de chuvas).	• Estratificação do risco no território (das 9h às 11h30min); • Transferência dos dados em planilha em sala de grupos (das14h às 16h).	• Cada trio de funcionários (2 assistentes administrativos e 1 técnico de enfermagem) realiza a atividade em uma rua.	• Mapeamento dos núcleos familiares mais vulneráveis.
Sistematização dos dados	• 15 dias úteis a partir do dia 10 de março (data final: 21 de março).	• Sala de grupos (das 14h às 16h).	• Gerente da UBS e enfermeira responsável do projeto.	• Reorganização das agendas dos profissionais segundo risco e periodicidade.
Apresentação da grade de atividades assistenciais	• Dia 24 de março.	• Sala de grupos (das 9h às 10h).	• Equipe assistencial, recepção e Gerente da UBS.	• Reunião geral.
Implementação do Acesso estratificado	• Dia 28 de março.	• UBS Vista Alegre	• Equipe assistencial.	• Consultas, visitas domiciliares e grupos educativos.

Fonte: elaborada pela autora.

A capacitação dos profissionais foi um passo necessário para o uso da ferramenta, de forma adaptada, pelos profissionais de uma UBS tradicional; os Assistentes administrativos e

DOI: 10.51161/iv-conpeds/64504

os técnicos de enfermagem elencados residem na área de abrangência e, alguns deles, na localidade-alvo da intervenção, o que facilitou o início do processo; são colaboradores que já apresentam vinculação ao território e a alguns dos pacientes prioritários. As equipes portavam *tablets* com o aplicativo *e-SUS* já instalado; este já indicava os núcleos familiares presentes nas ruas; os funcionários só fariam a classificação destes a partir da pontuação obtida: 9 pontos os mais (risco máximo); 7 ou 8 pontos (risco médio); 5 ou 6 pontos (risco menor); de zero a 4 pontos (sem risco). O prazo inicial de 20 dias foi estendido para 30, devido ao período de chuvas intensas. O passo seguinte encontra-se descrito na tabela 2:

Tabela 2 – Descrição da reorganização das atividades assistenciais conforme o grau de risco

Classificação/ periodicidade	Perfil dos pacientes presentes em núcleos familiares vulneráveis	Profissionais envolvidos	Atividades
Risco máximo *Acompanhamento semanal ou quinzenal*	• Casos descompensados de hipertensão arterial sistêmica (HAS) e ou Diabetes (DM); • Idosos acamados ou restritos cuidados por outros idosos; • Casos confirmados de Tuberculose (TB); • Crianças portadoras de doenças graves e recém-nascidos (RN) com risco de desmame precoce; • Transtornos psiquiátricos agudizados.	• Clínicos médicos; • Ginecologistas (em caso de gestante portadora de HAS e/ou DM); • Pediatras; • Enfermeiros e farmacêutica.	• Visitas domiciliares compartilhadas (presença obrigatória do médico); • Consulta médica na UBS para os casos de TB; • Consulta de pré-natal na UBS (gestante de alto risco).
Risco médio *Acompanhamento mensal ou bimestral*	• Binômio criança-responsável faltoso; • Portadores de HAS e/ou DM faltosos.	• Clínicos médicos; • Enfermeiros e farmacêutica.	• Visitas domiciliares compartilhadas (enfermeiros e farmacêutica); • Grupos educativos mensais (HAS e/ou DM).
Risco menor *Acompanhamento semestral*	• Portadores de HAS e/ou DM compensados.	• Clínicos médicos; • Enfermeiros e farmacêutica.	• Consultas médicas de rotina na UBS; • Grupos educativos semestrais (enfermeiros e farmacêutica).
Sem risco *Acompanhamento anual*	• Crianças e adultos hígidos.	• Clínicos médicos; • Enfermeiros e farmacêutica.	• Consultas médicas de rotina na UBS; • Grupos educativos semestrais (enfermeiros e farmacêutica).
Reuniões mensais para discussão de Projetos Terapêuticos Singulares (PTS)			

Fonte: elaborada pela autora.

Com a grade assistencial redefinida, o passo seguinte se deu com a reunião geral para apresentar, à equipe multiprofissional, a nova configuração que acessa prioridade do cuidado aos grupos mais vulneráveis.

3 DISCUSSÃO

DOI: 10.51161/iv-conpeds/64504

Nas ruas elencadas para a intervenção, encontravam-se cadastradas 732 pessoas (dados de Janeiro de 2025 do e-SUS). Após a aplicação da Escala, foram identificados os seguintes grupos prioritários: 43 gestantes (sendo 8 de alto risco), 81 crianças menores de 5 anos (7 portadoras de doenças graves), 75 pessoas com diabetes mellitus (28% descompensados), 87 com hipertensão arterial sistêmica (35 descompensados) e 132 idosos (23 acamados), 3 casos de TB pulmonar distribuídos em 216 núcleos familiares (risco máximo – 61, risco médio – 70, risco menor – 52, sem risco – 33). Esse mapeamento ostensivo permitiu o ajuste das agendas (mensais, bimestrais e trimestrais) dos profissionais, tendo em vista redução do tempo de espera para a marcação de consultas (presenciais e domiciliares) (De Carvalho *et al.*, 2024).

As 8 gestantes de risco são acompanhadas por serviços de pré-natal de Alto Risco do RAS, mas necessitavam de seguimento na UBS de referência para manter o vínculo com os profissionais responsáveis; tal situação foi encontrada nos casos de crianças portadoras de morbidades congênitas graves, em acompanhamento em hospitais especializados da região. As visitas domiciliares revelaram que muitos dos usuários (cuidadores de idosos acamados; portadores de morbidades descompensadas; usuários em sofrimento psíquico) não agendavam os retornos em virtude do total preenchimento das (limitadas) vagas; tais exemplos de iniquidades evidenciam a necessidade da equipe assistencial conhecer o território, in loco, e compreender que os determinantes sociais devem nortear a programação do cuidado (Bezerra *et al.*, 2022). O número de vagas de consultas programadas de rotina (seguimento de pré-natal de baixo risco, de puericultura, de portadores de HAS e/ou DM compensados) não foram alteradas; a mudança ocorreu na reserva de vagas de prioridade aos grupos vulneráveis (a equipe da recepção responsável pelo agendamento também se apropriou das informações após a apresentação da grade).

Reuniões compartilhadas passaram a ser rotina, a partir do mês de maio, para a discussão de casos complexos; a prática de elaboração de PTS´s e do uso de ferramentas auxiliares (Ecomapas e Genogramas) permitiu a construção de planos de cuidados personalizados, aprimorando a integralidade da assistência ofertada pelos serviços já existentes (consultas, visitas domiciliares e grupos educativos). Como ocorre em locais em reorganização dos processos de trabalho, obstáculos iniciais surgiram nas primeiras semanas: os dados coletados não eram transferidos às planilhas por problemas técnicos; alguns colaboradores tinham dificuldade no manejo dos dispositivos móveis; capacitação e resiliência foram fundamentais para superar os desafios e permitir o fluxo da implementação do projeto (Melo *et al.*, 2018).

4 CONCLUSÃO

Determinadas ferramentas de planejamento das ações de cuidado são práticas arraigadas no quotidiano de unidades que dispõem de equipes do ESF; aplicar a Escala Coelho-Savassi, em uma UBS de modelo tradicional, tornou-se o eixo norteador de redução da iniquidade do acesso de grupos prioritários ao acompanhamento integral da equipe multiprofissional; a prática reorganizou e protagonizou a assistência ofertada pelos colaboradores envolvidos. Mesmo tendo sido uma ação em uma localidade dessa unidade, há potencialidade de sua replicação nas demais regiões da área de abrangência e, possivelmente, em outras UBS de modelo tradicional.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html. Acesso em: 15 set. 2025.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/64504

BEZERRA, A. L. D.; MACEDO, M. B.; DE MEDEIROS, N. M. H.; E SILVA, N. S. Risco familiar segundo a escala de Coelho e Savassi – análise em uma unidade básica de saúde do nordeste. **Revista Concilium**, Paraíba, v. 22, n. 3, p. 20-32, 2022.

CANUTO, L. E.; DA SILVA, A. F. L.; PINHEIRO, L. S. P.; JÚNIOR, J. C. A. C.; DOS SANTOS, N. L. P. Estudo da demanda de uma equipe da Estratégia Saúde da Família que utiliza o acesso avançado como modelo de organização da agenda. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 43, p. 2378, 2021. DOI: 10.5712/rbmfc16(43)2378. Disponível em: https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/2378. Acesso em: 15 set. 2025.

COELHO, F. L. G.; SAVASSI, L. C. M. Aplicação de Escala de Risco Familiar como instrumento de priorização das Visitas Domiciliares. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 19–26, 2004. DOI: 10.5712/rbmfc1(2)104. Disponível em: https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/104. Acesso em: 15 set. 2025.

DE CARVALHO, E. M. P.; OLIVEIRA, T. M.; DA SILVA, R. M.; SPADOTI, K. A.; PIRES, D. X.; DA SILVA, S. J. P. Acesso e acolhimento nas Unidades Básicas de Saúde Rurais: reorganização do processo de trabalho**. Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, Brasil, São Paulo, v. 7, n. 15, p. e151270, 2024. DOI: 10.55892/jrg.v7i15.1270. Disponível em: https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/1270. Acesso em: 15 set. 2025.

MARTINS, J. S.; ABREU, S. C. C.; QUEVEDO, M. P.; BOURGET, M. M. M. Estudo comparativo entre Unidades de Saúde com e sem Estratégia Saúde da Família por meio do PCATool. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 38, p. 1–13, 2017. DOI: 10.5712/rbmfc11(38)1252. Disponível em: https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/1252. Acesso em: 15 set. 2025.

MELO, E. A.; DE MENDONÇA, M. H. M.; DE OLIVEIRA, J. R.; DE ANDRADE, G. C. L. Mudanças na Política Nacional de Atenção Básica: entre retrocessos e desafios. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, p. 38-51, 2018.

ZACHARIAS, M. O.; DE OLIVEIRA, S. V.; SOARES, L. S. Residência de Medicina de Família e Comunidade em uma Unidade Básica de Saúde Tradicional. **Saúde em Redes**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 305–313, 2020. DOI: 10.18310/2446-4813.2020v6n2p305-313. Disponível em: https://revista.redeunida.org.br/index.php/rede-unida/article/view/2456. Acesso em: 15 set. 2025.

O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO CRÍTICO NO DISCENTE: UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO DOCENTE

SILVIA BRITO; DANIEL PORTELLA

Introdução: O presente estudo investiga os efeitos de um curso de formação docente sobre a compreensão, aplicação e percepção de estratégias pedagógicas voltadas ao desenvolvimento do pensamento crítico no ensino em saúde. A motivação decorre da constatação de que, apesar das diretrizes curriculares enfatizarem a formação crítica e reflexiva, muitos docentes ainda apresentam limitações conceituais e práticas sobre o que significa ensinar de forma crítica. Nesse contexto, a problemática centra-se na fragilidade da formação continuada em promover mudanças efetivas na prática pedagógica, especialmente no que tange à mobilização do pensamento crítico em sala de aula. **Objetivos:** O objetivo da pesquisa foi analisar as mudanças na percepção e autoconfiança de docentes quanto à compreensão e uso de estratégias que favoreçam o pensamento crítico após sua participação no curso. **Metodologia:** Trata-se de um estudo de abordagem quanti-qualitativa, com delineamento quase experimental, que utilizou como instrumento um questionário estruturado com escalas de concordância aplicado antes e depois da formação. **Resultados:** Os resultados parciais indicam avanços significativos: antes do curso, apenas 33% dos participantes afirmavam compreender o conceito de pensamento crítico, ao passo que após a formação esse índice saltou para 90%. Quanto ao conhecimento de estratégias didáticas relacionadas, as respostas positivas aumentaram de 55% para 89%. Também se observou um aumento expressivo na autopercepção de capacidade de aplicar essas estratégias, que passou de 60% para 90%. Os dados reforçam a eficácia da metodologia adotada no curso, baseada em abordagens participativas e teorias críticas da educação, o que também foi refletido na avaliação global do curso, em que todos os itens obtiveram mais de 80% de respostas entre “Concordo” e “Concordo totalmente”. **Conclusão:** As conclusões parciais sugerem que formações planejadas com coerência entre teoria e prática, ancoradas em metodologias ativas, podem potencializar transformações na prática docente e ampliar a consciência pedagógica crítica. Ademais, os resultados parciais sinalizam a relevância de consolidar políticas de formação docente contínua que valorizem a criticidade como eixo estruturante da docência em saúde. Palavras-chave: Pensamento crítico. Formação docente. Educação em saúde.

Palavras-chave: **CAPACITAÇÃO DOCENTE; EDUCAÇÃO MÉDICA; REFLEXÃO CRÍTICA;**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/64526

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA AO RASTREAMENTO DE CÂNCER DE MAMA EM EXAMES DE IMAGEM

RAIANE MARIAH ROAMA ALVES; NATHALIA BREDA DO NASCIMENTO; BEATRIZ JONAS FRANCISCONI; ISADORA CHICONELLI VANZO; ENZO MARTINS DE MARCO

Introdução: O câncer de mama é a neoplasia maligna mais incidente entre mulheres no Brasil e no mundo, sendo o rastreamento precoce fundamental para reduzir a mortalidade. A mamografia é o método de escolha, mas apresenta limitações como variação na interpretação e sobrecarga de trabalho para os radiologistas. Nesse cenário, a inteligência artificial (IA) surge como ferramenta promissora para apoiar o diagnóstico, aumentando a precisão na detecção de lesões suspeitas e contribuindo para otimizar fluxos assistenciais. **Objetivo**: Analisar o uso da inteligência artificial como ferramenta de apoio ao rastreamento do câncer de mama em exames de imagem, destacando avanços, benefícios e desafios para sua aplicação na prática clínica. **Metodologia**: Estudo de caráter descritivo, baseado em análise de literatura nacional e internacional publicada em bases científicas sobre a utilização da IA em exames de imagem para rastreamento do câncer de mama, com foco em acurácia diagnóstica, aplicabilidade clínica e impacto nos serviços de saúde. **Resultados**: Evidências apontam que algoritmos de IA apresentam desempenho semelhante ou superior ao de radiologistas experientes em determinados cenários, especialmente na detecção de microcalcificações e nódulos em estágios iniciais. A IA também contribui para reduzir falsos positivos e otimizar o tempo de leitura dos exames. Contudo, desafios como padronização dos algoritmos, integração aos sistemas de saúde, custo de implementação e a necessidade de validação em diferentes contextos populacionais permanecem em destaque. **Conclusão**: A inteligência artificial representa um recurso inovador e promissor para o rastreamento do câncer de mama, com potencial para ampliar a detecção precoce e melhorar a eficiência do cuidado em saúde. Entretanto, sua adoção ampla requer investimentos em pesquisa, infraestrutura tecnológica e capacitação profissional, garantindo que a ferramenta atue de forma complementar à expertise médica.

Palavras-chave: **NEOPLASIA MAMÁRIA; DETECÇÃO PRECOCE; MONITORAMENTO MAMÁRIO;**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/64554

PREVALÊNCIA DE DISTÚRBIOS OSTEOMUSCULARES EM PROFISSIONAIS MÉDICOS NA UTI

RAIANE MARIAH ROAMA ALVES; EDUARDA COAN TEODORO; NATHALIA BREDA DO NASCIMENTO; BEATRIZ JONAS FRANCISCONI; KARYLAINE RIBEIRO

Introdução: Os distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT) representam um importante problema de saúde ocupacional, especialmente entre profissionais da área da saúde. Esses distúrbios decorrem, em grande parte, de posturas inadequadas, sobrecarga física, movimentos repetitivos e longas jornadas, fatores que contribuem para dor crônica e diminuição da capacidade funcional. Em unidades de terapia intensiva (UTI), o cenário se torna ainda mais desafiador, dado o ambiente de alta demanda, a necessidade de vigilância constante e o elevado nível de estresse físico e emocional. Assim, os médicos intensivistas encontram-se particularmente vulneráveis ao desenvolvimento de DORT, com repercussões que podem comprometer não apenas sua saúde, mas também a qualidade da assistência prestada aos pacientes. **Objetivo**: Investigar a prevalência de distúrbios osteomusculares em médicos atuantes em UTIs, destacando os principais fatores de risco ocupacionais envolvidos e suas implicações para a prática clínica. **Metodologia**: Foi realizada uma revisão de literatura com análise de estudos observacionais e descritivos que abordam a ocorrência de dor musculoesquelética em médicos intensivistas. Foram considerados aspectos como carga horária, posturas mantidas durante a assistência, condições ergonômicas do ambiente hospitalar e demandas emocionais próprias da rotina em terapia intensiva. **Resultados**: A literatura evidencia uma elevada prevalência de dor cervical, lombar e em membros superiores entre médicos de UTI. Entre os fatores associados, destacam-se longas jornadas de trabalho, permanência em pé por períodos prolongados, realização de procedimentos que exigem movimentos repetitivos e elevada sobrecarga emocional. Tais condições contribuem para o aumento do absenteísmo, queda no desempenho profissional e risco de cronificação das queixas dolorosas. **Conclusão**: A ocorrência de distúrbios osteomusculares em médicos intensivistas é significativa e configura importante risco à saúde ocupacional. Estratégias de prevenção, como adequação ergonômica dos postos de trabalho, implementação de pausas regulares, incentivo à prática de atividade física e programas de promoção da saúde, são fundamentais para reduzir a incidência de DORT e melhorar o bem-estar e a qualidade de vida desses profissionais.

Palavras-chave: **DOR MUSCULOESQUELÉTICA; MEDICINA INTENSIVA; PREVENÇÃO DE AGRAVOS**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/64566

PSICOEDUCAÇÃO EM SAÚDE MENTAL PARA FAMILIARES: INTEGRAÇÃO COM PRÁTICAS MÉDICAS E ASSISTÊNCIA AO PACIENTE PSIQUIÁTRICO

RAIANE MARIAH ROAMA ALVES; ISADORA CHICONELLI VANZO; EDUARDA COAN TEODORO; GIOVANA RIBEIRO PEREIRA GIONEDIS; LARA ARAUJO CHIOTT

Introdução: A psicoeducação voltada a familiares de pacientes psiquiátricos tem se mostrado uma ferramenta efetiva para a melhora do manejo clínico, adesão ao tratamento e qualidade de vida do paciente. O envolvimento familiar é reconhecidamente um componente essencial no cuidado de pacientes com transtornos psiquiátricos. A falta de compreensão sobre a doença e o manejo do tratamento pode gerar estresse familiar, recaídas frequentes e menor adesão terapêutica. A psicoeducação oferece informações estruturadas sobre sintomas, tratamentos e estratégias de enfrentamento, promovendo suporte emocional e fortalecendo o vínculo entre equipe médica, paciente e familiares. **Objetivos:** Analisar o impacto da psicoeducação voltada a familiares de pacientes psiquiátricos, considerando seus efeitos sobre adesão terapêutica, redução de recaídas, suporte familiar, qualidade de vida e integração com a prática médica. **Metodologia**: Foi realizada uma revisão narrativa da literatura abordando estudos de intervenção psicoeducativa em familiares de pacientes psiquiátricos, considerando impacto clínico, adesão ao tratamento, redução de sintomas e melhoria do suporte familiar. Foram incluídos artigos publicados nos últimos dez anos em bases como PubMed, Scielo e PsycINFO. **Resultados:** Os estudos revisados indicam que programas de psicoeducação para familiares reduzem significativamente episódios de recaída, melhoram a adesão medicamentosa e diminuem o estresse familiar. Além disso, a integração dessas intervenções às práticas médicas permite maior comunicação entre equipe de saúde e familiares, potencializando a eficácia do tratamento psiquiátrico. O acompanhamento médico contínuo, aliado à psicoeducação, fortalece o suporte social e contribui para decisões mais informadas sobre cuidados diários e sinais de alerta, favorecendo resultados clínicos mais consistentes. **Conclusão:** A psicoeducação para familiares representa uma estratégia eficaz para integrar cuidados clínicos e apoio familiar, promovendo melhor adesão ao tratamento, redução de recaídas e maior qualidade de vida para pacientes psiquiátricos. A incorporação sistemática dessa abordagem nos serviços de saúde mental pode otimizar a prática médica e fortalecer a assistência integral.

Palavras-chave: **SUPORTE PSICOSSOCIAL; ADESÃO AO TRATAMENTO; ENVOLVIMENTO FAMILIAR**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/64569

USO DE TELEPSIQUIATRIA NO ACOMPANHAMENTO DE PACIENTES COM TRANSTORNOS BIPOLARES

RAIANE MARIAH ROAMA ALVES; BEATRIZ JONAS FRANCISCONI; EDUARDA COAN TEODORO; NATHALIA BREDA DO NASCIMENTO; LUIZA COAS BENDLIN

Introdução: O transtorno bipolar é caracterizado por episódios recorrentes de mania/hypomania e depressão, demandando acompanhamento contínuo e ajustes frequentes de medicação. A telepsiquiatria surge como ferramenta inovadora, oferecendo acesso facilitado a profissionais especializados, permitindo intervenções rápidas, monitoramento frequente e acompanhamento regular, especialmente em regiões com escassez de psiquiatras ou dificuldade de deslocamento. **Objetivo:** Avaliar o papel da telepsiquiatria no manejo do transtorno bipolar, considerando sua eficácia em termos de adesão ao tratamento, monitoramento clínico, satisfação do paciente e impacto na qualidade de vida. **Metodologia:** Foi realizada revisão narrativa da literatura publicada nos últimos cinco anos em bases como PubMed, Scielo e PsycINFO. Critérios de inclusão envolveram estudos que avaliaram a eficácia, satisfação do paciente e adesão terapêutica com uso de telepsiquiatria no manejo de transtorno bipolar. Estudos exclusivamente presenciais ou envolvendo outros transtornos psiquiátricos foram excluídos. **Resultados:** A análise mostrou que a telepsiquiatria contribui para melhora da adesão medicamentosa, detecção precoce de sinais de recaída e maior engajamento do paciente no tratamento. Pacientes relataram satisfação com a flexibilidade e redução de deslocamentos, enquanto profissionais destacaram a possibilidade de monitoramento frequente. Limitações incluem barreiras tecnológicas, questões de confidencialidade e dificuldade de avaliação de sinais não verbais em alguns casos. Estudos sugerem que a telepsiquiatria não substitui totalmente o atendimento presencial, mas funciona como complemento efetivo, especialmente em follow-ups e acompanhamento de manutenção. **Conclusão:** A telepsiquiatria representa uma estratégia viável e eficaz para o acompanhamento de pacientes com transtorno bipolar, melhorando adesão, monitoramento de sintomas, detecção precoce de recaídas e qualidade de vida. Sua integração aos modelos tradicionais de atendimento pode otimizar resultados clínicos, ampliar significativamente o acesso a cuidados psiquiátricos especializados e promover um acompanhamento contínuo, seguro e centrado nas necessidades individuais de cada paciente.

Palavras-chave: **MONITORAMENTO REMOTO; TRANSTORNOS DO HUMOR; TECNOLOGIA EM SAÚDE**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/64586

ANÁLISE DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL: AVANÇOS E DESAFIOS APÓS A REFORMA PSIQUIÁTRICA

RAIANE MARIAH ROAMA ALVES; NATHALIA BREDA DO NASCIMENTO; MYLENA BARÃO DOS SANTOS IVANSKI; JULIA ELIZA REINERT VIVAN; BEATRIZ JONAS FRANCISCONI

Introdução: A reforma psiquiátrica no Brasil, consolidada pela Lei nº 10.216/2001, promoveu mudanças significativas no modelo de atenção à saúde mental, priorizando a desinstitucionalização e a integração comunitária. A saúde mental no Brasil passou por transformação significativa com a reforma psiquiátrica, que visou substituir o modelo hospitalocêntrico por uma rede de atenção psicossocial integrada à comunidade. **Objetivo:** Este estudo objetiva avaliar os avanços e os desafios da política nacional de saúde mental, considerando as conquistas e limitações observadas na última década. **Metodologia:** Realizou-se uma revisão narrativa da literatura e de documentos oficiais do Ministério da Saúde, analisando relatórios, estudos acadêmicos e dados sobre a implementação dos CAPS, leitos psiquiátricos e políticas de cuidado comunitário. A análise contemplou tanto aspectos quantitativos (cobertura de serviços) quanto qualitativos (satisfação do usuário e integração de serviços). **Resultados**: Os resultados indicam que a expansão dos CAPS e a redução de hospitais psiquiátricos resultaram em maior inclusão social e atendimento territorializado. No entanto, desafios persistem, como insuficiência de financiamento, desigualdade regional na oferta de serviços, resistência cultural à desinstitucionalização e fragilidade na integração com a atenção primária. Observa-se que políticas de formação profissional e psicoeducação comunitária são essenciais para fortalecer o cuidado psicossocial. **Conclusão**: A política nacional de saúde mental apresenta avanços expressivos na humanização do cuidado e na desinstitucionalização, mas exige esforços contínuos para ampliar cobertura, garantir financiamento adequado e consolidar a integração entre os diferentes níveis de atenção. A continuidade de políticas públicas baseadas em evidências e participação comunitária é fundamental para superar os desafios remanescentes.

Palavras-chave: **CAPS; DESINSTITUCIONALIZAÇÃO; ATENÇÃO PRIMÁRIA**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/64587

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO PRÉ-NATAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE- UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

ANA CAROLINA MOREIRA; MILENA ZONIN PEREIRA

Introdução: O cuidado pré-natal constitui uma das principais estratégias da Atenção Primária à Saúde (APS) para a redução da morbimortalidade materna e neonatal. No Brasil, é ofertado de forma gratuita e integral nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), fundamentado nas diretrizes da Rede Cegonha e da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher. Ao acompanhar a mulher desde o início da gestação até o período puerperal, o pré-natal configura-se como uma intervenção essencial para assegurar um processo gestacional seguro e saudável, tanto para a mãe quanto para o bebê. **Objetivo:** Relatar uma experiência de estágio em uma Unidade Básica de Saúde com ênfase na realização de consultas de pré-natal. **Relato de experiência:** Durante o estágio supervisionado na Unidade Básica de Saúde (UBS), acompanhei o pré-natal e percebi a relevância do enfermeiro nesse processo. As consultas mostraram-se fundamentais, pois incluem anamnese, exame físico, solicitação de exames e orientações essenciais à gestante. A primeira consulta destacou-se por estabelecer vínculo e confiança, favorecendo a adesão ao cuidado. Também observei a importância dos exames laboratoriais e de imagem, que permitem identificar precocemente condições como sífilis congênita e anemias, garantindo intervenções oportunas. Outro aspecto marcante foi o estímulo à participação do companheiro e da família, fortalecendo a rede de apoio e preparando o ambiente para a chegada do bebê. Essa vivência mostrou que o pré-natal vai além de protocolos: é um cuidado integral que envolve aspectos clínicos, educativos e emocionais. Como futura enfermeira, compreendi a necessidade de unir técnica e humanização, assegurando qualidade e acolhimento durante a gestação. **Conclusão:** Assim, o pré-natal realizado na atenção básica é um dos instrumentos mais poderosos do SUS para garantir a saúde da mulher e da criança. A atenção humanizada, o respeito à diversidade e o compromisso com a equidade são valores que norteiam esse cuidado. Cabe ao enfermeiro promover uma assistência baseada no acolhimento, na escuta e na valorização da experiência da gestante, assegurando que ela viva sua gestação com dignidade, segurança e protagonismo.

Palavras-chave: **ASSISTÊNCIA À GESTANTE; SAÚDE NA COMUNIDADE; SAÚDE DA MULHER**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/64600

CORDELIZANDO NO ALEGRE: ORALIDADE COMO PRÁTICA DO CUIDADO EM SAÚDE

ERIKA CAMPOS DA SILVA

Introdução: A sala de espera para a realização de coleta de exames laboratoriais, em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) tradicional, está quase sempre correlacionada a estados de ansiedade e nervosismo em usuários. No entanto, sua função pode ser transformada em um espaço de promoção da saúde, conscientizando a população sobre mudanças no estilo de vida e adoção de práticas de gerenciamento do autocuidado. Um dos colaboradores da UBS Vista Alegre identificou a necessidade de integrar a Literatura de Cordel às Rodas de Conversa (RC) como eixo norteador dessa mudança, uma vez que as peculiaridades da narrativa popular podem proporcionar transmissão de saberes técnicos da saúde de forma lúdica, potencializando a troca de experiências e protagonizando os usuários de quaisquer níveis de escolaridade. **Objetivo**: Propõe-se a compartilhar a experiência de RC norteadas por poemas de Cordel como ferramentas do cuidado ofertado pela unidade. **Relato de experiência:** O presente trabalho é um relato de experiência desenvolvido em um ano. A formulação do projeto ocorreu em junho de 2024 e optou-se por uma metodologia de caráter narrativo-reflexivo, atravessada por referenciais teóricos relevantes (Política Nacional de Humanização; Medicina Narrativa e textos extraídos de *Cordel & Saúde*). O passo seguinte se deu com as RC sendo realizadas semanalmente, durante o tempo de espera para a coleta de exames laboratoriais. A condução ficou a cargo de uma enfermeira da unidade e de uma auxiliar de enfermagem, tendo como ponto de partida a declamação de poemas cômicos da obra citada. Cada encontro teve como ponto de partida a declamação de poemas do livro *Cordel & Saúde*. Os temas abordados seguiram a sequência presente no Calendário da Saúde do Ministério da Saúde. **Conclusão:** As RC catalisaram vínculos entre usuários e a equipe de saúde por meio da oralidade; o lúdico presente para facilitar a compreensão de temas complexos a usuários de baixa escolaridade promoveu a ressignificação de uma sala de espera em um espaço humanizado, além de motivar a equipe a incorporar tecnologias leves nos processos de trabalho. Cultura popular e informação: a continuidade e avaliação desta experiência poderão orientar sua replicação em outros serviços de saúde.

Palavras-chave: **ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE; LITERATURA DE CORDEL; TECNOLOGIAS LEVES**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/64680

EQUIPE DE ENFERMAGEM E O USO DE EQUIPAMENTOS DEPROTEÇÃO EM PROCEDIMENTOS DE ROTINA NO TRATAMENTODA COVID-19: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

LUCAS JOSÉ BARBOSA SILVA;

Introdução: A pandemia da COVID-19 representou um marco na história da saúde pública mundial, impondo desafios significativos aos sistemas de saúde, em especial no que diz respeito à proteção dos trabalhadores da linha de frente. Entre esses profissionais, a equipe de enfermagem teve destaque devido ao contato direto e contínuo com pacientes infectados, o que reforça a importância do uso correto de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para reduzir riscos de contaminação e assegurar a qualidade da assistência. **Objetivo**: Este estudo tem como objetivo analisar o conhecimento, a adesão e as dificuldades enfrentadas por enfermeiros e técnicos de enfermagem em relação ao uso de EPIs durante a pandemia. **Metodologia**: Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada nas bases SciELO e Google Acadêmico, além de documentos oficiais de órgãos como o Ministério da Saúde e a Organização Mundial da Saúde (OMS). Foram selecionados sete artigos que atenderam aos critérios de inclusão, priorizando pesquisas que abordassem diretamente a utilização, gestão e desafios relacionados aos EPIs no contexto da COVID-19. **Resultados**: A análise dos estudos apontou três eixos principais: uso adequado dos EPIs, gerenciamento de insumos e adesão dos profissionais. A correta utilização de equipamentos como máscaras N95/PFF2, luvas, aventais e protetores faciais é essencial, mas requer treinamentos contínuos e protocolos claros para evitar falhas na paramentação e desparamentação. A pandemia gerou um cenário de escassez global de EPIs, com elevação de custos e dificuldades logísticas de distribuição, afetando a segurança dos trabalhadores. Além disso, fatores como desconforto, sobrecarga física e emocional e percepção reduzida de risco dificultaram a adesão plena às normas de biossegurança. **Conclusão:** Conclui-se que a proteção efetiva da equipe de enfermagem depende de políticas integradas que garantam investimentos, distribuição adequada de equipamentos, programas de educação permanente e valorização dos profissionais. A experiência com a COVID-19 reforça a necessidade de construir planos de contingência mais robustos para futuras crises sanitárias, assegurando não apenas a saúde dos trabalhadores, mas também a qualidade do atendimento prestado à população.

Palavras-chave: **BIOSSEGURANÇA; SAÚDE DO TRABALHADOR; PANDEMIA;**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/64713

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: PERCEPÇÃO E ENFRENTAMENTO POR MEIO DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE

AUREA DE FATIMA FARIAS SILVA; LUIZ MÁRIO DA SILVA NETO; PRISLEI DA CRUZ FRANCISCO; TATIANA DE FREITAS UEMURA; ALINE BORGES XAVIER DE CARVALHO

Introdução: A violência obstétrica configura-se como uma grave violação dos direitos humanos e reprodutivos das mulheres, constituindo um obstáculo significativo para a efetiva humanização do cuidado durante o ciclo gravídico-puerperal. Embora a temática tenha ganhado maior visibilidade nos últimos anos, observa-se que ainda persiste um expressivo desconhecimento, tanto por parte das mulheres quanto dos profissionais de saúde, acerca de suas formas de manifestação e de suas consequências físicas, psicológicas e sociais. **Objetivo:** Diante dessa realidade, este estudo teve como objetivo identificar, por meio de uma revisão da literatura, as percepções das mulheres sobre a violência obstétrica e, paralelamente, analisar as estratégias de enfrentamento propostas a partir da educação em saúde. **Metodologia:** A busca foi realizada nas bases SciELO, LILACS e PubMed, utilizando os descritores "violência obstétrica" e "educação em saúde", delimitando o recorte temporal de 2020 a 2025. Foram incluídos artigos originais, disponíveis na íntegra e publicados em língua portuguesa, que contemplassem a temática. **Resultados:** A análise dos resultados permitiu evidenciar três categorias principais: (1) desconhecimento do conceito de violência obstétrica, o que dificulta seu reconhecimento pelas mulheres; (2) naturalização de práticas abusivas no ciclo gravídico, frequentemente interpretadas como condutas rotineiras; (3) relevância e potencial da educação em saúde como instrumento de conscientização e empoderamento feminino. A literatura ressalta que estratégias educativas, como rodas de conversa, oficinas, grupos de apoio e materiais informativos, contribuem de forma significativa para ampliar o conhecimento das mulheres sobre seus direitos, fortalecendo sua autonomia e protagonismo no cuidado obstétrico. **Conclusão:** Conclui-se, portanto, que a educação em saúde configura-se como uma ferramenta essencial e deve ser incorporada de maneira contínua e sistemática às ações de promoção da saúde materna, favorecendo práticas mais seguras, éticas e respeitosas.

Palavras-chave: **SAÚDE MATERNA; HUMANIZAÇÃO; PARTO;**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/64730

PROMOÇÃO DA SAÚDE E FORMAÇÃO EM SERVIÇO: A VIVÊNCIA INTERDISCIPLINAR EM OFICINAS TERAPÊUTICAS NO CAPS

ANDERSON SOUZA DOS SANTOS

Introdução: A área da saúde mental tem sido objeto de discussão e preocupação por parte de diversas esferas da sociedade, principalmente no que diz respeito à promoção da saúde e ao atendimento adequado aos indivíduos em sofrimento psíquico. Nesse sentido, o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) surge como uma importante ferramenta na reorganização do modelo de cuidado em saúde mental e na garantia dos direitos e cidadania desses indivíduos. Assim, acredita-se que a vivência em oficinas terapêuticas no CAPS pode proporcionar aos profissionais de saúde uma formação mais ampla e qualificada, pois possibilita a troca de saberes e experiências entre diferentes áreas do conhecimento e, consequentemente, a construção de práticas mais efetivas e integradas. **Objetivo:** Identificar as principais técnicas e abordagens utilizadas nas oficinas terapêuticas do CAPS, a fim de compreender sua efetividade no tratamento de transtornos mentais e no fortalecimento da autonomia dos usuários. **Relato de experiência:** As oficinas terapêuticas desempenham um papel fundamental no atendimento oferecido pelo Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), contribuindo amplamente para o processo de reabilitação psicossocial dos usuários. Tais oficinas abrangem uma diversidade de atividades expressivas, físicas e linguísticas, como arte, dança, música, artesanato, além de atividades que promovem geração de renda, que objetivam o desenvolvimento de competências motoras e cognitivas, o bem-estar emocional, a autoestima e a interação em grupo, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos usuários. Essa variedade de atividades demonstra a importância da multidisciplinaridade, englobando profissionais de diferentes áreas que, em conjunto, proporcionam um acolhimento adaptado às necessidades dos participantes. **Conclusão:** Conclui-se que as oficinas funcionam como espaços de convivência e autoexpressão que contribuem para a integração social, fortalecimento da cidadania e para a possibilidade de reinserção no mercado de trabalho, situando-se como ferramentas importantes na luta antimanicomial e na desconstrução da lógica manicomial dentro dos serviços de saúde mental potencializando a importância da multidisciplinaridade e de abordagens que considerem o desejo e a subjetividade dos usuários, destacando que as oficinas terapêuticas devem estar alinhadas a um compromisso ético político contra as opressões e violências presentes no campo da saúde mental.

Palavras-chave: **CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL; OFICINAS TERAPÊUTICAS; PROMOÇÃO DA SAÚDE**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/64861

MONITORIA ATIVA EM FUNDAMENTOS DO CUIDAR: ESTRATÉGIAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM NO CURSO DE ENFERMAGEM.

CAMILLA NOGUEIRA LIMA; VANDERLENE RAMOS DE SOUSA; MARIA ALINE MOREIRA XIMENES

Introdução O uso de metodologias ativas na monitoria em cursos da saúde tem se destacado como uma estratégia eficaz para potencializar a aprendizagem, estimular a autonomia e promover o protagonismo dos discente. Por meio dessas abordagens, busca-se tornar o processo de ensino mais dinâmico, colaborativo e alinhado às demandas da formação prática e humanizada dos futuros profissionais de saúde. **Objetivo:** Relatar a experiência da monitora acadêmica no planejamento e execução de metodologias ativas. **Relato de Experiência:** Trata-se de um relato de experiência, realizado no período de maio a junho de 2025, na Faculdade UNINTA Tianguá-CE, durante as atividades de monitoria da disciplina Fundamentos do Cuidar em Enfermagem. Participaram acadêmicos do 4º semestre do curso de Enfermagem. Dentre as atividades desenvolvidas com o uso de metodologias ativas, destaca-se a criação de recursos pedagógicos inovadores voltados para o aprimoramento das habilidades práticas em enfermagem. Foram laborados um manequim de baixo custo, destinado à avaliação dos pontos de ausculta pulmonar e cardíaca, proporcionando aos estudantes uma vivência mais próxima da realidade clínica. Além disso, foram confeccionados pares de óculos pedagógicos para simulação de alterações neurológicas, com o intuito de facilitar a identificação de sinais clínicos durante a avaliação neurológica. Complementando as estratégias, utilizaram-se recursos visuais e um jogo de tabuleiro temático, ambos voltados para a revisão de conteúdos e estímulo ao raciocínio crítico, promovendo maior engajamento e autonomia dos discentes no processo de aprendizagem. A monitoria possibilitou a aplicação de metodologias ativas que contribuíram significativamente para o aprendizado prático dos estudantes. Foram desenvolvidos materiais didáticos como um manequim de baixo custo para ausculta pulmonar e cardíaca, pares de óculos pedagógicos para simulação de alterações neurológicas, recursos visuais e um jogo de tabuleiro temático. Essas estratégias promoveram maior engajamento, autonomia e troca de saberes entre os alunos, além de fortalecer habilidades como comunicação, empatia e raciocínio clínico. A experiência evidenciou o potencial da monitoria como espaço de inovação e formação integral na enfermagem. **Conclusão:** A experiência da monitoria revelou-se essencial na mediação entre os conteúdos teóricos e sua aplicação prática, fortalecendo o aprendizado colaborativo entre estudantes, docentes e os demais envolvidos no processo educativo.

Palavras-chave: **ENSINO ATIVO; EDUCAÇÃO EM SAÚDE; RECURSOS PEDAGÓGICOS**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/64939

Congresso Brasileiro de Pesquisa e Educação em Saúde

DESAFIOS NO USO DE TECNOLOGIAS LEVES NO CUIDADO DE ENFERMAGEM A GESTANTES RURAIS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

NAYANA FREIRE DE ALMEIDA FONTES; NAYANA FREIRE DE ALMEIDA FONTES

Introdução: O cuidado pré-natal, especialmente na atenção primária, é desempenhado crucialmente pela equipe de enfermagem. No contexto rural, as gestantes enfrentam barreiras geográficas e socioeconômicas dificultando o acesso aos serviços de saúde. As tecnologias leves, se baseiam em acolhimento, escuta qualificada, vínculo e são essenciais para humanizar a assistência e fortalecer o cuidado. Contudo, sua aplicação em áreas rurais não é isenta de desafios, exigindo compreensão aprofundada para aprimorar a prática de enfermagem. **Objetivos**: Analisar e sintetizar os principais desafios encontrados pela enfermagem na aplicação de tecnologias leves no cuidado pré-natal de gestantes em zonas rurais, identificando as barreiras existentes e as estratégias propostas para superá-las. **Metodologia**: Consistiu em uma revisão bibliográfica sistemática em bases de dados como BVS, SciELO e LILACS. Foram selecionados artigos que abordavam a temática do cuidado de enfermagem a gestantes rurais, com foco nos aspectos relacionais. **Resultados**: Os estudos analisados revelam desafios multifacetados. As barreiras culturais emergem como um fator central, onde crenças e práticas tradicionais podem gerar resistência às orientações profissionais. A deficiência estrutural, incluindo longas distâncias, falta de transporte e infraestrutura de saúde inadequada, dificulta a continuidade do pré-natal e a criação de vínculo. O trabalho sobrecarregado dos profissionais de enfermagem, atrelada à falta de tempo para uma escuta aprofundada, compromete a eficacia das tecnologias leves. Por fim, as barreiras de comunicação, muitas vezes ligadas à baixa escolaridade da população e ao uso de jargões técnicos, dificultam a construção de uma relação de confiança. **Conclusão**: O uso de tecnologias leves no cuidado a gestantes rurais vai além da competência técnica. É fundamental que as equipes de enfermagem desenvolvam habilidades de comunicação e sensibilidade cultural, buscando entender a realidade local. As políticas de saúde devem investir em melhorias de infraestrutura e no aumento do número de profissionais, permitindo um tempo de consulta adequado para fortalecer o vínculo. Superar esses desafios é vital para garantir um pré-natal humanizado e de qualidade, promovendo a saúde da mulher e do bebê.

Palavras-chave: **ACOLHIMENTO; GRAVIDEZ; BARREIRAS**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/65094

TELENFERMAGEM: UMA INICIATIVA PRÁTICA DE ENSINO-APRENDIZAGEM E PROMOÇÃO DE BOAS PRÁTICAS CIRÚRGICAS

ROSA MARIA FERNAMBEL MARQUES E SILVA; GABRIELA FARIA FERREIRA LOBO; LUCÉLIA SILVEIRA DE ALMEIDA; LUCIANA PEREIRA GOMES

Introdução: A telenfermagem é uma prática tecnológica para executar ações de enfermagem à distância de forma assistencial, educacional ou de pesquisa. Entre as principais vantagens dessa modalidade de cuidado está a facilitação das orientações; prevenção de complicações, aumentar a adesão ao tratamento, reduzir o estresse, melhorar a qualidade, garantir segurança e proximidade com o paciente. Nesse contexto, também foi implementada como aliada para as orientações pré-operatórias cirúrgicas e no ensino aprendizagem dos residentes de enfermagem desta instituição pública. **Objetivo**: Relatar a experiência dos residentes de enfermagem com o uso da telenfermagem na atenção secundária para as orientações pré-operatórias aos pacientes cirúrgicos. **Relato de experiência**: Na prática, os residentes de enfermagem puderam a partir da interação por telenfermagem com os pacientes pré-cirúrgicos repensarem novas estratégias de comunicação e adequações da linguagem; articularem o conhecimento teórico à prática; construírem e reconstruírem saberes; irem à busca de resolutividade imediata; aplicarem o cuidado humanizado, ético e legal; contarem com o suporte dos enfermeiros do setor em caso de dúvidas e embasamento de trocas científicas e sobretudo, sentiram-se responsáveis por envolverem os pacientes na adesão às orientações do cuidado pré-operatório cirúrgico seguro. **Conclusão**: A telenfermagem foi percebida como positiva para adquirir novos aprendizados teórico-práticos e habilidades para o mercado de trabalho pelos residentes de enfermagem; uma metodologia ativa no alcance de boas práticas cirúrgicas; um recurso tecnológico facilitador para sanar as dúvidas e de aproximação entre o binômio residente e paciente, e que precisa se consolidar como recurso educacional já na graduação. Espera-se, portanto, que mais estudos sejam desenvolvidos para a extensa compreensão do tema e de sua incorporação ao ensino pratico nas instituições.

Palavras-chave: **ENFERMAGEM PERIOPERATÓRIA; EDUCAÇÃO EM SAÚDE; TECNOLOGIA**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/65184

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO FERRAMENTA EDUCACIONAL NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE

VITOR TINTORE BALDO

Introdução: A inteligência artificial (IA) tem se consolidado como um recurso inovador no campo da educação em saúde, especialmente na atenção básica. Ferramentas digitais como tutores virtuais, simuladores inteligentes e sistemas de feedback automatizado ampliam as possibilidades de aprendizado, promovendo ensino personalizado e maior autonomia discente. **Objetivo:** O presente estudo busca analisar as contribuições da IA para a educação em saúde no contexto da atenção primária, destacando benefícios, desafios e perspectivas de aplicação. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão narrativa da literatura nas bases SciELO e PubMed, contemplando publicações entre 2020 e 2025, nos idiomas português e inglês, com foco em estratégias educacionais mediadas por IA voltadas à atenção básica. **Resultados:** A análise evidenciou que a IA contribui significativamente para o aprimoramento do desempenho acadêmico e da retenção de conhecimento, além de favorecer o desenvolvimento de competências práticas. Ambientes de simulação baseados em IA possibilitam a execução segura de procedimentos de triagem, ações de promoção da saúde e manejo de doenças crônicas em cenários realistas e interativos. Sistemas de avaliação adaptativos também se destacam, ajustando os conteúdos às necessidades individuais e fornecendo feedback imediato, o que potencializa a aprendizagem ativa e crítica. **Conclusão:** A integração da IA à educação em saúde na atenção básica mostra-se uma estratégia promissora para fortalecer competências clínicas, reduzir desigualdades educacionais e fomentar inovação pedagógica. Contudo, ainda há desafios a superar, como limitações de infraestrutura, resistência docente e questões éticas relacionadas ao uso de dados sensíveis. Recomenda-se a realização de estudos adicionais e a capacitação contínua de profissionais, a fim de assegurar aplicabilidade prática, eficácia pedagógica e segurança no uso dessas tecnologias.

Palavras-chave: **SAÚDE COLETIVA; INOVAÇÃO PEDAGÓGICA; TECNOLOGIAS DIGITAIS;**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/65196

ASSOCIAÇÃO ENTRE HIPOVITAMINOSE D E MARCADORES DO METABOLISMO MINERAL: CÁLCIO, FÓSFORO E PARATORMÔNIO

MILENE REGINA ZAGO LEMKE; BERNARDO MATTIELLO CAZELLA

Introdução: A hipocalcemia e o hiperparatireoidismo podem resultar da deficiência da vitamina D, além de outros problemas que demonstram a relevância clínica da falta deste hormônio. Em sua forma ativa, a vitamina D desempenha papel central na absorção intestinal de minerais, na regulação da reabsorção renal e na manutenção da homeostase do cálcio e do fósforo . Ao compreender melhor os marcadores, pode-se obter benefícios no diagnóstico e monitoramento de pacientes, permitindo agilidade e eficácia no tratamento. **Objetivo:** Avaliar a associação entre hipovitaminose D e alterações nos níveis séricos de cálcio, fósforo e PTH em uma população não hospitalizada. **Metodologia:** Estudo transversal, retrospectivo, baseado em 20.011 indivíduos atendidos entre 2013 e 2023 em um laboratório clínico de médio porte no Oeste de Santa Catarina, com dosagem sérica de 25-hidroxivitamina D [25(OH)D]. Foram incluídos os pacientes que realizaram, no mesmo atendimento, dosagem de cálcio, fósforo e PTH. Hipovitaminose D foi definida como 25(OH)D <20 ng/mL. As comparações foram realizadas por testes não paramétricos, considerando $p<0,05$ como significância. **Resultados:** O cálcio sérico manteve-se dentro dos intervalos de referência em ambos os grupos, sem diferença estatística (HVD+: média 9,0 ± 0,6 mg/dL; HVD-: 9,1 ± 0,5 mg/dL; p=0,08). O fósforo também não apresentou variação significativa (HVD+: 3,4 ± 0,7 mg/dL; HVD-: 3,5 ± 0,6 mg/dL; p=0,22). Em contrapartida, o PTH mostrou-se significativamente elevado nos indivíduos com hipovitaminose D, caracterizando hiperparatireoidismo secundário (HVD+: média 57,11 ± 15,3 pg/mL; HVD-: 40,39 ± 12,7 pg/mL; p=0,0168). A análise revelou correlação inversa entre níveis de 25(OH)D e PTH, sem alteração proporcional em cálcio e fósforo. **Conclusão:** Os achados evidenciam que a hipovitaminose D não se associou a alterações significativas nos níveis séricos de cálcio e fósforo, que permaneceram dentro da normalidade. Entretanto, observou-se elevação do PTH nos indivíduos com deficiência de vitamina D, sugerindo ocorrência de hiperparatireoidismo secundário como mecanismo compensatório para manutenção da homeostase do cálcio. Dessa forma, a avaliação conjunta de 25(OH)D e PTH mostra-se fundamental para compreensão do metabolismo mineral e acompanhamento clínico de distúrbios endócrino-metabólicos.

Palavras-chave: **BIOMARCADORES SÉRICOS; VITAMINA D; METABOLISMO ÓSSEO**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/65210

A MAGNITUDE DA PROMOÇÃO À SAÚDE DO TRABALHADOR POR MEIO DOS PROJETOS DE EXTENSÃO EM MEIO ACADÊMICO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

VALÉRIA PSCHEIDT; ELIZ CRISTINE MAURER CAUS

Introdução: A promoção da saúde do trabalhador é uma estratégia de prevenção de agravos que possibilita a melhoria da saúde física e mental no ambiente ocupacional. Os projetos de extensão universitária têm papel importante nesse processo, articulando os saberes científicos com as necessidades da comunidade e permitindo intervenções práticas, destacando-se como uma ferramenta de aproximação da atuação profissional. **Objetivo:** Relatar a experiência de uma acadêmica de enfermagem na participação do projeto de extensão da saúde do trabalhador, com foco nas ações de educação em saúde. **Relato de experiência:** No período de abril à agosto de 2025, a acadêmica de enfermagem contemplada no Programa Crédito por Mérito Acadêmico na Universidade do Contestado, campus Mafra, participou no desenvolvimento de ações de extensão com temas relevantes para a saúde do trabalhador, abrangendo a importância da vacinação, prevenção e cuidados com a hipertensão arterial e diabetes mellitus, equilíbrio da saúde mental e autocuidado e higiene pessoal. Foi elaborado materiais ilustrativos para as orientações, além de aplicar uma abordagem de conversação para que mantivesse uma oportunidade de diálogo e vínculo com o trabalhador. Durante a execução, os trabalhadores manifestaram boa receptividade e interatividade, demonstraram interesse nas temáticas desenvolvidas, compartilharam experiências de autocuidado e dificuldades no enfrentamento de doenças adquiridas, inclusive de desafios diários no zelo com a saúde diante de compromissos da vida particular e profissional. Foi notório a importância da relação acadêmica com a comunidade trabalhadora, pois essa interação permitiu a articulação entre a teoria adquirida no ensino à prática. Além disso, a vivência educativa oportunizou a aproximação ao ambiente físico e social do trabalhador, facilitando a compreensão da sua realidade, contribuindo sobremaneira no processo ensino aprendizagem da acadêmica bem como na promoção da saúde do trabalhador. **Conclusão:** A prática de transmitir informações sobre o cuidado com a saúde aos trabalhadores, estabelece conexão com a conscientização e a valorização do autocuidado, facilitando o acesso e incentivando a procura pelos serviços de saúde. Em suma, pode-se considerar que a participação do acadêmico de enfermagem em projetos de extensão, permite exercitar o conhecimento científico, desenvolver competência profissional e social e inteirar-se das necessidades da comunidade abordada**.**

Palavras-chave: **ENSINO; PROMOÇÃO DA SAÚDE; SAÚDE OCUPACIONAL**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/65255

A METODOLOGIA ATIVA COMO ESTRATÉGIA PARA PRECEPTORIAS DE ENFERMAGEM EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO COM O USO DE FERRAMENTAS DIGITAIS INFORMATIVAS EM SAÚDE

MICHELLE PINHEIRO PENA; JOSILENE NASCIMENTO DO LAGO

Introdução: A formação em enfermagem exige práticas pedagógicas que estimulem o protagonismo discente, a autonomia e o pensamento crítico. No campo de estágio, a atuação do preceptor é essencial para mediar o processo de aprendizagem, especialmente quando associada a metodologias ativas e ao uso de tecnologias digitais informativas em saúde. A educação inovadora, como propõe Paulo Freire, deve ser dialógica e libertadora, promovendo a construção coletiva do saber por meio da experiência vivida. **Objetivo:** Apresentar a relevância da metodologia ativa como estratégia pedagógica nas preceptorias de enfermagem em estágio supervisionado, destacando o papel das ferramentas digitais na promoção de uma aprendizagem significativa. **Relato de caso/experiência:** A experiência foi desenvolvida em um grande hospital de referência do estado do Pará, com estudantes de graduação em enfermagem. Foram aplicadas estratégias como discussão de casos clínicos, simulações e uso de recursos digitais interativos desenvolvidos pelos discentes como cartilhas educativas para os pacientes e acompanhantes. A abordagem ativa permitiu maior engajamento dos estudantes, favorecendo a construção de competências clínicas e éticas. O uso de ferramentas digitais, como aplicativos de protocolos assistenciais, vídeos educativos e plataformas de discussão, ampliou o acesso à informação e estimulou a autonomia dos discentes. A atuação do preceptor como facilitador foi essencial para promover reflexões críticas e integrar teoria e prática. Como destacam Camargo e Daros, “o aluno precisa ser desafiado a pensar, a criar e a resolver problemas reais, e não apenas repetir conteúdos” — o que se concretiza quando o estágio é conduzido com intencionalidade pedagógica e inovação. **Conclusão:** A metodologia ativa, aliada ao uso de tecnologias digitais, representa uma estratégia eficaz para qualificar as preceptorias de enfermagem em campo de estágio. Essa abordagem contribui para a formação de profissionais mais preparados para os desafios da prática em saúde, promovendo uma educação crítica, inovadora e centrada no cuidado.

Palavras-chave: **EDUCAÇÃO INOVADORA; ENFERMEGEM; METODOLOGIAS ATIVAS**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/65309

Congresso Brasileiro de Pesquisa e Educação em Saúde

BASES NEUROCIENTÍFICAS DO APRENDIZADO APLICADAS À EDUCAÇÃO: UMA COMPREENSÃO SOBRE NEUROPLASTICIDADE

RAIANE VICTORIA MELO SILVA; PEDRO ALEX DIOGO RODRIGUES DOS SANTOS

Introdução: A neuroplasticidade corresponde ao conjunto de mudanças que ocorrem no Sistema Nervoso Central (SNC) em resposta a experiências, permitindo o recebimento, o processamento de informações e a adaptação de suas estruturas e funções. Nesse contexto, compreender a relação entre neuroplasticidade e o processo de aprendizagem no âmbito educacional mostra-se fundamental, uma vez que oferece subsídios para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas mais eficazes. **Objetivos:** Investigar de qual forma a plasticidade neural influencia na aquisição de conhecimento, na consolidação da memória e no desenvolvimento de habilidades. Além disso, analisar sua relevância para a formulação de práticas pedagógicas mais eficazes, identificar como os mecanismos da neuroplasticidade podem favorecer metodologias que estimulem experiências diversificadas e compreender seu impacto no desempenho acadêmico e no processo de ensino-aprendizagem em contextos educacionais. **Metodologia:** A presente pesquisa trata-se de uma revisão narrativa, desenvolvida durante o período de agosto e setembro do ano de 2025. Foram considerados como fontes de buscas os sites de divulgação acadêmica Scientific Electronic Library Online (SciELO) e google acadêmico. Foram considerados artigos originais e revisões publicados entre 2020 e 2023, utilizando as seguintes palavras chaves: Neurociência; neuroplasticidade; aprendizagem; educação combinados pelo operador booleano 'AND'. Como Critérios de inclusão, foram selecionados artigos que apresentassem uma relação direta entre neuroplasticidade, educação e aprendizado e estivessem na língua portuguesa. Como critérios de exclusão, foram artigos não disponíveis na íntegra ou com acesso restrito. **Resultados:** A pesquisa bibliográfica resultou em 97 estudos encontrados, onde após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão e análise por pares, 7 foram selecionados à leitura integral, e 4 por fim, foram selecionados como material definitivo para construção do presente estudo. **Conclusão:** A neuroplasticidade exerce papel fundamental no processo de aprendizagem, influenciando a aquisição de conhecimentos, a consolidação da memória e o desenvolvimento de habilidades. Nesse sentido, compreender seus mecanismos permite adotar práticas educacionais mais eficazes, favorecendo metodologias que estimulem experiências diversificadas e potencializem o desempenho acadêmico.

Palavras-chave: **PLASTICIDADE NEURAL; APRENDIZAGEM; NEUROCIÊNCIA;**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/65311

EDUCAÇÃO INTERPROFISSIONAL: FORTALECENDO COMPETÊNCIAS COLABORATIVAS NA FORMAÇÃO ACADÊMICA

CÉLIO VINICIUS SOUSA DA SILVA; ERLEI GABRIEL FREITAS DA SILVA; LEONARDO DA SILVA BELONI

Introdução: A Educação Interprofissional (EIP) tem ganhado destaque como estratégia pedagógica inovadora, voltada à integração entre diferentes áreas do conhecimento. Seu enfoque é promover a colaboração entre estudantes de diferentes cursos, desenvolvendo habilidades de comunicação, trabalho em equipe e resolução conjunta de problemas. Essa abordagem é considerada essencial na formação de profissionais capazes de atuar de maneira eficiente e integrada em contextos complexos, especialmente nas áreas da saúde e educação. **Objetivo:** O presente estudo tem como objetivo analisar os impactos da Educação Interprofissional na formação acadêmica e no desenvolvimento de competências colaborativas entre estudantes de diferentes áreas, identificando benefícios e desafios de sua implementação. **Metodologia:** Trata-se de um estudo de caráter qualitativo, baseado em revisão bibliográfica e análise de relatos de experiências publicadas em artigos científicos nacionais e internacionais. Foram selecionados estudos que abordam práticas de EIP em cursos de graduação e programas de educação continuada, com foco na promoção da integração de saberes e na construção de habilidades interpessoais e profissionais. A análise contemplou aspectos como desenvolvimento de competências, percepção dos estudantes e resultados obtidos na prática interprofissional. **Resultados:** Os dados obtidos indicam que a EIP contribui significativamente para a formação de profissionais mais preparados para o trabalho em equipe, aumentando a compreensão sobre o papel de diferentes áreas e promovendo respeito mútuo entre os participantes. Observou-se que estudantes envolvidos em atividades interprofissionais apresentam maior capacidade de comunicação, tomada de decisão compartilhada e solução conjunta de problemas. Além disso, experiências de EIP favorecem a troca de conhecimentos e o desenvolvimento de uma visão mais ampla sobre a prática profissional, estimulando a reflexão crítica e a responsabilidade coletiva. **Conclusão:** A Educação Interprofissional se mostra como uma estratégia eficaz para promover a integração de saberes e fortalecer competências essenciais para o trabalho colaborativo. Sua implementação contribui para a formação de profissionais críticos, reflexivos e conscientes da importância da cooperação entre áreas distintas. Assim, a EIP representa um avanço pedagógico que potencializa tanto a prática acadêmica quanto a atuação profissional, preparando estudantes para enfrentar os desafios contemporâneos de maneira integrada e colaborativa.

Palavras-chave: **TRABALHO EM EQUIPE; QUALIFICAÇÃO EDUCACIONAL; HABILIDADES COLETIVAS;**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/65325

COMPULSÃO ALIMENTAR E CIRURGIA BARIÁTRICA: A IMPORTÂNCIA DA ABORDAGEM INTERPROFISSIONAL

ISABELLA SANFINS OLIVEIRA; PAULO HENRIQUE SILVEIRA DE CAMPOS; CAROLINA CUNHA BICHINHO; JULIA PELLIZZER

RESUMO

A cirurgia bariátrica é considerada uma das intervenções mais eficazes no tratamento da obesidade grave, promovendo perda de peso significativa e melhora de comorbidades metabólicas e cardiovasculares. Contudo, a presença de transtornos alimentares, em especial a compulsão alimentar periódica, pode comprometer o sucesso terapêutico, favorecendo reganho ponderal, frustração com os resultados e impacto negativo na qualidade de vida. Nesse cenário, torna-se indispensável compreender que o tratamento não se limita ao ato cirúrgico, mas deve englobar dimensões emocionais, comportamentais e funcionais. O presente trabalho tem como objetivo analisar a importância da abordagem interprofissional no manejo da compulsão alimentar em pacientes submetidos à cirurgia bariátrica, ressaltando as contribuições integradas de diferentes áreas da saúde no período pré e pós-operatório. Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, baseada em artigos científicos, diretrizes clínicas e documentos institucionais publicados entre 2010 e 2025. Foram incluídos estudos que abordam os impactos da compulsão alimentar nos resultados cirúrgicos, bem como experiências e recomendações sobre a atuação interprofissional em diferentes etapas do acompanhamento. Os achados evidenciam que pacientes sem acompanhamento estruturado apresentam maiores índices de recaída e de reganho de peso, enquanto aqueles que recebem suporte interprofissional demonstram melhor adesão às mudanças alimentares, maior controle emocional e manutenção da perda ponderal em longo prazo. Observa-se que a eficácia não reside na atuação isolada de cada especialidade, mas na integração das intervenções. O preparo psicológico pré-operatório possibilita identificar padrões compulsivos e desenvolver estratégias de enfrentamento; a avaliação médica assegura segurança clínica e monitoramento contínuo; a orientação nutricional promove adaptação alimentar progressiva; e a atividade física supervisionada contribui para a manutenção dos resultados metabólicos e psicológicos. Conclui-se que a compulsão alimentar representa um desafio relevante para a efetividade da cirurgia bariátrica, exigindo estratégias que ultrapassem a dimensão exclusivamente técnica do procedimento. A atuação interprofissional, articulando práticas médicas, psicológicas, nutricionais e físicas, constitui elemento central para ampliar as chances de sucesso terapêutico, prevenir recaídas e favorecer uma reconfiguração sustentável da qualidade de vida.

Palavras-chave: Obesidade; Tratamento Integral; Adesão Terapêutica

1 INTRODUÇÃO

A obesidade é uma doença crônica caracterizada pelo acúmulo excessivo de gordura corporal em níveis que comprometem a saúde, acarretando alterações metabólicas, respiratórias, cardiovasculares e aumento do risco para diabetes tipo 2, dislipidemias e alguns tipos de câncer,

DOI: 10.51161/iv-conpeds/65339

entre outras doenças. Sua etiologia é multifatorial, envolvendo fatores genéticos, metabólicos, psicológicos, culturais, socioeconômicos e ambientais, como estilo de vida, alimentação inadequada e sedentarismo. Esse caráter plural da obesidade demanda que seu manejo ultrapasse intervenções pontuais e setoriais, exigindo acompanhamento contínuo, ações de prevenção e tratamento de longo prazo e políticas públicas integradas que reconheçam sua natureza crônica e suas múltiplas influências (Wanderley; Ferreira, 2010). Diante desse panorama, percebe-se que a complexidade da obesidade, associada às suas múltiplas causas e repercussões, torna indispensável a combinação de estratégias terapêuticas que vão além da abordagem clínica convencional. Nesse sentido, a cirurgia bariátrica surge como uma alternativa relevante no tratamento da obesidade grave, especialmente quando as medidas conservadoras não apresentam resultados satisfatórios.

Contudo, existem alguns fatores que podem comprometer o resultado da cirurgia, como a compulsão alimentar periódica, caracterizada por episódios recorrentes de ingestão excessiva de alimentos acompanhados de perda de controle, fortemente associada à obesidade grave e frequentemente identificada em candidatos à cirurgia bariátrica. Estudos brasileiros (Rbone, 2023) evidenciam que a prevalência desse transtorno em pacientes submetidos ao procedimento é elevada e se relaciona a desfechos menos favoráveis, como o risco aumentado de reganho ponderal, maior sofrimento emocional e prejuízos significativos na qualidade de vida, mesmo após a perda de peso inicial. Tais achados reforçam que a presença da compulsão não deve ser negligenciada, já que pode comprometer a adesão ao tratamento e dificultar a manutenção de resultados a longo prazo, exigindo acompanhamento contínuo e multiprofissional.

No campo da saúde, uma equipe multidisciplinar caracteriza-se pela reunião de diferentes especialidades, cada uma atuando de maneira autônoma e paralela, com objetivos comuns, mas sem integração efetiva de saberes ou de práticas. Já a equipe interdisciplinar pressupõe cooperação ativa, planejamento conjunto e diálogo contínuo entre os profissionais, o que favorece a construção de condutas integradas e adaptadas à complexidade do paciente (Marshall *et al.*, 2020). Essa distinção é particularmente relevante em condições multifatoriais, como a obesidade, em que aspectos biológicos, psicológicos, sociais e comportamentais se entrelaçam. No contexto da cirurgia bariátrica, há evidências de que a interdisciplinaridade promove melhores resultados clínicos e psicossociais quando comparada à atuação apenas multidisciplinar. Equipes integradas, compostas por cirurgiões, psicólogos, nutricionistas, educadores físicos e outros profissionais, favorecem maior perda do excesso de IMC, manutenção de resultados a longo prazo e melhora da qualidade de vida relatada pelos pacientes (Eisenberg *et al.*, 2017; Marshall *et al*., 2020). Um ponto central é que a integração interdisciplinar evita informações fragmentadas ou contraditórias, garantindo consistência nas orientações oferecidas ao paciente. Marshall *et al.* (2020) destacam que essa coordenação fortalece a confiança na equipe e aumenta a clareza das condutas, reforçando a adesão ao tratamento, complementarmente, a interdisciplinaridade como uma estrutura em rede, na qual cada profissional reconhece a interdependência do outro. Esse arranjo reduz falhas no acompanhamento, sustenta um fluxo contínuo de cuidado e amplia a capacidade da equipe de responder de forma coesa e eficiente às demandas do paciente bariátrico (Eisenberg *et al.*, 2017).

Na dimensão médica, o cirurgião bariátrico ocupa papel central ao conduzir a avaliação clínica inicial, indicar ou contraindicar o procedimento e garantir a segurança durante todas as etapas do processo. Mais do que executar a técnica operatória, sua função está em integrar o paciente a um protocolo de cuidado contínuo, respeitando critérios estabelecidos para elegibilidade e acompanhamento pós-operatório. Essa perspectiva reforça que o ato cirúrgico deve ser entendido dentro de uma rede de suporte, e não como solução isolada para a obesidade (Neder, 2004).

Relacionando a abordagem interpessoal nesta conduta, evidencia-se a presença do psiquiatra, contribuindo no rastreio e no manejo de transtornos alimentares, em especial a

DOI: 10.51161/iv-conpeds/65339

compulsão alimentar periódica, e avalia a saúde mental como condição para adesão ao tratamento. O endocrinologista oferece a sustentação clínica para compreender a obesidade como doença crônica multifatorial e explora as alternativas terapêuticas disponíveis e indicando a cirurgia como recurso válido nos casos refratários às intervenções convencionais (Zanella; Ferreira, 2013). De acordo com a Sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica e Metabólica (SBCBM, 2019), o nutricionista é o profissional habilitado para atuar no acompanhamento pós-cirúrgico, promovendo um processo de reeducação alimentar saudável. Nesse contexto, a alimentação deve ser compreendida não apenas como fonte de calorias e nutrientes, mas também como experiência que envolve afeto, prazer e emoções. Gallé *et. all* (2020) também pontua que uma intervenção educacional e motivacional acompanhada por um educador físico baseada em exercícios após a cirurgia pode melhorar comportamentos, aptidão física e qualidade de vida em pacientes bariátricos.

Apesar dos avanços na cirurgia bariátrica e do reconhecimento da compulsão alimentar como fator de risco para insucesso terapêutico, ainda há uma lacuna na integração efetiva das diferentes áreas da saúde. Embora existam contribuições isoladas da medicina, psicologia, nutrição e educação física, faltam análises sobre como essas áreas podem atuar de forma articulada no cuidado ao paciente. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo discutir a importância da abordagem interprofissional no acompanhamento de pacientes submetidos à cirurgia bariátrica com histórico de compulsão alimentar, mapeando as contribuições da cirurgia bariátrica, da psiquiatria, da endocrinologia e suas interfaces com outras áreas da saúde.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo foi desenvolvido como uma revisão narrativa da literatura, com o objetivo de analisar a relação entre compulsão alimentar e cirurgia bariátrica, bem como a relevância da atuação interprofissional no acompanhamento dos pacientes. Foram realizadas buscas nas bases PubMed, SciELO, LILACS, Web of Science e Google Scholar, além de consulta a diretrizes clínicas e documentos institucionais publicados entre 2010 e 2025. Foram incluídos artigos originais, revisões, consensos clínicos e relatórios que abordassem critérios para indicação cirúrgica, fatores associados à compulsão alimentar e estratégias multiprofissionais no manejo pré e pós-operatório. Como critérios de exclusão, foram desconsiderados estudos com populações pediátricas, relatos de caso e publicações voltadas exclusivamente a aspectos técnicos ou cirúrgicos. A análise ocorreu de forma narrativa e crítica, organizando os achados em eixos temáticos que contemplaram o impacto da compulsão alimentar nos resultados da cirurgia, a contribuição de diferentes especialidades médicas e da equipe interprofissional, além de recomendações práticas para o acompanhamento integral do paciente.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A cirurgia bariátrica representa uma intervenção terapêutica de alto impacto para pacientes com obesidade grave, proporcionando perda de peso significativa e remissão ou melhora das comorbidades metabólicas. Pode-se citar como exemplo, um estudo retrospectivo brasileiro com 247 pacientes submetidos ao bypass gástrico que relatou em 24 meses pós-operatório, redução média de ~37,6 kg de peso e ~14,3 kg/m² no IMC, associada à diminuição significativa de casos de diabetes tipo 2, hipertensão arterial e apneia do sono, bem como na necessidade de uso de medicamentos para essas condições (Pajecki *et al.*, 2020). Entretanto, desafios persistiram a longo prazo como a aderência alimentar, manutenção de estilo de vida saudável, monitoração clínica contínua, além de outros fatores comportamentais e emocionais que influenciam o risco de reganho de peso e de recidiva das comorbidades. A literatura

DOI: 10.51161/iv-conpeds/65339

demonstra que a obesidade e a compulsão alimentar devem ser compreendidas sob múltiplas dimensões, de modo que o manejo clínico isolado tende a ser insuficiente para garantir a manutenção dos resultados. Apontando que a interdisciplinaridade promove uma visão ampliada do paciente, superando a fragmentação do cuidado característica da atuação apenas multidisciplinar. Equipes integradas, compostas por diferentes especialidades médicas e áreas da saúde, possibilitam maior adesão ao tratamento, manutenção da perda ponderal e melhora da qualidade de vida (Eisenberh *et al*., 2017; Marshall *et al.*, 2020).

No Brasil, ela é regulamentada pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) e pelo Ministério da Saúde, que estabelecem critérios clínicos e documentais para sua realização. Tradicionalmente, são exigidos laudos médicos detalhados, atestando as condições de saúde do paciente, além de pareceres de psicologia e nutrição confirmando preparo emocional e compreensão das mudanças necessárias no estilo de vida.(Conselho Federal de Medicina, 2025) Também faz parte do protocolo a apresentação de exames laboratoriais e de imagem, a fim de garantir segurança clínica e reduzir riscos cirúrgicos, assim como a obrigatoriedade de acompanhamento multiprofissional no pré e no pós-operatório (BRASIL, 2013). Também, há evidências de que a articulação entre profissionais de saúde potencializa os resultados terapêuticos e fortalece a autonomia do paciente. Revisão sistemática recente destacou que o acompanhamento interdisciplinar no pós-operatório da cirurgia bariátrica é decisivo para prevenir recaídas, controlar sintomas emocionais e favorecer a manutenção de hábitos saudáveis ao longo do tempo (Campos *et al*., 2022). Tais achados reforçam a importância de enxergar o indivíduo como sujeito singular, demandando cuidados adaptados à sua realidade clínica, psicológica e social.

Em maio de 2025, o CFM atualizou as diretrizes, ampliando o acesso à cirurgia e ajustando alguns parâmetros. Entre as mudanças, destaca-se a possibilidade de indicação para pessoas com IMC ≥ 35 kg/m² sem comorbidades, a partir de 18 anos, além da autorização, em casos selecionados, para adolescentes a partir dos 16 anos mediante avaliação médica criteriosa. O documento reforça, ainda, a necessidade de que o procedimento seja realizado exclusivamente em hospitais com estrutura adequada e equipe interprofissional capacitada, reafirmando a importância do acompanhamento integral para o sucesso do tratamento.

A literatura brasileira também reforça que o cuidado em cirurgia bariátrica deve ser estruturado a partir de uma abordagem multiprofissional, na qual diferentes áreas da saúde atuam de forma integrada. O acompanhamento adequado envolve especialidades como medicina, fisioterapia, psicologia e nutrição, cada uma contribuindo de maneira específica para o preparo pré-operatório, a segurança do procedimento e o suporte no pós-operatório. Essa integração permite não apenas monitorar a evolução clínica, mas também oferecer estratégias para mudanças de comportamento, adesão nutricional e reabilitação funcional, fatores indispensáveis para o sucesso terapêutico e a manutenção dos resultados em longo prazo (Nassif *et al.*, 2011)

Para Figueiredo *et. al* (2021) a cirurgia bariátrica não pode ser compreendida apenas como intervenção cirúrgica, mas como um processo contínuo que envolve dimensões clínicas, psicológicas e sociais. O acompanhamento psicológico pré e pós-operatório é apontado como fator crucial para o sucesso do tratamento, uma vez que permite identificar transtornos como a compulsão alimentar, promover estratégias de enfrentamento e favorecer a adesão às mudanças exigidas após a cirurgia. Paralelamente, o papel da família é decisivo, visto que o suporte familiar adequado pode facilitar a manutenção de novos hábitos alimentares, o engajamento em atividades físicas e a redução do risco de recaídas emocionais e comportamentais. Por outro lado, quando a família não está integrada ao processo, podem emergir conflitos, falta de apoio ou mesmo estímulos negativos que comprometem a adesão do paciente (Souza; Andrade, 2018). Dessa forma, tanto o acompanhamento psicológico quanto o envolvimento familiar devem ser compreendidos como partes constitutivas da abordagem interprofissional, reforçando a ideia de

DOI: 10.51161/iv-conpeds/65339

que o cuidado integral em cirurgia bariátrica depende da articulação entre equipe de saúde, paciente e sua rede de suporte social.

Assim, observa-se que a integração de diferentes saberes e práticas não apenas amplia a eficácia do tratamento, mas também garante maior consistência nas orientações oferecidas ao paciente. A cooperação ativa e o planejamento conjunto fortalecem a confiança entre paciente e equipe, evitam contradições no processo terapêutico e sustentam um fluxo contínuo de cuidado, capaz de responder de forma coesa às demandas complexas da obesidade e da compulsão alimentar (EISENBERG *et al.,* 2017; MARSHALL *et al.,* 2020).

4 CONCLUSÃO

A obesidade e a compulsão alimentar, por sua complexidade e caráter multifatorial, exigem estratégias que ultrapassem a dimensão exclusivamente clínica e operatória. A cirurgia bariátrica, embora seja um recurso terapêutico eficaz na redução ponderal e na melhora de comorbidades, apresenta limitações quando não acompanhada de suporte contínuo. Os achados desta revisão reforçam que a compulsão alimentar periódica pode comprometer a adesão e favorecer o reganho de peso, tornando indispensável o acompanhamento interprofissional no pré e no pós-operatório.

A atuação integrada de diferentes especialidades médicas, associada à contribuição de psicólogos, nutricionistas, educadores físicos e demais profissionais, potencializa a adesão terapêutica, promove maior autonomia ao paciente e fortalece sua rede de apoio. Além disso, o envolvimento da família se mostra decisivo para a consolidação de novos hábitos e para a prevenção de recaídas emocionais e comportamentais.

Conclui-se, portanto, que a cirurgia bariátrica deve ser entendida não como um ponto final, mas como parte de um processo terapêutico amplo, que integra dimensões biológicas, psicológicas e sociais. A abordagem interprofissional configura-se como elemento central para assegurar melhores resultados clínicos e psicossociais, prevenir complicações e, sobretudo, favorecer uma reconfiguração duradoura da qualidade de vida dos pacientes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes para o cuidado das pessoas com doenças crônicas nas redes de atenção à saúde e nas linhas de cuidado prioritárias. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013.

CAMPOS, K. K. et al. Atuação da equipe interdisciplinar no pós-operatório de cirurgia bariátrica: uma revisão sistemática. 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/361427175_ATUACAO_DA_EQUIPE_INTERDISCIPLINAR_NO_POS-OPERATORIO_DE_CIRURGIA_BARIATRICA_UMA_REVISAO_SISTEMATICA. Acesso em: 16 set. 2025. DOI: 10.63845/4vwv3c39.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (Brasil). Resolução CFM nº 2.429, de 25 de abril de 2025. Dispõe sobre critérios para a realização de cirurgia bariátrica e metabólica no Brasil. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2025.

EISENBERG, D.; et al. Systems innovation model: an integrated interdisciplinary team approach pre- and post-bariatric surgery at a veterans affairs (VA) medical center. *Surgery for Obesity and Related Diseases*, v. 13, n. 4, p. 600-606, 2017.

GALLÉ, Francesca et. al. An exercise-based educational and motivational intervention after surgery can improve behaviors, physical fitness and quality of life in bariatric patients. *PLoS ONE*, v. 15, n.10, e0241336, 2020. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33119658/ Acesso em: 23 set. 2025.

MARSHALL, S.; SMITH, J.; JOHNSON, P.; et al. Integrated interventions in obesity management: outcomes and adherence. *Journal of Obesity Management*, 2020. DOI: https://doi.org/10.1016/j.jom.2020.02.003. Acesso em: 23 set. 2025.

NASSIF, P. A. N.; MARCHINI, J. S.; ZAMBON, L.; et al. Experiência multidisciplinar no acompanhamento pré e pós-operatório de pacientes submetidos à cirurgia bariátrica. *Arquivos Brasileiros de Cirurgia Digestiva*, v. 24, n. 2, p. 102-106, 2011.

NEDER, C. Aspectos clínicos e cirúrgicos da obesidade mórbida. *Arquivos de Gastroenterologia*, v. 41, n. 1, p. 55-60, 2004.

PAJECKI, D.; SOUZA, T. F.; JACOB, C. E.; et al. Resultados metabólicos e perda ponderal após bypass gástrico em Y-de-Roux: análise de 247 pacientes. *Arquivos Brasileiros de Cirurgia Digestiva*, v. 33, n. 4, p. e1542, 2020.

RBONE. Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento. Transtorno da compulsão alimentar em candidatos à cirurgia bariátrica: implicações clínicas. *Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento*, v. 17, n. 107, p. 42-52, 2023. Disponível em: https://www.rbone.com.br/index.php/rbone/article/view/2193. Acesso em: 23 set. 2025.

SBCBM. Nutrição. Sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica e Metabólica. Disponível em: https://sbcbm.org.br/nutricao/. Acesso em: 21 set. 2025.

WANDERLEY, E. N.; FERREIRA, V. A. Obesidade: uma perspectiva plural. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 185-194, 2010.

ZANELLA, M. T.; FERREIRA, S. R. G. Obesidade e síndrome metabólica: uma abordagem clínica. *ComCiência*, n. 135, 2013. Disponível em: http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542013000100010. Acesso em: 23 set. 2025.

EFEITO DO MÉTODO PILATES SOBRE A PRESSÃO ARTERIAL AMBULATORIAL DE 24 HORAS - UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

NATHÁLIA SERAFIM PARIS; CLAUDIANA MARCELA SISTE CHARAL; WENDELL ARTHUR LOPES

Introdução: A hipertensão arterial (HA) é uma das principais causas de morbimortalidade cardiovascular, e a monitorização ambulatorial da pressão arterial (PA) de 24 horas (ABPM) é considerada o método mais preciso para sua avaliação. Estratégias não farmacológicas, como o exercício físico, são essenciais no controle da PA. Nesse cenário, o Método Pilates tem sido investigado como prática terapêutica segura e potencialmente eficaz em indivíduos com HA. **Objetivo**: Revisar as evidências disponíveis sobre os efeitos do Pilates na pressão arterial, com foco na monitorização ambulatorial de 24 horas, em indivíduos hipertensos. **Metodologia**: Foi realizada revisão bibliográfica de ensaios clínicos publicados entre 2015 e 2025. Incluíram-se estudos que avaliaram Pilates em comparação a condição controle ou outra modalidade de exercício. Foram extraídas informações sobre população, intervenções, comparadores, desfechos e principais resultados. A qualidade metodológica foi descrita conforme instrumentos utilizados nos estudos originais (PEDro e MINORS). **Resultados**: Cinco estudos foram incluídos, envolvendo principalmente mulheres hipertensas, pós-menopausa ou idosas. Os programas de Pilates variaram entre 12 e 16 semanas, com frequência de 2 a 3 sessões semanais, de aproximadamente 60 minutos cada. Enquanto os grupos controle não apresentaram mudanças relevantes, os grupos submetidos ao Pilates demonstraram reduções consistentes na PA clínica e ambulatorial. Em estudos que compararam Pilates ao exercício aeróbico, os efeitos foram semelhantes, sugerindo que o método pode ser tão eficaz quanto essa modalidade na redução da PA. Além disso, benefícios adicionais foram relatados, como melhora da força respiratória e da capacidade cardiorrespiratória. Embora estudos de efeitos agudos não tenham sido incluídos nesta revisão, eles podem contribuir futuramente para compreender respostas imediatas ao exercício. **Conclusão**: As evidências atuais indicam que o Método Pilates é seguro e eficaz para reduzir a pressão arterial em indivíduos hipertensos, especialmente quando avaliado pela ABPM. Contudo, a heterogeneidade das amostras e metodologias reforça a necessidade de novos ensaios clínicos randomizados, com maior rigor e comparações diretas com outras modalidades de exercício físico.

Palavras-chave: **HIPERTENSÃO; MONITORIZAÇÃO AMBULATORIAL DA PRESSÃO ARTERIAL; TERAPIA POR EXERCÍCIO**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/65340

ADAPTAÇÃO E VALIDAÇÃO DA ESCALA: READINESS FOR INTERPROFESSIONAL LEARNING SCALE (RIPLS) PARA PROFISSIONAIS DE SAÚDE

ANA KAROLINE DA SILVA CARVALHO; JULIANA OLLÉ MENDES

Introdução: A colaboração entre profissionais de saúde é fundamental para a complexidade crescente do setor. No entanto, a mensuração da disposição para a prática colaborativa representa um desafio, especialmente no Brasil, onde há uma carência de ferramentas validadas direcionadas a profissionais de saúde. **Objetivo:** Adaptar e validar o instrumento *Readiness for Interprofessional Learning Scale* (RIPLS) de 2015, para uso por profissionais de saúde. **Metodologia:** Estudo metodológico com abordagem quantitativa, realizado em 2017 com 296 participantes de 11 categorias profissionais de saúde, em hospital pediátrico de grande porte de Curitiba/Paraná. Para validação foram utilizadas as Análises Fatorial Exploratória e Confirmatória, Consistência interna com *alfa de* Cronbach, e Índices de Ajuste de Qualidade do Modelo - Raiz Quadrada Média do Erro de Aproximação (RMSEA), estatística *Goodness of Fit (*GFI), Índice de Ajuste Comparativo (CFI), Resíduo Quadrático Médio (RMR), Resíduo Quadrático Médio Padrão (SRMR) e Índice de Tucker Lewis (TLI). A pesquisa foi aprovada com o Parecer de nº 2.204.799. **Resultados**: A adaptação exigiu substituição dos termos “aprendizagem” e “estudantes” por “trabalho em equipe e/ou prática” e “profissionais”, respectivamente. O valor de *alfa de Cronbach* das dimensões foi de 0,83 para "Trabalho em Equipe e Colaboração", 0,848 para "Identidade Profissional" e 0,853 para "Atenção à Saúde Centrada no Paciente". Os índices de ajuste do modelo escolhido foram considerados apropriados, com RMSEA de 0,048 (parâmetro aceitável <0,1); GFI de 0,939 (referência entre 0 e 1, aceitável 0,9); CFI (referência com valor ≥ 0,9) foi 0,967; índice TLI, com valor alcançado de 0,96, similar ao CFI. Bons modelos têm RMR pequeno, sendo obtido o índice de 0,026. Por fim, o índice SRMR se obteve 0,045, com parâmetro entre 0 e 1, sendo considerados aceitáveis valores de corte perto de 0,08 ou menores. **Conclusão**: O estudo validou o instrumento RIPLS para uso por profissionais de saúde no Brasil, mantendo suas três dimensões originais com um número reduzido de 27 para 15 itens. Esta pesquisa é considerada original no país, preenchendo uma importante lacuna de ferramentas de avaliação sobre o trabalho em equipe na área da saúde.

Palavras-chave: **ESTUDOS DE VALIDAÇÃO; EQUIPE INTERDISCIPLINAR DE SAÚDE; EQUIPE DE CUIDADOS DE SAÚDE**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/65343

USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS: AÇÕES EDUCATIVAS DOMICILIARES PARA PACIENTES COM VULNERABILIDADE

JANIELLY SANTOS DA SILVA

Introdução: Uso racional de medicamentos é fundamental para garantir segurança, eficácia e adesão adequada aos tratamentos. No entanto, a automedicação e o uso inadequado de fármacos ainda representam desafios na saúde pública brasileira, especialmente em comunidades em situação de vulnerabilidade social, onde o acesso à informação é limitado e as práticas de armazenamento e administração de medicamentos nem sempre são adequadas. **Objetivo:** Relatar a experiência de visitas domiciliares realizadas por equipe multiprofissional para orientação aos pacientes domiciliados com estado de saúde vulnerável, quanto ao uso correto de medicamentos. **Relato de caso:** As atividades ocorreram entre os dias 26 de agosto a 22 de setembro de 2025, em casas de pacientes vulneráveis domiciliados, esses pacientes foram atendidos por uma Unidade de Saúde da Família no município de João Pessoa, Paraíba. A equipe multiprofissional, composta por médicos, enfermeiras, farmacêutica e agentes comunitários, realizou visitas domiciliares com foco no acompanhamento da administração de medicamentos prescritos e na orientação sobre seu uso adequado. Foram abordados temas como horários corretos, importância da adesão ao tratamento, cuidados no armazenamento e riscos da automedicação. Além disso, foram distribuídos materiais educativos em linguagem acessível para reforçar as informações. Durante as visitas, observou-se receptividade positiva da população, que demonstrou maior interesse em compreender as orientações recebidas. Destacaram-se relatos de mudanças de comportamento, como a redução da prática de automedicação e o descarte adequado de medicamentos vencidos. **Conclusão:** A experiência evidenciou que as visitas domiciliares constituem uma estratégia eficaz para promover o uso racional de medicamentos em comunidades vulneráveis. O contato direto entre equipe de saúde e usuários possibilitou maior vínculo, confiança e compreensão das orientações, contribuindo para a melhoria da adesão terapêutica e para a prevenção de riscos associados ao uso incorreto de medicamentos. A continuidade e ampliação dessas ações podem fortalecer a promoção da saúde e o cuidado integral em nível comunitário.

Palavras-chave: **ATENÇÃO PRIMARIA; EDUCAÇÃO EM SAÚDE; CUIDADO INTEGRAL A SAÚDE**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/65353

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA GESTÃO E ASSISTÊNCIA EM CENTRO CIRÚRGICO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

GEOVANA BRUSCHI PEREIRA; MARIA GABRIELA CORDEIRO ZAGO; EDILAINE MARAN

Introdução: O centro cirúrgico é um setor estratégico dos serviços de saúde, que exige organização minuciosa, integração multiprofissional e tomada de decisões rápidas para assegurar a eficácia dos processos e o cuidado seguro. Com vistas à segurança do paciente, a atuação do enfermeiro envolve competências gerenciais, assistenciais e educativas, e por isso é essencial o planejamento, a execução e a avaliação das atividades perioperatórias. Relatar experiências nesse ambiente contribui para a disseminação de práticas qualificadas e para a valorização do papel do enfermeiro como líder e articulador da equipe. **Objetivo:** Relatar a experiência de uma acadêmica de enfermagem sobre as atribuições gerenciais e assistenciais desempenhadas pelo enfermeiro supervisor, durante o estágio obrigatório em centro cirúrgico. **Relato de experiência:** A experiência no centro cirúrgico ocorreu durante o estágio curricular obrigatório do curso de Enfermagem, realizado em 2023, em um hospital filantrópico. A integração com o enfermeiro e a equipe de enfermagem possibilitou o envolvimento no planejamento da escala cirúrgica, conferência de materiais e equipamentos, controle de indicadores de qualidade e a implementação de protocolos de segurança do paciente. Evidenciou-se a liderança do enfermeiro nos processos de distribuição de tarefas e no acolhimento de pacientes e familiares, aspectos que reafirmam seu papel estratégico na coordenação da assistência e na humanização do cuidado. A participação em práticas voltadas à cirurgia segura, à prevenção de infecções e à gestão de recursos humanos demonstrou a relevância da comunicação efetiva e do trabalho em equipe como componentes essenciais da assistência perioperatória. A vivência reforçou a necessidade de conhecimento técnico-científico, habilidades de tomada de decisão e capacidade de gerenciar imprevistos, como atrasos de procedimentos ou falhas de equipamentos. **Conclusão:** Essa prática possibilitou reconhecer a amplitude da atuação do enfermeiro no centro cirúrgico, a qual transcende o cuidado direto ao paciente, abrangendo também funções de gestão e de educação permanente da equipe. O desenvolvimento de competências gerenciais é fundamental para garantir a qualidade da assistência e a segurança do paciente. O estágio contribuiu para o aprimoramento das habilidades de liderança, planejamento e comunicação, reforçando a relevância da formação prática na consolidação do perfil profissional do enfermeiro.

Palavras-chave: **PERIOPERATÓRIO; ENFERMAGEM; GESTÃO EM SAÚDE;**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/65356

ANÁLISE DE IMPRESSÕES DIGITAIS NA ORIENTAÇÃO ESPORTIVA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DAS POTENCIALIDADES NEUROMOTORAS

MARCKSON DA SILVA PAULA; NILBER SOARES RAMOS; WESLEY MASCARENHAS DOS SANTOS; RUDY JOSÉ NODÁRI JÚNIOR; ESTÉLIO HENRIQUE MARTIN DANTAS

RESUMO

A análise de impressões digitais (AID) vem sendo investigada como recurso complementar na detecção de talentos esportivos, uma vez que os desenhos formados pelas cristas papilares são geneticamente determinados, imutáveis e podem estar relacionados a capacidades neuromotoras específicas. O objetivo desta revisão sistemática foi identificar e sintetizar as evidências disponíveis sobre a associação entre padrões de impressões digitais e a seleção de atletas em diferentes modalidades. A busca foi realizada nas bases *PubMed*, *Scopus*, *Embase*, *Web of Science* e LILACS, entre fevereiro e março de 2025, seguindo as recomendações PRISMA e com protocolo registrado no PROSPERO (CRD420251009575). Foram identificados 586 artigos, dos quais 29 foram excluídos por duplicidade. Após aplicação dos critérios de elegibilidade, 25 estudos atenderam aos requisitos, totalizando 1.537 atletas. Os resultados mostraram que o futebol e o futsal foram as modalidades mais estudadas (44%), seguidos por atletismo, ginástica e voleibol. O método de Cummins e Midlo (1961) foi utilizado em 60% das pesquisas, enquanto metodologias informatizadas, como o método Salus®, foram aplicadas em 44% dos estudos. Em relação aos padrões encontrados, a presilha (L) foi predominante em 68% das análises, sendo associada à velocidade. O verticilo (W), identificado em 24% das amostras, foi vinculado à coordenação motora, enquanto o arco (A), menos frequente em 72% dos estudos e apresentou associação com a força. Além disso, em 88% dos estudos o somatório da quantidade total de linhas (SQTL) foi superior a 120, característica ligada à resistência aeróbica. Conclui-se que a AID constitui ferramenta objetiva e promissora para complementar os métodos tradicionais de avaliação esportiva, embora a heterogeneidade metodológica e a escassez de estudos longitudinais indiquem a necessidade de investigações adicionais para consolidar sua aplicabilidade prática.

Palavras-chave: Atletas; Dermatoglifia; Esportes.

1 INTRODUÇÃO

A busca por métodos objetivos de identificação de talentos esportivos é uma preocupação recorrente nas Ciências do Esporte. Tradicionalmente, a seleção de atletas baseia-se em observações empíricas de treinadores, importantes, mas marcadas pela subjetividade e pouca padronização (Borin *et al*., 2012). Esse contexto impulsiona o uso de ferramentas complementares que forneçam subsídios genéticos e biológicos para a orientação esportiva.

Entre elas, destaca-se a Análise de Impressões Digitais (AID), baseada nos desenhos formados pelas cristas papilares, geneticamente determinados, imutáveis e únicos em cada indivíduo, tornando-se potenciais indicadores de predisposições neuromotoras (Nodari Júnior *et al*., 2014). A literatura mostra que os padrões mais comuns — presilha (L), verticilo (W) e

DOI: 10.51161/iv-conpeds/65389

arco (A) — relacionam-se a diferentes capacidades: presilha à velocidade, verticilo à coordenação motora e arco à força (Zavorski *et al*., 2022; Tappar *et al*., 2019).

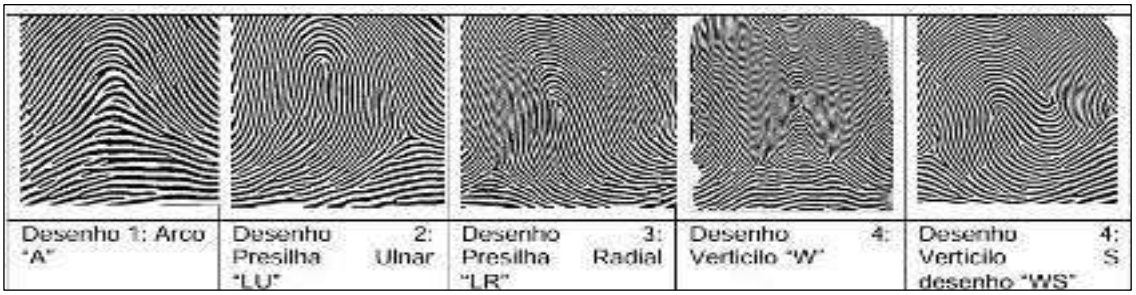


Figura 1. Padrões de impressões digitais
Fonte: Zavorski *et al*. (2022).

Além dos padrões de impressões digitais, outra variável analisada é o somatório da quantidade total de linhas (SQTL), associado a diferentes capacidades neuromotoras. Valores entre 0 e 120 relacionam-se a força pura, força explosiva, resistência de velocidade e agilidade; já entre 125 e 200 indicam predisposição para coordenação, resistência aeróbica e resistência muscular localizada (Nodari Júnior; Fin, 2016). Esses achados reforçam o potencial da AID na estimativa do perfil neuromotor de atletas.

Embora amplamente aplicada em áreas como criminalística e genética, a AID no esporte é recente e ainda em expansão. O método clássico de Cummins e Midlo (1961) é eficaz, mas exige tinta, papel, lupa e avaliadores treinados. Mais recentemente, tecnologias informatizadas — como leitores biométricos e *softwares*, a exemplo do Salus® — têm ampliado a precisão, confiabilidade e agilidade da coleta e análise (Nodari Júnior; Fin; De Jesus, 2024).

Nesse contexto, a presente revisão sistemática buscou identific'ar, na literatura, as relações entre a análise de impressões digitais e a seleção de atletas em diferentes modalidades, sintetizando as evidências e discutindo as potencialidades neuromotoras associadas.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A revisão sistemática foi conduzida conforme as diretrizes PRISMA (Page et al., 2021) e o *Cochrane Handbook* (Higgins *et al*., 2024), com protocolo registrado no PROSPERO (CRD420251009575). A busca, estruturada pelo acrônimo PCC (P: População, C: Conceito, C: Contexto) (Peters *et al*., 2020), incluiu atletas, dermatoglifia e esportes, realizada nas bases *PubMed*, *Embase*, *Web of Science*, *Scopus* e LILACS entre fevereiro e março de 2025, com uso de DeCs/MeSH e operadores *booleanos*, sem restrição de idioma.

Foram incluídos estudos com atletas profissionais ou amadores, de ambos os sexos, saudáveis ou com limitações motoras, que analisaram impressões digitais pelos métodos de Cummins e Midlo ou de Nodari Júnior *et al*., investigando relações entre AID e capacidades neuromotoras. Excluíram-se esportistas recreativos, revisões, cartas, resumos, estudos não revisados por pares, com animais, incompletos, indivíduos com patologias e publicações anteriores a 2015.

A seleção foi realizada por dois revisores no *Rayyan* (Ouzzani *et al*., 2016), com consenso ou terceiro avaliador em caso de discordância. A extração registrou identificação, métodos, desfechos (padrões de ID e associações neuromotoras) e resultados. Dados ausentes sobre sexo ou idade foram mantidos como "não informados" (NI) quando não obtidos junto aos autores.

A qualidade metodológica foi avaliada pelo instrumento do *Joanna Briggs Institute* (Moola *et al*., 2020). A síntese foi descritiva, considerando frequência e distribuição dos padrões de ID, somatório de linhas e número de deltas, agrupados por população, idade e sexo.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/65389

Estudos com dados incompletos foram incluídos apenas na síntese qualitativa, sem meta-análise devido à variabilidade metodológica.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram identificados 586 estudos, dos quais 29 duplicados foram excluídos, resultando em 557 artigos; ao final, 25 estudos transversais foram incluídos, sendo 14 provenientes de busca manual. A maioria foi conduzida na Colômbia (40%) e Brasil (28%). As modalidades mais analisadas foram Futebol/Futsal (44%), Atletismo (12%), Voleibol e Ginástica (8% cada), além de outras modalidades com menor frequência.

Os protocolos clássicos de Cummins e Midlo predominaram (1961: 60%; 1942: 28%; 1943: 8%), enquanto métodos de Nodari Júnior *et al*. foram empregados em 44% dos estudos, e apenas um utilizou Hernández-Mosqueira *et al*. (2023). O padrão presilha (L) foi o mais frequente (68%), seguido do verticilo (W, 24%) e do arco (A, menos presente em 72% dos estudos). Quanto ao SQTL, 88% das pesquisas apresentaram médias acima de 120 linhas.

Na avaliação metodológica, 44% dos estudos alcançaram 7 pontos, 48% tiveram 6 pontos e 8% obtiveram 5 pontos. De modo geral, a AID mostrou-se prática e confiável na identificação de potencialidades individuais (Nodari Júnior; Fin; De Jesus, 2024), embora divergências tenham sido atribuídas a diferentes métodos de análise (Alberti *et al*., 2018; Borin *et al*., 2012).

Esportes cíclicos

Atletismo: observou-se predomínio do padrão presilha (L), especialmente LR, associado à velocidade (VEL) e força explosiva (FOR EXP). O verticilo (W) relacionou-se à coordenação motora (COORD MOT) e agilidade (AGL), enquanto o arco (A) foi raro. Valores baixos de SQTL e D10 indicaram menor resistência (RES). A maioria dos estudos utilizou o método informatizado Salus® (Sánchez Rodríguez; Rodríguez Buitrago, 2017; Chapa-Guadiana *et al*., 2022).

Ultramaratona e *Crossfit*: atletas de ultramaratona apresentaram SQTL e D10 elevados, indicando RES e COORD MOT, com baixos valores de A (FOR). Em contraste, atletas de *Crossfit* mostraram menores SQTL e maior A, sugerindo maior FOR e potência (POT) (Gastélum-Cuadras *et al*., 2023).

Remo e Canoagem: houve maior predomínio de L e W e menor A, associados a VEL, POT e COORD MOT (Abad-Colil *et al.*, 2015; Fernández-Aljoe; García-Fernández; Gastélum-Cuadras, 2020).

Patinação: esportes de RES apresentaram maiores valores de L, W, D10 e SQTL, enquanto esportes de VEL tiveram menor W, D10 e SQTL, porém maior L e A, indicando menor RES e COORD MOT e maior VEL e FOR.

Ginástica: predominou o padrão W, correlacionando-se com COORD MOT e AGL, e maior SQTL, refletindo RES. Atletas aeróbicos apresentaram W (73,8%) e D10/SQTL elevados; atletas anaeróbicos apresentaram L (74,7%) e menores D10/SQTL, indicando VEL, COORD MOT e RES (Hernández-Mosqueira *et al.*, 2022; Núñez Morales *et al*., 2025).

Golfe: predomínio de LR e altos SQTL no grupo experimental, reforçando a precisão do método informatizado Salus® (Nodari Júnior *et al*., 2020).

Esportes de tempo e marca terrestre: observou-se predomínio de W (63,3%), indicando RES, COORD MOT e POT, enquanto L foi menor (25,83%) (Ramos Parraci *et al*., 2022).

Esportes acíclicos

Crossfit e Ultramaratona: observou-se contraste entre a predisposição à força/potência (FOR/POT) nos atletas de *Crossfit* e à resistência/coordenação motora (RES/COORD MOT) nos ultramaratonistas, refletido nos diferentes padrões de ID's (Gastélum-Cuadras *et al*., 2023).

Tênis de mesa e Ginástica rítmica/artística: atletas do grupo aeróbico (AER) apresentaram predomínio do padrão W e maiores valores de D10 e SQTL, indicando

DOI: 10.51161/iv-conpeds/65389

predisposição à RES e COORD MOT. Atletas do grupo anaeróbico (ANAER) apresentaram predomínio do padrão L e menores D10 e SQTL, refletindo predisposição à VEL e FOR. Genes ACTN3 e ECA mostraram associação com essas capacidades (Hernández-Mosqueira *et al*., 2022).

Esportes de arte e precisão (EAP), com bola e raquete (EBR) e de combate (EC): houve predominância do padrão W, indicando alta coordenação motora (COORD MOT) e potência (POT), confirmada pelos testes de salto. Entretanto, poucos estudos apresentaram resultados detalhados por modalidade (Ramos Parraci *et al*., 2022).

Esportes coletivos

Futebol/Futsal: predominância do padrão L, indicando maior velocidade (VEL), e baixa presença do padrão A, associado à força (FOR), com variações por posição: atacantes e alas apresentaram maiores valores de D10 e SQTL, refletindo maior resistência (RES) e coordenação motora (COORD MOT), enquanto goleiros e zagueiros demonstraram maior FOR (Rodríguez Arrieta; Montenegro Arjona; Petro Soto, 2017; Oliveira *et al*., 2018; Nodari Júnior *et al*., 2022).

Voleibol: elevados valores de D10 e SQTL indicam predomínio de COORD MOT e RES; as fórmulas LW nas ID's estão associadas à VEL e potência (POT), havendo correlação com o consumo máximo de oxigênio (VO2 máx) (Montoya Monroy *et al*., 2019).

Basquete: pivôs apresentaram maior presença do padrão A (FOR), pontas demonstraram maior VEL, COORD MOT, agilidade (AGL) e RES, enquanto armadores apresentaram maior COORD MOT (Donoso Cortés *et al*., 2022).

Padel: predominância do padrão A e fórmulas ALW/L>W, refletindo FOR EXP, VEL e RES, com resultados semelhantes entre os lados direito e esquerdo da quadra (Friedrich et al., 2017).

Esportes coletivos em geral: predominância do padrão W indica elevada COORD MOT e predisposição à POT; entretanto, há divergências quanto à predominância de L em esportes com bola, como futebol e handebol, indicando maior VEL (Rodríguez Arrieta; Montenegro Arjona; Petro Soto, 2017; Ramos Parraci *et al*., 2022).

Crossfit e Ultramaratona: contraste entre predisposição à FOR/POT nos atletas de *Crossfit* e RES/COORD MOT nos ultramaratonistas, refletido em diferentes padrões de ID's (Gastélum-Cuadras *et al.*, 2023).

Tênis de mesa e Ginástica rítmica/artística: atletas aeróbicos (AER) apresentaram predomínio de W e maiores D10 e SQTL, indicando RES e COORD MOT; atletas anaeróbicos (ANAER) predominaram em L e menores D10 e SQTL, refletindo VEL e FOR. Genes ACTN3 e ECA mostraram associação com essas capacidades (Hernández-Mosqueira *et al*., 2022).

Esportes de arte e precisão (EAP), com bola e raquete (EBR) e de combate (EC): Predominância do padrão W indica alta COORD MOT e POT, confirmada pelos testes de salto; poucos estudos detalharam os resultados por modalidade (Ramos Parraci *et al*., 2022).

Limitações: predomínio de futebol/futsal, amostras não aleatórias, desenhos transversais, heterogeneidade metodológica, ausência de dados por sexo/idade, interpretação exploratória das associações e não inserção de literatura cinzenta.

Aplicações práticas: a AID permite identificar capacidades neuromotoras e direcionar atletas para modalidades compatíveis com sua predisposição a determinadas capacidades neuromotoras, evitando desperdício de talentos. Apesar dos avanços tecnológicos, apenas 44% dos estudos utilizaram métodos informatizados (Salus®), mais precisos e rápidos que o método tradicional (Fernández-Aljoe; García-Fernández; Gastélum-Cuadras, 2020).

4 CONCLUSÃO

A análise de impressões digitais revelou-se uma ferramenta promissora e complementar para a seleção esportiva, relacionando padrões de impressões digitais específicos às

DOI: 10.51161/iv-conpeds/65389

capacidades neuromotoras. A predominância desses padrões em diferentes modalidades reforça seu potencial como instrumento científico para orientação esportiva. Contudo, ainda são necessários estudos longitudinais, padronização metodológica, ampliação das modalidades analisadas e integração com outras avaliações da individualidade biológica para consolidar a AID como ferramenta robusta no desenvolvimento de atletas.

REFERÊNCIAS

ABAD-COLIL, F. A.; HERNÁNDEZ-MOSQUEIRA, C.; FERNANDES FILHO, J. Dermatoglifia, fuerza máxima y rendimiento ergométrico en seleccionados chilenos de remo. **Revista Horizontes de Ciencias de la Actividad Física**, v. 6, p. 7-13, 2015. Disponível em: https://revistahorizontecaf.ulagos.cl/index.php/revhorizonte/article/view/2708/3646. Acesso em: 24 set. 2025.

ALBERTI, A.; FIN, G.; GOMES DE SOUZA VALE, R.; SOARES, B. H.; NODARI JÚNIOR, R. J. Dermatoglifia: as impressões digitais como marca característica dos atletas de futsal feminino de alto rendimento do Brasil. *RBFF - Revista Brasileira de Futsal e Futebol*, v. 10, n. 37, p. 193-201, 2018. Disponível em: https://www.rbff.com.br/index.php/rbff/article/view/575. Acesso em: 24 set. 2025.

BORIN, J. P.; PADOVANI, C. R.; ARAGON, F. F.; GONÇALVES, A. Dermatoglyphics in sports sciences: Understanding the distribution of quantitative indicators in non-athletes and athletes of basketball according to their performance. **Revista Andaluza de Medicina del Deporte**, v. 5, n. 3, p. 99–104, 2012. DOI: https://doi.org/10.1016/S1888-7546(12)70015-1.

CHAPA-GUADIANA, D.; CEBALLOS-GURROLA, O.; GASTÉLUM-CUADRAS, G.; PÉREZ-GARCÍA, J. A.; VALADEZ-LIRA, J. A.; OCHOA-AHMED, F. Perfil dermatoglífico y cualidades físicas predominantes en atletas mexicanos universitarios: estudio exploratorio. **Revista Internacional de Medicina y Ciencias de la Actividad Física y del Deporte**, v. 22, n. 87, p. 551–563, 2022. DOI: https://doi.org/10.15366/rimcafd2022.87.008.

CUMMINS, H.; MIDLO, C. H. **Finger prints, palms and soles: An introduction to dermatoglyphics.** New York: Dover Publications, 1961.

DE JESUS, J. A.; MÜLLER, F. C.; ZANONI, E. M.; ALBERTI, A.; SOUZA, R.; SOARES, B. H.; GRIGOLLO, L. R.; BARETTA, E.; COPATTI, S. L.; CEZAR, M. A.; KUIPERS, A.; LAUX, R. C.; NODARI JÚNIOR, R. J. Dermatoglifia: características observadas em atletas de futebol de rendimento por posição em campo. *RBFF* – **Revista Brasileira de Futsal e Futebol**, v. 11, n. 46, p. 597-604, 2020. Disponível em: https://www.rbff.com.br/index.php/rbff/article/view/838.

DONOSO CORTÉS, W., CASTRO JIMÉNEZ, L., ARGÜELLO GUTIÉRREZ, Y., GÁLVEZ PARDO, A., & MELO BUITRAGO, P. (2022). Dermatoglifia y fuerza muscular en deportistas de baloncesto universitario. **Revista Ciencias de la Actividad Física UCM**, 23(1), enero-junio, 1–9. https://doi.org/10.29035/rcaf.23.1.9

FERNÁNDEZ-ALJOE, R.; GARCÍA-FERNÁNDEZ, D. A.; GASTÉLUM-CUADRAS, G. La dermatoglifia deportiva en América en la última década: una revisión sistemática (Sports dermatoglyphics in America in the last decade: A systematic review). **Retos Digital**, v. 38, p. 831–837, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.47197/retos.v38i38.76459.

FRIEDRICH, E. F.; BRASILINO, F. F.; MORALES, P. J. C. Profile dermatogliphy of professional paddle players of Brazil. **The FIEP Bulletin**, v. 87, n. I, p. 399–402, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.16887/87.a1.101. Acesso em: 24 set. 2025.

GASTÉLUM-CUADRAS, G.; VALENZUELA-JURADO, F.; LÓPEZ-ALONZO, S. J.; CHÁVEZ-ERIVES, A. I.; FERNANDEZ ALJOE, R. Perfil dermatoglífico y potencialidades físicas de niñas de gimnasia artística de competencia: comparación con no gimnastas. **Revista Andaluza de Medicina del Deporte**, v. 14, n. 1, p. 13–16, 2020. DOI: https://doi.org/10.33155/j.ramd.2020.04.001.

GASTÉLUM-CUADRAS, G.; ENRIQUEZ-DEL CASTILLO, L. A.; VALENZUELA-JURADO, F.; PEÑA, V. O.; CANTÚ, R. J. C.; NODARI-JÚNIOR, R. J. Dermatoglyphic profiles of competitive athletes: Crossfit and ultramarathon. **International Journal of Morphology**, v. 41, n. 6, p. 1673-1678, 2023. DOI: http://dx.doi.org/10.4067/S0717-95022023000601673

HERNÁNDEZ-MOSQUEIRA, C.; CRESP BARRÍA, M.; PEÑA-TRONCOSO, S.; PAVEZ-ADASME, G. Perfil dermatoglífico de seleccionados chilenos de básquetbol categoría sub 14 (Dermatoglyphic profile of Chilean basketball teams category sub 14). **Retos**, v. 48(2017), p. 630–636, 2023. https://doi.org/10.47197/retos.v48.96101

HIGGINS, J. P. T., THOMAS, J., CHANDLER, J., CUMPSTON, M., LI, T., PAGE, M. J., & WELCH, V. A. (Eds.). (2024). **Cochrane handbook for systematic reviews of interventions** (Version 6.5). Cochrane. https://www.training.cochrane.org/handbook
MONTOYA MONROY, J. S., CASTRO JIMÉNEZ, L. E., MELO BUITRAGO, P. J., & ARGÜELLO GUTIÉRREZ, Y. P. (2019). Dermatoglifia dactilar y su relación con el consumo máximo de oxígeno en integrantes del equipo de voleibol femenino de la Universidad Santo Tomás. **Movimiento Científico**, 13(1), 23–30.

MOOLA, S.; MUNN, Z.; TUFANARU, C.; AROMATARIS, E.; SEARS, K.; SFETCU, R.; CURRIE, M.; QURESHI, R.; MATTIS, P.; LISY, K.; MU, P.-F. Chapter 7: Systematic reviews of etiology and risk. In: AROMATARIS, E.; MUNN, Z. (eds.). JBI Manual for Evidence Synthesis. **JBI**, 2020. Disponível em: https://synthesismanual.jbi.global.

NODARI JÚNIOR, R. J.; FIN, G. **Dermatoglifia: impressões digitais como marca genética e de desenvolvimento fetal**. Joaçaba: Editora Unoesc, 2016.

NODARI JÚNIOR, R. J.; VALE, R. G. DE S.; ALBERTI, A.; SOUZA, R.; FIN, G.; DANTAS, E. H. M. Dermato-glyphic traits of Brazilian golfers. **Journal of Physical Education**, v. 31, n. 1, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.4025/jphyseduc.v31i1.3103.

NODARI JÚNIOR, R. J.; FIN, G.; DE JESUS, J. A**. Individualidade biológica: As impressões digitais nos esportes e na saúde.** São Paulo: Editora Dialética, 2024.

NODARI-JÚNIOR, R. J.; HEBERLE, A.; FERREIRA-EMYGDIO, R.; KNACKFUSS, M. I. Dermatoglyphics: Correlation between software and traditional method in kineanthropometric application. **Revista Andaluza de Medicina del Deporte**, v. 7, n. 2, p. 60–65, 2014. DOI: https://doi.org/10.1016/S1888-7546(14)70063-2.

NÚÑEZ MORALES, V. E.; SANDOVAL CIFUENTES, Á. A.; VILLARREAL ÁNGELES, M. A. Análisis correlacional del perfil dermatoglífico y la potencia del equipo gimnasia artística femenino departamento del Tolima en Colombia. **Retos**, v. 70, p. 870–881, 2025. https://doi.org/10.47197/retos.v70.109364

OLIVEIRA, G. L. de; OLIVEIRA, T. A. P. de; VALENTIM-SILVA, J. R.; FERNANDES FILHO, J. Dermatoglyphic profile and body composition of athletes from the Brazilian five-a-side national football team. **International Journal of Sports Science**, v. 8, n. 3, p. 78-82, 2018. DOI: https://doi.org/10.5923/j.sports.20180803.02.

OUZZANI, M.; HAMMADY, H.; FEDOROWICZ, Z.; ELMAGARMID, A. Rayyan—a web and mobile app for systematic reviews. **Systematic Reviews**, v. 5, p. 210, 2016. DOI: https://doi.org/10.1186/s13643-016-0384-4.

PAGE, M. J.; MCKENZIE, J. E.; BOSSUYT, P. M.; BOUTRON, I.; HOFFMANN, T. C.; MULROW, C. D.; et al. The PRISMA 2020 statement: An updated guideline for reporting systematic reviews. **BMJ**, v. 372, n. 71, 2021. DOI: https://doi.org/10.1136/bmj.n71.

PETERS, M. D. J.; GODFREY, C. M.; MCINERNEY, P.; MUNN, Z.; TRICCO, A. C.; KHALIL, H. Chapter 11: Scoping Reviews (2020 version). In: AROMATARIS, E.; MUNN, Z. (Eds.). **JBI Manual for Evidence Synthesis**. Joanna Briggs Institute, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.46658/JBIMES-20-12.

RAMOS PARRACI, C. A.; PATIÑO-PALMA, B. E.; WHEELER-BOTERO, C. Á. Marcadores dermatoglíficos y su relación con el perfil neuromuscular en deportistas colombianos de alto rendimiento (Dermatoglyphic markers and their relationship with the neuromuscular profile in Colombian high-performance athletes). **Retos Digital**, v. 46, p. 597–603, 2022. https://doi.org/10.47197/retos.v46.93899

RODRÍGUEZ ARRIETA, A. N., MONTENEGRO ARJONA, O. A., & PETRO SOTO, J. L. (2017). Perfil dermatoglífico y condición física de jugadores adolescentes de futbol. **Educación Física y Ciencia**, 19(2), e038. https://doi.org/10.24215/23142561e038

SÁNCHEZ RODRÍGUEZ, D. A.; RODRÍGUEZ BUITRAGO, A. Perfil de las características dermatoglifias dactilares, de composición corporal y del nivel de fuerza explosiva de atletas de semifondo. **Revista Digital: Actividad Física y Deporte**, v. 3, n. 2, 2017. DOI: https://doi.org/10.31910/rdafd.v3.n2.2017.368.

TAPPAR, D.; SOARES, B. H.; ALBERTI, A.; NODARI JÚNIOR, R. J.; DE JESUS, J. A. Relação existente sobre as capacidades físicas demarcadas, por meio da dermatoglifia nas séries bronze, prata e ouro do Futsal gaúcho e Liga Nacional por posição tática de jogo. **RBFF – Revista Brasileira de Futsal e Futebol**, v. 11, n. 44, p. 328-336, 2019. Disponível em: https://www.rbff.com.br/index.php/rbff/article/view/781.

ZAVORSKI, E. B.; ZANONI, E. M.; BUENO, L. J. R.; SILVA, L. J. H. P.; PAGLIA JÚNIOR, L. V.; CHINATO, J. M. C.; DE JESUS, J. A.; NODARI JÚNIOR, R. J. Dermatoglifia: impressões digitais como marca característica de jovens jogadores de futebol de acordo com sua posição de jogo e categoria. **RBFF – Revista Brasileira de Futsal e Futebol**, v. 14, n. 58, p. 348-359, 2022. Disponível em: https://www.rbff.com.br/index.php/rbff/article/view/1277

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA CRIANÇAS E JOVENS NO CONTEXTO ESCOLAR

MIRELA TAVARES BATISTA; ISABEL VANESSA DE ASSIS SILVA; LUCELIA DUARTE DE OLIVEIRA ANDRADE; ANDREIA ANTUNES DA SILVA MARCELINO; LUCIANE RODRIGUES DE OLIVEIRA

Introdução: A educação em saúde no ambiente escolar é uma ferramenta essencial para promover hábitos saudáveis, prevenir doenças e formar cidadãos conscientes. Crianças e jovens estão em fase de desenvolvimento físico, emocional e social, o que torna a escola um espaço estratégico para disseminar conhecimentos sobre saúde, higiene, alimentação, sexualidade, saúde mental e prevenção de riscos. **Objetivo:** Investigar e destacar a relevância da educação em saúde no contexto escolar, analisando seus impactos na formação de atitudes, comportamentos e conhecimentos entre crianças e adolescentes. **Metodologia:** A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica de artigos científicos, documentos oficiais do Ministério da Saúde e da Educação, além de observações em escolas públicas e privadas. Foram aplicados questionários a professores e alunos do ensino fundamental e médio para avaliar o nível de conhecimento e práticas relacionadas à saúde. **Resultados:** A maioria dos alunos demonstrou interesse por temas de saúde quando abordados de forma lúdica e interativa. Escolas que possuem projetos contínuos de educação em saúde apresentaram menor incidência de problemas como bullying, má alimentação e desinformação sobre sexualidade. Professores relataram que a integração entre saúde e educação melhora o desempenho escolar e fortalece vínculos afetivos. **Conclusão:** A educação em saúde no ambiente escolar é fundamental para o desenvolvimento integral de crianças e jovens. Ela contribui para a construção de uma cultura de prevenção, autocuidado e respeito ao corpo e ao outro. Investir em ações educativas de saúde nas escolas é investir em uma sociedade mais saudável, informada e consciente, fortalecendo sua autonomia e capacidade de tomar decisões responsáveis ao longo da vida.

Palavras-chave: **INFORMAÇÕES; SEXUALIDADE; AMBIENTE ESCOLAR;**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/65402

DOENÇAS NEURODEGENERATIVAS E MODULAÇÃO GABAÉRGICA: POTENCIAL TERAPÊUTICO DO ÁCIDO IBOTÊNICO E DO MUSCIMOL DE AMANITA MUSCARIA

NEWTON DE OLIVEIRA CUNHA JÚNIOR; HELENA FERNANDEZ; OLGA TAKACHI; BEATRIZ CABALLERO

Introdução: As doenças neurodegenerativas, como Alzheimer, Parkinson e esclerose múltipla, são condições progressivas que causam perda de funções cognitivas e motoras devido à degeneração neuronal. Essas doenças estão associadas à disfunção do sistema nervoso central, com a redução de neurotransmissores essenciais e danos nas células nervosas. A modulação da excitabilidade neuronal pode ser uma abordagem terapêutica para mitigar esses efeitos, e compostos como o ácido ibotênico e o muscimol, presentes na Amanita muscaria, têm despertado interesse científico por sua ação sobre o sistema GABAérgico, com potencial terapêutico. **Objetivo:** Este estudo tem como objetivo analisar os efeitos dos compostos ativos da Amanita muscaria, como o muscimol, sobre doenças neurodegenerativas, investigando seu potencial terapêutico e os riscos associados. Serão discutidos os mecanismos bioquímicos envolvidos e como a modulação do sistema GABAérgico pode influenciar o tratamento de doenças como Alzheimer, Parkinson e esclerose múltipla. **Metodologia:** A pesquisa baseia-se na revisão de estudos científicos que investigam a composição bioquímica da Amanita muscaria, especialmente os compostos ácido ibotênico e muscimol, e sua interação com o sistema nervoso central. Foram analisados dados sobre os efeitos desses compostos em doenças neurodegenerativas, com foco nos mecanismos de ação no sistema GABAérgico e nos efeitos terapêuticos e adversos observados em modelos experimentais e humanos. **Resultados:** Os compostos da Amanita muscaria demonstraram potencial para regular a excitabilidade neuronal, com o muscimol sendo um potente agonista dos receptores GABA-A. Em doenças como Alzheimer, Parkinson e esclerose múltipla, essa modulação pode ajudar a restaurar o equilíbrio entre os neurotransmissores excitatórios e inibitórios, aliviando sintomas como perda de memória, tremores e espasticidade. No entanto, o ácido ibotênico, se ingerido em grandes quantidades, pode levar a efeitos tóxicos, como convulsões, delírios e até morte, o que representa um risco significativo. **Conclusão:** Embora a Amanita muscaria e seus compostos ativos mostrem um grande potencial terapêutico, especialmente no tratamento de doenças neurodegenerativas, os riscos associados ao seu consumo não podem ser ignorados. O muscimol tem um efeito promissor na modulação do sistema GABAérgico, mas seu uso clínico deve ser cuidadosamente controlado. Mais pesquisas são necessárias para entender plenamente os efeitos terapêuticos e desenvolver formas seguras.

Palavras-chave: **NEURODEGENERATIVO; GABA; SEDATIVO-HIPNÓTICO**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/65432

MUSCARINA E FUNÇÃO NEUROLÓGICA: PERSPECTIVAS TERAPÊUTICAS EM DOENÇAS NEURODEGENERATIVAS

NEWTON DE OLIVEIRA CUNHA JÚNIOR; HELENA FERNANDEZ; OLGA TAKACHI; BEATRIZ CABALLERO

Introdução: A muscarina é um alcaloide natural presente em fungos dos gêneros *Inocybe* e *Clitocybe*, responsável por efeitos relevantes no sistema nervoso central e periférico. Sua ação ocorre pela ativação dos receptores muscarínicos, uma classe de receptores colinérgicos envolvidos em processos fisiológicos essenciais. Apesar de ser historicamente associada a episódios de intoxicação, a muscarina tem despertado interesse científico por seu potencial terapêutico em doenças neurológicas, especialmente as de caráter neurodegenerativo, como Alzheimer e Parkinson. Assim, este estudo analisa as propriedades da muscarina, seus efeitos sobre a saúde neurológica e possíveis aplicações clínicas. **Objetivo:** O presente artigo tem como objetivo investigar os efeitos da muscarina sobre o sistema nervoso, discutindo suas implicações na saúde neurológica, os riscos associados ao seu uso e seu potencial terapêutico em doenças neurodegenerativas. **Metodologia**: Trata-se de uma revisão de literatura baseada em artigos científicos que abordam tanto a toxicidade da muscarina quanto seus potenciais benefícios terapêuticos. Foram analisados estudos referentes à interação da muscarina com os receptores muscarínicos, à modulação da neurotransmissão colinérgica e aos resultados obtidos em modelos experimentais e clínicos. Também foram considerados avanços no desenvolvimento de agonistas seletivos para diferentes subtipos de receptores muscarínicos. **Resultados:** A muscarina interage com cinco subtipos de receptores muscarínicos, provocando efeitos fisiológicos como bradicardia, aumento da secreção glandular e contração muscular. Casos de intoxicação ocorrem principalmente por ingestão de cogumelos, resultando em sintomas como náuseas, sudorese intensa e convulsões em situações graves. Contudo, estudos apontam que, em doenças neurodegenerativas, a modulação colinérgica pode favorecer a função cognitiva, visto que a disfunção deste sistema é central em condições como Alzheimer. Evidências sugerem que a muscarina reforça a atividade sináptica e contribui para a melhora da memória, ainda que sua ativação excessiva possa gerar efeitos adversos. **Conclusão:** Embora reconhecida por sua toxicidade, a muscarina apresenta potencial terapêutico no tratamento de doenças neurológicas. A modulação seletiva de receptores muscarínicos representa uma alternativa promissora para restaurar a função cognitiva e reduzir sintomas neurodegenerativos. Entretanto, são necessários estudos adicionais para garantir segurança e eficácia clínica.

Palavras-chave: **PILOCARPINA; RECETORES MUSCARÍNICOS; ESGOTAMENTO CELULAR**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/65433

UTILIZAÇÃO DE NANODOSES DE AMANITA MUSCARIA NO TRATAMENTO DE DOENÇAS NEURODEGENERATIVAS

NEWTON DE OLIVEIRA CUNHA JÚNIOR; OLGA TAKACHI; BEATRIZ CABALLERO; HELENA FERNANDEZ

Introdução: O tratamento de doenças neurodegenerativas, como Alzheimer e Parkinson, continua a representar um desafio, considerando-se as limitações das terapias disponíveis. Nesse contexto, tem crescido o interesse por abordagens alternativas, entre as quais se destaca o uso de nanodoses de *Amanita muscaria*, cogumelo psicoativo que contém compostos bioativos como muscimol e ácido ibotênico. A administração de nanodoses busca explorar os efeitos terapêuticos dessas substâncias, ao mesmo tempo em que reduz os riscos associados a doses convencionais. Este artigo analisa os mecanismos de ação desses compostos e suas potenciais aplicações no manejo de doenças neurodegenerativas. **Objetivo:** Este trabalho tem como objetivo investigar o potencial terapêutico das nanodoses de *Amanita muscaria* no tratamento de doenças neurodegenerativas, com ênfase nos efeitos do muscimol e do ácido ibotênico sobre a neuroproteção e a função cognitiva, destacando as vantagens do uso de doses extremamente baixas. **Metodologia**: Trata-se de uma revisão de literatura que contempla estudos sobre os efeitos farmacológicos do muscimol e do ácido ibotênico, com foco em suas interações com os sistemas neurotransmissores GABA e glutamato. Foram avaliadas publicações que abordam tanto os riscos quanto os benefícios associados à administração em nanodoses, bem como suas implicações clínicas em modelos experimentais e contextos de doenças neurodegenerativas. **Resultados:** A literatura indica que o muscimol, como agonista dos receptores GABA, pode reduzir a excitotoxicidade, favorecendo a neuroproteção. Já o ácido ibotênico está relacionado à modulação da plasticidade sináptica, essencial para a manutenção da função cognitiva. Evidências sugerem que as nanodoses promovem equilíbrio neuroquímico, oferecendo benefícios semelhantes ou superiores aos das doses tradicionais, com menor risco de efeitos colaterais adversos. **Conclusão:** As nanodoses de *Amanita muscaria* apresentam potencial promissor como estratégia terapêutica em doenças neurodegenerativas. A modulação das vias colinérgicas e gabaérgicas por meio de compostos como muscimol e ácido ibotênico pode contribuir para a melhoria da função cognitiva e da neuroproteção. Contudo, são necessários estudos adicionais e ensaios clínicos para confirmar a segurança, eficácia e aplicabilidade dessa abordagem em contextos clínicos.

Palavras-chave: **MICRODOSAGENS; AGARICUS MUSCARIUS; ESGOTAMENTO CELULAR;**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/65436

ASSOCIAÇÃO ENTRE DISFUNÇÕES MUSCULOESQUELÉTICAS E FATORES PSICOSSOCIAIS EM POLICIAIS MILITARES: UM ESTUDO TRANSVERSAL

WESLEY MASCARENHAS DOS SANTOS; MARCKSON DA SILVA PAULA; GUSTAVO FELÍCIO TELLES; ARTHUR DE SÁ FERREIRA; LUCIANA CREPALDI LUNKES

RESUMO

A atividade policial militar é caracterizada por elevadas demandas físicas e psicológicas, frequentemente associadas a condições musculoesqueléticas (CME), distúrbios do sono e sofrimento psíquico. Este estudo teve como objetivo verificar a associação entre CME e fatores psicossociais em policiais militares do estado do Rio de Janeiro. Trata-se de um estudo observacional transversal, envolvendo 73 policiais militares ativos, com idade média de 42,16 ± 6,28 anos, sendo 67,12% do sexo masculino. Foram aplicados instrumentos validados em português: Questionário Nórdico de Sintomas Osteomusculares (QNSO), Escala de Depressão, Ansiedade e Estresse (DASS-21), WHOQOL-BREF, *Mini Sleep Questionnaire* (MSQ) e Questionário Internacional de Atividade Física (IPAQ). A prevalência de CME nos últimos 12 meses foi de 78,08%, com maior acometimento em regiões lombares (53,42%), parte superior das costas (42,46%), ombros (38,35%), pescoço (38,35%), tornozelos/pés (36,98%) e joelhos (35,61%). Para os desfechos psicológicos avaliados pela DASS-21, 36,99% apresentaram ansiedade em níveis moderado, severo ou extremamente severo; 34,25% estresse em níveis moderado, severo ou extremamente severo; e 23,29% depressão em níveis moderado, severo ou extremamente severo. Dificuldade moderada ou severa de sono, aferida pelo MSQ, foi relatada por 78,08% dos policiais, enquanto 28,76% foram classificados como sedentários pelo IPAQ. A análise de regressão logística multivariada indicou associação significativa apenas entre CME e sintomas de ansiedade (OR = 1,11; IC95% 1,00–1,23; p = 0,04). Embora estresse (p = 0,04) e qualidade do sono (p = 0,05) tenham apresentado valores próximos ao ponto de corte, seus intervalos de confiança incluíram 1,00, sugerindo ausência de robustez. Além disso, a alta correlação entre os escores da DASS-21 pode ter influenciado os resultados. Conclui-se que a ansiedade constitui fator relevante para a ocorrência de CME em policiais militares, reforçando a necessidade de intervenções institucionais integradas voltadas à saúde ocupacional.

Palavras-chave: Ansiedade; Estresse; Saúde Ocupacional.

1 INTRODUÇÃO

A profissão policial militar está entre as mais desafiadoras em termos físicos e psicológicos, impondo longas jornadas, exposição à violência, porte contínuo de equipamentos e elevada carga ergonômica. Esses fatores têm sido relacionados ao aumento da prevalência de condições musculoesqueléticas (CME), especialmente dor lombar e cervical, que comprometem a capacidade funcional e a qualidade de vida desses trabalhadores (Minayo *et al*., 2011; Marins *et al*., 2020).

DOI: 10.51161/iv-conpeds/65440

Paralelamente, a literatura aponta que policiais apresentam altos níveis de sofrimento psicológico, incluindo ansiedade, depressão e estresse, frequentemente associados a distúrbios do sono e desgaste ocupacional (Stanley; Hom; Joiner, 2016; Syed *et al*., 2020).

Apesar de evidências internacionais sobre a relação entre CME e saúde mental em forças de segurança (Larsen *et al*., 2018; Garcia *et al*., 2025), ainda são escassos os estudos brasileiros que investigam de forma integrada a associação entre dor musculoesquelética, fatores psicológicos, sono, qualidade de vida e atividade física em policiais militares. Assim, este estudo teve como objetivo verificar a associação entre CME e fatores psicossociais em policiais militares do estado do Rio de Janeiro.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo observacional transversal, conduzido conforme as recomendações do STROBE (Von Elm *et al*., 2008). O protocolo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Augusto Motta (CAAE 84482524.1.0000.5235). A amostra foi composta por 73 policiais militares do 34º Batalhão de Polícia Militar do Rio de Janeiro, selecionados por conveniência. Foram incluídos policiais ativos com idade igual ou superior a 18 anos, e excluídos aqueles afastados por licença, com laudo psiquiátrico ou que não preencheram os questionários propostos.

Os participantes responderam a um questionário sociodemográfico e a instrumentos validados em português, utilizados para avaliação das variáveis do estudo. O Questionário Nórdico de Sintomas Osteomusculares (QNSO) foi aplicado para identificar a presença de CME em diferentes regiões anatômicas (De Barros; Alexandre, 2003). A Escala de Depressão, Ansiedade e Estresse (DASS-21) permitiu a análise dos sintomas psicológicos (Lovibond; Lovibond, 1995; Vignola; Tucci, 2014). A qualidade de vida foi avaliada por meio do WHOQOL-BREF, instrumento desenvolvido pela Organização Mundial da Saúde (Fleck *et al*., 2000). Para a avaliação do sono, utilizou-se o *Mini Sleep Questionnaire* (MSQ), que analisa a qualidade subjetiva do sono (Falavigna *et al*., 2011). O nível de atividade física foi medido pelo Questionário Internacional de Atividade Física (IPAQ), validado para o contexto brasileiro (Matsudo *et al*., 2001).

As variáveis contínuas foram apresentadas em média e desvio-padrão; as categóricas em frequências absolutas e percentuais. O modelo final da regressão logística foi construído pelo método *forward,* incluindo variáveis com $p < 0,10$. Para avaliar multicolinearidade, calcularam-se os Fatores de Inflação da Variância (VIF), considerando VIF > 10 como indicativo de colinearidade. Foram reportados OR, IC95%, β, erro padrão e Nagelkerke R^2. O nível de significância adotado foi $p < 0,05$.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra apresentou idade média de 42,16 ± 6,28 anos, sendo 67,1% do sexo masculino. O tempo médio de serviço foi de 15,56 ± 7,0 anos e a jornada semanal de 48,13 ±11,6 horas. Mais de 60% estavam em funções administrativas (Tabela 1).

Tabela 1. Características dos participantes do estudo (n = 73).

Variáveis	Valores (n= 73)
Sexo (masculino), n (%)	49 (67,12%)
Idade (anos), média (DP)	42,16 (6,28)
Renda mensal, média (DP)	8.274,00 (2.895,00)
Tempo de atividade policial, média (DP)	15,56 (7,00)
Jornada semanal de atividade policial, média (DP)	48,13 (11,57)
Serviço Administrativo, n (%)	46 (63,01%)
Serviço Operacional, n (%)	27 (36.98%)

DOI: 10.51161/iv-conpeds/65440

Nota: As variáveis contínuas expressas em média (desvio padrão); categóricas em valores absolutos (frequência).

Em relação às condições musculoesqueléticas, 78,08% dos policiais relataram sintomas nos últimos 12 meses. As regiões mais afetadas foram a lombar (53,42%), parte superior das costas (42,46%), ombros (38,35%), pescoço (38,35%), tornozelos/pés (36,98%) e joelhos (35,61%). Nos últimos sete dias, os sintomas persistiram em 45,20% da amostra, destacando-se a lombar (31,50%), seguida por tornozelos/pés (21,91%), joelhos (20,54%) e ombros (19,17%). Quanto ao impacto funcional nos últimos 12 meses, 35,61% relataram limitações em decorrência da dor musculoesquelética, com maior frequência em lombar e joelhos (ambos 17,80%), seguidos por tornozelos/pés (13,69%) e ombros (8,21%) (Tabela 2)

Tabela 2. Resultado do Questionário Nórdico de Sintomas Osteomusculares (n = 73).

Variáveis	Valores (n= 73)
Sintomas nos últimos 7 dias, sim, n (%)	33 (45,20%)
Parte inferior das costas, sim, n (%)	23 (31,50%)
Parte superior das costas, sim, n (%)	12 (16,43%)
Ombros, sim, n (%)	14 (19,17%)
Pescoço, sim, n (%)	11 (15,06%)
Joelhos, sim, n (%)	16 (21,91%)
Sintomas nos últimos 12 meses, sim, n (%)	57 (78,08%)
Parte inferior das costas, sim, n (%)	39 (53,42%)
Parte superior das costas, sim, n (%)	31 (42,46%)
Ombros, sim, n (%)	28 (38,35%)
Pescoço, sim, n (%)	28 (38,35%)
Joelhos, sim, n (%)	26 (35,61%)
Impedimento nos últimos 12 meses, sim, n (%)	26 (35,61%)
Parte inferior das costas, sim, n (%)	13 (17,80%)
Parte superior das costas, sim, n (%)	4 (5,47%)
Ombros, sim, n (%)	6 (8,21%)
Pescoço, sim, n (%)	5(6,84%)
Joelhos, sim, n (%)	13(17,80%)

Nota: Variáveis categóricas expressas em valores absolutos (frequência).

Esses achados confirmam a elevada prevalência de sintomas musculoesqueléticos em policiais militares, corroborando resultados de estudos internacionais que relacionaram o uso de equipamentos obrigatórios, como cintos e coletes, ao aumento de dor em múltiplos sítios (Larsen *et al*., 2018; Garcia *et al*., 2025).

No campo psicossocial, 36,99% dos policiais apresentaram ansiedade ≥ moderada, 34,25% estresse ≥ moderado e 23,29% depressão ≥ moderada (DASS-21). A avaliação de qualidade de vida (WHOQOL-BREF) indicou escore médio de 59,35 ± 14,26. Em relação ao sono, o MSQ apontou dificuldades moderadas ou severas em 78,08% dos participantes, enquanto 28,76% foram classificados como sedentários pelo IPAQ (Tabela 3).

Tabela 3. Resultados de Sintomas Psicológicos, Qualidade de Vida, Sono e Atividade Física (n = 73).

Variável	Valores (n= 73)
DASS – Depressão	
Moderado, Severo ou Extremamente severo n (%)	17 (23,29%)
DASS – Ansiedade	

DOI: 10.51161/iv-conpeds/65440

Moderado, Severo ou Extremamente severo n (%)	27 (36,99%)
DASS – Estresse	
Moderado, Severo ou Extremamente severo n (%)	25 (34,25%)
Qualidade de Vida (WHOQOL-BREF)	
Escore médio (DP)	59,35 (±14,26)
Qualidade do Sono (MSQ)	
Dificuldade moderada ou severa n (%)	57 (78,08%)
Atividade Física (IPAQ)	
Sedentário, n (%)	21 (28,76%)

Nota: Variáveis contínuas expressas em média (desvio padrão); categóricas em valores absolutos (frequência).

Na regressão logística, apenas a ansiedade mostrou associação significativa com CME (OR = 1,11; IC95% 1,00–1,23; p = 0,04). Variáveis como estresse (p = 0,04) e qualidade do sono (p = 0,05) apresentaram valores próximos ao ponto de corte, mas seus intervalos de confiança incluíram 1,00, sugerindo ausência de robustez. Além disso, a alta correlação entre os escores da DASS-21 indica possível multicolinearidade. O modelo final, elaborado pelo método forward com inclusão de variáveis de p < 0,10 e controle por VIF, reforçou a ansiedade como o fator psicossocial mais consistente associado às CME (Tabela 4).

Tabela 4. Regressão logística para sintomas musculoesqueléticos nos últimos 12 meses.

Variável	*Odds Ratio* (IC 95%)	Erro Padrão (SE)	β	p-valor
DASS depressão	1,09 (0,99; 1,20)	0,050	0,09	0,07
DASS ansiedade	1,11 (1,00; 1,23)	0,053	0,10	0,04
DASS estresse	1,07 (1,00; 1,14)	0,034	0,07	0,04
WHOQOL-BREF	0,98 (0,94; 1,02)	0,021	-0,02	0,26
Mini Sleep	1,06 (1,00; 1,13)	0,032	0,06	0,05
IPAQ sedentário	6,00 (1,77; 20,37)	0,624	1,79	0,00
IPAQ ativo	0,62 (0,17; 2,29)	0,333	-0,47	0,58
IPAQ muito ativo	0,37 (0,12; 1,16)	0,297	-1,00	0,22
IPAQ irregular A	0,58 (0,08; 4,27)	0,614	-0,54	0,60
IPAQ irregular B	0,50 (0,07; 3,75)	0,612	-0,69	0,50

Nota: Modelo final significativo ($x^2(1) = 5,83$, $p < 0,02$; *Nagelkerke´s* $R^2 = 0,12$). Classificação correta: 78%

Esses achados reforçam a relevância da ansiedade como fator associado a dor musculoesquelética em policiais militares, alinhando-se à teoria da tensão geral (Agnew, 1992). A elevada prevalência de CME, dificuldades severas de sono e sedentarismo observada na amostra aponta para a necessidade de estratégias institucionais de saúde ocupacional, incluindo manejo do estresse, programas de apoio psicológico, higiene do sono, fortalecimento do suporte social (Anderson *et al*., 2002; Maia *et al*., 2007) e medidas ergonômicas voltadas à redução do impacto do uso contínuo de equipamentos.

Entretanto, algumas limitações devem ser consideradas. O delineamento transversal não permite estabelecer relações de causalidade, e o tamanho reduzido da amostra (n = 73), selecionada por conveniência, restringe a generalização dos achados (Stratton, 2021). Além disso, a cultura militar pode levar à subestimação ou ao silenciamento de sintomas psicológicos (Constantino; Ribeiro; Correia, 2013), influenciando a precisão das informações autorrelatadas.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/65440

Esses aspectos devem ser levados em conta na interpretação dos resultados e reforçam a necessidade de estudos futuros com amostras maiores e delineamentos longitudinais.

4 CONCLUSÃO

Este estudo identificou associação entre CME e sintomas de ansiedade em policiais militares, sem evidências de associação com outros sintomas psicológicos, qualidade do sono, qualidade de vida ou nível de atividade física. Intervenções integradas, contemplando fatores ergonômicos e psicológicos, são recomendadas para a promoção da saúde ocupacional.

REFERÊNCIAS

AGNEW, R. Foundation for a General Strain Theory of Crime and Delinquency. **CRIMINOLOGY -BEVERLY HILLS THEN COLUMBUS-**, v. 30, n. 1, p. 47, 1992.

ANDERSON, G. S.; LITZENBERGER, R.; PLECAS, D. The impact of stressful life events and social support on drinking among military police. **Journal of Police and Criminal Psychology,** v. 17, n. 2, p. 145-156, 2002.

ATUN, R. Transitioning health systems for multimorbidity. **The Lancet**, v. 386, n. 9995, p. 721-722, 2015.

CONSTANTINO, P.; RIBEIRO, M. S.; CORREIA, R. R. Risco ocupacional e percepção de policiais militares. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 38, n. 127, p. 75-85, 2013

DE BARROS, E. N. C.; ALEXANDRE, N. M. C. Cross-cultural adaptation of the Nordic Musculoskeletal Questionnaire. **International Nursing Review**, v. 50, n. 2, p. 101-108, 01 jun. 2003.

FALAVIGNA, A. et al. Consistency and reliability of the Brazilian Portuguese version of the Mini-Sleep Questionnaire in undergraduate sutents. **Sleep and Breathing,** v.15, n. 3, p. 351-355, 2011.

FLECK, M. P. A. O instrumento de avaliação de qualidade de vida da Organização Mundial da Saúde (WHOQOL-100): características e perspectivas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1, p. 33-38, 2000.

GARCIA, L. O. R.; MOREIRA, R.; SILVA, M.-R. G. Occupational Stress and Sleep of Military Police Officers From Rio de Janeiro, Brazil. **American Journal of Human Biology**, v. 37, p. e24184, 2025. DOI: 10.1002/ajhb.24184.

LARSEN, L. B. et al. Multi-site musculoskeletal pain in Swedish police: associations with discomfort from wearing mandatory equipment and prolonged sitting**. International Archives of Occupational and Environmental Health**, v. 91, n. 4, p. 425-433, 1 maio 2018.

LOVIBOND, P. F.; LOVIBOND, S. H. The structure of negative emotional states: comparison of the Depression Anxiety Stress Scales (DASS) with the Beck Depression and Anxiety Inventories. **Behaviour Research and Therapy**, v. 33, n. 3, p. 335-343, 1 mar. 1995.

MAIA, D. B. et al. Post-traumatic stress symptoms among military police officers. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 29, n. 2, p. 1-6, 2007.

MARINS, E. F. et al. Frequency of musculoskeletal symptoms among police officers: systematic review. **Brazilian Journal of Pain**, v. 3, p. 164-169, 8 jun. 2020.

MATSUDO, S. et al. Questionário Internacional de Atividade Física (IPAQ): estudo de validade e reprodutibilidade no Brasil. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 6, n. 2, p. 5-18, 2001.

MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; OLIVEIRA, R. V. C. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 4, p. 2199-2209, 2011. DOI: 10.1590/S1413-81232011000400019.

STANLEY, I. H.; HOM, M. A.; JOINER, T. E. A systematic review of suicidal thoughts and behaviors among police officers, firefighters, EMTs, and paramedics. **Clinical Psychology Review**, v. 44, p. 25-44, 1 mar. 2016.

STRATTON, S. J. Population research: convenience sampling strategies. **Prehospital and Disaster Medicine**, v. 36, n. 4, p. 373-374, 1 ago. 2021.

SYED, S. et al. Global prevalence and risk factors for mental health problems in police personnel: a systematic review and meta-analysis. **Occupational and Environmental Medicine**, v. 77, n. 11, p. 737-747, nov. 2020. DOI: 10.1136/oemed-2020-106498.

VIGNOLA, R. C. B.; TUCCI, A. M. Adaptation and validation of the depression, anxiety and stress scale (DASS) to Brazilian Portuguese. **Journal of Affective Disorders**, v. 155, n. 1, p. 104-109, 1 fev. 2014.

VON ELM, E. et al. The Strengthening the Reporting of Observational Studies in Epidemiology (STROBE) statement: guidelines for reporting observational studies. **Journal of Clinical Epidemiology**, v. 61, n. 4, p. 344-349, 2008. doi:10.1016/j.jclinepi.2007.11.008.

RISCOS NEUROTÓXICOS DA EXPOSIÇÃO CRÔNICA A COMPOSTOS CLORADOS AMBIENTAIS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

NEWTON DE OLIVEIRA CUNHA JÚNIOR; BEATRIZ CABALLERO; HELENA FERNANDEZ; OLGA TAKACHI

Introdução: A presença de compostos clorados no ambiente, como trihalometanos (THMs), cloraminas e dioxinas, tem se tornado uma preocupação crescente na área da saúde pública. Esses contaminantes, frequentemente gerados durante o tratamento da água ou liberados por atividades industriais, possuem alta persistência ambiental e capacidade de bioacumulação. Estudos sugerem que a exposição crônica, mesmo em concentrações regulamentadas, pode desencadear processos neurodegenerativos, o que evidencia a importância de compreender seus mecanismos de toxicidade. **Objetivo:** Este estudo teve como objetivo revisar criticamente a literatura científica sobre os efeitos neurotóxicos da exposição crônica a compostos clorados, identificando os principais mecanismos fisiopatológicos envolvidos e as lacunas de conhecimento na área. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão integrativa nas bases PubMed, Scopus, Web of Science e SciELO, com seleção de artigos publicados entre 2013 e 2023, em inglês e português. Os critérios de inclusão consideraram estudos que relacionavam compostos clorados à neurotoxicidade em modelos humanos, animais ou celulares. Após triagem, foram incluídos 47 artigos que atenderam aos critérios estabelecidos. **Resultados:** As evidências apontam associação entre a exposição prolongada a THMs e cloraminas e o aumento da incidência de doenças como Alzheimer, Parkinson e esclerose lateral amiotrófica (ELA). Modelos experimentais demonstraram acúmulo de proteínas neurotóxicas, como beta-amiloide e alfa-sinucleína, além de disfunção mitocondrial, aumento do estresse oxidativo e inflamação crônica. Ensaios in vitro também revelaram comprometimento da barreira hematoencefálica e redução de antioxidantes intracelulares. **Conclusão:** Os resultados sugerem que, embora essenciais no controle microbiológico da água, compostos clorados representam riscos potenciais à saúde neurológica quando a exposição é contínua. A adoção de tecnologias de tratamento alternativas, o monitoramento rigoroso dos subprodutos de desinfecção e a realização de estudos longitudinais são medidas urgentes para mitigar tais impactos. A avaliação criteriosa entre os benefícios e riscos do uso do cloro deve ser orientada por evidências científicas atualizadas.

Palavras-chave: **DERIVADOS CLORADOS; DOENÇAS NEURODEGENERATIVAS; NEUROTOXICIDADE**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/65455

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA JOVENS NO CONTEXTO ESCOLAR

TÂNIA VIEIRA DA SILVA; NEUSA CRISTINA BARATTO RODRIGUES; HÉLIA CARVALHO DE ABREU; CRISTIANE INÁCIO DE OLIVEIRA GONÇALVES; CLÁUDIA SOUSA SOARES

RESUMO

Este estudo tem como objetivo explicar a relevância da educação em saúde para jovens no ambiente escolar. A metodologia deste trabalho foi efetivada sob abordagem qualitativa utilizando os princípios da pesquisa-ação por meio da pesquisa bibliográfica. A Escola é o ambiente institucional ideal para a junção da educação e da saúde: lugar para a interação social e para a criação de vínculos que favoreçam a promoção da saúde por meio de uma Educação Integral. As escolas vão além de serem apenas espaços de aprendizado; são ambientes onde os jovens amadurecem, interagem e evoluem. Sob essa ótica, a instrução sobre saúde nas instituições de ensino tem como objetivo preparar os jovens dessa faixa etária para que consigam ter mais independência e cuidar de sua saúde física, mental e emocional. Essa é uma forma eficaz de promover a prevenção, proporcionando transformações nos comportamentos, nas práticas e nas posturas para alcançar uma qualidade de vida superior. Nessa perspectiva, a com a abordagem adequada, as escolas podem transformar-se em núcleos para incentivar a saúde física, o bem-estar emocional e hábitos saudáveis a escola é um local essencial para a construção de hábitos saudáveis, pois é nesse contexto que os jovens e adolescentes dedicam a maior parte do seu tempo ao longo do ano letivo. Dessa forma, a educação em saúde é essencial no ambiente escolar, pois habilita os jovens a formar uma mentalidade crítica acerca de sua saúde e da comunidade, obtendo informações sobre higiene, sexualidade, prevenção de substâncias e métodos contraceptivos. Essa estratégia busca incentivar a saúde, o cuidado pessoal e a incorporação de hábitos saudáveis, colaborando para o desenvolvimento integral do aluno e o aumento de sua qualidade de vida, com a escola sendo o local ideal para essa aprendizagem.

Palavras-chave: Ensino; Prevenção; Escola.

1 INTRODUÇÃO

A formação em saúde é um dos principais focos para promover a saúde nas escolas, pois possibilita ao professor atuar de forma prática na vida de cada aluno, assegurando, dessa maneira, o desenvolvimento completo do estudante.

Este artigo se justifica pela a relevância da formação em saúde no contexto escolar que aborda as principais questões relacionadas à saúde dos jovens que têm sido discutidas nas escolas, com base em uma pesquisa bibliográfica.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/65517

Para tanto, configura-se na oportunidade de reflexão e discussão. A escolha de focar nesse grupo etário neste artigo é importante, pois, essa fase da vida está diretamente ligada à exposição a comportamentos de risco entre os jovens e às condutas prejudiciais que podem afetar a saúde e a qualidade de vida desse grupo. Como exemplos incluem: consumo de cigarros, álcool e outras substâncias; uso de produtos de tabaco; e questões relacionadas à saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes, entre outros.

Para tanto, este estudo tem como objetivo explicar a relevância da educação em saúde para jovens no ambiente escolar.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia deste trabalho foi efetivada sob abordagem qualitativa utilizando os princípios da pesquisa-ação por meio da pesquisa bibliográfica. Dessa forma, as discussões serão apresentadas ao longo do texto como citações e/ou estudos de autores que defendem as metodologias ativas no processo de ensino e aprendizagem.

O presente estudo baseou-se em autores conceituados ancorados nos estudos realizados por Da Silva (2013), Ministério da Saúde (2017), Moraes; Vitalle (2021), entre outros que contribuem sobre a temática abordada.

Segundo Fonseca (2002):

> A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta. (Fonseca, 2002, p. 32).

Dessa forma, como um estudo bibliográfico, utilizamos autores já criados no setor educacional, na qual foi buscado artigos científicos relacionados ao tema como forma de enriquecer este estudo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação voltada para a saúde é uma das principais estratégias para promover saúde nas escolas, pois possibilita ao professor realizar ações na vida real de cada aluno, visando uma melhor qualidade de vida para eles.

No entanto, as escolas são os locais onde crianças e adolescentes passam grande parte de suas primeiras vidas. Este local deve ser seguro e saudável para o aprendizado e crescimento do estudante, protegendo-os de situações que possam ameaçar sua saúde física e mental. Assim, é fundamental que esse espaço proporcione uma interação positiva entre os alunos, entre alunos e professores, e entre estudantes e a comunidade.

A educação em saúde é uma parte importante das iniciativas que buscam promover a saúde de forma integrada em todos os níveis de cuidado, que incluem o primário, secundário, terciário e quaternário. Além disso, é correto afirmar que a atuação do enfermeiro está ligada a uma visão de atenção à saúde integrada desde o início de sua formação, com uma ênfase na promoção da saúde.

Sob essa perspectiva, o cuidado abrange um entendimento mais amplo da saúde. Isso significa que o ato de cuidar não deve focar apenas no aspecto biológico do indivíduo, como tratar uma doença específica ou abordar comportamentos que possam colocá-lo em risco, mas também precisa considerar sua subjetividade. É fundamental levar em conta suas relações

DOI: 10.51161/iv-conpeds/65517

diretas com família, grupos, escola e comunidade, além do contexto cultural e social que o envolve.

> As parcerias com instituições educacionais são importantes e geralmente as equipes de saúde são convidadas a ministrar palestras e oficinas aos educadores dos para tratar de temas como a sexualidade. No entanto, as parcerias devem prever uma relação mais próxima com a unidade escolar [...] palestras isoladas podem gerar mais dúvidas e curiosidades que ficarão latentes se não houver o compromisso de continuidade dos educadores com os educandos (Moraes; Vitalle, 2021, pág. 52).

No entanto, tudo que os estudantes absorvam através de comportamentos e interações geralmente se encaixa em momentos de aprendizado informal, que chamamos de currículo oculto. Contudo, conhecimentos que vêm do dia a dia e que se tornam significativos influenciam o desenvolvimento de crianças e adolescentes, podendo também tornar-se mais intencionais e organizados dentro das instituições.

Se acreditamos que ter saúde abrange muito mais do que apenas não ficar doente, precisamos refletir de maneira crítica, alegre e colaborativa sobre como promover a saúde nas escolas. Podemos imaginar que uma escola saudável fomenta desejos e vontades que levam a decisões informadas, com entusiasmo, determinação, cooperação, solidariedade, evitando estimular a competição desnecessária, a hostilidade e a intolerância. Em vez disso, deve-se valorizar a generosidade, a desprendimento, o altruísmo, a esperança e principalmente, o amor.

Da Silva (2013) ressalta que o diálogo em saúde precisa ser dinâmico e fundamentado em questões relevantes, começando da realidade local e se estendendo à global, para que isso tenha maior significado para o aluno.

A saúde é fundamental para o crescimento, a evolução e a aprendizagem dos jovens. Aqui, saúde é vista como qualidade de vida, estilo de vida e bem-estar em aspectos físicos, mentais, emocionais, sociais e espirituais, das pessoas que se comprometem a construir uma sociedade mais ativa e preocupada com o bem coletivo.

Cuidar, sob essa ótica, refere-se a uma visão mais ampla da saúde. Isso significa que é preciso entender o ato de cuidar não apenas do corpo do indivíduo em seus aspectos biológicos, como uma enfermidade específica que precisa de tratamento ou a adoção de hábitos que o coloquem em risco, mas também deve abranger aspectos de sua subjetividade e suas interações imediatas com a família, grupos, escola e comunidade. É essencial levar em conta o contexto social e cultural no qual a pessoa está inserida.

Dessa forma, o cuidado em saúde tem como objetivo promover um bem-estar que envolve um estado ideal de saúde para indivíduos e grupos. O foco é alcançar o máximo potencial em aspectos físicos, psicológicos, sociais, espirituais e econômicos, sempre respeitando as expectativas de cada um em seus papéis na família, na escola, na comunidade, nos locais de culto, no trabalho e em outros espaços. Logo, saúde e suas práticas visam promover um estado ideal de bem-estar que inclui a saúde máxima de pessoas e comunidades. O objetivo é ajudar a alcançar todo o potencial físico, psicológico, social, espiritual e econômico, levando em conta as expectativas de cada um em seus papéis familiares, escolares, comunitários, religiosos, profissionais e em outros contextos.

A promoção da saúde é extremamente importante, pois oferece várias alternativas para proteger e aumentar as escolhas individuais e sociais por estilos de vida mais saudáveis. Isso se divide em duas áreas principais que são a totalidade dos cuidados e o desenvolvimento de políticas públicas que apoiem a vida, por meio da colaboração entre setores.

No Brasil, o Conselho Nacional de Educação apresentou Diretrizes Curriculares, que contêm sugestões e temas (mas não imposições) para a criação dos currículos e projetos políticos-pedagógicos nas escolas do país. Essas diretrizes oferecem orientações para o Ensino Fundamental, promovendo uma educação voltada à cidadania, que valoriza a autonomia, a

DOI: 10.51161/iv-conpeds/65517

diversidade e a reflexão, sem deixar de lado conteúdos essenciais para a formação de crianças e jovens.

Nesse contexto, questões como ética, meio ambiente, diversidade cultural, saúde, orientação sexual e trabalho foram agrupadas sob o termo geral de temas transversais. Isso aponta para metodologias que facilitam sua incorporação nos currículos e sua abordagem didática em várias disciplinas. A escola se destaca como um local fundamental para implementar ações que promovam a saúde, conforme evidenciam estudos que analisam a conexão entre saúde e educação. A evidência tem revelado a importância da educação para a saúde em contexto escolar.

Vale destacar que, em todo o mundo, a saúde e a educação estão fortemente interconectadas. De forma mais clara, jovens saudáveis aprendem de maneira mais eficiente; a promoção da saúde pode auxiliar as escolas a alcançarem suas metas educacionais e sociais; estudantes têm mais chances de boa saúde; aqueles que se sentem bem na escola e possuem conexão com adultos relevantes são menos inclinados a adotar comportamentos de risco e têm melhores desempenhos de aprendizado; as escolas também funcionam como ambientes de trabalho para a equipe e podem aplicar e demonstrar práticas eficazes de saúde no trabalho, beneficiando todos os funcionários e os educandos.

O ensino de questões relacionadas à saúde apresenta um desafio, principalmente para assegurar uma aprendizagem que seja realmente significativa e que possa mudar comportamentos e atitudes saudáveis entre crianças e adolescentes. Portanto, todos os fatores que influenciam a formação de hábitos e atitudes saudáveis devem ser levados em conta, e levando em conta a variedade de contextos, a educação em saúde deve permear todas as disciplinas que fazem parte do currículo escolar.

Os professores, ao desempenharem suas funções, frequentemente expressam incertezas ao abordar temas e vulnerabilidades na escola, como o uso de drogas e sexualidade. Esse sentimento de insegurança é, em parte, originado pela sensação de falta de preparação, que os educadores justificam pela escassez de tempo, recursos financeiros e suporte organizacional para participarem de cursos e eventos voltados para o desenvolvimento de metodologias alternativas que integrem assuntos contemporâneos ao currículo.

Dentro desse contexto, a escola é vista como um excelente espaço para abordar temas relacionados à saúde, que são discutidos no dia a dia. Ela se torna um lugar adequado para promover a educação em saúde, priorizando a melhoria da saúde. No entanto, quando se considera a execução dessas atividades, é importante notar que muitas escolas e serviços de saúde não conseguem atender adequadamente as necessidades dos adolescentes, que apresentam diversas características de risco e exigências específicas de cuidado (Ministério da Saúde, 2017).

Sob este ponto de vista, a escola se torna uma aliada essencial na implementação de métodos participativos que promovem a saúde, focando no fortalecimento das habilidades dos jovens e na capacidade de tomar decisões benéficas para sua saúde. Portanto, é fundamental realizar pesquisas para que os efeitos de novas conexões entre a educação em saúde e a escola sejam compreendidos.

Instituições de saúde e educação têm sugerido a adoção de estratégias que incentivem práticas saudáveis, visando diminuir problemas e doenças não transmissíveis nas escolas. A complexidade desses assuntos faz com que nenhuma disciplina, isoladamente, consiga explicá-los de forma completa. Em vez disso, a questão desses temas transversais permeia várias áreas do conhecimento e requer um trabalho que seja interdisciplinar e coeso entre as diferentes áreas.

A responsabilidade da família é criar, cuidar, educar, proteger e assegurar o crescimento saudável dos filhos. É importante que os pais se envolvam ativamente nas atividades escolares, aprendendo a ouvir e interagir de forma eficiente, além de adotarem métodos disciplinares claros para estabelecer limites e aprimorar suas habilidades de comunicação. Quando os pais

DOI: 10.51161/iv-conpeds/65517

não se engajam suficientemente na escola, cabe à instituição desenvolver abordagens que os atraiam para se envolverem em debates sobre saúde no ambiente escolar.

O Ministério da Saúde reconhece que a fase escolar é crucial para abordar a saúde sob o ângulo de sua valorização, implementando iniciativas que visam à prevenção de enfermidades e ao aprimoramento dos elementos de proteção.

No entanto, para promover a saúde, a mera informação não é suficiente. É fundamental estabelecer um diálogo, uma comunicação que liberte, onde as pessoas participem ativamente do processo educativo, formativo e criativo, considerando a reestruturação do conhecimento escolar e o aperfeiçoamento contínuo dos professores. Fomentar a saúde exige e necessita de paz, instrução, alimentação adequada, geração de renda, um meio ambiente equilibrado, recursos sustentáveis, equidade e justiça, além de implementar ações voltadas à promoção da saúde.

Ademais, a escola é considerada um ótimo ambiente para tratar de questões ligadas à saúde, que são debatidas cotidianamente. Ela se transforma em um local apropriado para incentivar a educação em saúde, enfocando a melhoria da saúde. Entretanto, ao analisar a implementação dessas atividades, é fundamental observar que diversas instituições de ensino e serviços de saúde falham em atender de forma eficaz as necessidades dos jovens, que possuem várias características de risco e demandas específicas de cuidado

Nesse sentido, a educação, sem dúvida, beneficia a saúde, assim como a saúde favorece a educação. Quando a saúde dos alunos é melhor, é mais provável que consigam melhorar seu desempenho escolar, o que traz mais benefícios para a qualidade de vida que terão no futuro. Um ponto que precisamos aprimorar é a implementação do modelo biopsicossocial, que considera a maior participação e responsabilidade do indivíduo. Isso envolve tanto a avaliação de sua saúde quanto seu engajamento no sistema de saúde, promovendo a ideia de que têm o poder de viver.

4 CONCLUSÃO

Assim, a saúde no contexto escolar deve ser uma prioridade, pois é nesse ambiente que comportamentos muitas vezes se tornam parte da vida dos indivíduos. A escola é o local onde se formam laços significativos entre os educadores e os alunos, e também é o espaço onde se pode perceber situações sociais e perigos, como os abusos que as crianças podem sofrer. Em outras palavras, o espaço escolar pode ser um fator crucial para a análise e o crescimento da saúde física e mental das crianças.

Portanto, a saúde é um aspecto que permeia todas as experiências do ser humano. Desde o momento em que um bebê nasce, até a delicada "saúde" de uma pessoa internada em uma unidade de terapia intensiva, essa questão está sempre presente. A ideia de incentivar a saúde é um grande desafio, pois essa situação não é determinada somente pela pessoa ou pelo sistema de saúde, mas também por uma variedade de fatores sociais, econômicos, culturais e políticos que se entrelaçam em cada comunidade, tornando-a mais ou menos saudável. Entende-se, no entanto, que é responsabilidade tanto dos educadores quanto dos profissionais de saúde promover a conscientização sobre a importância do conhecimento e das discussões sobre o exposto, fica evidente a urgência de ações educativas.

Enfim, é imprescindível reavaliar a formação de professores, assim como o planejamento didático e o material educacional relacionado à saúde, através de uma leitura análise da situação social dos estudantes. Esse contexto proporcionará ao estudante resolver questões cotidianas fundamentada em saberes relevantes amadurecidos no ambiente escolar.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/65517

REFERÊNCIAS

DA SILVA, T.V. Tema transversal saúde na escola: diagnóstico e possibilidades. 2013, 57 p. Artigo (Graduação) – Instituto de Biociências de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, 2013.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

LEGER, L.; YOUNG, I.; BLANCHARD, C.; PERRY, M**. Promoting Health in Schools: from evidence to action.** Saint Denis: International Union for Health Promotion and Education, 2010, p. 2.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **Proteger e cuidar da saúde de adolescentes na atenção básica**. 2. ed. Brasília – DF: Brasil, 2017.

MORAES, Silvia Piedade de; VITALLE, Maria Sylvia de Sousa. **Educação em saúde e direitos sexuais e reprodutivos na adolescência [livro eletrônico].** Uniedusul. Maringá, PR. 2021.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/65517

OS DESAFIOS E A IMPORTÂNCIA DA SAÚDE MENTAL NO AMBIENTE ESCOLAR

LARISSA APARECIDA GARCIA DOS REIS; GILCLENE JANINA DE ALMEIDA; MARIA PAULA SILVA DE SOUZA LIMA; CLÁUDIA SOUSA SOARES; KELLY CAMILA BARBOSA NUNES

RESUMO

O presente trabalho busca analisar a função da escola na promoção da saúde mental de alunos, considerando o seguinte problema de pesquisa: qual é a função da escola na promoção da saúde mental dos alunos? Para isso, foi feita uma revisão da literatura, analisando artigos e documentos que tratam da promoção da saúde mental no contexto escolar. A investigação procura analisar essa questão, que é muito significativa nos dias de hoje, além de destacar o papel da escola no bem-estar dos alunos. A presente pesquisa consiste em uma investigação exploratória com abordagem documental e bibliográfica, fundamentada em uma análise crítica sobre a promoção da saúde mental entre estudantes no ambiente escolar. Nesse contexto, observa-se que as Leis Federais nº 13.935/19 e 14.819/24 foram elaboradas para abordar essa questão, regulamentando a oferta de serviços de psicologia e assistência social nas redes públicas de educação básica no Brasil. Essas normas garantem suporte especializado em saúde mental e assistência social à comunidade escolar, assegurando a atuação de profissionais capacitados nas instituições de ensino. O trabalho desses profissionais visa favorecer o crescimento completo dos estudantes, o bem-estar da comunidade e a prevenção de questões psicossociais, através da incorporação de iniciativas de saúde mental no planejamento educacional. A instituição de ensino deve ser um local propício ao aprendizado e desenvolvimento pessoal. No entanto, para diversos alunos, esse espaço pode se transformar em um cenário de estresse, angústia e dificuldades emocionais. Assim, o crescimento dos casos de depressão, ansiedade e até comportamentos autolesivos entre os jovens torna essencial a adoção de estratégias que promovam a saúde mental nas escolas.

Palavras-chave: Ensino; Ansiedade; Estratégias.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo justifica-se por examinar a função da escola na promoção da saúde mental dos alunos a partir da seguinte questão de pesquisa: qual a função da escola na promoção da saúde mental dos alunos? Foi feita análise documental e revisão da literatura, analisando artigos que tratam da promoção da saúde mental no contexto escolar. A investigação visa explorar essa questão, de grande importância nos dias atuais, além de enfatizar o papel da escola no bem-estar dos alunos.

Ao longo da história, as emoções foram analisadas sob várias óticas: a neuropsicologia, a biologia, os padrões das espécies, a psicopedagogia, a cultura, entre outras. Dentre estas abordagens, as que se concentram nas competências socioemocionais no âmbito escolar são as que interessam neste texto, pois tratam diretamente das novas diretrizes sugeridas pela Base

DOI: 10.51161/iv-conpeds/65586

Nacional Comum Curricular (BNCC), a proposta de Educação para o século 21 (sugerida pela UNESCO) e a educação integral.

A questão da saúde mental tem sido amplamente debatida atualmente, especialmente em uma sociedade marcada pelo fácil acesso à informação através das tecnologias digitais. O imediatismo envolvido com essas tecnologias, apesar de proporcionar vários benefícios, também tem levado ao crescimento da ocorrência de distúrbios psicológicos na população nos últimos anos.

Uma mistura complicada de elementos físicos, nutricionais, psicológicos e sociais pode resultar no desenvolvimento de distúrbios psicológicos na adolescência. Neste período, os adolescentes experimentam mudanças importantes e aceleradas, tanto no corpo quanto nas ideias. Além das modificações físicas possíveis, ocorrem alterações hormonais que podem influenciar o comportamento e o humor. Nesse contexto, esses jovens lidam com desafios importantes na formação de sua identidade, autonomia e interações sociais.

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo analisar a função da escola na promoção da saúde mental de alunos, com a finalidade de mostrar a conexão dos alunos com a escola e sua capacidade de enfrentar desafios, o que ajudam a explicar por que um bom clima escolar facilita o bem-estar emocional.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho tem uma abordagem qualitativa, construído através de uma análise exploratória. No entanto, este artigo apresenta uma pesquisa bibliográfica, que buscou dados em textos, livros, artigos e outros materiais científicos já publicados, usados para embasamento. A questão de pesquisa apresentada pelos autores teve como foco principal a saúde mental no ambiente escolar e as suas implicações para a educação contemporânea.

Para tanto, adotou-se como referencial teórico a Base Nacional Comum Curricular (2018), Galvão (2014), Oliveira (2021), que trazem abordagens relevantes para a proposta da pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

É fundamental que a administração escolar observe as preocupações emocionais dos professores, reconhecendo como essas questões impactam na qualidade do aprendizado e na vivência dos alunos. Quando os educadores enfrentam desafios que atrapalham seu desempenho profissional, os estudantes costumam ser os primeiros a sofrer as consequências - além dos próprios docentes, evidentemente.

Além de programas que focam nas habilidades socioemocionais dos educadores, é imprescindível atuar de maneira direta na prevenção de distúrbios e doenças. Portanto, é essencial investir em uma formação abrangente que leve em conta as diversas dimensões dos indivíduos.

Harmonizar essas dimensões e promover o autoconhecimento representa outra abordagem para prevenir situações frequentemente vivenciadas pelos professores, como o estresse, a ansiedade e a depressão, por exemplo. Assim, a administração educacional deve ter em mente que cuidar dos docentes é de extrema importância, visto que eles são considerados modelos a serem seguidos pelos alunos.

Se o educador não estiver em um bom estado, será complicado para ele ensinar, acolher e compreender as variadas necessidades da turma. Por isso, é recomendável que a gestão escolar implemente ações de apoio e motivação, além de proporcionar um ambiente de escuta seguro, onde os profissionais possam compartilhar suas experiências, enfrentar desafios e expressar suas expectativas em relação ao retorno das aulas presenciais.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/65586

O estresse é uma das principais razões que leva os educadores a se afastarem da sala de aula. Normalmente, essa situação ocorre quando o professor se sente desanimado devido à falta de condições e recursos adequados para desempenhar sua função, especialmente quando há pouca liberdade para ensinar os conteúdos e transmitir conhecimentos aos alunos.

Os sinais, mesmo que surjam mais tarde, precisam ser tratados desde o início dos primeiros indícios. A escola pode prevenir que os docentes afetem sua saúde, disponibilizando apoio psicológico ou sugerindo tratamentos específicos para lidar com o estresse de maneira eficaz. Nesse sentido, a atenção à saúde mental deve ser uma das principais preocupações das instituições educacionais. O primeiro movimento que a coordenação pode realizar é oferecer mais organização e equilíbrio, proporcionando apoio para que os docentes possam continuar com suas atividades. Além disso, estabelecer um ambiente acolhedor pode ser crucial para tornar as aulas mais leves, agradáveis e estimulantes.

Investir na capacitação contínua e no aprimoramento das competências socioemocionais é um passo fundamental para prevenir problemas de saúde entre os educadores. Desse modo, é possível promover ações e interações construtivas que influenciam diretamente na qualidade de vida e no bem-estar do professor, o que o torna menos vulnerável a enfermidades.

Todas as atividades mencionadas anteriormente estão intimamente ligadas à promoção de habilidades socioemocionais, o que destaca a necessidade de um currículo que favoreça a comunicação e a escuta, beneficiando não apenas os estudantes, mas toda a comunidade educacional. Além de abordar habilidades e competências futuras, interações sociais e inteligência emocional, é fundamental que essas discussões ocorram de maneira acolhedora, sensibilizando desde cedo todos os envolvidos sobre tópicos de saúde mental que possam estimular a reflexão e a ação sobre a questão.

As dificuldades em lidar com conflitos e a ocorrência de atos de violência no dia a dia escolar foram ressaltadas como os principais causadores de dor e estresse físico e emocional no contexto educacional. Afirma Galvão (2014, p.113),

> Em suas ideias pedagógicas, Wallon propõe que a escola reflita acerca de suas dimensões sociopolíticas e aproprie-se de seu papel no movimento de transformações da sociedade. Propõe uma escola engajada, inserida na sociedade e na cultura, e, ao mesmo tempo, uma escola comprometida com o desenvolvimento dos indivíduos, numa prática que integre a dimensão social e a individual.

Nesse cenário, diversos setores da sociedade exercem funções fundamentais na saúde dos jovens, com a educação ocupando uma das posições mais significativas. As instituições de ensino, por sua vez, estão sendo cada vez mais vistas como locais essenciais para a execução de iniciativas de prevenção, incentivo ao bem-estar e suporte à saúde mental.

A atenção Primária à Saúde desempenha uma função essencial na promoção da saúde no ambiente escolar, considerando que os jovens passam a maior parte de seu tempo nesse espaço. A promoção da saúde mental no ambiente escolar se torna, assim, cada vez mais clara.

Destacam também a relevância de estabelecer e/ou fortalecer os locais de diálogo e envolvimento social na escola, que devem incluir tanto os estudantes quanto seus responsáveis. No entanto, reconhecem que, mesmo com a disponibilização desses espaços, é necessário incentivar e promover a participação ativa, uma vez que, como já mencionado, tanto alunos quanto familiares se sentem excluídos das decisões devido à impressão de não pertencer à instituição escolar.

A instituição de ensino deveria funcionar como um local para aprendizado e desenvolvimento, mas, para diversos alunos, pode se tornar um ambiente de estresse, preocupação e dificuldades emocionais. O aumento no número de casos de depressão, inquietude e até de automutilação entre os jovens torna essencial a adoção de políticas de atenção à saúde mental no contexto escolar.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/65586

A prevenção inicia-se com uma observação cuidadosa dos professores e uma cultura institucional que favoreça o bem-estar emocional.

Os alunos também podem colaborar, apoiando aqueles que enfrentam períodos desafiadores. Dialogar, ouvir sem preconceitos e promover a busca por ajuda são maneiras de causar um impacto positivo.

Promover o bem-estar mental envolve, igualmente, criar, junto aos indivíduos e suas comunidades, um processo de reflexão sobre as normas compartilhadas socialmente que influenciam a maneira como se percebe a experiência e definem os modos possíveis de agir e se relacionar (Oliveira, 2021).

Dessa forma, é viável compreender a relevância de uma iniciativa proativa, apoiada no setor de atenção psicossocial para crianças e adolescentes, voltada para desenvolver uma agenda integrada nas escolas. Contudo, é importante também reconhecer que a essência dos problemas destacados aqui - especialmente a questão da violência nas escolas - pede que o campo da Atenção Psicossocial reavalie seu modelo de atuação na rede intersetorial. Como mencionado por Oliveira (2021), é possível perceber que, apesar de os serviços de atenção psicossocial terem sido elaborados para funcionar com base em uma lógica clínico-política voltada para os princípios da saúde coletiva e promoção da saúde, observa-se que, na prática diária de seu trabalho, essas equipes acabam se deparando com a sustentação de um conjunto de práticas vinculadas a um modelo de organização que foca na recuperação de doenças: isso leva a uma ênfase em estratégias de ação que são guiadas por uma perspectiva puramente individual. Portanto, entender os sinais específicos de problemas mentais em jovens e crianças ajuda aqueles que estão ao seu redor a oferecer um apoio mais eficiente.

A instituição de ensino deveria funcionar como um local para aprendizado e desenvolvimento, mas, para diversos alunos, pode se tornar um ambiente de estresse, preocupação e dificuldades emocionais. O aumento no número de casos de depressão, inquietude e até de automutilação entre os jovens torna essencial a adoção de políticas de atenção à saúde mental no contexto escolar.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que define as aprendizagens essenciais a serem desenvolvidas na educação básica, traz dez competências gerais, e três envolvem diretamente o emocional, segundo a BNCC (2018, p.12),

> 8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas. 9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. 10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Dessa forma, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), favorece a saúde dos alunos ao integrar as competências socioemocionais em suas orientações, destacando a importância do autoconhecimento, autocuidado, respeito à diversidade e à saúde física e emocional como elementos fundamentais para o desenvolvimento integral do estudante. O texto determina que a escola atue como um promotor de saúde, incorporando o tema em várias disciplinas e tratando de assuntos como saneamento, nutrição e o bem-estar tanto individual quanto coletivo.

A prevenção inicia-se com uma observação cuidadosa dos professores e uma cultura institucional que favoreça o bem-estar emocional. Os alunos também podem colaborar, apoiando aqueles que enfrentam períodos desafiadores. Dialogar, ouvir sem preconceitos e promover a busca por ajuda são maneiras de causar um impacto positivo.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/65586

É fundamental que pais, educadores e profissionais de saúde fiquem atentos aos sinais de alerta e ofereçam o suporte necessário aos jovens que lidam com dificuldades emocionais ou comportamentais. Para reduzir o efeito desses distúrbios na vida dos jovens e ajudar no aprimoramento de competências de enfrentamento e resiliência, é fundamental que o diagnóstico antecipado e a terapia apropriada sejam realizados.

Nesse contexto, na busca por estratégias de promoção da saúde mental em ambientes escolares, necessita-se da participação dos professores, pois estes têm papel fundamental na identificação, acolhimento e apoio emocional imediato aos educandos, servindo de referência para a primeira escuta de suas necessidades individuais.

Dentro do contexto mencionado, a escola desempenha um papel essencial na promoção, prevenção e proteção da saúde de seus alunos, facilitando o diagnóstico antecipado de possíveis problemas, enquanto se transforma em uma ferramenta relevante para orientação, elevação da autoestima, acolhimento, enfrentamento de desafios e fortalecimento de laços; o diálogo entre família e escola propicia alterações comportamentais nos estudantes, contribuindo assim para uma qualidade de vida superior.

Como descrito por Rego (2014, p.26) "segundo ele, a complexidade da estrutura humana deriva do processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas relações entre história individual e social". A saúde mental está ocupando cada vez mais destaque na educação e isso é compreensível. Reconhecemos que uma mente saudável é fundamental para a aprendizagem, para o crescimento de competências sociais e emocionais e para estabelecer vínculos saudáveis. No momento, a sensação de insegurança gerada pela sociedade contemporânea e sua liquidez resultante da incessante transformação humana, rapidez e volume de informações recebidas constantemente por meio da tecnologia, bem como a reaparecimento de antigos padrões destrutivos, têm gerado consequências e se tornando cada vez mais evidentes.

No entanto, a formação do corpo docente é essencial para desenvolver a alfabetização emocional, prevenindo que desavenças se intensifiquem e futuros problemas se estabeleçam ao intermediar o desenvolvimento integral da criança, é pertinente ponderar sobre a estrutura das atividades sugeridas e suas verdadeiras finalidades, atendendo às demandas de cada contexto educativo.

É preciso tratar do tema e analisar as necessidades de cada criança, independentemente da matéria ensinada. Da mesma forma que as necessidades de cada escola, é possível tratar do tema por meio de filmes, jogos, brincadeiras, dinâmicas, oficinas, palestras e reuniões, contando com a participação ativa da família, que muitas vezes não tem conhecimento sobre o tema e, em algumas ocasiões, pode ser até uma parte da causa do problema.

Ademais, no ambiente escolar, a influência de uma boa saúde mental vai além do rendimento escolar; ela é fundamental na formação de indivíduos equilibrados, aptos a enfrentar desafios com resiliência. Além disso, para um ambiente equilibrado é essencial que toda a escola esteja disposta a participar desse cuidado, pois também necessitamos de educadores para fomentar um espaço seguro, proporcionando relações saudáveis e estabelecendo um ambiente onde os alunos se sintam respeitados, assistidos e seguros em seu crescimento emocional e social de forma integral.

4 CONCLUSÃO

Conclui-se que provas indicam que adolescentes com estabilidade emocional e apoio psicológico têm maiores probabilidades de alcançar sucesso acadêmico e de criar competências para enfrentar dificuldades. As consequências de uma saúde mental descuidada ultrapassam o espaço escolar, influenciando vínculos, decisões de vida e até a saúde física. Assim, a implementação de programas de saúde mental nas escolas se torna não apenas desejável, mas fundamental.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/65586

Uma forma de tratar esses assuntos ligados à saúde no ambiente escolar é aproveitar a autonomia oferecida pela BNCC para adicionar temas de relevância local no currículo, aproveitando a variedade para examinar as questões relevantes à comunidade. A instituição escolar tem uma função essencial como facilitadora de saber e impulsionadora de mudança na comunidade.

Pesquisas indicam que ter uma rotina estruturada, com períodos para relaxamento, diversão e interação familiar, é crucial para o crescimento emocional dos pequenos. Pais e responsáveis podem auxiliar a criança a gerenciar o tempo, equilibrando tarefas escolares e momentos de diversão. Esse equilíbrio é fundamental para que elas compreendam desde cedo a relevância de distinguir momentos de estudo e momentos de descanso.

Vale ressaltar que vários pais e educadores ainda enfrentam dificuldades para dialogar sobre emoções com as crianças e os adolescentes. Entretanto, promover essa prática é fundamental para que os jovens consigam identificar e manifestar suas emoções. Falar livremente sobre o que sentem, como frustração, tristeza ou ansiedade, pois isso contribui para estabelecer uma relação de confiança, na qual a criança se sente confortável para compartilhar o que está vivendo.

Ademais, é crucial reconhecer que nossa saúde mental está ligada não somente às nossas emoções internas, mas também ao ambiente onde vivemos. O espaço escolar, a qualidade dos laços familiares, o suporte emocional que temos e até situações sociais como a pobreza, a falta de emprego ou a violência influenciam diretamente nosso bem-estar emocional. Cuidar da saúde mental dos alunos não significa eliminar todos os problemas ou desafios, mas sim auxiliá-los no desenvolvimento de habilidades que os ajudem a enfrentar esses momentos complicados. Promover a criação de uma rede de apoio segura, ensinar maneiras saudáveis de lidar com as dificuldades e oferecer um ambiente escolar acolhedor são ações essenciais para ajudar nossos estudantes a se tornarem mais resilientes e emocionalmente estáveis.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 17 maio 2022.

GALVÃO, Izabel. Henri Wallon: **uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

OLIVEIRA, B. D. C. **Promoção da saúde mental de crianças e adolescentes na rede escolar:** desafios para a atenção psicossocial e a intersetorialidade. Tese (Doutorado) - IPUB-UFRJ. Rio de Janeiro, 2021.

REGO, Teresa Cristina. Vygotsky: **uma perspectiva histórico-cultural da educação**. 25. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/65586

EXPERIÊNCIAS DA RODA DE CAMPO PARA DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS INTERPROFISSIONAIS EM RESIDENTES DA ONCOLOGIA

ANDREZA KELLY CARDOSO DA SILVA SOARES; LARISSA FERNANDA DO NASCIMENTO CELESTE; PEDRO AUGUSTO DO AMARAL

Introdução: A formação em oncologia exige não apenas conhecimentos técnicos, mas também o desenvolvimento de competências interprofissionais que possibilitem uma assistência integral ao paciente oncológico. A residência multiprofissional surge como um espaço privilegiado para essa construção, ainda que permeada por desafios relacionados à integração entre as diferentes áreas. Nesse contexto, as rodas de campo representam uma estratégia de ensino-aprendizagem capaz de aproximar residentes de distintas categorias profissionais, estimulando a troca de saberes e a reflexão coletiva sobre a prática clínica. **Objetivo:** Relatar a experiência das rodas de campo realizadas em um hospital universitário como estratégia de fortalecimento das competências interprofissionais em residentes da oncologia. **Relato de experiência:** As rodas ocorreram semanalmente, reunindo residentes de enfermagem, farmácia, psicologia, serviço social, odontologia, nutrição e fisioterapia. As atividades foram conduzidas por tutores e preceptores de diferentes áreas, cujo papel mostrou-se fundamental para o êxito da proposta. Além de orientar os encontros, os tutores foram responsáveis por engajar os residentes, propor metodologias ativas, estimular a participação de todos e planejar conteúdos que dialogassem com os desafios do cotidiano assistencial. As rodas contemplaram aulas expositivas, discussões temáticas e apresentações de estudos de caso elaborados coletivamente, abordando temas como cuidados paliativos, manejo de efeitos adversos dos tratamentos, aspectos psicossociais do cuidado em oncologia, além de segurança do paciente e manejo da dor. Observou-se que os encontros favoreceram a compreensão ampliada do processo saúde-doença e estimularam o reconhecimento da importância da atuação colaborativa. Contudo, ainda se identificam fragilidades, como a persistência de práticas isoladas entre algumas categorias, especialmente a odontologia, evidenciando a necessidade de maior integração. **Conclusão:** A experiência das rodas de campo mostrou-se um espaço promissor para o desenvolvimento de competências interprofissionais em residentes da oncologia, ampliando a troca de conhecimentos e fortalecendo a formação em saúde. O engajamento de tutores e preceptores, por meio de metodologias ativas, revelou-se elemento essencial para potencializar a integração entre residentes e garantir que a prática interprofissional seja, de fato, incorporada à formação. Apesar dos avanços, permanece o desafio de consolidar práticas efetivamente colaborativas, o que demanda continuidade da iniciativa e maior investimento na integração entre todas as áreas profissionais.

Palavras-chave: **EDUCAÇÃO INTERPROFISSIONAL; RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL; FORMAÇÃO EM SAÚDE**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/65641

DESAFIOS NA ADESÃO AO TRATAMENTO DA OBESIDADE INFANTIL EM UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE GOIATUBA, GOIÁS

MARIANA ROKUTAN BATISTA; ANA VITORIA MASCARENHAS SGANZERLA; BARBARA RODRIGUES GARCIA; RAFAELA DE PAULA ALMEIDA; GUILHERME DALLA MUTTA RESENDE

Introdução: A obesidade infantil é uma condição multifatorial resultante da interação de fatores genéticos, ambientais, alimentares e comportamentais, que compromete de forma significativa a saúde física e emocional de crianças e adolescentes. No Brasil, observa-se um crescimento preocupante nos índices de obesidade nessa faixa etária, o que reforça a necessidade de estratégias eficazes de prevenção e tratamento. Entretanto, a adesão ao tratamento ainda enfrenta barreiras importantes, como dificuldades financeiras, emocionais, estruturais e logísticas, que reduzem a efetividade das ações propostas. **Objetivo:** Este estudo busca avaliar os principais desafios enfrentados por crianças e adolescentes de 7 a 14 anos na adesão ao tratamento da obesidade nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) 305 e 309 de Goiatuba, Goiás, entre 2020 e 2024. A análise combina entrevistas com responsáveis e levantamento de informações em prontuários, permitindo compreender os fatores que influenciam tanto a continuidade quanto o abandono do acompanhamento. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa quantitativa, exploratória e documental. A coleta de dados ocorrerá em duas etapas: análise de prontuários médicos para identificação dos pacientes e aplicação de questionário estruturado, realizado por telefone com pais ou responsáveis. A amostra incluirá crianças e adolescentes de ambos os sexos, independentemente de estarem em tratamento ou de já terem abandonado. Os dados serão processados estatisticamente no software SPSS, com respeito às normas éticas. **Resultados:** Espera-se que os dados apontem as principais barreiras encontradas pelas famílias, como problemas logísticos relacionados ao tempo de espera e agendamento, limitações financeiras para transporte e manutenção de dietas adequadas, além da falta de motivação das crianças e adolescentes em participar das atividades propostas. A ausência de suporte psicológico e a dificuldade em manter hábitos saudáveis de forma contínua também devem aparecer como fatores que comprometem a adesão. **Conclusão:** A partir dos achados, será possível propor estratégias que favoreçam a adesão, como programas acessíveis, orientações alimentares adaptadas à realidade de cada família, incentivo à prática regular de atividades físicas e acompanhamento psicológico individualizado. A valorização dos aspectos emocionais pode contribuir para uma abordagem mais humanizada, capaz de reduzir a prevalência da obesidade infantil no município e promover melhor qualidade de vida aos pacientes.

Palavras-chave: **BARREIRAS; SUPORTE PSICOLÓGICO; HÁBITOS SAUDÁVEIS;**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/65712

MODELO DIDÁTICO EM EMBRIOLOGIA: ALTERAÇÕES UTERINAS

GIOVANA RIBEIRO TELES DE PAIVA; EDUARDA LEMKE ESTEVES; GABRIELA CAROLINA DE SOUZA; KETELLYN MATEUS COELHO; MARIA EDUARDA PRESTES

Introdução: O útero é o órgão interno do aparelho reprodutor feminino que tem um formato similar a uma pêra, sua função é fornecer um ambiente seguro e nutritivo para formação de um bebê durante seu período gestacional, e um abrigo para uma nova vida que nascerá. Porém, pode ser acometido por algumas doenças ou condições que irão alterar a sua anatomia e a sua fisiologia. O papel do enfermeiro é essencial para auxiliar o paciente na prevenção dessas doenças. **Objetivo:** Divulgar o conhecimento a respeito das alterações uterinas através de um modelo didático, para uma melhor visualização e compreensão de como elas são apresentadas no útero. **Metodologia:** Desenvolveu-se como componente curricular da disciplina de Embriologia, em conjunto com a disciplina da Saúde da Mulher, no ano de 2024 pelas acadêmicas da 6ª fase do curso de Graduação em Enfermagem de uma faculdade do nordeste catarinense. O tema escolhido pelas acadêmicas foram as alterações uterinas. Inicialmente, foram utilizados recursos científicos para a pesquisa da temática. As discentes se reuniram para confeccionar o modelo didático, utilizando materiais como biscuit, pincéis, palitos de dente, tinta guache, cola branca e suporte para fixação do material didático. **Resultados:** A partir da aplicação dos métodos descritos, a peça foi apresentada em sala de aula para os demais alunos da turma de graduação em Enfermagem, visando proporcionar uma melhor compreensão das alterações uterinas e como elas se desenvolvem no útero de forma didática. Resultando em um melhor aprendizado e visualização do conteúdo ministrado de forma teórica, reforçando os ensinamentos adquiridos na disciplina de embriologia. **Conclusão**: Com os resultados obtidos espera-se a melhora no aprendizado e aplicação dos conhecimentos adquiridos na prática de forma dinâmica. Assim como aprimorar os conhecimentos acerca do útero, garantindo a eficácia nas consultas de enfermagem, bem como orientações à pacientes que apresentam alguma das alterações apresentadas do modelo anatômico, visto que, é atribuição do enfermeiro as ações em educação em saúde, por isso se torna imprescindível auxiliar na explicação referente à importância dos exames e métodos de prevenção da incidência destas alterações.

Palavras-chave: **ENFERMAGEM; SAÚDE DA MULHER; ÚTERO**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/65726

EDUCAÇÃO EM SAÚDE BUCAL: ABORDAGENS E PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

LUCINEIDE SILVA DE ARAÚJO; LARISSA APARECIDA GARCIA DOS REIS; CLÁUDIA SOUSA SOARES; TÂNIA VIEIRA DA SILVA; ELOIZA DE LIMA MORAES

RESUMO

O objetivo deste artigo é ressaltar a necessidade de tratar da saúde bucal de maneira educativa nas instituições de ensino, com o intuito não apenas de prevenir doenças, mas também de cultivar hábitos saudáveis e aumentar a consciência sobre a importância da higiene oral. Manter a saúde da boca é essencial para assegurar que a digestão ocorra de forma eficaz e para ter um bom desempenho na fala, já que os dentes ajudam na pronúncia das palavras. A metodologia desse trabalho foi de cunho qualitativo, baseada em uma pesquisa bibliográfica. No entanto, ainda existe uma grande parte da população que se preocupa pouco ou nada com a saúde bucal. Neste texto, é abordado o papel fundamental da educação e da promoção da saúde dental nas escolas, ressaltando os benefícios de tratar esse assunto de maneira informativa e preventiva. Serão analisados os efeitos de uma boa saúde dental na qualidade de vida de jovens e crianças, além de destacar a importância da escola como um espaço ideal para incentivar hábitos saudáveis e formar pessoas que compreendem a relevância dos cuidados dentários. Para que esses objetivos sejam alcançados, é fundamental desenvolver e apoiar iniciativas comunitárias que favoreçam a conscientização sobre saúde e a mobilização da sociedade em temas relacionados à saúde. As abordagens de prevenção que envolvem o uso de flúor, com ou sem ações educativas específicas, têm sido amplamente adotadas. Por isso, é muito importante que as escolas implementem ações de prevenção, especialmente na área da saúde, buscando fazer com que os alunos prestem mais atenção nos cuidados com os dentes e na saúde de um modo geral.

Palavras-chave: Escola; Conscientização; Prevenção.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo se justifica pela relevância da educação e o incentivo à saúde bucal nas escolas é um assunto significativo e essencial para o crescimento completo de jovens e crianças. O ensino de saúde nas aulas escolares representa um desafio para assegurar que os alunos aprendam de forma eficaz, mudem suas atitudes e adotem hábitos saudáveis. Apesar de oferecer informações sobre como o corpo funciona, as características das doenças e práticas de higiene, isso pode não ser suficiente para que os estudantes desenvolvam e mantenham comportamentos de saúde positivos.

As diretrizes de saúde dental do SUS têm como objetivo transformar a atuação na odontologia, integrando assistentes, introduzindo inovações tecnológicas e promovendo ações de saúde coletivas nas escolas. O intuito é modificar as características epidemiológicas e aumentar a cobertura da população, além de contribuir para a formação da cidadania.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/65799

No Brasil, há ainda uma alta taxa de problemas relacionados à saúde bucal e acesso limitado a serviços de odontologia, portanto, esta proposta educacional tem como objetivo capacitar os professores do ensino fundamental para que possam ensinar aos alunos a relevância da saúde bucal e do bem-estar em geral.

A educação em saúde bucal é um meio pelo qual as pessoas adquirem informações, se tornam conscientes e aprimoram as habilidades necessárias para manter a saúde dos dentes. Assim, trata-se de oportunidades de aprendizado. Diferentes profissionais devem realizar a promoção da saúde bucal. A introdução de temas relacionados à saúde bucal nas aulas, enfatizando informações práticas e uma política alimentar que ofereça opções saudáveis na cantina, são iniciativas que as escolas podem implementar. Nesse contexto, acreditamos que o professor deve atuar como um facilitador que oferece aos alunos os conhecimentos fundamentais essenciais para a educação em saúde bucal.

O objetivo deste artigo é ressaltar a necessidade de tratar da saúde bucal de maneira educativa nas instituições de ensino, com o intuito não apenas de prevenir doenças, mas também de cultivar hábitos saudáveis e aumentar a consciência sobre a importância da higiene oral.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Foi adotada a metodologia qualitativa que envolveu revisão bibliográfica e análise de estudos científicos relevantes sobre o tema. Foi realizado um levantamento extensivo de literatura científica e artigos acadêmicos relacionados à importância da educação e promoção da saúde bucal no contexto escolar.

Com a análise dos estudos escolhidos e a revisão literária, o artigo foi organizado em partes lógicas, incluindo a introdução, os principais tópicos e a conclusão. Cada parte foi elaborada com base nas informações coletadas na revisão bibliográfica, com o uso de citações de autores importantes para apoiar as afirmações e argumentos expostos.
Entre os autores utilizados para embasar o texto, destacam-se Oliveira & Matos (2018),

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A saúde bucal é um aspecto que afeta diretamente a qualidade de vida de indivíduos. Questões relacionadas aos dentes podem resultar em dor, dificuldades na alimentação, problemas na fala e uma autoestima reduzida. Por esta razão, é vital que as crianças recebam orientação desde cedo sobre a importância de manter a saúde bucal. Nesse contexto, a escola se torna um local ideal para promover a educação sobre saúde bucal. Os educadores podem integrar na programação curricular atividades educativas, como palestras, jogos e discussões, que tratem de tópicos como a escovação adequada, a utilização do fio dental, hábitos alimentares saudáveis e consultas regulares ao dentista. Ademais, as instituições escolares podem estabelecer parcerias com profissionais de odontologia, que podem realizar atividades práticas e preventivas, como a aplicação de flúor, orientações sobre cuidados de higiene bucal e exames dentários. Ao apresentar a relevância da educação e da promoção da saúde bucal no ambiente escolar, buscamos enfatizar a importância de capacitar crianças e adolescentes a reconhecerem os cuidados com sua saúde bucal, com o objetivo de favorecer não apenas a beleza do sorriso, mas também uma qualidade de vida superior.

Atuando como um método de ensino, a Educação em Saúde bucal para crianças do ensino fundamental, precisa cultivar um pensamento crítico e reflexivo. Isso possibilita a compreensão da realidade e a sugestão de ações que promovam mudanças, ajudando o indivíduo a se tornar autônomo como um agente histórico e social. Assim, ele pode participar e opinar nas decisões sobre a saúde, cuidando de si mesmo, de sua família e da comunidade.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/65799

A preocupação com a saúde bucal não é recente no país. De acordo com Oliveira & Matos (2018):

> No Brasil, os cuidados para com a saúde bucal das crianças constituíram-se em problemática emergente desde os finais do século XIX, o que suscitou, desde então, estudos e pesquisas elaborados por dentistas, médicos, educadores e sociedades civis organizadas (p. 1262).

A saúde bucal, que faz parte da saúde total, está ligada às condições sociais, culturais e econômicas da população. As condições de alimentação, moradia, emprego, renda, ambiente, transporte, lazer, liberdade, e o acesso a serviços de saúde e informações têm um impacto direto na saúde bucal. Portanto, a busca por uma boa saúde bucal está intimamente conectada à luta por melhorias nos fatores sociais, políticos e econômicos.

Vários pesquisadores destacam a importância da educação e da informação sobre cuidados com a saúde bucal. A falta de conhecimento sobre a higiene bucal é um ponto importante a ser considerado, pois, apesar de haver informação nas mídias grandes, ela não alcança todas as partes da população de forma igual e muitas vezes não é entendida de maneira a gerar conhecimento e independência nos cuidados de saúde. É essencial valorizar programas educativos de odontologia que identifiquem e analisem as necessidades das comunidades com pouco acesso aos serviços odontológicos.

Nesse sentido, nota-se que um dos principais agravos bucais que afetam esse grupo é a cárie nos dentes. Esta mostra uma alta frequência e ocorrência na saúde infantil, em termos de mundial (Meneses et al., 2021).

A relevância da educação sobre cuidados com a saúde bucal nas escolas tem se mostrado cada vez mais clara, principalmente por causa da necessidade de informar crianças e adolescentes sobre como é essencial cuidar da saúde dos dentes. Manter a saúde bucal é crucial para o bem-estar geral, influenciando não só a saúde física, mas também a autoestima e a qualidade de vida. Por isso, as escolas têm um papel importante na formação de hábitos saudáveis e na conscientização dos jovens sobre a higiene dos dentes. Muitas vezes, a saúde bucal é esquecida, principalmente entre os jovens, que podem não perceber completamente os perigos e as consequências de não cuidarem adequadamente dos dentes. Pinto (2000), destaca que a educação em saúde bucal (ESB) é uma atividade essencial na promoção da saúde, necessitando de atributos específicos que englobam práticas e saber. Problemas como cáries, gengivite e mau hálito são problemas dentários que podem causar dor e desconforto, além de prejudicar a alimentação e a comunicação das crianças. Pesquisas indicam que, se não tratados, esses problemas dentários podem impactar negativamente o desempenho escolar e o desenvolvimento social e emocional dos pequenos.

Diante dessa situação, é essencial que a educação sobre saúde bucal seja incorporada nas escolas. As instituições de ensino podem oferecer informações e orientações necessárias sobre cuidados com os dentes, ajudando na prevenção de doenças e incentivando hábitos saudáveis desde a infância. Professores podem se envolver ativamente nesse processo, incluindo atividades educativas no currículo, como palestras, jogos interativos e discussões sobre a importância da escovação adequada, do uso de fio dental, de uma alimentação saudável e de consultas regulares ao dentista.

Além disso, as escolas podem criar parcerias com profissionais da odontologia, que poderão oferecer apoio e realizar atividades práticas, como a aplicação de flúor, instruções sobre higiene bucal e exames dentários. Essas iniciativas não só ajudam a prevenir problemas dentários, mas também aumentam a conscientização sobre a saúde bucal como uma parte importante da saúde em geral.

A conexão entre educação e saúde bucal é extremamente valiosa para criar uma consciência forte sobre cuidados com a boca desde a infância. Por meio da educação, é viável

DOI: 10.51161/iv-conpeds/65799

oferecer informações e orientações necessárias para prevenir doenças e manter a saúde bucal. Muitos autores ressaltam a importância dessa relação e os benefícios que ela traz.

A educação voltada para a saúde bucal é essencial para incentivar hábitos saudáveis e evitar doenças dentárias. Saber a importância de escovar os dentes corretamente, utilizar fio dental, ter uma alimentação saudável e ir ao dentista regularmente são aspectos cruciais para prevenir problemas bucais.

Adicionalmente, a educação em saúde bucal ajuda na formação de indivíduos que são autônomos e responsáveis por sua própria saúde.

Além disso, é importante ressaltar que para obter um ótimo desempenho nas suas responsabilidades de educação em saúde, a avaliação do público-alvo e da metodologia utilizada são fundamentais na eficácia de uma melhor absorção da sabedoria acumulada, além de estimular um aumento no envolvimento no processo de alteração de comportamentos (Meneses et al., 2021).

Nesse sentido, a formação em saúde bucal nas escolas também causa uma alteração nos comportamentos de jovens e crianças. Segundo observado, quando os alunos aprendem sobre a importância de cuidar da boca, eles tendem a ter hábitos de higiene mais regulares e a procurar atendimento profissional quando necessário. Prevenir doenças bucais é crucial para assegurar a saúde dental e o bem-estar das pessoas, principalmente dos jovens. Adotar práticas de higiene bucal corretas e entender os fatores que levam ao surgimento de problemas bucais são passos essenciais nesse caminho. Vários autores destacam a relevância da prevenção para impedir complicações dentárias.

A saúde e a educação são fundamentais na existência humana, tendo um impacto significativo na sua qualidade. Ambas estão interconectadas, pois não é possível ter saúde sem educação, assim como a falta de saúde impede o aprendizado. Portanto, as práticas de ensino se tornam extremamente importantes nas iniciativas de saúde. Essas abordagens educativas devem se basear no desenvolvimento das habilidades humanas e na capacidade de mudar a realidade, sendo parte dos direitos básicos de todos.

Apesar de a educação, isoladamente, não ter o poder de garantir a saúde ideal para a população, pode oferecer ferramentas que permitem às pessoas adquirir autonomia e entendimento na seleção de condições mais saudáveis. A Educação para a Saúde, ao serem promovida e protegida, é igualmente uma estratégia para a obtenção dos direitos de cidadania (Brasil, 1997).

A relevância de incluir a Educação para a Saúde nas escolas se dá porque a falta de informação pode dificultar ou impedir decisões acertadas. Ademais, ao promover a saúde nas instituições de ensino, é possível estimular as esperanças e habilidades de jovens e crianças. O potencial de melhorar o mundo se torna ilimitado, uma vez que, se estão saudáveis, eles podem aproveitar ao máximo cada chance de aprender. Nos primeiros anos de vida, a criança adquire hábitos, conceitos de higiene e comportamentos em relação à sociedade e à família, que, no fim, formarão sua personalidade e influenciarão seu estilo de vida no futuro.

4 CONCLUSÃO

Com o presente estudo conclui-se que, a educação em saúde bucal na escola é uma ferramenta poderosa para a promoção da saúde e também a prevenção de doenças bucais, com impactos positivos na qualidade de vida e no desenvolvimento integral das crianças e jovens. O investimento em programas bem estruturados, que utilizam metodologias participativas e envolvem a comunidade escolar e familiar, é essencial para garantir um futuro com mais sorrisos saudáveis.

É observado que a forma como os alunos cuidam da saúde e higiene bucal depende da vontade e compreensão de cada um. Contudo, é essencial mostrar que a saúde bucal impacta

DOI: 10.51161/iv-conpeds/65799

não só a boca, mas também todo o corpo e a vida diária da pessoa. É importante que atitudes voltadas para a saúde dos alunos sejam apresentadas na escola com o objetivo de permitir que os professores considerem outras abordagens que integrem diferentes disciplinas e se preparem para auxiliar os alunos no desenvolvimento de uma visão crítica, plural e inclusiva sobre como os cuidados de higiene influenciam sua saúde, bem-estar e interação social.

As ações educativas em saúde bucal realizadas com estudantes geram um impacto benéfico na promoção de saúde dental para os jovens, ocasionando um aumento na sua percepção sobre a relevância dos cuidados com a saúde bucal.

O ensino pode gerar uma influência benéfica nos alunos e na comunidade em geral
A principal missão da escola é criar maneiras de ensinar e aprender, porque ela é muito importante para formar e agir das pessoas em todas as partes da vida social. Com a ajuda de outras instituições, a escola pode influenciar bastante a formação dos alunos para entenderem seus direitos e responsabilidades e para a construção da cidadania.

REFERÊNCIAS

Brasil 1997. **Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente, saúde (9).** Secretaria de Educação Fundamental, Brasília.

Meneses, P. V. S. et al. **Atividades lúdicas para promoção de saúde bucal em escolares**: revisão de literatura. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 13, n. 2, p. 1-10, 2021.

Oliveira, I. B., & Matos, M. I. S. (2018) **“Para maior glória do nosso Brasil”: educação e cuidados para a saúde bucal infantil**, 1912-1940. História, Ciências, Saúde –Manguinhos, Rio de Janeiro, 25(4), 12. 1261-1279.

Pinto VG. **Saúde bucal coletiva** (4 ed.). Santos, 2000, São Paulo.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/65799

GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS NA SAÚDE

JOSÉ CLÁUDIO DA SILVA JUNIOR; ITALO VALDEVINO DA SILVA

Introdução: A gestão de recursos humanos na saúde constitui um dos principais desafios para a sustentabilidade e qualidade do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente em unidades de pequeno e médio porte, onde a limitação de profissionais impacta diretamente na resolutividade e na satisfação dos usuários. O dimensionamento adequado da força de trabalho, associado à valorização e capacitação contínua, é essencial para garantir assistência segura, eficiente e humanizada. **Objetivo:** Analisar a importância da gestão de recursos humanos no fortalecimento da qualidade assistencial, com ênfase no dimensionamento de pessoal e na valorização da equipe multiprofissional. **Metodologia:** Trata-se de uma análise descritiva fundamentada em experiência de gestão em serviços hospitalares, com observação de práticas de dimensionamento, estratégias de educação permanente e mecanismos de motivação profissional. **Resultados:** Observou-se que, em contextos de restrição orçamentária, a ausência de planejamento estratégico para alocação de profissionais gera sobrecarga de trabalho, aumento de afastamentos por adoecimento, redução da produtividade e comprometimento da segurança do paciente. Por outro lado, a implementação de ferramentas de gestão, como planilhas de dimensionamento de pessoal, protocolos de cuidado padronizados e investimentos em educação permanente, contribuiu para a melhoria da comunicação entre equipes, redução de falhas assistenciais e fortalecimento do vínculo com os usuários. A valorização profissional, por meio de capacitação, reconhecimento e incentivo à participação nos processos decisórios, demonstrou impacto positivo no clima organizacional e na qualidade do cuidado prestado. **Conclusão:** A gestão de recursos humanos é eixo central para o fortalecimento da qualidade nos serviços de saúde. O dimensionamento adequado, aliado a políticas de valorização e qualificação contínua, favorece não apenas a melhoria dos indicadores de saúde, mas também a preservação da dignidade e da motivação dos trabalhadores. Investir em gestão de pessoas é investir na efetividade do SUS e na consolidação de um modelo assistencial mais justo e sustentável.

Palavras-chave: **DIMENSIONAMENTO; QUALIDADE ASSISTENCIAL; VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/65839

GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO EM SERVIÇOS DE SAÚDE

JOSÉ CLÁUDIO DA SILVA JUNIOR; ITALO VALDEVINO DA SILVA

Introdução: A gestão estratégica em serviços de saúde é fundamental para a eficiência, sustentabilidade e qualidade da assistência no Sistema Único de Saúde (SUS). O planejamento estratégico permite organizar recursos, otimizar processos, melhorar a integração entre níveis de atenção e responder adequadamente às demandas populacionais, sendo essencial para a consolidação de serviços de saúde mais resolutivos e equitativos. **Objetivo:** Analisar, por meio da literatura científica, práticas de gestão estratégica e planejamento em unidades de saúde, destacando seus impactos na organização, qualidade do atendimento e eficiência dos serviços. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa, realizada em bases nacionais e internacionais, considerando artigos científicos, relatórios institucionais e documentos oficiais publicados nos últimos dez anos. Foram selecionados estudos que abordavam modelos de planejamento estratégico, metodologias de implementação, ferramentas de monitoramento e avaliação, bem como experiências de integração entre atenção primária, média e alta complexidade. **Resultados:** A revisão evidenciou que unidades que adotam práticas estruturadas de planejamento estratégico apresentam maior capacidade de organização dos recursos humanos, materiais e financeiros, melhoria na comunicação interna e maior efetividade na prestação de serviços. Ferramentas como indicadores de desempenho, planos de metas e análise SWOT mostraram-se eficazes para identificar prioridades, reduzir desperdícios e promover decisões baseadas em evidências. Além disso, o planejamento estratégico favorece a integração entre diferentes níveis de atenção e fortalece a participação da equipe multiprofissional nos processos decisórios. **Conclusão:** A gestão estratégica e o planejamento em saúde se configuram como instrumentos centrais para o fortalecimento da qualidade assistencial, eficiência organizacional e sustentabilidade dos serviços de saúde. A adoção de metodologias estruturadas permite não apenas otimizar recursos, mas também melhorar a capacidade de resposta às necessidades da população, promovendo maior resolutividade, equidade e efetividade no SUS.

Palavras-chave: **EFICIÊNCIA ORGANIZACIONAL; INTEGRAÇÃO ASSISTENCIAL; PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/65840

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE NO ENFRENTAMENTO DO ESTIGMA RELACIONADO AO HIV E AIDS

THAÍS ESTHER DA SILVA DE SOUSA

Introdução: O Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) é o agente causador da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), condição caracterizada pela progressiva fragilidade do sistema imunológico e maior suscetibilidade a infecções oportunistas. Apesar dos avanços científicos e da ampliação do acesso à terapia antirretroviral, que permite qualidade de vida e longevidade às pessoas vivendo com HIV/AIDS, o estigma e o preconceito ainda persistem. Essas barreiras sociais dificultam a adesão ao tratamento, a prevenção e a inclusão social, sendo reforçadas por fatores culturais e pela falta de informação. Nesse contexto, a educação em saúde surge como uma ferramenta essencial para promover conhecimento, reduzir medos infundados e favorecer a aceitação. **Objetivo:** Analisar a importância da educação em saúde no enfrentamento do estigma relacionado ao HIV/AIDS, destacando seu papel na promoção da informação e na redução de barreiras sociais e culturais. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, realizada nas bases SciELO, PubMed e LILACS. Foram utilizados os descritores: “educação em saúde”, “HIV” e “estigma social”. Foram incluídos artigos publicados entre 2020 e 2025, em português, que abordaram a relação entre práticas educativas em saúde e o enfrentamento do estigma associado ao HIV/AIDS. **Resultados:** Os estudos analisados evidenciam que programas de educação em saúde, quando realizados de forma dialógica e inclusiva, contribuem para a desconstrução de preconceitos e para a melhoria da percepção da comunidade em relação às pessoas vivendo com HIV/AIDS. Estratégias como rodas de conversa, campanhas educativas, inserção do tema no ambiente escolar e capacitação de profissionais de saúde mostraram-se eficazes na redução do estigma. Além disso, a educação em saúde favorece o empoderamento dos indivíduos, fortalecendo a adesão ao tratamento e a busca por serviços de saúde, além de contribuir para a prevenção de novas infecções. **Conclusão:** A educação em saúde é uma estratégia indispensável no enfrentamento do estigma relacionado ao HIV/AIDS, pois promove informação acessível, conscientização social e acolhimento. Investir em ações educativas permanentes, intersetoriais e culturalmente sensíveis é fundamental para a promoção da equidade, a redução do preconceito e a melhoria da qualidade de vida das pessoas vivendo com HIV/AIDS.

Palavras-chave: **EDUCAÇÃO EM SAÚDE; ESTIGMA SOCIAL; PREVENÇÃO;**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/65974

ABORDAGENS EDUCACIONAIS E DE SAÚDE PARA A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

ROSENILDA SALES DA SILVA REGES; CLÁUDIA SOUSA SOARES; MARUZEA ANISIA DA SILVA; ANA MARIA ANDRADE DE ALMEIDA PARENTE; KATIUCIA SEVERINO DA SILVA LOTTERMANN

RESUMO

Este estudo objetiva-se analisar o contexto da revelação do diagnóstico do autismo na escola e o impacto deste nas relações familiares e compreender a inclusão dos alunos TEA no ensino regular. Esta pesquisa tem uma abordagem qualitativa, através de uma análise exploratória. No entanto, este artigo apresenta uma pesquisa de cunho bibliográfico, que buscou dados em textos, livros, artigos e outros materiais científicos já publicados, usados para embasamento. Em certas ocasiões, a identificação de uma doença por parte dos profissionais de saúde ocorre de maneira quase automática, sem levar em conta as emoções e como o paciente e seus familiares irão responder. O bem-estar de crianças autistas depende da identificação precoce, que deve ser realizada o mais cedo possível, idealmente antes dos três anos, para que os tratamentos e estímulos sejam mais eficazes. Além disso, é fundamental que os responsáveis estejam cientes dos direitos das crianças autistas, incluindo o acesso a medicamentos gratuitos e terapias. Portanto, é importante entender a pessoa com autismo e as dificuldades que surgem durante a inclusão na educação. Isso permite que se inicie uma discussão sobre o tema, onde os profissionais enfrentam desafios ao incluir esses indivíduos, as famílias lidam com a identificação das questões e, acima de tudo, as pessoas autistas lutam por seus direitos nas escolas, buscando aceitação e inclusão de suas necessidades. Entretanto, espera-se que esta pesquisa ajude a avaliar o conhecimento dos trabalhadores da saúde em relação às características do autismo e seu impacto na família. Além disso, busca-se incentivar uma reflexão entre os educadores em suas atividades de ensino, investigação e administração sobre novas formas de melhorar ações e intervenções na área de saúde, como a criação de centros educacionais.

Palavras-chave: Diagnóstico; Criança; Escola.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo se justifica pela importância das estratégias de saúde nas escolas destinadas a estudantes autistas, o que busca garantir uma inclusão adequada e o crescimento completo do aluno. Isso inclui fazer adaptações no ambiente, oferecer apoio personalizado, promover habilidades sociais e manter comunicação com as famílias. A cooperação entre profissionais da saúde e educação é fundamental, assim como a conscientização da comunidade escolar. Além disso, é importante usar métodos de ensino personalizados e criar um ambiente acolhedor e bem organizado, que respeite a diversidade e incentive a total participação do aluno autista.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66020

Diante disso, algumas perguntas surgem a partir de pesquisas feitas: as escolas regulares realmente estão integrando esses alunos nas salas de aula? Os educadores têm a formação e a qualificação necessárias para criar métodos de ensino diversificados, ou isso permanece apenas na teoria? As famílias estão cumprindo seu papel como deveriam?

É importante ressaltar que o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um distúrbio do desenvolvimento neurológico que impede que a criança desenvolva suas habilidades cognitivas, resultando em dificuldades na interação, comunicação e comportamentos, entre outras questões que dificultam seu desenvolvimento pleno na sociedade.

Percebe-se que, em algumas situações, crianças com TEA não conseguem se desenvolver tão rapidamente quanto seus pares, pois necessitam de mais atenção e métodos de ensino adaptados. Portanto, os professores devem integrar esses alunos nas salas de aula, juntamente com os outros estudantes. Apesar da formação e dos conhecimentos teóricos adquiridos, a prática continua a ser um desafio para os educadores, pois os alunos com TEA podem se sentir inseguros e já enfrentam dificuldades de aceitação.

No entanto, este estudo objetiva-se analisar o contexto da revelação do diagnóstico do autismo na escola e o impacto deste nas relações familiares e compreender a inclusão dos alunos TEA no ensino regular.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa tem uma abordagem qualitativa, através de uma análise exploratória. No entanto, este artigo apresenta uma pesquisa de cunho bibliográfico, que buscou dados em textos, livros, artigos e outros materiais científicos já publicados, usados para embasamento. A questão de pesquisa apresentada por autores renomados. Inicialmente, tratará do conceito de autismo e seu diagnóstico, depois se trata da Educação Inclusiva, a Política Nacional da Educação Especial. Esta pesquisa foi baseada em obras e leituras de outros autores, tendo como base livros, artigos, revistas e dissertações para a coleta de informações.

Para tanto, foi adotado como referencial teórico Brasil (2012), Ferreira (2021), Klin (2006), MEC/SEESP (2007), Oliveira (2021), entre outros.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na antiguidade, pessoas com deficiência eram eliminadas e, por muitos séculos, não puderam participar da vida social e nem obter educação formal devido às suas restrições. Naquela época, o indivíduo com deficiência era visto como inferior, e todos os seus direitos, inclusive o direito à vida, foram desconsiderados, pois crianças com deficiências eram mortas logo após o nascimento. Ao notar a deficiência no desenvolvimento da criança, é frequente que ela seja eliminada ou deixada à própria sorte.

Frequentemente, bebês que apresentam Transtorno do Espectro Autista demonstram comportamento diferenciado ao se aconchegarem e quando fazem contato visual. Embora alguns desses bebês possam ficar angustiados ao serem separados dos pais, eles não costumam buscar conforto nos pais como crianças típicas. Crianças mais velhas geralmente preferem brincar sozinhas e têm dificuldade em formar laços íntimos fora do círculo familiar. Ao interagir com seus pares, elas podem ter dificuldades em realizar contato visual e em usar expressões faciais para se conectar socialmente. Além disso, podem encontrar desafios para entender o humor e as expressões de outras pessoas. Reconhecer o momento certo de falar em uma conversa e identificar comentários inapropriados ou feridos pode ser complicado para essas crianças, levando os outros a considerá-las diferentes ou peculiares, o que resulta em isolamento social.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66020

Os obstáculos para a inclusão de alunos com TEA ainda são muitos. Muitas pessoas, inclusive profissionais da educação, não têm compreensão sobre o transtorno. Além disso, as escolas enfrentam a escassez de recursos e a ausência de profissionais qualificados que possam dar suporte a esses estudantes. Frequentemente, são contratados trabalhadores com apenas o ensino médio, que carecem do conhecimento necessário para realmente "ajudar" os alunos.

Diante disso, algumas perguntas surgem a partir de pesquisas feitas: as escolas regulares realmente estão integrando esses alunos nas salas de aula? Os educadores têm a formação e a qualificação necessárias para criar métodos de ensino diversificados, ou isso permanece apenas na teoria? As famílias estão cumprindo seu papel como deveriam?

É importante lembrar que os autistas possuem suas particularidades, como seletividade, além de diferentes níveis e graus. Para interagir com eles, é essencial entender o transtorno, pois o suporte deve ter como objetivo auxiliar no aprendizado do aluno, e não apenas acompanhar. Este é um dos maiores desafios da inclusão nas escolas. Como diz o MEC/SEESP (2007),

> O atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos 7 Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. (MEC/SEESP, 2007, p. 02).

A partir da Declaração de Salamanca (1994), a Educação Inclusiva é compreendida como um processo educacional em que todos os alunos, independentemente de terem ou não deficiências, devem ser ensinados em conjunto, recebendo o suporte necessário na faixa etária apropriada dentro das escolas regulares.

Vale ressaltar que após muitos anos de batalhas, foram estabelecidos diversos decretos e legislações com a finalidade de assegurar uma qualidade de vida superior para as pessoas com deficiência, como o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, que promoveu a noção de escola inclusiva em todo o território nacional.

Por volta de 1911, o psiquiatra Eugen Bleuler introduziu a palavra "autismo" ao investigar traços relacionados à esquizofrenia (NOSSOL e ALBRECHT, 2022, p. 03). Contudo, foi o cientista Leo Kanner quem desempenhou um papel crucial na compreensão desse fenômeno, ao ser o pioneiro a mencionar o autismo em 1943, recebendo assim o reconhecimento como o precursor desse diagnóstico.

> O termo Autismo foi nomeado pelo psiquiatra Leo Kanner tendo como base a terminologia originalmente concebida por seu colega suíço Eugen Bleuler em 1911, Bleuler iniciou o estudo na área ele foi o primeiro que utilizou o termo "Autismo" que deriva do grego "Autos", que quer dizer volta-se para si mesmo. Para descrever o afastamento do mundo exterior observando em adultos com esquizofrenia, que tende a mergulhar em suas próprias fantasias e pensamentos. (GÓMEZ E TERÁN, 2014, p. 447).

Nesse cenário, a inclusão de uma criança com deficiência em uma escola regular deve ser encarada não apenas como um dever, mas como uma abordagem baseada em um modelo educacional que promove a diversidade e os direitos humanos. Trata-se de um processo social complexo que resulta de ações de indivíduos.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66020

Atualmente, é compreendido que o autismo, denominado TEA (Transtorno do Espectro Autista), impacta o sistema nervoso, prejudicando a interação social e a comunicação com os outros. Um dos primeiros sinais é o isolamento do indivíduo da realidade, vivendo em um mundo interno e apresentando comportamentos atípicos. Esse distúrbio geralmente é identificado na infância, antes dos 3 anos de idade, notado pelos familiares e pessoas mais próximas. Oliveira (2021, p. 10), afirma que:

> o Transtorno do Espectro Autista apresenta características específicas, como a dificuldade de manter o contato visual; ecolalia, que é uma forma de afasia em que o paciente repete mecanicamente palavras ou frases que ouve; estereotipias, que são as repetições e rituais que podem ser linguísticos, motores e até mesmo de postura, interesses restritos, dificuldade de comunicação, linguagem expressiva e comunicativa.

Conforme já indicado, ao longo da história, indivíduos com deficiência foram tratados de diversas maneiras pela sociedade. Apesar disso, essas pessoas quase sempre estavam segregadas, o que, de certa maneira, ainda acontece.

Assim, os sinais dos déficits do autismo na rotina das crianças são visíveis. A ausência ou demora no aprimoramento da linguagem falada pode resultar em um déficit na comunicação/linguagem. No caso do autismo, a ausência de reciprocidade, as dificuldades de socialização e o comprometimento nas interações com os outros são comuns. Um outro ponto observado no autismo é a deficiência comportamental, que está ligada à necessidade do autista de criar uma rotina, além de movimentos repetitivos e estereotipias, que são frequentes na maioria das situações.

O transtorno do Espectro Autista pode ser categorizado em graus e níveis conforme Ferreira (2021, p. 10), os níveis de autismo podem oscilar entre leve, moderado e grave, e os indicadores comportamentais incluem: atraso na linguagem, escasso contato visual, reações emocionais a mudanças na rotina, restrições alimentares, entre outros.

Dessa forma, vários fatores podem atrasar o diagnóstico precoce do autismo, como a falta de testes específicos para a condição, já que o diagnóstico se baseia principalmente na história da criança. Além disso, a diversidade dos sintomas e a falta de capacitação adequada para os profissionais que tratam desse distúrbio também são questões importantes a serem consideradas. Segundo Klin (2006):

> 1) atraso e desvio sociais não só como função de retardo mental; 2) problemas de comunicação, não só em função de retardo mental associado; 3) comportamentos incomuns, tais como movimentos estereotipados e maneirismos; 4) início antes dos 30 meses de idade" (Klin, 2006, pg.04).

Nesse cenário, a inclusão de uma criança com deficiência em uma escola regular deve ser encarada não apenas como um dever, mas como uma abordagem baseada em um modelo educacional que promove a diversidade e os direitos humanos. Trata-se de um processo social complexo que resulta de ações de indivíduos.

A inclusão social é mais do que apenas um movimento; é uma estratégia política que deve promover a igualdade entre as pessoas. Isso significa que as características de cada grupo devem ser consideradas, incluindo seus valores morais, e que as soluções devem ser justas (Aranha, 2000).

Para além do engajamento da comunidade escolar e da sociedade, é essencial que a escola disponha das condições adequadas para atender às necessidades desses alunos e assegurar seu acesso e permanência. É vital que os professores se concentrem nas habilidades de cada aluno, atendendo às suas necessidades específicas. Assim, esses alunos se sentirão incluídos e, consequentemente, aprenderão de forma mais eficaz.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66020

Nesse contexto, o transtorno do Espectro Autista pode ser classificado em níveis e graus. Segundo Ferreira (2021, p. 10), os graus de autismo podem variar de leve a grave, e os sinais comportamentais incluem: atraso na fala, contato visual reduzido, reações emocionais diante de mudanças na rotina, seletividade alimentar e apego excessivo a objetos, sendo importante frisar que nem sempre as crianças manifestam todos esses sinais.

Vários autistas enfrentam dificuldades relacionadas ao sono. Frequentemente, esses problemas surgem como resultado de outras condições ou comportamentos, como desafios sensoriais, hiperatividade, falta de atenção, altos níveis de estresse, alterações na rotina, crises epilépticas, entre outros fatores.

Além disso, existem causas que estão diretamente associadas ao sono, como a apneia e os pesadelos. Normalmente, as questões de sono podem ser abordadas conforme a causa, seja com o uso de medicamentos ou por meio de tratamentos psicológicos.

Portanto, uma das questões clínicas mais frequentes e discutidas no autismo diz respeito às sensibilidades sensoriais. Muitas pessoas no espectro autista têm reações incomuns quando estão expostas a certos sons, visões, toques, texturas, luzes, sabores e cheiros. Isso afeta diretamente como o autista se relaciona com os ambientes, especialmente em lugares onde é difícil controlar as situações, como escolas, parques, festas, shoppings, cinemas, teatros e na rua. É mais fácil notar casos claros, como a presença de luzes brilhantes, alarmes ou tecidos ásperos, que podem desencadear crises de nervos. No entanto, é importante observar o autista de forma cuidadosa para descobrir se existem outros estímulos menos evidentes que causem estresse.

Dessa forma, autismo se expressa de várias formas dependendo dos níveis envolvidos, mas a principal característica está na comunicação e na interação social. Geralmente, uma pessoa autista leva mais tempo para começar a falar e tende a se afastar dos outros. Cada indivíduo é único, e isso também se aplica ao autismo, resultando em diversas maneiras de se manifestar. Contudo, existem características comuns, como dificuldade em manter contato visual, não responder quando chamado pelo nome, ignorar sorrisos, não apreciar toques, beijos ou abraços, não alterar o comportamento na presença de estranhos, dificuldades em fazer amigos, brincar com objetos de uma forma particular e serem atraídos por coisas que giram, como hélices de ventiladores ou rodas de carros. Muitas pessoas autistas têm uma resistência à dor e precisam de repetições para aprender algo novo.

Portanto, um indivíduo com esse transtorno pode apresentar uma variedade de características, variando de formas mais leves a aquelas que exigem assistência significativa no dia a dia. O transtorno do Espectro Autista está se tornando mais comum em todo o mundo, afetando principalmente meninos, por isso é fundamental entender essa condição e suas nuances.

Diante deste panorama, as teorias científicas começam a integrar esse contexto, buscando uma abordagem racional para a inclusão. Em seguida, surgiu o paradigma de serviços. Esse modelo propunha a reintegração de pessoas com necessidades especiais na sociedade, oferecendo o suporte necessário para que pudessem estabelecer seu lugar no mundo.

4 CONCLUSÃO

Este estudo ofereceu uma compreensão mais profunda sobre o TEA e os desafios que enfrenta na inclusão no ensino regular. Apesar das diversas dificuldades, a Lei garante a inclusão do TEA nas escolas regulares, mas a implementação ainda está em progresso. Isso acontece porque as instituições precisam adaptar essa inclusão, mas muitas vezes não a executam como deveriam. Além disso, a falta de preparação dos profissionais e a escassez de assistentes qualificados são fatores que dificultam a verdadeira inclusão.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66020

Entretanto, a educação continuada contribui para criar um perfil profissional que busca o aprimoramento de habilidades a fim de melhorar o ensino e a aprendizagem, além de desenvolver e fortalecer as estratégias de ensino. Um dos propósitos da educação continuada é incentivar o professor a desenvolver habilidades que melhorem o processo de ensino e as trocas de conhecimentos que ocorrem diariamente na escola.

Assim, quando o assunto é a formação de indivíduos com transtornos do espectro autista (TEA) e outras deficiências, é amplamente a prática comum é a inclusão no sistema de ensino regular. Esse entendimento resultou de campanhas sociais que buscam eliminar a exclusão de pessoas com deficiência nas diversas áreas da vida pública, com o objetivo de criar uma sociedade mais equitativa e solidária.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. **Inclusão Social e Municipalização**. In: Eduardo José Manzini. (Org.). Educação Especial: temas atuais. 1ed. Marília: Unesp - Marília Publicações, 2000.

BRASIL. LEI N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: . Acesso em: 13 nov. 2022.

GÓMEZ, A. M. S.; TERÁN, N. E. **Transtornos de aprendizagem e Autismo**. Cultural, S. A, 2014.

KLIN, Ami, **Autismo e síndrome de asperge**: uma visão geral. Disponível em:< https://doi.org/10.1590/S1516-44462006000500002>. Acesso em 04 de julho de 2024.

MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva,** 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2022.

OLIVEIRA, Sandra; MASSOLIN, Ana. **Estudo sobre a análise do comportamento aplicada (aba) e sua contribuição para a inclusão de crianças com transtorno do espectro autista (tea), graus II e III no ensino fundamental I.** -, [S. l.], pág. 1-20, fev. 2021.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66020

PARÂMETROS LABORATORIAIS EM PESSOAS TRANSGÊNEROS SOB HORMONIOTERAPIA: UMA REVISÃO NARRATIVA

AISLANDER JUNIO DA SILVA; ISABELLA SAMIQUE OLIVEIRA; LUDMILA ELIZABETH DE OLIVEIRA JACOME; RAYANE FERNANDES SILVA; WESLEY MICHELLE MACEDO DA SILVA

Introdução: O século XX trouxe grandes transformações sociais, como a Revolução Sexual, que ampliou debates sobre liberdade e gênero. A partir dos anos 1990, o termo transgênero ganhou destaque com os avanços da hormonioterapia, que alinham corpo e identidade, reduzindo a disforia de gênero. **Objetivo**: Revisar os parâmetros laboratoriais em indivíduos transgêneros sob hormonioterapia e analisar como essa terapia afeta os valores de exames laboratoriais. **Metodologia**: Trata-se de uma revisão narrativa conduzida através das bases de dados PubMed, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e SciELO, abrangendo publicações de 2015 a 2025 nos idiomas português, inglês e espanhol, considerando alterações em exames hematológicos, lipídicos, hepáticos, renais e hormonais relacionados às pessoas transgênero. **Resultados**: Os estudos revisados mostraram que a hormonioterapia para indivíduos transgêneros altera parâmetros clínicos, laboratoriais e corporais, sendo óbvia a influência da hormonioterapia e destacando a necessidade de adaptar as referências laboratoriais bem como protocolos de acompanhamento de saúde destes indivíduos. É possível compreender que parâmetros hematológicos aumentam em homens transgêneros e em mulheres transgêneros, diminuem. No perfil lipídico, tanto em homens e mulheres transgênero ocorre a redução do colesterol de alta densidade (HDL) e aumenta colesterol de baixa densidade (LDL) juntamente com triglicérides. Marcadores hepáticos como alanina aminotransferase (ALT), aspartato aminotransferase (AST), gama glutamil transferase (GGT) e fosfatase alcalina (FAL), podem elevar em ambos os grupos. Em relação à função renal, creatinina e ureia aumentaram em homens transgêneros e diminuem em mulheres transgêneros. Nos parâmetros relacionados ao metabolismo da glicose, a hemoglobina glicada e a glicose em jejum sofrem flutuação pela possível resistência à insulina associada às respostas anabólicas. Foi evidenciado também que marcadores inflamatórios não específicos como a Proteína C Reativa e velocidade de hemossedimentação, podem apresentar-se alterados com hormonioterapia. **Conclusão**: A hormonioterapia em pessoas transgênero provoca alterações laboratoriais que exigem interpretação específica. A ausência de valores de referência e o despreparo profissional ainda limitam o cuidado. Com acompanhamento adequado, a saúde integrada para a pessoa transgênero promove bem-estar e reforça a importância de uma abordagem clínica e social inclusiva.

Palavras-chave: **DISFORIA DE GÊNERO; TRATAMENTO HORMONAL; EXAMES LABORATORIAIS;**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66132

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE NO AMBIENTE ESCOLAR: PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE ENTRE ESTUDANTES

MIRELA TAVARES BATISTA; ISABEL VANESSA DE ASSIS SILVA; DULCELENE OLIVEIRA NUNES; ANA PAULA INÁCIO DA SILVA; MARUZEA ANISIA DA SILVA

Introdução: A escola é um espaço privilegiado para o desenvolvimento integral do ser humano, sendo responsável não apenas pela formação intelectual, mas também pela promoção de valores, atitudes e práticas voltadas para a qualidade de vida. Nesse contexto, a Educação em Saúde surge como uma ferramenta estratégica, capaz de contribuir significativamente para a prevenção de doenças e a promoção da saúde entre os estudantes. Através de ações educativas, é possível desenvolver a consciência crítica dos alunos em relação aos cuidados com o corpo, alimentação, saúde mental, higiene, sexualidade e prevenção de agravos. A adolescência, em especial, é uma fase marcada por intensas transformações físicas, emocionais e sociais, o que torna ainda mais relevante a inserção de conteúdos e práticas de saúde no currículo escolar. No entanto, muitos desafios ainda são enfrentados, como a falta de formação dos docentes, escassez de políticas públicas efetivas e a resistência de alguns setores da sociedade a temas sensíveis como sexualidade ou saúde mental. **Objetivo:** Analisar a importância da educação em saúde no ambiente escolar como estratégia de prevenção de doenças e promoção da saúde entre estudantes. **Metodologia:** Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória e descritiva. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica, com base em artigos científicos, livros, dissertações e documentos oficiais publicados nos últimos 10 anos, que abordam a temática da educação em saúde no ambiente escolar. **Resultados:** Os resultados da análise bibliográfica indicam que a inserção da educação em saúde no ambiente escolar contribui para: Aumento do conhecimento dos estudantes sobre temas como higiene, alimentação saudável, sexualidade e prevenção de doenças. Mudanças de comportamento, com adoção de hábitos mais saudáveis no cotidiano dos alunos. Fortalecimento do vínculo escola-comunidade, quando há integração com ações de saúde pública (como o Programa Saúde na Escola - PSE). Formação de professores mais conscientes sobre seu papel na promoção da saúde. **Conclusão:** A educação em saúde é um componente essencial para o desenvolvimento de uma cultura de prevenção e cuidado entre os estudantes. Seu papel transcende o ensino de conteúdos biológicos, pois envolve a formação de sujeitos críticos, conscientese responsáveis por sua própria saúde e bem-estar.

Palavras-chave: **INFORMAÇÕES; DESAFIOS; BEM-ESTAR;**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66203

EDUCAÇÃO EM SAÚDE: ABORDAGENS SOBRE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL EM RELAÇÃO AO SEU PROCESSO DE APRENDIZAGEM

GILCLENE JANINA DE ALMEIDA; MARUZEA ANISIA DA SILVA; CLÉRIA ANIZIA DA SILVA OLIVEIRA; ANA LÚCIA ARAUJO FERNANDES NERY; NAIR PEREIRA DA SILVA COSTA

RESUMO

Este artigo tem como objetivo promover uma reflexão acerca da educação do aluno com deficiência visual. Refere-se à investigação em fontes bibliográficas e em textos de autores que refletem sobre a problemática. Os profissionais que trabalham na educação e reabilitação de pessoas com deficiência visual devem conhecer as limitações desses indivíduos e o sistema de ensino e reabilitação atuais. A educação e a reabilitação precisam andar lado a lado, atendendo às verdadeiras necessidades da criança, adolescente e adultos com deficiência visual. Reconhece-se globalmente a importância de identificar pessoas com problemas oculares. A mensuração dessa questão, através da pesquisa científica, oferece fundamento sólido para o planejamento de intervenções curativas e preventivas na saúde dos olhos, contribuindo para a elaboração de políticas públicas. Certos elementos fundamentais da educação do indivíduo com deficiência visual e da inclusão educacional precisam ser levados em conta e justificam a elaboração e a realização deste estudo. Embora tenha havido progressos na acessibilidade a recursos tecnológicos e científicos voltados para a prevenção da cegueira e a sua reabilitação, novas condições de saúde ocular continuam a surgir diariamente, seja em decorrência de doenças ou de acidentes. Recentemente, novas tecnologias emergiram, desempenhando um papel importante no avanço da educação para estudantes com deficiência visual. Essas inovações oferecem aos alunos maior autonomia para realizar diversas tarefas do dia a dia, o que, por sua vez, enriquece o processo de aprendizado. No entanto, a condição para a inclusão de alunos com deficiência visual no ensino é a participação na sala de recursos com um professor especializado e a disponibilização de ambientes educacionais que possuam materiais e equipamentos adequados para ensinar essas crianças.

Palavras-chave: Ensino; Intervenção; Inclusão.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo justifica-se pela importância da inclusão das pessoas com deficiência visual na escola, na busca do reconhecimento e da valorização de suas habilidades, uma vez que há muitas crenças de que esses indivíduos são incapazes de realizar atividades.

A criança ou adolescente com deficiência visual faz parte do sistema público de ensino? De que forma tem sido feita a educação do indivíduo com deficiência visual? Essas questões originaram o atual estudo, que buscou identificar traços pessoais e percepções de estudantes com deficiência visual acerca de seu processo de aprendizagem.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66406

No entanto, a promoção da inclusão escolar de indivíduos com deficiência visual exige que os profissionais entendam as percepções que esses alunos possuem sobre suas limitações e habilidades. No presente estudo, foram reconhecidas características e visões de alunos com deficiência visual no que tange ao seu processo de aprendizado.

A formação de crianças e adolescentes com deficiência visual tem passado por mudanças significativas nas últimas décadas. Métodos amplamente utilizados ao longo de um tempo foram questionados e descartados ou modificados. Essas transformações têm acontecido com o objetivo de ampliar gradualmente as opções de educação e terapia, assim como as chances de envolvimento nas várias atividades sociais. Na última década do século XX, ocorreu um progresso significativo nesse processo, com o paradigma da inclusão, que implica uma intensa mudança na escola. O mais significativo diz respeito, especialmente, à mudança no foco de atenção, uma vez que passa a considerar também o entorno, e não apenas a pessoa vista como deficiente.

À pessoa com deficiência visual, independentemente de suas restrições ou circunstâncias, é garantido o direito ao acesso e à continuidade em uma educação equitativa e acessível, que ofereça um atendimento que considere suas necessidades educacionais particulares. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, por exemplo, assegura o direito à inclusão de indivíduos com deficiência nas instituições de ensino regulares.

Para tanto, este artigo tem como objetivo promover uma reflexão acerca da educação escolar do aluno com deficiência visual, destacando as dificuldades percebidas e as estratégias de enfrentamento utilizadas em relação às adversidades cotidianas.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia desse trabalho foi de cunho qualitativo, baseada em uma pesquisa bibliográfica. Essa abordagem é relevante, tendo em vista que “A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc.” (SEVERINO, 2007, p. 122). Dessa forma, por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, as discussões serão apresentadas ao longo do texto como citações e/ou estudos de autores que defendem a utilização da ludicidade no processo de ensino e aprendizagem.

O presente estudo baseou-se em autores conceituados, ancorado nos estudos realizados por Bruno (2009), Cunha & Enumo (2003), Mendonça (2017), que trazem grandes abordagens sobre a temática apresentada.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A explicação dos conceitos relacionados à deficiência visual possui várias nomenclaturas, o que evidencia os desafios de comunicação entre profissionais, alunos e os serviços de reabilitação da visão. Usar uma linguagem padrão poderia facilitar a uniformização do atendimento, orientaria as pesquisas e a coleta de dados em diversas partes do país.

A pessoa com deficiência visual é identificada como alguém com baixa visão ou que é cega. Consta que, conforme Bruno (2009, p. 35), com base na análise funcional da visão em um contexto educacional, pessoas cegas são aquelas que demonstram “desde ausência total de visão até a perda da projeção de luz”, cujo processo de aprendizagem se fará por meio da integração dos sentidos: tátil- sinestésico- auditivo-olfativo-gustativo, utilizando o Sistema Braille como principal meio de leitura e escrita.

Para que os alunos com deficiência visual aprendam de forma eficaz, é preciso que recebam um ensino de alta qualidade, assim como profissionais capacitados para atendê-los. Partindo desse ponto, a escola deve oferecer estratégias que possibilitem ao estudante o

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66406

aprimoramento de suas habilidades e capacidades, sempre que viável. A instituição de ensino deve oferecer ao estudante um espaço para refletir sobre a vida em sua totalidade, contribuindo, dessa forma, para a consciência crítica e transformadora, proporcionando não apenas recursos didáticos e pedagógicos, mas também outros recursos voltados ao bem-estar emocional de cada estudante, a fim de que ele possa ponderar sobre a vida e suas características.

Por meio de estratégias que possibilitem ao estudante o desenvolvimento de competências e capacidades, sempre que o docente poderá interagir com o estudante e abordar o aspecto emocional, perguntando sobre sua trajetória pessoal de vida, sua família e tudo que envolve sua existência. A afetividade em relação aos alunos com deficiência visual é um recurso que auxilia nos aspectos cognitivos do aprendizado. A pesquisa tem como objetivo discutir e destacar o conhecimento do senso comum, composto por um conjunto de dados, opiniões, convicções e comportamentos compartilhados por um grupo sobre um determinado objeto social.

Já segundo Mendonça (2017, p 05) “alterações na estrutura ou na função da visão determina limitação na realização das atividades que envolvem a utilização da visão” (p. 05), em outras palavras, uma anomalia na estrutura do olho pode dificultar o processo de aprendizagem, pois o professor usa esse recurso em suas explicações.

Nesse sentido, a análise multidisciplinar que envolve médicos, psicólogos e educadores resulta na compreensão das necessidades educativas especiais da criança. Esses novos conceitos, juntamente com uma compreensão mais aprofundada das repercussões psicológicas e educacionais da deficiência visual, ampliaram as oportunidades dessas crianças, inclusive daquelas com níveis quantitativamente baixos de visão.

Pessoas que são cegas desde o nascimento geralmente não sentem tanto a perda da visão, mas enfrentam desafios ao tentar compreender conceitos visuais, especialmente em uma sociedade onde a visualização é um meio fundamental para a aquisição de conhecimento.

Em primeiro lugar, é fundamental que o educador compreenda as dificuldades que os estudantes com deficiência visual enfrentam. A partir dessa compreensão, ele poderá refletir e, assim, promover mudanças significativas em sua abordagem pedagógica. Por meio de uma formação contínua, o professor desenvolve seu lado reflexivo e, dessa forma, redefine sua percepção sobre o aluno cego e sua educação. Com base nessas considerações, é necessário um maior investimento na capacitação dos professores em relação ao conhecimento sobre alunos com deficiência visual, para fomentar a conscientização desses profissionais.

Neste conjunto de apoios técnicos, encontram-se os suportes para pessoas com baixa visão, que são divididos em ferramentas ópticas e ferramentas não ópticas e eletrônicas. Além desses instrumentos, é preciso fazer ajustes no currículo e adaptações nas metodologias e estratégias de ensino. Assim, é essencial transformar a prática pedagógica para promover o progresso da aprendizagem dos alunos com deficiência visual.

A deficiência visual exige que se façam ajustes e que se disponham de recursos que ajudem o aluno em seu processo de ensino e aprendizado, ao mesmo tempo que incentivam o uso efetivo do que ainda consegue ver. Em relação ao comportamento do aluno com baixa visão, é possível observar que ele se levanta da cadeira várias vezes, tem dificuldades para identificar cores, inclina-se sobre a mesa ao ler, esfrega os olhos com frequência, enfrenta problemas ao seguir objetos, demonstra desatenção, mostra desinteresse, fica inquieto, apresenta irritabilidade e tem dificuldades tanto para ler quanto para escrever. Além disso, encontra obstáculos para escrever nos espaços apropriados do caderno, entre outros problemas.

Esses comportamentos e sinais podem ser mal interpretados pelos professores devido à falta de conhecimento sobre a deficiência visual. O aluno pode ser visto como sábio ou sem interesse, quando na verdade não possui a capacidade visual necessária para realizar as atividades escolares. Em muitas situações, ele apenas apresenta um erro de refração, que pode ser corrigido com facilidade por meio de óculos prescritos por um oftalmologista. Contudo, o

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66406

aluno com baixa visão precisará de recursos ópticos adicionais para aprender, já que o uso de óculos não resolverá a dificuldade visual.

Para isso, é necessário que os métodos de ensino e aprendizado sejam apropriados e dinâmicos, frequentemente necessitando de abordagens criativas. As inovações tecnológicas ferramentas educacionais são instrumentos relevantes e valiosos que devem ser empregadas no aprendizado que facilitam a atuação de profissionais de diferentes setores. Nota-se a resistência, a falta de conhecimentos de diversos educadores acerca das deficiências visuais e da ausência de identificação das capacidades desses alunos como obstáculos para o processo de integração. Nesta circunstância, destaca-se a função dos educadores, como o indicador de circunstâncias que promovam o aprendizado. Nesse sentido, Cunha & Enumo (2003), afirma que:

> O indivíduo com deficiência visual apresenta comprometimento na área sensorial. Apesar desse comprometimento, a pessoa deve ser compreendida como um ser integral, ou seja, mesmo que a diminuição ou perda da percepção visual interfira nas suas relações inter e intrapessoais, não se deve atribuir muita importância a perda da visão da pessoa. (CUNHA & ENUMO, 2003, p.36)

Por isso, reconhecer estudantes com deficiência visual nas escolas não é sempre uma tarefa simples, especialmente no caso da baixa visão, pois esses estudantes frequentemente escolhem não compartilhar informações a fim de se sentirem “iguais” aos outros colegas. Embora a diferença na acuidade visual não os incapacite necessariamente, ela pode impactar sua necessidade de aceitação. Portanto, é crucial que os professores tenham sensibilidade e um olhar atento para os alunos; a formação continuada é muito importante, pois proporciona oportunidades para troca de experiências, treinamento técnico no uso de recursos ópticos e desenvolvimento de saberes inclusivos.

A cegueira é geralmente mais fácil de identificar do que a baixa visão e, em muitos casos, seu diagnóstico ocorre mais cedo. Quando o diagnóstico é feito precocemente, ele pode ter um papel vital no desenvolvimento geral da criança. Desde a educação infantil, a observação desempenha um papel chave na identificação de dificuldades visuais. Os professores podem notar na sala de aula sintomas, comportamentos e posturas que podem indicar uma deficiência visual, sendo necessário encaminhar esses alunos ao oftalmologista e ao atendimento educacional especializado. Na década de 1970, a educação especial ganhou notoriedade pelos movimentos em defesa dos direitos das minorias. Nessa perspectiva, em 1975, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes. Dentre os direitos assegurados, no Artigo 6º sobre a educação, destaca:

> As pessoas deficientes têm direito a tratamento médico, psicológico e funcional, incluindo-se aí aparelhos protéticos e ortóticos, à reabilitação médica e social, educação, treinamento vocacional e reabilitação, assistência, aconselhamento, serviços de colocação e outros serviços que lhes possibilitem o máximo desenvolvimento de sua capacidade e habilidades e que acelerem o processo de sua integração social (BRASIL, 1975, p. 02).

Entre os sinais mais frequentes estão: dores de cabeça, fechamento das pálpebras para enxergar, tonturas, sensibilidade à luz, franzir a testa, piscar excessivamente, visão dupla ou embaçada, lacrimejamento, além de dor nos olhos.

Na perspectiva educacional, a confirmação de que alunos com o mesmo nível de acuidade demonstra distintos níveis de performance visual, evidenciando que as pesquisas de Bruno (2009) ressaltam a importância de uma avaliação funcional da visão, por meio de uma observação mais ampla que inclua, além do desempenho visual, os aspectos pedagógicos.

Nessa perspectiva, a avaliação funcional da visão passou a ser entendida como a análise do desempenho visual do aluno em todas as atividades cotidianas; conforme Bruno (2009), essa

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66406

avaliação fornece informações qualitativas obtidas por meio de observação informal sobre o estágio de desenvolvimento visual do aluno; o uso prático da visão residual para atividades escolares, vida diária, orientação e locomoção; a necessidade de ajustes em relação à iluminação e aos contrastes; a adaptação de dispositivos ópticos, não-ópticos e tecnologia assistiva

Da mesma forma, a relevância da avaliação é destacada pelo Programa de Capacitação de Professores na Deficiência Visual, do Ministério da Educação:

> A avaliação funcional realizada pelo pedagogo especializado é de fundamental importância para o diagnóstico e conduta oftalmológica porque, além de conterdados de observação do desempenho visual da criança em termos práticos e qualitativos, informa o nível de desenvolvimento global e principalmente, como a criança utiliza a visão residual para integração com as pessoas e com o mundo que a cerca. (BRUNO; MOTA, 2009, p. 54).

A avaliação de alunos com deficiência visual, especialmente aqueles com baixa visão, requer habilidades técnicas. Isso é necessário para entender como eles interagem, se comunicam, suas habilidades, e as dificuldades que enfrentam na aprendizagem, levando em conta suas necessidades educacionais específicas.

É fundamental realizar a avaliação funcional da visão o mais rápido possível, para que a criança tenha oportunidades de desenvolvimento e, consequentemente, um desempenho visual melhor. Essa avaliação deve ser feita por um oftalmologista, que dará orientações clínicas ao professor especializado em deficiência visual, que realizará a avaliação no ambiente educacional.

Entretanto, ter uma deficiência visual não torna o estudante incapaz de se desenvolver tanto na escola quanto na sociedade em que vive. Essa condição apenas traz algumas restrições, como o tempo necessário para concluir certas tarefas. No entanto, se a instituição educacional disponibilizar um atendimento especializado com os recursos adequados, essas restrições não afetarão o processo de aprendizado.

4 CONCLUSÃO

Dessa forma, muitos desafios e responsabilidades existem para aqueles que lidam com a questão da deficiência visual, e é fundamental expandir conhecimentos e ações que ofereçam às pessoas com essa deficiência a oportunidade de aprender. No Brasil, as tecnologias assistivas destinadas a deficientes visuais ainda são limitadas e não atendem plenamente as demandas dessas pessoas.

Para que a inclusão de deficientes visuais aconteça no ambiente escolar, é essencial investir em políticas públicas que promovam a formação adequada de educadores. Queremos ajudar no ensino e na aprendizagem de alunos com deficiência visual, assegurando os recursos e as adaptações necessárias para o seu progresso educacional. Essa tarefa envolve todos: governo, família, instituições de ensino e a sociedade em geral.

Sendo assim, entender que a deficiência visual abrange mais do que apenas cegueira ou baixa visão é essencial para desenvolver metodologias e práticas de ensino que atendam especificamente alunos com cegueira e aqueles com baixa visão.

A construção de uma educação inclusiva, que não se limita apenas ao acesso, mas que também se concentra em criar condições que permitam o desenvolvimento de pessoas com necessidades educacionais especiais durante o processo de ensino e aprendizagem, é um foco contínuo para os profissionais da educação.

Assim, é fundamental, em todos os espaços educacionais, proporcionar aos alunos com necessidades educacionais especiais oportunidades que os conduzam a superar suas barreiras,

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66406

respeitando suas capacidades e oferecendo apoios que incentivem o interesse por adquirir mais conhecimentos através do processo de ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes**. Resolução aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas – ONU, em 09/12/75.

BRUNO, Marilda M. G. **Avaliação educacional de alunos com Baixa Visão e Múltipla deficiência na Educação infantil**. Dourados, MS: Editora UFGD, 2009.

CUNHA, A.C.B., ENUMO, S.R.F. Desenvolvimento da criança com deficiência visual (DV) e interação mãe-criança: algumas considerações. Psicologia, saúde & doenças. Lisboa-Portugal, 2003.

MENDONÇA, A., MIGUEL, C., NEVES G., MICAELO, M., REINO, V., **Alunos cegos e com baixa visão - Orientações Curriculares. Ministério da Educação, Brasil, 2017.**

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Cortez, 2007.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66406

O IMPACTO DAS REDES SOCIAIS NA ANSIEDADE DE JOVENS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

MAISA PINTO LEAL; GABRIELA GOMES PEREIRA; ANA LÚCIA COSTA E SILVA

Introdução: O uso de redes sociais tornou-se uma prática cotidiana entre adolescentes e jovens adultos, proporcionando formas de interação, entretenimento e construção de identidade. No entanto, o uso excessivo dessas plataformas tem sido relacionado ao agravamento de sintomas emocionais, sobretudo ansiedade. **Objetivo:** analisar a relação entre o uso das redes sociais e os níveis de ansiedade em jovens, com ênfase nos mecanismos envolvidos e nas estratégias de enfrentamento, de modo a subsidiar ações voltadas à promoção da saúde mental em contextos educacionais e familiares. **Metodologia:** revisão integrativa da literatura, com busca bibliográfica em bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e PubMed. Utilização dos descritores controlados DeCS (Descritores em Ciências da Saúde) e MeSH (Medical Subject Headings), combinados por operadores booleanos (AND, OR), com a seguinte estratégia: ("Saúde Mental" OR "Mental Health") AND ("Redes Sociais" OR "Social Media") AND ("Ansiedade" OR "Anxiety") AND ("Jovens" OR "Young People" OR "Adolescents"). Foram considerados elegíveis os estudos publicados nos últimos cinco anos que abordassem de forma direta a relação entre redes sociais e ansiedade em jovens. A amostra final contou com 8 artigos para elaboração deste trabalho. **Resultados:** os artigos selecionados abordam direta ou indiretamente a relação entre redes sociais e sintomas de ansiedade em jovens, considerando também as variáveis associadas como depressão, qualidade do sono, estresse, impulsividade e dependência digital. Os estudos analisaram os níveis de ansiedade como variável principal. Fatores como o uso passivo das redes sociais, comparação social constante, pressão estética, cyberbullying e uso problemático, foram apontados como os principais gatilhos de sofrimento psíquico. Além disso, os artigos também relacionaram o uso excessivo das redes à piora na qualidade do sono e identificaram sinais de dependência digital. **Conclusão:** O uso excessivo e desregulado dessas plataformas está fortemente associado ao agravamento de sintomas ansiosos, especialmente quando marcado por comportamentos como o consumo passivo, comparação social, cyberbullying e dependência digital. O estudo também evidenciou que as redes sociais não produzem efeitos uniformemente negativos e quando utilizadas de forma crítica e consciente, proporcionam espaços de apoio emocional, construção de identidade e pertencimento, especialmente para jovens em contextos de vulnerabilidade ou exclusão.

Palavras-chave: **SAÚDE MENTAL; ; PLATAFORMAS DIGITAIS; DISTÚRBIOS EMOCIONAIS**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66424

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE MENTAL DOS ESTUDANTES

MIRELA TAVARES BATISTA; ANA PAULA INACIO DA SILVA; ISABEL VANESSA DE ASSIS SILVA; RENATA VASCONCELOS ROSSI; DULCELENE OLIVEIRA NUNES

Introdução: Nos últimos anos, a saúde mental dos estudantes tem se tornado uma preocupação crescente no cenário educacional. A pressão por desempenho, a competitividade, o uso excessivo de tecnologias, a desigualdade social e os impactos da pandemia da COVID-19 agravaram questões emocionais e psicológicas em jovens de diversas faixas etárias. No ambiente escolar e universitário, observa-se um aumento significativo de casos de ansiedade, depressão, estresse e até ideação suicida. Esses fatores comprometem não apenas o bem-estar dos alunos, mas também seu rendimento acadêmico, suas relações interpessoais e sua permanência nas instituições de ensino. **Objetivo:** Analisar os principais desafios enfrentados pela educação em relação à saúde mental dos estudantes, identificando fatores de risco, consequências no desempenho escolar e propostas para promoção do bem-estar psicoemocional no ambiente educacional. **Metodologia:** A pesquisa foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica qualitativa, utilizando artigos científicos, relatórios de órgãos oficiais (como OMS, MEC e UNICEF), teses e publicações acadêmicas publicadas entre 2018 e 2024. Foram consultadas bases de dados como SciELO, Google Acadêmico e Periódicos CAPES. A análise dos dados focou na identificação de fatores de risco à saúde mental de estudantes, bem como práticas e políticas educacionais que busquem enfrentá-los. **Resultados:** A revisão apontou que os principais fatores que afetam a saúde mental dos estudantes são: sobrecarga de atividades, bullying, pressão por resultados, exclusão social, problemas familiares e a falta de suporte psicológico nas escolas. Os efeitos incluem queda no rendimento escolar, evasão, dificuldades de socialização e agravamento de transtornos mentais. **Conclusão:** A saúde mental dos estudantes é um desafio urgente e multidimensional, que exige ações integradas entre educadores, gestores, famílias e profissionais da saúde. As instituições de ensino têm papel fundamental na promoção de um ambiente acolhedor, seguro e inclusivo, que reconheça e valorize as emoções dos alunos. Investir em programas de prevenção, capacitação docente e ampliação do suporte psicossocial é essencial para garantir não apenas o sucesso acadêmico, mas também o desenvolvimento humano integral dos estudantes.

Palavras-chave: **BEM ESTAR; SAÚDE; COMPETITIVIDADE**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66434

O IMPACTO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA SAÚDE MENTAL E NO DESEMPENHO ESCOLAR DOS ESTUDANTES

MIRELA TAVARES BATISTA; RENATA PEREZ; ISABEL VANESSA DE ASSIS SILVA; LUCIANE RODRIGUES DE OLIVEIRA; ANA PAULA INÁCIO DA SILVA

Introdução: Nas últimas décadas, o avanço das tecnologias digitais transformou profundamente o cotidiano dos estudantes. Celulares, tablets, computadores e o acesso constante à internet passaram a fazer parte da rotina escolar e pessoal dos jovens. Por um lado, esses recursos oferecem novas possibilidades de aprendizagem, comunicação e acesso à informação. Por outro, o uso excessivo e muitas vezes desregulado dessas tecnologias tem sido associado ao aumento de problemas de saúde mental, como ansiedade, depressão, distúrbios do sono e déficit de atenção. **Objetivo:** Investigar os efeitos do uso de tecnologias digitais na saúde mental e no desempenho escolar dos estudantes, analisando tanto os riscos quanto os benefícios, e propondo estratégias para um uso mais consciente e equilibrado desses recursos no contexto educacional. **Metodologia:** A pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica. Foram analisados artigos científicos, estudos de caso, relatórios de organizações educacionais e de saúde (como UNESCO, OMS e UNICEF), além de publicações recentes em revistas acadêmicas entre os anos de 2019 e 2024. Os critérios de seleção incluíram estudos que abordassem a relação entre o uso da tecnologia, bem-estar psicológico e desempenho acadêmico. A análise dos dados seguiu uma perspectiva crítica e reflexiva, buscando compreender os desafios e oportunidades trazidos pelas tecnologias digitais no contexto escolar. **Resultados:** Os dados analisados indicam que o uso excessivo de tecnologias digitais está relacionado ao aumento de sintomas de ansiedade, isolamento social, distúrbios do sono e dificuldades de concentração entre os estudantes. As redes sociais, em especial, se mostraram um fator significativo de comparação social e pressão estética, afetando a autoestima dos jovens. No âmbito escolar, observou-se que o uso inadequado das tecnologias pode prejudicar o foco e o desempenho acadêmico. **Conclusão:** As tecnologias digitais representam tanto uma oportunidade quanto um desafio para a educação contemporânea. Seu impacto na saúde mental e no desempenho escolar dos estudantes depende diretamente do modo como são utilizadas. É essencial que escolas, famílias e governos promovam ações de conscientização sobre o uso responsável desses recursos, além de oferecer suporte psicológico e orientação digital aos jovens.

Palavras-chave: **CONSCIENTIZAÇÃO; ANSIEDADE; TECNOLOGIAS**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66436

DEMANDAS DA POPULAÇÃO SOBRE SAÚDE NO DISTRTO FEDERAL

ALINE PALMA SANTOS GOIS

Introdução: A Ouvidoria-Geral do Distrito Federal, por meio do Painel OUV-DF, disponibiliza dados consolidados sobre as manifestações da população em relação aos serviços públicos oferecidos pelo Governo do Distrito Federal. A análise desses registros permite identificar as principais demandas dos cidadãos, a partir dos temas mais recorrentes, e subsidiar a melhoria contínua dos serviços prestados à sociedade, por meio do aprimoramento da gestão pública. **Objetivo:** Analisar os assuntos mais demandados pela população do Distrito Federal no período de janeiro a junho de 2025, com base nas manifestações registradas no Painel OUV-DF. **Metodologia:** O estudo foi realizado a partir da consulta ao Painel OUV-DF, na seção "Assuntos mais solicitados", considerando o total de manifestações registradas entre 01/01/2025 e 30/06/2025. Foram observadas as categorias de maior incidência e o tipo de manifestação (reclamação, solicitação, elogio, denúncia e sugestão). **Resultados:** Durante o período analisado, foram registradas 38.394 manifestações, sendo 80,9% classificadas como reclamações. Os temas mais demandados foram: Atendimento em Unidade Hospitalar (4.474 registros); Atendimento em Unidade Básica de Saúde (4.391); Agendamento de Consultas (4.173); Questões relacionadas a Servidor Público (3.339); Agendamento de Cirurgias (2.601). Os dados indicam que a maioria das manifestações refere-se à área da saúde, refletindo a importância e a sensibilidade desse setor para a população do Distrito Federal. **Conclusão:** A análise das manifestações evidencia a relevância da Ouvidoria-Geral como instrumento de participação social e gestão pública. As informações disponibilizadas pelo Painel OUV-DF permitem identificar tendências e subsidiar ações de melhoria nos serviços, especialmente na área da saúde, que concentra a maior parte das demandas da população.

Palavras-chave: **OUVIDORIA; TRANSPARÊNCIA; GESTÃO PÚBLICA**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66457

A IMPORTÂNCIA DO AUTOCUIDADO NA PREVENÇÃO DO PÉ DIABÉTICO: UMA REVISÃO DE LITERATURA

FRANCINE RAQUEL SILVA QUEIROZ; AURICELMA DE FREITAS; CINTHIA AURELINA BEZERRA BARBOSA; PAULA GRACIETE DE BRITO BARBOSA; MARAISA GECIANE MEDEIROS TUTU

Introdução: O Diabetes Mellitus é uma doença crônica metabólica de alta prevalência mundial, caracterizada pelo elevado nível de glicose no sangue. Sua complicação mais frequente é o pé diabético, que pode ter seus índices reduzidos com a implementação contínua do autocuidado. Esse trabalho justifica-se pela necessidade de identificar na literatura trabalhos relacionados a esta temática. **Objetivo:** identificar a importância do autocuidado na prevenção do pé diabético, verificar a quantidade de trabalhos publicados nas plataformas SciELO e Portal Regional da BVS referentes ao autocuidado e prevenção do pé diabético, indicar estratégias para educação em saúde voltadas para a implementação do autocuidado na prevenção do pé diabético. **Metodologia:** este trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica do tipo integrativa, nas bases de dados SciELO e Portal Regional BVS, sendo que após os critérios de inclusão e exclusão dos artigos pesquisados foram obtidos 12 trabalhos. **Resultados**: O pé diabético é uma das mais graves e frequentes complicações do paciente diabético, podendo levar a amputações de membros inferiores e até mesmo a morte. No presente estudo foi observado que há destaque na literatura da importância do autocuidado na prevenção do pé diabético, demonstrando que a educação em saúde voltada para o autocuidado é incipiente. **Conclusões**: Neste trabalho foi possível observar que os estudos demonstram a importância do autocuidado na prevenção do pé diabético, no entanto, o estímulo e capacitação voltada para o autocuidado é escassa. Sendo necessária a implementação de práticas educativas e de monitoramento que estimulem o autocuidado. Diversos estudos relacionaram o autocuidado no pé diabético como promotor da prevenção de úlceras e consequente redução nas amputações de membros inferiores, para tanto destacaram a necessidade de serem difundidas boas práticas na prevenção, especialmente às relacionadas ao tipo de sapato a ser utilizado e tipo de corte de unha do paciente diabético. Portanto, a implementação e a continuidade da educação em saúde como ferramenta para a promoção e o incentivo ao autocuidado é de fundamental importância para a redução das complicações decorrentes do pé diabético.

Palavras-chave: **ÚLCERA; DIABETES MELLITUS; CONHECIMENTO**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66469

ABORDAGENS SOBRE A SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS PROFESSORES DIANTE DOS DESAFIOS NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

VANUZA DE OLINDA LINHARES DE OLIVEIRA DOLZAN; CLÉRIA ANIZIA DA SILVA OLIVEIRA; PRICILA CABRAL COELHO MORAES; RAYANNE ALVES SIQUEIRA; THUANNY KARLA DIAS SILVA

RESUMO

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a saúde mental docente diante dos desafios contemporâneos da educação e busca analisar a importância da profissão docente para a sociedade, apesar dos desafios que comprometem a saúde física e mental dos professores na tentativa de ajudar a entender os elementos que influenciam a saúde em geral dos professores. A análise da saúde física e mental dos educadores tem sido amplamente discutida na literatura contemporânea, especialmente devido às novas exigências da educação atual. Esse estudo foi realizado de cunho qualitativo se apropriou da técnica de levantamento bibliográfico, configurando-se em pesquisas documentais diversas e informações de importantes autores. Por isso, é muito importante que as políticas de educação tratem desses assuntos de forma que inclua todos e que se integre, favorecendo não só o bem-estar dos professores, mas também criando uma escola que seja mais justa e acolhedora. Pesquisas mostram que o aumento das atividades, as altas demandas administrativas, a piora nas condições de trabalho, a violência nas escolas e a rápida integração das novas tecnologias têm levado a um crescimento nos casos de estresse, ansiedade e depressão, além de problemas de saúde, como distúrbios vocais e queixas físicas. Atualmente, os educadores no país enfrentam uma grande carga de exigências que afetam sua saúde física e mental de forma bastante significativa. Portanto, é essencial que se implementem estratégias e intervenções visando a diminuição dos riscos no trabalho. Isso ajudará a garantir o bem-estar dos professores e a evitar mais doenças, o que, por sua vez, influencia muito o processo de ensino.

Palavras-chave: Ansiedade; Professor; Escola.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo se justifica pela relevância de analisar sobre o bem-estar mental dos educadores, pois se torna cada vez mais importante na área da educação, principalmente ao considerar as diversas exigências que os professores lidam no contexto escolar atual.

A análise da saúde física e mental dos professores tem sido amplamente discutida na literatura recente, especialmente devido às transformações e exigências da educação contemporânea. As pesquisas indicam que a sobrecarga de trabalho, a alta carga administrativa, a deterioração das condições laborais, a violência nas escolas e a rápida incorporação das tecnologias digitais têm contribuído para o aumento de casos de estresse, burnout, ansiedade e depressão, além de problemas físicos como distúrbios vocais e queixas somáticas. Essa realidade não só compromete a qualidade de vida dos educadores, mas também afeta seu desempenho no ensino e sua permanência na profissão. As evidências ressaltam a necessidade urgente de implementar intervenções em diversos níveis, que incluam apoio psicológico, práticas de autocuidado, melhorias na infraestrutura e políticas públicas que valorizem os

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66471

educadores e sejam mais eficientes e acolhedoras. Essas políticas devem levar em conta o bem-estar dos educadores como um aspecto essencial para garantir a qualidade do ensino.

O educador, especialmente aquele que atua na educação pública, enfrenta uma sobrecarga de responsabilidades e funções, incluindo a promoção de hábitos saudáveis, o apoio psicológico aos estudantes e ainda uma série de tarefas administrativas. Isso, junto com a falta de liberdade, a carência de recursos e os salários baixos, cria um cenário de fragilidade social, mental e física para esses profissionais.

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a saúde mental docente diante dos desafios contemporâneos da educação e busca analisar a importância da profissão docente para a sociedade, apesar dos desafios que comprometem a saúde física e mental dos professores na tentativa de ajudar a entender os elementos que influenciam a saúde em geral dos professores e sugerir maneiras de criar políticas públicas que sejam mais eficientes e acolhedoras. Essas políticas devem levar em conta o bem-estar dos educadores como um aspecto essencial para garantir a qualidade do ensino.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Esse estudo foi realizado de cunho qualitativo se apropriou da técnica de levantamento bibliográfico, configurando-se em pesquisas documentais diversas e informações de importantes autores nos estudos realizados por estudiosos como Aguiar, santos, Mota e Schoffen (2024), Junior et al., (2023), Tavares (2007) entre outros. Artigos foram escolhidos com base em sua importância, novidade, e por serem publicados em revistas conhecidas e de confiança. Para Marconi (2009, p. 183)

> A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas.

Em relação aos procedimentos, Xavier (2014, p. 48), classifica como pesquisa bibliográfica, assim: “é aquela forma de investigação cuja respostas é buscada em informações contidas em material gráficos, sonoros ou digital estocados em bibliotecas reais ou virtuais”.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Atualmente, é muito importante que os educadores sempre aumentem suas habilidades profissionais, porque tanto o conhecimento quanto a sociedade estão sempre mudando. Esse aprendizado e adaptação contínuos são essenciais para que os professores consigam proporcionar experiências de ensino que se conectem com as realidades atuais dos alunos.

> Atualmente, a educação se depara com novos desafios decorrentes de transformações sociais, culturais e tecnológicas. A sociedade contemporânea exige uma formação mais ampla e diversificada, que vá além do conhecimento técnico e proporcione habilidades para lidar com a complexidade do mundo atual. Nesse contexto, o papel do professor se torna ainda mais relevante, pois é ele quem tem a responsabilidade de mediar à aprendizagem dos alunos e auxiliá-los a desenvolver habilidades e competências para o mundo do trabalho e da vida social (Junior et al., 2023, p.2).

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66471

Os educadores enfrentam não apenas efeitos psicológicos devido à intensa carga emocional de seu trabalho, mas também problemas físicos que têm piorado bastante. Esses problemas podem ser causados por transtornos mentais, como a depressão e a ansiedade, ou ainda pelos movimentos repetitivos realizados em sala de aula e no planejamento, que exigem que o educador passe muito tempo em pé ou em uma mesma posição.

Os problemas musculoesqueléticos afetam muitos educadores, especialmente nas regiões do pescoço, ombros, coluna lombar, costas e joelhos. Isso ocorre principalmente por causa das posturas estáticas que devem manter por longos períodos por conta das demandas do trabalho. Outro fator que prejudica a saúde física do educador é escrever no quadro com os braços levantados. Além disso, ao interagir com os alunos, eles precisam se virar constantemente, o que aumenta o risco de lesões.

A abordagem de ensino atual apresenta grandes desafios físicos: a postura inadequada, a carga de trabalho excessiva, a violência nas instituições de ensino e o estresse prolongado elevam as chances de surgirem problemas musculoesqueléticos, lesões e também prejudicam a saúde em geral. Esses aspectos resultam em faltas frequentes, perda de capacidade profissional e a possibilidade de interromper a carreira.

> Além disso, a questão da solidão no ambiente de trabalho é uma preocupação crescente. Muitos professores relatam uma sensação de isolamento, exacerbada pela falta de colaboração e apoio entre colegas. Essa solidão pode ser particularmente desafiadora em escolas que não promovem uma cultura de valorização e reconhecimento do trabalho docente. A ausência de um espaço seguro para compartilhar experiências, angústias e estratégias pedagógicas limita as oportunidades de construção coletiva e, consequentemente, intensifica o sofrimento psíquico dos professores (Aguiar, santos, Mota e Schoffen, 2024, p.2).

O que se observa atualmente na educação é que a saúde mental dos educadores se tornou uma questão de saúde pública dentro do setor educacional: é algo comum, tem várias causas e impacta diretamente o aprendizado e a continuidade na carreira. Para resolver essa situação, é necessária uma ação conjunta que proporcione apoio clínico.

Assim, existem muitos fatores que podem causar sintomas de estresse e esses fatores têm várias consequências para a saúde. Entretanto, encontrar maneiras de prevenir esses problemas se revela uma abordagem promissora. Para enfrentar essa questão, é essencial criar e sustentar serviços de saúde que se concentrem no bem-estar dos trabalhadores, especialmente dos professores. Essas ações que promovem a saúde e a qualidade de vida têm um efeito direto sobre a qualidade da educação nas instituições de ensino superior, gerando um ciclo positivo que valoriza a profissão e a excelência acadêmica.

Em face das cargas excessivas de trabalho, Da Costa (2016) afirmou que muitos educadores se sentem desmotivados por causa do salário baixo, pela falta de reconhecimento da sua profissão, pela longa jornada de trabalho, pela carência de materiais e ferramentas para ensinar, pelas atividades que se prolongam para o lar, pela violência e pela insegurança nas escolas, pela falta de apoio dos pais, pelas exigências dos diretores e por outros fatores.

No entanto, saúde e educação estão interligadas, gerando práticas e discursos que moldam nossas maneiras de viver. Nós ensinamos e aprendemos sobre saúde e, quando ficamos doentes, buscamos ajuda naquilo em que acreditamos. Nossa atuação profissional e o jeito que agimos no ambiente de trabalho geram em nossos corpos situações de saúde e doença. Diariamente, praticamos e repetimos ações de cuidado. Medicina e educação se conectam e se ajudam mutuamente, sendo que, nas escolas, o principal recurso de cuidado em situações de doença, tanto para professores como para alunos, é a medicação. A discussão sobre o espaço dialógico que cria e reproduz essa tecnologia de cuidado nem sempre ocorre. É comum ligarmos a doença apenas ao corpo físico e frequentemente ignoramos as condições de vida, incluindo as de trabalho.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66471

> [...] são longas, com raras pausas de descanso e/ou refeições breves e em lugares desconfortáveis. O ritmo intenso e variável, com início muito cedo pela manhã, podendo ser estendido até à noite em função de dupla ou tripla jornada de trabalho. No corre-corre os horários são desrespeitados, perdem-se horas de sono alimenta-se mal, e não há tempo para o lazer. São exigidos níveis de atenção e concentração para a realização das tarefas. Quando o trabalho é desprovido de significação, não é reconhecido ou é uma fonte de ameaças à integridade física e/ou psíquica acaba por determinar sofrimento ao professor. (Tavares, 2007, p. 19).

Ensinar não é uma tarefa que produz resultados rápidos e tangíveis. É uma atividade que requer um esforço emocional significativo do educador, que, ao lecionar, impacta o aluno e também transforma a si mesmo. Assim, consideramos que a carreira de professor não deve ser vista como algo automático e vazio, pois envolve emoções, conexões, conhecimentos diversos, tanto pessoais quanto coletivos. O educador, especialmente aquele que atua na educação pública, enfrenta uma sobrecarga de responsabilidades e funções, incluindo a promoção de hábitos saudáveis, o apoio psicológico aos estudantes e ainda uma série de tarefas administrativas. Isso, junto com a falta de liberdade, a carência de recursos e os salários baixos, cria um cenário de fragilidade social, mental e física para esses profissionais.

Dessa forma, existem muitos fatores que podem causar sintomas de estresse e esses fatores têm várias consequências para a saúde. Entretanto, encontrar maneiras de prevenir esses problemas se revela uma abordagem promissora. Para enfrentar essa questão, é essencial criar e sustentar serviços de saúde que se concentrem no bem-estar dos trabalhadores, especialmente dos professores. Essas ações que promovem a saúde e a qualidade de vida têm um efeito direto sobre a qualidade da educação nas instituições de ensino superior, gerando um ciclo positivo que valoriza a profissão e a excelência acadêmica.

4 CONCLUSÃO

Conclui-se que lidar com essa questão demanda uma abordagem integrada, capaz de promover o bem-estar dos professores e assegurar a continuidade de suas carreiras frente aos desafios atuais da educação.

No entanto, os professores lidam com diversos obstáculos que afetam sua saúde mental, como excesso de trabalho, falta de apoio emocional e pressão por desempenhos. A condição mental dos educadores está diretamente relacionada às suas condições de trabalho, e situações que focam mais em resultados do que no bem-estar dos professores pioram essa realidade. Por isso, é essencial reconsiderar as reformas na educação e criar ações que valorizem e apoiem os educadores. Essas ações devem abarcar a revisão das políticas de salários, programas de formação contínua e redes de suporte psicossocial, além de diminuir a carga de trabalho e estimular a cooperação. Ao direcionar investimentos para essas áreas, poderá ser possível não só evitar problemas de saúde mental, mas também elevar a qualidade do ensino, construindo um sistema mais justo e inclusivo.

A saúde física e mental dos professores enfrenta um desafio devido às crescentes exigências da educação moderna. A combinação de múltiplas funções, o aumento das responsabilidades administrativas, o uso intenso de tecnologias, a falta de recursos nas instituições e o aumento da violência nas escolas têm contribuído para a ocorrência de problemas como estresse, ansiedade, depressão e burnout, além de consequências físicas, como dificuldades vocais e queixas somáticas.

Assim, pode-se afirmar que a promoção do bem-estar físico e mental dos educadores necessita de uma abordagem que una ações pessoais, institucionais e governamentais. Apenas a partir dessa visão conjunta e sistêmica será possível assegurar a qualidade de vida dos profissionais, o que, por sua vez, melhorará os processos de ensino e aprendizagem na sociedade contemporânea.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66471

REFERÊNCIAS

AGUIAR, G. A.; SANTOS, F. D. V.; MOTA, F. L.; SCHOFFEN, A. C. Z. Saúde mental dos professores em contextos de precarização: perspectivas sobre a educação contemporânea. **Revista Políticas Públicas & Cidades,** 2024.

DA COSTA, G. C. **Aspectos motivacionais dos professores da cidade de Manhuaçu (MG) à luz da teoria de Herzberg.** Repositório de Trabalhos de Conclusão de Curso, 2016.

JUNIOR, J. F. C. et al. Os novos papéis do professor na educação contemporânea. **Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem,** v. 6, p. 124, 2023.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

TAVARES, E. D.; ALVES, F. A.; GARBIN, L. de S.; SILVESTRE, M. L. C.; PACHECO, R. D. **Projeto de qualidade de vida: combate ao estresse do professor.** (Conclusão do curso de Gestão da Qualidade de Vida na Empresa). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2007.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66471

A IMPORTÂNCIA DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS NA PROMOÇÃO DA SAÚDE: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

PATRÍCIA MARGARETH BARBOSA GALVÃO

Introdução: As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) têm se consolidado como ferramentas importantes no cuidado integral ao indivíduo, oferecendo abordagens seguras, de baixo custo e focadas na promoção da saúde e na prevenção de doenças. No contexto da Atenção Básica, essas práticas contribuem para o fortalecimento do vínculo entre profissionais e usuários, além de ampliarem o olhar sobre o processo saúde-doença. Diante disso, torna-se relevante compreender o papel das PICS na melhoria da qualidade de vida e do bem-estar da população. **Objetivo**: Revisar a literatura científica sobre os efeitos e a aplicabilidade das Práticas Integrativas e Complementares na promoção da saúde e no bem-estar físico e emocional dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). **Metodologia**: Trata-se de uma revisão bibliográfica de caráter descritivo, realizada entre junho e agosto de 2025. A busca dos estudos foi conduzida nas bases de dados SciELO, LILACS e PubMed, utilizando os descritores "práticas integrativas", "atenção primária à saúde" e "promoção da saúde". Foram incluídos artigos publicados entre 2015 e 2024 que abordavam o uso de intervenções como auriculoterapia, acupuntura, meditação e fitoterapia. **Resultados**: Foram selecionados 28 estudos que evidenciam resultados positivos das PICS na redução de sintomas de ansiedade, estresse e dor crônica, bem como na melhora da adesão ao tratamento e do relacionamento entre equipe de saúde e pacientes. As práticas também demonstraram potencial para reduzir o uso de medicamentos e favorecer o autocuidado. **Conclusão**: As PICS configuram-se como estratégias eficazes de humanização e integralidade do cuidado na Atenção Básica. Sua ampliação nas políticas públicas e na formação dos profissionais é essencial para fortalecer o modelo de atenção biopsicossocial e promover o bem-estar da população.

Palavras-chave: **AURICULOTERAPIA; ATENÇÃO BÁSICA; BEM-ESTAR;**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66491

ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: VIVÊNCIAS E REFLEXÕES SOBRE OS MODELOS DA UBS E DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA

ANA CAROLINA MOREIRA

Introdução: A Atenção Primária à Saúde (APS) é a principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS), responsável por garantir o acesso, a integralidade e a continuidade do cuidado. Estruturada por meio das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e da Estratégia Saúde da Família (ESF), a APS tem papel essencial na promoção da saúde, prevenção de doenças e acompanhamento da população, fortalecendo o vínculo entre profissionais e comunidade. **Objetivo:** Analisar as diferenças entre os modelos de atenção da UBS e da ESF e refletir sobre o papel do enfermeiro e as estratégias que fortalecem a APS, a partir da vivência em estágio de saúde pública. **Relato de experiência:** Durante o estágio, foi possível vivenciar duas realidades distintas. Na UBS, o atendimento era voltado à demanda espontânea, com foco em procedimentos e consultas individuais. Já na ESF, observou-se um cuidado mais próximo das famílias, com visitas domiciliares, ações educativas e acompanhamento contínuo. Estratégias como o Acesso Avançado facilitaram o agendamento de consultas, enquanto o Matriciamento promoveu a integração entre equipes e a troca de saberes. O enfermeiro teve papel central na coordenação do cuidado, na promoção da saúde e na criação de vínculo com os usuários, contribuindo para uma assistência mais resolutiva e humanizada. **Conclusão:** A experiência permitiu compreender que, embora UBS e ESF sejam complementares, a ESF se destaca por fortalecer o vínculo com a comunidade e oferecer um cuidado mais integral. O enfermeiro é peça-chave nesse processo, articulando ações assistenciais e educativas. O fortalecimento do trabalho multiprofissional e o investimento em educação permanente são fundamentais para consolidar avanços na qualidade e efetividade da APS.

Palavras-chave: **CUIDADO INTEGRAL; ENFERMAGEM; PROMOÇÃO DA SAÚDE**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66502

INTERVENÇÕES FISIOTERAPÊUTICAS NA ESTABILIDADE VENTILATÓRIA DO POTENCIAL DOADOR DE ÓRGÃOS

AMANDA VICTÓRIA FERREIRA DE ARAÚJO; JOAQUIM LUCAS LIBERATO ALVES DE OLIVEIRA; GRACYELLE TAVARES SOUSA; LUCAS ERICK FEIJO MARTINS; TIAGO SOUSA DE MELO

Introdução: A manutenção do potencial doador de órgãos em morte encefálica requer ações integradas da equipe multiprofissional para garantir a funcionalidade e a viabilidade dos órgãos destinados ao transplante. As alterações fisiológicas decorrentes da morte encefálica, como instabilidade hemodinâmica e comprometimento respiratório, reduzem a oxigenação tecidual e favorecem complicações pulmonares, como atelectasia, hipoxemia e colapso alveolar. Nesse cenário, a fisioterapia desempenha papel essencial ao otimizar a ventilação mecânica, prevenir complicações e manter a estabilidade respiratória do potencial doador. **Objetivo:** Analisar as principais intervenções fisioterapêuticas aplicadas à manutenção da estabilidade ventilatória em potenciais doadores de órgãos com morte encefálica. **Relato da Experiência:** Revisão narrativa da literatura realizada nas bases SciELO e PubMed, com os descritores “doação de órgãos”, “morte encefálica”, “ventilação mecânica” e “fisioterapia”. Foram incluídos estudos publicados entre 2015 e 2025, em português, inglês e espanhol, que abordassem estratégias fisioterapêuticas voltadas à manutenção da função pulmonar em potenciais doadores. Os estudos demonstraram que o manejo fisioterapêutico individualizado é determinante para a preservação pulmonar. Estratégias protetoras de ventilação, com volumes correntes entre 6 e 8 mL/kg e pressão de platô abaixo de 30 cmH_2O, associadas ao uso de PEEP, reduzem o colapso alveolar e melhoram a oxigenação. Manobras de recrutamento alveolar, sob monitorização hemodinâmica rigorosa, aumentam a complacência pulmonar e reduzem hipoxemia. Outras condutas eficazes incluem aspiração traqueal asséptica, posicionamento em decúbito elevado e fisioterapia motora passiva, que previnem complicações secundárias e mantêm a perfusão tecidual. Tais intervenções diminuem a incidência de atelectasias, favorecem a oxigenação e aumentam a taxa de aproveitamento pulmonar para transplante. **Conclusão:** As intervenções fisioterapêuticas são fundamentais na manutenção ventilatória e sistêmica do potencial doador. Protocolos padronizados e atuação multiprofissional integrada otimizam os resultados clínicos, aumentam a disponibilidade de órgãos e fortalecem a efetividade do processo de doação.

Palavras-chave: **DOAÇÃO DE ÓRGÃOS; FISIOTERAPIA; VENTILAÇÃO MECÂNICA**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66525

USO DE MÍDIAS SOCIAIS E COMPORTAMENTO DIGITAL EM PAÍSES SELECIONADOS: IMPLICAÇÕES PARA A COMUNICAÇÃO EM SAÚDE A PARTIR DE UMA DISCUSSÃO BASEADA EM DADOS E NA LITERATURA

SILVIA RÉGIA VIEIRA DE FREITAS FILHA; JOSIVANIA SILVA FARIAS; ANA VALÉRIA MACHADO MENDONÇA; DAYARA JANNE PATRIOTA DUTRA; NATALIA FERNANDES DE ANDRADE

Introdução: O uso de mídias sociais consolidou-se como um dos fenômenos socioculturais mais marcantes do século XXI, transformando práticas de interação, produção e circulação de informações. Relatórios internacionais, como os elaborados pela *We Are Social*, permitem compreender como populações de diferentes países se conectam, quais plataformas utilizam e quanto tempo permanecem on-line. Embora esses dados não sejam produzidos especificamente para a área da saúde, constituem base estratégica para refletir sobre o ambiente digital em que circulam informações e mensagens de interesse público. **Objetivos:** Este estudo tem como objetivo analisar comparativamente o uso de mídias sociais no Brasil e em outros 12 países, entre 2021 e 2025, identificando padrões de adoção, tempo de uso e preferências de plataformas digitais, bem como discutindo suas implicações para estratégias contemporâneas de comunicação em saúde. Busca-se compreender de que forma diferenças culturais, tecnológicas e de conectividade influenciam o alcance e a efetividade das ações comunicacionais no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). **Metodologia:** A pesquisa, de caráter descritivo-comparativo, utiliza dados secundários dos relatórios anuais *We Are Social/Digital* (2021–2025). Foram analisados indicadores como proporção de usuários ativos por plataforma, tempo médio diário de uso, crescimento anual e penetração populacional. Os dados foram organizados em base comparativa e interpretados à luz da literatura sobre comunicação pública e saúde. Exemplos de uso de mídias sociais por equipes da Atenção Primária à Saúde e da Estratégia Saúde da Família no Brasil ilustram o potencial de plataformas como Instagram e WhatsApp para educação em saúde e fortalecimento de vínculos entre serviços e comunidade. **Resultados**: Os resultados preliminares apontam heterogeneidade nos padrões de comportamento digital entre países, refletindo contextos culturais e políticas de inclusão e regulação da informação. Ao articular dados comparativos com discussões sobre comunicação pública e saúde. **Conclusão:** O estudo oferece subsídios para campanhas educativas mais contextualizadas, sensíveis às práticas digitais e alinhadas às diretrizes do SUS. Ao articular dados comparativos com discussões sobre comunicação pública e saúde, contribui para o aprimoramento das estratégias de comunicação digital e para o fortalecimento do vínculo entre serviços de saúde e comunidade.

Palavras-chave: **COMUNICAÇÃO DIGITAL; MÍDIAS DIGITAIS; SAÚDE PÚBLICA;**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66526

EDUCAÇÃO E SAÚDE NA ERA DIGITAL: DESAFIOS E NOVAS PERSPECTIVAS NO ENSINO ATUAL

MARIA PAULA SILVA DE SOUZA LIMA; ELINEI SANTOS DA LUZ PEREIRA; LIDIANE ALVES DA SILVA; PATRÍCIA FÉLIX DE CASTRO SANTOS; HÉLIA CARVALHO DE ABREU

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar as vantagens da tecnologia na educação e os impactos negativos do uso excessivo de dispositivos eletrônicos e ferramentas digitais nas habilidades cognitivas, na saúde mental dos estudantes e na dinâmica dos ambientes educacionais. A metodologia desse trabalho foi de cunho qualitativo. No entanto foi realizada utilizando a revisão de literatura e a análise de documentos, com base em autores relevantes da área. À medida que a vida social se torna mais complexa, assim como as interações sociais e a cultura acumulada, há uma crescente necessidade de organizar e dividir o tempo e o espaço para o aprendizado estruturado e formal. Isso é impulsionado pela rapidez das mudanças sociais decorrentes do avanço da tecnologia. O ensino formal nas escolas, os professores e as instituições escolares não são a única maneira de aprender. A educação é um fenômeno global que varia de acordo com diferentes períodos históricos e contextos geográficos e culturais. De forma ampla, ela recai sobre toda a sociedade, abrangendo todas as relações humanas: na família, nas instituições, nas escolas, nas atividades profissionais e nas interações pessoais e coletivas. Assim, outras maneiras de ensino e aprendizado continuam a existir de maneira interativa e se complementam. Com a crescente especialização do trabalho, a função de educador se torna mais diversa, com professores adaptando-se às diversas demandas de conhecimento. O uso intenso da internet pode resultar em diversos problemas de saúde, como a dependência de internet. A ligação entre a dependência de internet e questões emocionais foi estudada, especialmente em adolescentes. Vários estudos no Brasil analisaram a relação entre a dependência de internet e distúrbios mentais em alunos. Dessa forma, é importante pensar sobre como se utiliza as mídias digitais e suas consequências sociais e emocionais, principalmente entre alunos e professores, que lidam diretamente com os jovens. Nos anos recentes, a tecnologia se tornou uma parte muito importante da vida das pessoas, mudando como elas trabalham, se comunicam e se conectam. Essa mudança tecnológica também trouxe sérias preocupações sobre a saúde mental dos estudantes.

Palavras-chave: Internet; Tecnologia; Adoecimento.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo se justifica por propor uma importante reflexão sobre o uso da tecnologia e seus impactos na vida dos alunos e professores. Cada vez mais estudantes enfrentam dificuldades para escrever manualmente. Essa observação é compartilhada tanto por educadores quanto por pais. O principal fator é o uso frequente de tecnologias, como smartphones e tablets, que ensinaram as crianças e adolescentes a preferirem a escrita digital.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66529

No entanto, a ligação entre a dependência de internet e questões emocionais foi estudada, especialmente em adolescentes. Vários estudos no Brasil analisaram a relação entre a dependência de internet e distúrbios mentais em alunos. É importante pensar sobre como se utiliza as mídias digitais e suas consequências sociais e emocionais, principalmente entre alunos e professores, que lidam diretamente com os jovens. Nos anos recentes, a tecnologia se tornou uma parte muito importante da vida das pessoas, mudando como elas trabalham, se comunicam e se conectam. Essa mudança tecnológica também trouxe sérias preocupações sobre a saúde mental dos estudantes.

O uso excessivo de tecnologia gera estresse mental e compromete a saúde dos estudantes, afetando seu bem-estar físico e emocional. A exposição constante a telas está associada a problemas como ansiedade, depressão e baixa autoestima por causa da comparação com os outros, da sobrecarga de informações e da pressão para ser perfeito. Além disso, isso pode influenciar o desempenho escolar e prejudicar o crescimento de habilidades sociais e cognitivas.

A conexão entre a saúde dos professores e a tecnologia no ensino contemporâneo traz à tona o desafio de formar e lidar com a resistência dos docentes. Ao mesmo tempo, novas oportunidades aparecem com a adição de tecnologia em abordagens ativas e na construção de comunidades de suporte colaborativas.

Para tanto, o presente estudo tem como objetivo analisar as vantagens da tecnologia na educação e os impactos negativos do uso excessivo de dispositivos eletrônicos e ferramentas digitais nas habilidades cognitivas, na saúde mental dos estudantes e na dinâmica dos ambientes educacionais.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia desse trabalho foi de cunho qualitativo. No entanto foi realizada utilizando a revisão de literatura e a análise de documentos, com base em autores relevantes da área, como Franco (2012), Freitas (2010), Libâneo (2018), Moran (2000), entre outros.

As revisões de literatura são feitas com base em materiais e estudos previamente produzidos, principalmente em livros e artigos acadêmicos. A grande vantagem desse tipo de pesquisa é que ela permite ao pesquisador acessar uma gama ampla de eventos. Segundo Fonseca (2002):

> A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta. (FONSECA, 2002, p. 32).

Dessa forma, o texto apresenta conceitos, definições, características e procedimentos que permitem a compreensão adequada do tema abordado.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos anos recentes, a tecnologia se tornou uma parte muito importante da vida das pessoas, mudando como elas trabalham, se comunicam e se conectam. Essa mudança tecnológica também trouxe sérias preocupações sobre a saúde mental dos estudantes. As necessidades sociais e produtivas, que estão em constante expansão, exigem um aumento

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66529

contínuo na acumulação de conhecimento e habilidades, resultando em uma crescente ansiedade entre esses profissionais.

A crescente inserção de tecnologia nas instituições de ensino gera preocupações entre as entidades responsáveis pela educação e os professores.

É evidente que a presença de tecnologias digitais na educação está se tornando mais significativa, através de uma variedade de recursos que permitem e prometem expandir as opções de ensino. Por isso, a conversa sobre esse assunto se intensifica em relação ao aprendizado em diversas disciplinas. Observa-se uma rejeição crescente aos métodos de ensino convencionais, evidenciada de maneiras diversas, principalmente quando os estudantes passam a procurar outras fontes de informação, não se restringindo apenas ao professor ou ao material didático.

O uso excessivo de dispositivos eletrônicos prejudica a comunicação entre as crianças e seus responsáveis. Além disso, a superexposição às luzes das telas e aos conteúdos da televisão pode afetar a realização de outras atividades em sala de aula.

Alguns indícios, como a redução na prática de exercícios físicos, o aumento da obesidade, distúrbios no sono, o isolamento social, e a diminuição da memória e do rendimento escolar, podem indicar um uso excessivo de aparelhos eletrônicos.

O uso excessivo da tecnologia pode contribuir para o surgimento e o aumento de sintomas de ansiedade. Por isso, este estudo visa discutir as dificuldades de aprendizagem ligadas ao uso exagerado de tecnologia na educação.

Nos anos recentes, o uso intenso de tecnologia e redes sociais foi ligado a um crescimento nas ocorrências de problemas de saúde mental, como depressão, ansiedade e estresse. Um dos impactos mais claros da época digital na saúde emocional é o crescimento das mídias sociais. Embora essas plataformas promovam a ligação com indivíduos do planeta todo, elas também podem resultar em sensações de solidão e isolamento. "A interação em excesso com o ambiente virtual tem causado algumas alterações na maneira como nos conectamos com os outros e na evolução pessoal.

Moran (2000), destaca as dificuldades de uma nova sociedade que chama de “sociedade da informação”. Nesse tipo de sociedade, é necessário reaprender a conhecer e a se comunicar. Isso afeta também os métodos de ensino e aprendizagem, exigindo a combinação do humano com o tecnológico e do individual com o coletivo e social.

Libâneo (2018, p. 187), conceitua o que seria a formação inicial e continuada no seguinte entendimento:

> A formação inicial refere-se ao ensino de conhecimentos teóricos e práticos destinados à formação profissional, completados por estágios. A formação continuada é o prolongamento da formação inicial visando o aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho e o desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional.

Ao mesmo tempo, Kenski (2013, p. 72) destaca os obstáculos presentes na formação inicial de educadores, como os currículos de todas as disciplinas que já não atendem mais as demandas da sociedade em relação à prática, a reflexão e a educação. Isso resulta em uma formação insuficiente para os novos graduados, que precisam frequentar cursos de aperfeiçoamento para finalmente obter

uma posição no mercado de trabalho atual.

Freitas (2010) observa que a escola está perdendo seu papel como o único lugar de validação do conhecimento, o que traz grandes dificuldades para o sistema educacional. Outro aspecto importante a considerar é a maneira como a escrita é utilizada, que varia entre professores e alunos. É fundamental encontrar novas formas de ensinar e aprender, além de dominar diferentes tipos de letramento.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66529

O termo se refere à situação de um indivíduo ou grupo social que já aprendeu a usar a escrita. O letramento digital, por sua vez, envolve a aquisição de habilidades para interagir, criar e compartilhar informações, visando não apenas localizar, entender e avaliar conteúdos em plataformas eletrônicas, mas também aplicá-los em várias áreas como leitura, escrita e comunicação. Portanto, ser letrado digital não se resume apenas a saber usar as tecnologias do computador. É essencial ter um entendimento crítico sobre esse uso, permitindo avaliar a confiabilidade e a credibilidade das diversas fontes de informação.

As exigências do século XXI não aceitam mais administrações escolares que não refletem ou que não se comunicam com os professores e os alunos. No século XXI, é fundamental que haja um diálogo e uma colaboração eficaz entre a administração, os professores e os alunos. Somente através da parceria e da comunicação, a escola poderá alcançar um nível de excelência.

Nesse sentido, Franco (2012), destaca que a atividade dos professores não se organiza de forma natural; ela é influenciada por uma variedade complexa de padrões e múltiplas determinações. Assim,

> as práticas pedagógicas já não podem ser generalizadas para qualquer situação. Na diversidade de usuários da escola, na multiplicidade de referências educativas, na perspectiva multicultural, essas práticas precisam dialogar com o diferente, com o único, com o momento, com o novo (Franco, 2012, p. 216).

Sob essa ótica, os alunos, por sua vez, afirmam que a escola não os vê como nativos digitais; eles "clamam" para que os professores os ouçam. Eles querem aprender de maneira divertida e que esse aprendizado tenha um significado. Portanto, o processo de aprendizagem deve ser visto como uma colaboração entre tecnologia, gestão, professores e alunos, nesta ordem. As tecnologias evoluem constantemente com o lançamento de novos softwares, dispositivos e aplicativos. A gestão deve estar atenta a essas mudanças, passando as orientações necessárias aos professores, que também precisam estar dispostos a aprender, para que possam desenvolver um trabalho eficaz com seus alunos.

Além disso, o educador, sendo um profissional social que "escolhe a transformação, não tem medo da liberdade, não impõe regras, não controla, e não evita a comunicação; ao contrário, busca e vive" (Freire, 2014, p. 67). Nesse contexto, é importante que o educador esteja atento às transformações sociais; no entanto, ele deve agir de maneira a, ao reconhecer as contradições, promover a mudança e não perpetuar as desigualdades; isso significa usar as TIC de forma crítica.

No entanto, as atividades revelam-se mais variadas e complicadas. Exigem constante, dedicação e duração de atividades contínuas e extensas. Dessa forma, o período investido na profissão se expande além do que se esperava e se torna viável para os docentes, gerando jornadas de trabalho cansativo e diminuição da saúde em relação às implicações das tecnologias, pois proporcionaram significativos progressos para a educação. Compreendem que, com a chegada da internet, expandiram significativamente o escopo e as referências de investigação de pesquisa, anteriormente limitadas aos livros, periódicos e jornais. Através das mídias digitais, é viável executar atividades, não importa onde você esteja. Isso sugere novas condições laborais e expõe desafios para a evolução pessoal e profissional de quem atua no mercado.

O trabalho de ensinar, visto como uma atividade social que se desenvolveu ao longo do tempo, é influenciado por várias situações que impactam o professor, a escola, a época, e o ambiente cultural e político. Ele se tornará uma prática reflexiva, em um processo de diálogo que, a cada instante, reúne as oposições da realidade social em que está inserido. Dessa forma, ele se distingue de uma prática que é feita sem considerar a história, apenas como uma série de métodos.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66529

Os impactos das condições laborais dos educadores vão além de suas responsabilidades, frequentemente resultando em danos à saúde. Assim, é claro que há um aumento crescente de enfermidades vinculadas ao trabalho, que afetam tanto o bem-estar físico quanto mental dos professores, já que eles são constantemente mais exigidos e frequentemente lidam com condições inadequadas para desempenhar suas funções.

No entanto, apenas aqueles que têm a habilidade de ler e escrever, e que também dominam o sistema alfabético e as regras de ortografia, conseguem explorar todas as vantagens da era digital. Portanto, é essencial desenvolver habilidades de letramento efetivas para criar uma sociedade que se comprometa com a formação total dos indivíduos, garantindo que eles sejam incluídos de maneira adequada no ambiente digital, tenham pleno acesso à informação e possam exercer seus direitos e responsabilidades.

Nos anos recentes, a tecnologia se tornou uma parte fundamental da vida das pessoas, alterando como trabalham, se comunicam e interagem. Essa mudança tecnológica trouxe também preocupações sérias sobre a saúde mental.

O uso excessivo de dispositivos eletrônicos pode resultar, em um curto período, em maior solidão, depressão, risco de cyberbullying e diminuição da autoestima. O fluxo incessante de informações e notificações pode causar sobrecarga mental e aumentar a ansiedade. A necessidade de estar sempre conectado e informado pode gerar um ciclo contínuo de estresse. Além disso, a exposição frequente a notícias ruins e as comparações sociais nas redes sociais podem também aumentar sentimentos de ansiedade e estresse.

Dessa forma, há várias maneiras sugeridas por especialistas para que os pais de estudantes utilizem as redes sociais de forma saudável. Algumas dessas maneiras incluem: definir horários específicos para usar dispositivos digitais; incentivar atividades fora da tela, como exercício, leitura e hobbies; desligar as notificações e restringir o tempo nas redes sociais; valorizar o sono, estabelecendo uma rotina de desconexão antes de ir para a cama, e procurar ajuda profissional quando preciso, principalmente se houver dependência digital ou problemas de saúde mental agravados pelo uso da tecnologia.

4 CONCLUSÃO

Conforme mencionado anteriormente, é essencial criar ações focadas na saúde dos professores para diminuir e eliminar elementos resultantes da profissão que possam impactar negativamente sua saúde e, consequentemente, a qualidade de vida deles. É evidente também que são necessárias atividades similares em outros contextos voltadas aos alunos, com o objetivo de melhorar o ambiente escolar e incentivar a prática de hábitos saudáveis sem o uso excessivo de ferramentas digitais.

Estabelecer uma cultura de colaboração representa um desafio para os educadores, pois eles frequentemente não dividem seus conhecimentos com os demais. Durante um longo período, o ensino promoveu uma cultura de individualismo e silêncio, e atualmente, muitos docentes enfrentam o desafio de adaptar-se a um trabalho mais colaborativo para alcançar o sucesso educacional de forma saudável.

Espera-se contribuir para a promoção do uso mais consciente e equilibrado das tecnologias em ambientes educacionais e assim, melhorar as experiências de aprendizagem e promovendo o bem-estar de alunos e professores de forma plena.

REFERÊNCIAS

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66529

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. **Pedagogia e prática docente**. São Paulo: Cortez, 2012.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 36ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias**. Campinas: Papirus, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 6ª ed. rev. e amp. São Paulo: Heccus, 2013.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66529

CONTROLE DA CONTAMINAÇÃO MICROBIOLÓGICA NOS LABORATÓRIOS DA UNIVERSIDADE IGUAÇU: A RELEVÂNCIA DA CONSCIENTIZAÇÃO E DO USO ADEQUADO DE EPIS

GABRIELLA DE SOUZA ROCHA; RAISSA DIAS ABRIL; VIVIAN VASQUES DE OLIVEIRA LEITE

Introdução: A biossegurança é um conjunto de ações voltadas para a prevenção, minimização ou eliminação de riscos à saúde humana e ao meio ambiente, especialmente em ambientes laboratoriais. A presença de microrganismos patogênicos e oportunistas em superfícies de laboratórios pode representar risco de contaminação cruzada entre alunos e profissionais, comprometendo a segurança e a qualidade das atividades práticas. Assim, o uso correto de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) é essencial para garantir condições seguras de trabalho e evitar a disseminação de agentes potencialmente nocivos no ambiente acadêmico. **Objetivo:** Realizar análises microbiológicas em laboratórios interdisciplinares da Universidade Iguaçu (UNIG), com o intuito de identificar microrganismos e conscientizar sobre a importância do uso adequado de EPIs, reforçando a cultura de biossegurança entre os discentes. **Metodologia:** Foram selecionadas duas bancadas do Laboratório Interdisciplinar III da UNIG. As coletas foram realizadas com swabs estéreis, dividindo-se os alunos em dois grupos: um grupo realizou as atividades sem o uso de EPIs (máscaras e luvas) e o outro grupo fez o uso adequado desses equipamentos. As amostras coletadas foram transferidas para placas de Petri, em triplicata, contendo meio de cultura Mueller-Hinton (MH), utilizando a técnica de esgotamento por estriagem. As placas foram incubadas a 37 °C por 48 horas e, em seguida, submetidas à coloração de Gram. **Resultados:** Em resultados preliminares, as amostras coletadas sem o uso de EPIs apresentaram contaminação microbiológica significativa, com indicativo de presença de bactérias oportunistas, enquanto as placas obtidas com o uso adequado de EPIs mostraram contaminação reduzida ou ausente. **Conclusão:** Os resultados demonstram que o uso correto e frequente dos EPIs nas aulas práticas é essencial para o controle microbiológico e para a segurança dos envolvidos, reduzindo o risco de contaminação cruzada entre alunos, professores e profissionais. Coletas adicionais em outros materiais e superfícies laboratoriais serão realizadas para reforçar a relevância desses resultados.

Palavras-chave: **BIOSSEGURANÇA; CONTROLE MICROBIOLÓGICO; PROTEÇÃO INDIVIDUAL;**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66534

TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS EM SAÚDE: O USO DE JOGOS, APLICATIVOS E MÍDIAS DIGITAIS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

MIRELA TAVARES BATISTA; LUCIA PIRES DA SILVA; SOLANGE LEMES DE QUEIROZ VERNON; MARGARETH TAVEIRA DOS SANTOS; SIMONE LEMES DE QUEIROZ CAMARA

Introdução: A educação em saúde é um instrumento fundamental na promoção de hábitos saudáveis, prevenção de doenças e empoderamento dos sujeitos em relação ao seu autocuidado. Com os avanços tecnológicos e a crescente inserção do digital na vida cotidiana, recursos como jogos educativos, aplicativos e mídias digitais passaram a compor estratégias inovadoras no processo de ensino- aprendizagem em saúde. Essas tecnologias oferecem abordagens interativas e mais atrativas, especialmente entre crianças, adolescentes e jovens, favorecendo o engajamento e a retenção do conteúdo. Além disso, permitem personalização, acessibilidade e acesso à informação em tempo real. **Objetivos:** Analisar como o uso de jogos, aplicativos e mídias digitais contribui para o processo de ensino- aprendizagem em saúde. **Metodologia:** Este é um estudo de abordagem qualitativa (ou quantitativa, dependendo do que você pretende) com caráter descritivo -exploratório. **Resultados:** Os resultados demonstraram que os participantes se mostraram mais engajados e atentos ao conteúdo apresentado por meio de tecnologias digitais. Os jogos interativos, em especial, favoreceram a participação ativa dos alunos, que relataram ter aprendido de forma mais divertida e significativa. A maioria dos entrevistados destacou que o uso de aplicativos com vídeos curtos e interativos facilitou a compreensão de temas como alimentação saudável e prevenção de doenças. Também foi observado aumento na capacidade de reter informações após a intervenção. Em comparação com métodos expositivos tradicionais, os recursos tecnológicos demonstraram maior eficácia em promover o interesse e facilitar a aprendizagem, segundo relatos dos participantes. **Conclusão:** A utilização de tecnologias educacionais no ensino de temas relacionados à saúde mostrou-se uma estratégia eficaz para potencializar o aprendizado, despertar o interesse e promover mudanças positivas nos hábitos dos participantes. Jogos, aplicativos e mídias digitais se destacaram por sua interatividade, acessibilidade e capacidade de dialogar com o universo digital dos sujeitos envolvidos. Dessa forma, recomenda-se a incorporação sistemática dessas ferramentas em programas de educação em saúde, tanto no ambiente escolar quanto em ações comunitárias.

Palavras-chave: **PREVENÇÃO; EMPODERAMENTO; HÁBITOS SAUDAVEIS;**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66540

DESENVOLVIMENTO DE UM SOFTWARE GERENCIAL PARA RASTREABILIDADE DE AMOSTRAS DE SANGUE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

BETINA CAMBRAIA DIAS DE SIQUEIRA; VANESSA APARECIDA RIBEIRO DA SILVA; MOISES DA SILVA MELO; LUCAS CARDOSO DA SILVA; CARLA RIBEIRO GIACOMO

Introdução: A rastreabilidade de amostras laboratoriais é essencial para garantir a segurança, a qualidade e a confiabilidade dos exames. No ambiente hospitalar, perdas e extravios de amostras representam um desafio gerencial significativo, comprometendo a agilidade dos diagnósticos, a satisfação do paciente e a eficiência operacional. A ausência de sistemas eficazes de controle pode gerar retrabalho, custos adicionais e falhas no fluxo de atendimento. Nesse contexto, o uso de ferramentas tecnológicas e sistemas de informação surge como alternativa inovadora e estratégica para otimizar o gerenciamento dos processos laboratoriais. **Objetivo:** Desenvolver um software gerencial para rastrear amostras de sangue, promovendo transparência, organização e eficiência no processo de coleta, transporte e análise. **Relato de Caso:** Trata-se de um relato de experiência desenvolvido por alunos que estão no curso de graduação em Gestão Hospitalar, em uma faculdade privada de São Paulo, na disciplina Projeto Integrador, que adota a metodologia de Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL). A atividade ocorreu no primeiro seemstre de 2025 e propôs aos discentes a construção de um produto inovador que auxiliasse na resolução de desafios reais da gestão hospitalar. O grupo realizou uma análise SWOT para identificar pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças do processo de transporte de amostras biológicas. A partir desse diagnóstico, foram definidos os requisitos funcionais do sistema e elaborado um protótipo utilizando linguagens de programação como HTML, CSS, SQL e Python, com foco na criação de uma interface intuitiva e de fácil operação pelos profissionais da área da saúde. O produto final foi um sistema digital de rastreamento em tempo real, que permite monitorar cada etapa do transporte de amostras biológicas, reduzindo extravios, atrasos e custos operacionais. A experiência favoreceu o desenvolvimento de competências tecnológicas e gerenciais, além de estimular a integração entre teoria e prática. **Conclusão:** O projeto demonstrou que o uso de metodologias ativas e de ferramentas tecnológicas pode potencializar o aprendizado e oferecer soluções inovadoras para a gestão hospitalar, fortalecendo o vínculo entre ensino, pesquisa e prática profissional, além de contribuir para a melhoria da qualidade e segurança dos processos laboratoriais.

Palavras-chave: **SOFTWARE EM SAÚDE; ENSINO APRENDIZAGEM; APRENDIZAGEM POR PROBLEMAS**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66544

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL, SAÚDE E O ENSINO DE MATEMÁTICA: DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS

MARIA PAULA SILVA DE SOUZA LIMA; ENY DIAS SOARES DA SILVA; MARIA APARECIDA DOS SANTOS NEVES; NEUZELY MARQUES SIRQUEIRA; EDILEYDE APARECIDA DIAS LUIZ

RESUMO

O objetivo deste trabalho é investigar como ocorre o ensino e a aprendizagem de matemática para alunos com Deficiência Intelectual (DI) no ambiente escolar, procurando entender as dificuldades que esses estudantes enfrentam e analisar os métodos e recursos que o professor de matemática utiliza na Educação Básica. Esta pesquisa procedeu-se de cunho qualitativo, por meio de uma revisão bibliográfica. A diversidade humana define a sociedade, incluindo diferenças físicas, sociais, étnicas, econômicas, culturais e religiosas. Isso abrange pessoas que não se encaixam nos padrões de normalidade física ou mental. Muitas vezes, essas pessoas enfrentam limitações que as impedem de aproveitar aspectos essenciais da vida, como emprego, aprendizado, moradia e entretenimento. Os sinais se tornam visíveis em uma idade mais jovem para aqueles que são mais seriamente afetados. Normalmente, o primeiro sinal notado pelos responsáveis é um atraso na linguagem. As crianças que têm deficiência intelectual levam mais tempo para começar a usar palavras, combinar palavras e formar frases inteiras. Às vezes, o desenvolvimento social delas é mais lento por causa de problemas cognitivos e dificuldades na linguagem. Por isso, o ensino de matemática a alunos com deficiência intelectual nas escolas exige métodos pedagógicos inclusivos e adaptados, focando na contextualização, uso de materiais que podem ser manuseados e atividades práticas. O objetivo é garantir que esses estudantes adquiram habilidades matemáticas básicas que serão úteis em sua vida cotidiana e ajudem na aprendizagem de conteúdos mais complexos. Neste contexto, a trajetória da educação na história da humanidade tem sido marcada pela exclusão de estudantes com algum tipo de deficiência.

Palavras-chave: Metodologias; Inclusão; Habilidades.

1 INTRODUÇÃO

A deficiência intelectual pode ser causada por fatores genéticos ou por um distúrbio que afeta o crescimento do cérebro. Muitas crianças que apresentam deficiência intelectual não mostram sinais visíveis até atingirem a idade pré-escolar, e o diagnóstico depende de resultados de testes formais. Algumas crianças podem apresentar anomalias claras ao nascer ou pouco tempo depois. Essas anomalias podem ser tanto físicas quanto neurológicas, incluindo características faciais incomuns, como tamanho excessivo ou reduzido da cabeça, deformidades nas mãos ou pés, entre outras anomalias.

Entretanto, este trabalho é relevante porque traz reflexões significativas sobre o ensino de matemática para pessoas com deficiência intelectual. É importante entender que a educação é um tema complicado e desafiador, especialmente porque nos dias de hoje, a educação deve

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66548

ser estimulante e deve quebrar com os padrões tradicionais que costumamos ver nas salas de aula. Assim, promove uma discussão sobre a Educação Matemática e a formação de alunos com deficiência intelectual, visando a criação de uma matemática que seja inclusiva.

Deste modo, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, baseada na revisão bibliográfica que permitiu uma maior imersão no tema por meio de livros, artigos, revistas e outros materiais.

Acreditamos que uma sala de aula inclusiva é aquela que favorece o desenvolvimento do aluno, e não apenas oferece oportunidades de interação social. Para algumas escolas, apenas acolher o aluno com necessidades especiais e realizar sua matrícula é considerado inclusão, mas essa não é uma avaliação correta.

Quando a matemática é ensinada para crianças em turmas regulares, percebemos que os alunos muitas vezes apresentam dificuldade em compreender os conceitos, além de mostrar uma resistência ao estudo de algo que frequentemente não pode ser visualizado de maneira concreta. Esse medo é passado à criança por parte da família e de educadores que não conseguem se relacionar com os conceitos matemáticos que elas encontram durante o seu percurso escolar.

Nesse sentido, o ensino da matemática para estudantes com deficiência intelectual na escola exige abordagens pedagógicas adaptadas e inclusivas, com foco na contextualização, uso de recursos manipuláveis e realização de atividades práticas. O objetivo é garantir que esses alunos desenvolvam habilidades matemáticas essenciais para o cotidiano e possam construir conhecimentos mais complexos.

O objetivo deste trabalho é investigar como ocorre o ensino e a aprendizagem de matemática para alunos com Deficiência Intelectual (DI) no ambiente escolar, procurando entender as dificuldades que esses estudantes enfrentam e analisar os métodos e recursos que o professor de matemática utiliza na Educação Básica.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa procedeu-se de cunho qualitativo, por meio de uma revisão bibliográfica, com base nos estudos de Costa (2011), Malaquias (2012), Oliveira (2013, 2021), entre outros, que refletem sobre as dificuldades de alunos com DI, no que se refere principalmente à aprendizagem da matemática.

Nesse contexto, Gil (2017) destaca que a pesquisa bibliográfica é:

> A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, em virtude da disseminação de novos formatos de informação, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como o material disponibilizado pela Internet (Gil, 2017, local 33).

Ademais, como um estudo bibliográfico, usamos autores já criados no setor educacional, na qual foi buscado artigos científicos relacionados ao tema como forma de enriquecer o presente estudo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Matemática é uma disciplina que aplicamos todos os dias em diversas situações. Apesar de ser essencial, muitos alunos sempre a consideraram uma matéria difícil de compreender.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66548

Assim, aqueles que não se conformam com um padrão estabelecido pela sociedade encontram obstáculos para viver a experiência escolar de forma integral. […] "Para alunos com deficiência intelectual esta realidade se torna ainda mais evidente, na medida em que estes apresentam dificuldades para apropriar-se de elementos fundamentais para a apreensão de conceitos matemáticos." (Malaquias, 2012, p. 28).

> [...] registra-se ainda que nas escolas permaneça a "velha" percepção de que as crianças com deficiência intelectual apresentam dificuldades em manter a atenção na aprendizagem de conceitos abstratos, e que a matemática exige deles um nível de abstração e formalização acima de sua capacidade, por considerar que, o seu desenvolvimento cognoscitivo não condiz com a sua idade cronológica (MASCIANO, 2015 apud MORAES, 2017, p. 160).

Por outro lado, este trabalho se justifica ao trazer reflexões significativas sobre o ensino da matemática voltado para alunos com deficiência intelectual. É importante reconhecer que o conceito de educação é complicado e desafiador, principalmente porque a educação nos dias de hoje precisa ser inovadora e romper com as normas tradicionais vistas nas salas de aula.

Com a evolução da educação e o avanço das pesquisas sobre variados tipos de distúrbios e deficiências, tanto físicas quanto intelectuais, começam a surgir discussões e apoio em prol de condições apropriadas para a aprendizagem dos alunos. A Lei n. º 9394/96, especificamente no seu capítulo V sobre Educação Especial, artigo n° 58, determina que deve haver "[...] uma modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente, nas redes regulares de ensino, para alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação" (BRASIL, 1996).

Por isso, o presente trabalho é uma pesquisa qualitativa que se baseia na pesquisa bibliográfica. A fundamentação teórica se apoia em estudos realizados por autores renomados que contribuíram para a discussão do tema abordado.

O propósito deste estudo é analisar como ocorre o ensino e a aprendizagem da matemática para alunos com Deficiência Intelectual (DI) no ambiente escolar, visando entender os desafios que esses estudantes enfrentam, além de avaliar as metodologias e os recursos utilizados pelo professor de matemática no ensino da Educação Básica. Assim, a motivação para esta pesquisa surge do processo de investigação e reflexão sobre a inclusão escolar de uma maneira mais abrangente, e não apenas em relação aos alunos com deficiência intelectual.

Por isso, é claro que as pesquisas que procuram descobrir maneiras de ajudar educadores que enfrentam dificuldades com alunos com deficiência intelectual em matemática são consideradas importantes. Mesmo com os avanços que fizemos ao longo dos anos em termos de inclusão de pessoas com deficiência nas escolas regulares, seja por meio da criação de leis ou de eventos que discutem os direitos desses alunos, ainda há muito a ser feito.

O ensino de matemática para aqueles que têm desenvolvimento intelectual inicial tem sido um tema de estudo para educadores na área. Ao entender a história e a cultura dos alunos com deficiência intelectual e dar prioridade a esses aspectos no planejamento de aulas de matemática, serão criadas novas maneiras de ensinar, promovendo uma matemática inclusiva que não descarta os conteúdos acadêmicos, mas que também não os coloca como o único foco da educação formal. De acordo com Oliveira (2021), a investigação sobre como as pessoas aprendem matemática tem sido o centro de diversos estudos, com base principalmente nas teorias psicogenéticas de Piaget e Vygotsky. A Psicogenética é um campo que investiga a origem e o desenvolvimento da mente e do conhecimento, enfatizando que "a aquisição do número não se dá por simples aprendizagem: depende das estruturas mentais que se sucedem ordenadamente na criança, através de etapas, desde uma idade bem tenra" (Costa, 2011, p. 20).

Por meio disso, notamos que a matemática pode ser ensinada de uma maneira crítica, o que leva à criação de atividades que se conectam com a vida dos alunos. Isso faz com que a

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66548

aprendizagem seja significativa e divertida para todos, independentemente de deficiências e/ou necessidades. Além disso, incentiva atitudes proativas e conscientes, ajudando os alunos a planejar suas vidas e alcançar suas metas pessoais e coletivas. Assim, acreditamos que esta pesquisa poderá contribuir muito para o desenvolvimento de discussões e investigações sobre uma educação matemática que seja crítica e inclusiva.

Entretanto, apesar das barreiras que uma pessoa com deficiência intelectual pode enfrentar, não se deve subestimar essas pessoas nem as tratar como incapazes de aprender. É importante destacar que os estudantes com deficiência intelectual têm o direito de participar de atividades em vários ambientes escolares (como sala de aula, sala de recursos multifuncionais, biblioteca, laboratório de informática, laboratório multidisciplinar, etc.), sem qualquer tipo de questionamento. Oliveira (2013) ressalta que,

> A condição de Deficiência Intelectual não pode nunca predeterminar qual será o limite de desenvolvimento do indivíduo. "A educação na área da Deficiência Intelectual deve atender às suas necessidades educacionais especiais sem se desviar dos princípios básicos da educação proposta às demais pessoas" (Oliveira, 2013, p. 17).

Nesta perspectiva, o aprendizado acontece por meio da interação de diversos fatores, incluindo aqueles que estão externos ao aluno, o ambiente onde ele vive, as relações que estabelece, a qualidade da estimulação que recebe desde o nascimento, sua motivação e aspectos biológicos que podem ser inatos ou adquiridos.

É essencial destacar que o professor assistente para inclusão funciona como um apoio para o crescimento e aprendizagem do estudante com deficiência ou transtorno do espectro autista. A função desse profissional é oferecer ajuda relacionada à higiene, mobilidade e saúde, para o aluno que precisa de assistência contínua, além de trabalhar junto ao professor responsável, ao docente de Atendimento Educacional Especializado e à equipe pedagógica técnica.

É crucial compreender os desafios que podem surgir no processo de aprendizado, pois estes podem causar várias dificuldades na absorção dos conceitos, muitas vezes dificultando a compreensão da lógica matemática envolvida. Entretanto, hoje em dia é possível utilizar diversos recursos para facilitar a aprendizagem dos alunos com com Deficiência Intelectual (DI), como por exemplo o uso da calculadora como ferramenta de Tecnologia Assistiva trouxe uma aprendizagem importante, gerando resultados que se estendem além das salas de aula, como afirma Rodrigues (2015):

> A utilização da calculadora como recurso de Tecnologia Assistiva contribuiu para que os educandos pudessem ter maior independência e autonomia nas atividades escolares, envolvendo os conceitos matemáticos e ofereceu novas possibilidades de aprendizagem, gerando resultados que extrapolaram os muros da escola. (Rodrigues, 2015, p. 9).

Portanto, é importante ter em mente o papel que os professores das escolas terão na organização do trabalho para pessoas com deficiência. Mantoan (2003) destaca que, para que mudanças ocorram nas escolas, é necessário reformular o modelo educacional, reestruturando as instituições de ensino de maneira pedagógica, garantindo aos alunos a liberdade de aprender, respeitando a individualidade de cada um, além de investir na capacitação dos professores para que consigam atender à diversidade dos alunos sem excluir ninguém.

4 CONCLUSÃO

Em resumo, esta pesquisa destaca quão crucial é ter uma metodologia focada no estudante e nas suas necessidades específicas para promover uma educação que inclua a todos.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66548

Ao identificar e lidar com os desafios já existentes, e simultaneamente investigar oportunidades e métodos eficazes, poderemos progredir rumo a uma educação matemática que seja realmente inclusiva, atendendo às demandas de todos os alunos, incluindo os que possuem deficiência intelectual.

Todavia, temos expectativa de que este estudo inspire reflexões entre os especialistas nas áreas da Educação Matemática e da Educação Especial, reforçando assim a importância de métodos diferenciados e colaborativos no ensino de matemática para esse grupo específico. Como uma estratégia educacional dentro do processo de ensino, deve apresentar e guiar opções que sejam congruentes com as percepções da comunidade escolar, sempre buscando promover verdadeira integração e fortalecer a aprendizagem em sala de aula, permitindo que os alunos se tornem participantes ativos em seu contexto social.

Dessa forma, em relação ao ensino de matemática, é fundamental adotar métodos e estratégias personalizadas que respondam às suas necessidades e que favoreçam uma aprendizagem inclusiva e significativa. A abordagem de ensino deve ser adaptável, levando em consideração o ritmo e as habilidades únicas de cada aluno. Nesse contexto, adaptar o currículo, não apenas de matemática, tem se mostrado essencial.

Embora haja desafios, esta pesquisa também encontrou várias oportunidades e estratégias eficazes para apoiar a educação matemática inclusiva para estudantes com deficiência intelectual. Algumas das medidas ressaltadas incluem o uso de ferramentas assistivas, mudanças no currículo, treinamento contínuo para os professores e encorajamento à participação ativa dos alunos.

Assim, a inclusão traz importantes desafios e responsabilidades para as escolas, sendo fundamental que encontrem caminhos adequados para assegurar que todos os alunos tenham a oportunidade de aprender. Este caminho ainda enfrenta obstáculos, mesmo sabendo que o direito à educação de qualidade para alunos com deficiência, assim como para todos os demais cidadãos, está garantido pela constituição.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, seção 1, 1996.

COSTA, M. da P. R. **Matemática para o aluno com deficiência intelectual.** São Paulo: Edicon, 2011. **REVISTA INTERFACES DO CONHECIMENTO** v. 06 | n. 02 | p. 87-102 (ISSN - 2674-998X) AGO/OUT – 2024 | BARRA DO GARÇAS - MT.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

MALAQUIAS, Fernanda Francielle de Oliveira. **Realidade virtual como tecnologia assistiva para alunos com deficiência intelectual**. 2012. 112 f. Tese (Doutorado em Engenharias) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012. DOI https://doi.org/10.14393/ufu.te.2012.41.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar:** O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

OLIVEIRA, L.M. **Ensino de matemática para alunos com Deficiência Intelectual**: uma abordagem acerca dos desafios enfrentados por professores de Cocal – PI. 2021. 25 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Matemática) - Instituto Federal do Piauí, Campus Cocal, 2021.

RODRIGUES, Lis Borges. **O uso da calculadora como recurso de tecnologia assistiva no ensino de aritmética para os alunos com deficiência intelectual inseridos na educação de jovens e adultos** (EJA). Dissertação de Mestrado. 2015.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66548

CAPACITAÇÃO EM BOAS PRÁTICAS NO MANEJO DO PACIENTE ONCOLÓGICO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM.

IARA ALVES FEITOZA DE ANDRADE; NICOLE PAMELA RIBEIRO DO NASCIMENTO; MAYRA ROMELIA LEITE GARCIA MEDEIROS

Introdução: A complexidade do tratamento oncológico exige uma equipe de enfermagem qualificada para um cuidado que transcenda a técnica, alcançando a esfera humana do paciente. A educação continuada é ferramenta essencial para garantir a segurança e a humanização da assistência, especialmente no ambiente de internação, onde a vulnerabilidade é acentuada. Reconhecendo essa necessidade, o centro oncológico de um hospital em Manaus promoveu uma capacitação focada em boas práticas no manejo do paciente oncológico, visando fortalecer as competências das equipes e elevar a qualidade do cuidado prestado. **Objetivo:** Relatar a experiência de um treinamento sobre boas práticas no manejo do paciente oncológico, destinado a enfermeiros e técnicos de enfermagem das unidades de internação, com o propósito de aprimorar a assistência e promover a integração entre o serviço de oncologia e a linha de frente. **Relato de experiência:** O treinamento ocorreu nos dias 22 e 23 de setembro de 2025, no Núcleo de Educação Permanente em Saúde (NEPS), das 08h às 11h30, com 52 profissionais dos plantões diurno e noturno. A metodologia incluiu aulas expositivas e discussões de caso, abordando pilares do cuidado oncológico: a jornada do diagnóstico e a análise laboratorial; a prescrição e administração segura de quimioterápicos; o manejo de reações infusionais e emergências; a gestão de sintomas como náuseas, vômitos e diarreia; e as precauções de proteção ao paciente imunossuprimido. A iniciativa, conduzida pela equipe de oncologia em parceria com as gestoras das unidades, visou uma abordagem integrada. **Conclusão:** O treinamento fortaleceu a aliança entre o serviço de oncologia e as equipes de internação, resultando em profissionais mais seguros e preparados para o manejo das especificidades do paciente oncológico. A capacitação mostrou-se uma estratégia eficaz para disseminar conhecimento especializado e construir uma cultura de segurança e excelência assistencial. A experiência reforça que o investimento na educação da linha de frente é fundamental para a entrega de um cuidado holístico, seguro e humano, impactando positivamente a jornada do paciente.

Palavras-chave: **CUIDADO DE ENFERMAGEM; EDUCAÇÃO CONTINUADA; ONCOLOGIA**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66549

O OLHAR DA ENFERMAGEM SOBRE A BAIXA PROCURA PELO EXAME CITOPATOLÓGICO DO COLO DO ÚTERO

MAISA PINTO LEAL; LETICIA VITÓRIA ALVES DE QUEIROZ

Introdução: Durante o último período da graduação em Enfermagem, foi realizado o estágio curricular supervisionado em Saúde Pública nas Unidades Básicas de Saúde da Família do município de Araguari, Minas Gerais. Os estagiários atuavam em uma unidade diferente a cada semana, fazendo um rodízio, totalizando um período de cinco meses de prática. **Objetivo:** Relatar a experiência vivenciada durante o estágio em Saúde Pública, destacando a importância de conscientizar as mulheres sobre à prevenção do câncer do colo do útero por meio do Papanicolau. **Relato de Experiência:** Durante o período de estágio, tivemos a oportunidade de participar de diversas atividades, dentre elas a realização do exame Papanicolau nas mulheres atendidas nas unidades. Observou-se, que muitas mulheres do município não procuravam o serviço de saúde para realizar o exame preventivo, por falta de informação, ou por considerarem o procedimento constrangedor e invasivo. Diante dessa situação, nosso grupo de estágio desenvolveu palestras educativas abordando temas como câncer do colo do útero e infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), com o objetivo de atrair as mulheres e estimular a adesão ao exame preventivo. As atividades foram conduzidas de forma acessível e dinâmica, promovendo a conscientização sobre a importância da prevenção e do autocuidado. **Conclusão:** A experiência no estágio de Saúde Pública proporcionou o desenvolvimento de competências técnicas e humanas essenciais à prática da enfermagem. Foi possível compreender a importância das ações educativas como ferramenta de promoção da saúde. Conclui-se que é fundamental o fortalecimento de estratégias de sensibilização e acolhimento, a fim de reduzir tabus e aumentar a adesão das mulheres aos programas de prevenção, reafirmando o compromisso da enfermagem com o cuidado integral e humanizado. Essa vivência ampliou o conhecimento sobre o funcionamento da atenção primária e a importância das ações de prevenção e promoção da saúde.

Palavras-chave: **PAPANICOLAU; SAUDE PUBLICA; CONSCIENTIZAÇÃO**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66560

TREINAMENTO RESISTIDO EM MULHERES NA MENOPAUSA E SEUS IMPACTOS NO CONTEXTO DA PROMOÇÃO DA SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA: UMA REVISÃO DE ESCOPO

BRENDA DA SILVA SOUZA; BRUNO SANTOS CARDOSO; HELOÍSA JARDIM DIAS DA PIEDADE; SILVIA REGINA BARBOSA BRITO.

RESUMO

A menopausa é a cessação definitiva da menstruação após 12 meses de amenorreia sem causas patológicas. A transição menopáusica, que precede esse período, inicia-se com irregularidade menstrual e dura de 4 a 7 anos. Sintomas comuns incluem fogachos, secura vaginal, insônia, alterações emocionais e cognitivas. Sendo o exercício físico fator benéfico na redução da intensidade dos sintomas e na regulação hormonal. Averiguar os impactos do treinamento resistido (TR) na saúde da mulher menopausada. Trata-se de uma revisão de escopo, conforme as recomendações do Joanna Briggs Institute (JBI), sendo desenvolvido com base no guia internacional Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses extension for Scoping-Reviews (PRISMAScR), realizado entre junho e setembro de 2025**.** Foram selecionados 25 artigos, com abordagem no treinamento resistido em mulheres menopausadas. Selecionadas as publicações feitas entre 2012 e 2025. Sendo demonstrado que mulheres na pós-menopausa se beneficiam significativamente do TR, com aumento da densidade mineral óssea (DMO), redução de gordura corporal, melhora de sintomas vasomotores, humor e sono. Impactando positivamente na saúde metabólica e cardiovascular. Foi evidenciado que o TR é uma estratégia não 2 farmacológica eficaz para mulheres em menopausa. Dentre seus benefícios tem-se, melhora na densidade mineral óssea, força muscular, controle de marcadores inflamatórios, prevenção de sarcopenia, manifestações positivas quanto às ondas de calor, distúrbios do sono, ansiedade e depressão. Portanto, o TR contribui para uma melhora fisiológica, psicológica e funcional das mulheres menopausadas.

Palavras-chave: Perimenopausa; Climatério; Exercício Físico.

1 INTRODUÇÃO

A menopausa é consolidada pela cessação definitiva da menstruação, sendo caracterizada por um período após 12 meses seguidos de amenorreia, sem causas patológicas (Capel-Alcaraz et al., 2023). Os anos que se seguem após esse período, é chamado de pós-menopausa. A média avaliada em relação ao último período menstrual das mulheres é de 51,5 anos, porém, a ausência da menstruação pode ocorrer em qualquer idade quando é ocasionada por insuficiência ovariana (Hoffman et al., 2014).

Períodos como a perimenopausa ou climatério são termos regressos usados na literatura, para se referir ao período de tempo que corresponde ao final do período reprodutivo, geralmente no final dos 40 e início dos 50 anos de idade. Atualmente, a melhor terminologia para esse período é chamada de transição menopáusica, essa fase se inicia com irregularidade no ciclo menstrual e se prolonga até um ano após a cessação permanente da menstruação. Comumente, essa transição ocorre ao longo de um período que varia entre 4 e 7 anos, sendo 47 anos a média de idade para o começo desse processo (Hoffman et al., 2014).

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66587

Dentre as manifestações clínicas presentes, podem ser englobados os sintomas vasomotores como os fogachos e sudorese noturna, atrofia vulvovaginal associada à secura vaginal e dispareunia, além de comprometimento do sono. Ademais, as pacientes podem apresentar estreitamento e encurtamento da vagina, desejo sexual hipoativo, fadiga, infecções do trato urinário, cefaleia, algia musculoesquelética, depressão, ansiedade, alterações na função cognitiva, ganho ponderal, e queda capilar (Lins et al., 2020).

É de extrema importância ressaltar que fatores ambientais como a prática de exercício físico, hábitos alimentares, dependência de substâncias químicas, além de outros aspectos, podem influenciar na menopausa (Oliveira et al., 2023).

Concomitante aos fatos apresentados, o objetivo deste estudo é mapear, identificar e analisar as evidências científicas acerca dos efeitos da prática do treinamento resistido em mulheres menopausadas e seus impactos na promoção da saúde e qualidade de vida.

2 MATERIAIS E METÓDOS

O estudo trata-se de uma revisão de escopo realizado seguindo as recomendações do Joanna Briggs Institute (JBI), sendo desenvolvido e estruturado com base no guia internacional Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses extension for Scoping-Reviews (PRISMA-ScR).

Esta revisão, realizada entre maio e outubro de 2025, baseia-se em análises científicas com objetivo de explorar temas acerca da saúde da mulher menopausada e a prática regular de treinamento resistido. Sendo assim, é importante ressaltar os seguintes passos seguidos para confecção deste estudo: (1) escolha da questão de pesquisa; (2) definição dos critérios de inclusão e exclusão; (3) seleção dos estudos relevantes; (4) análise dos dados; (5) síntese e apresentação dos resultados.

A questão de pesquisa foi estruturada com base no acrônimo PCC em que P (população) - mulheres menopausadas, C (conceito) - prática de treinamento resistido (TR) e C (contexto) - diferentes domínios da qualidade de vida (físico, psicossocial e sexual).

Sendo desenvolvida a seguinte questão: “Quais os impactos do treinamento resistido nos diversos domínios da qualidade de vida das mulheres menopausadas?”. Desta forma, foram incluídos no estudo as mulheres que já passaram pela transição menopáusica; que realizassem a prática de treinamento resistido de forma regular e fossem impactadas com os fatores benéficos do mesmo em suas vidas. Além disso, a seleção de estudos para essa revisão foi determinada a partir de critérios que englobam artigos que estavam descritos na íntegra e de forma gratuita em meio eletrônico. Foram utilizados como critérios de exclusão as notícias, opiniões, relato de experiência, artigos que não se apresentavam integralmente.

Foi realizada uma busca de dados entre maio e outubro de 2025. Os artigos selecionados para esta revisão de escopo foram identificados por meio de buscas nos idiomas: português, inglês e espanhol em banco de dados eletrônicos como Google Acadêmico, Scielo, PubMed, e LILACS. Os operadores booleanos foram aplicados de forma individualizada a cada base de dados utilizada. No Google Acadêmico – período de 2021-2025: “menopause” OR “postmenopause woman”, sendo 3.040 resultados obtidos, Scielo – período não determinado: “resistance training” OR “strength training” / “menopause” AND “quality of life” / “menopause” AND “hormone therapy”, resultados obtidos 52 / 118 / 69, Pubmed – período de 2015-2025: “menopause” AND “resistance training” / “menopause” AND “quality of life” / “exercise” AND “menopause”, resultados obtidos 491 / 3297, LILACS – período de 2020-2025: “postmenopause” AND “well-being” / “menopause” AND “quality of life”, com os seguintes resultados 12 / 285. Além das bases de dados eletrônicas, foi consultada literatura de referência, como o livro Ginecologia de Williams 2º edição, a fim de refinar o embasamento teórico sobre o assunto abordado nesta revisão de escopo. Foram selecionados apenas artigos

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66587

disponíveis na íntegra, de acesso gratuito, com texto completo publicado em português, espanhol ou inglês. Durante a triagem dos resultados, os títulos e resumos foram inicialmente analisados para verificar a aderência ao tema proposto.

Em seguida, os artigos potencialmente elegíveis foram lidos na íntegra para confirmar se atendiam aos critérios de inclusão. Os dados extraídos dos estudos selecionados foram organizados em uma planilha contendo informações como: autores, ano de publicação, país de realização, tipo de estudo, características da população, descrição da intervenção com treinamento resistido, variáveis avaliadas e principais achados relacionados à promoção da saúde e qualidade de vida.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Do total de 1.248 registros encontrados nas bases de dados para realização de triagem, 188 foram relevantes e incluídos para o desenvolvimento desta revisão de escopo.

Estudo desenvolvido por Al-Araji (2024), demonstrou que as mulheres menopausadas que realizam a prática de treinamento resistido, tem como repercussão o aumento da DMO que tem influência direta sobre a diminuição no risco de doenças do
sistema esquelético como a osteoporose.

A prevalência da osteoporose na coluna lombar em mulheres com idade a partir de 50 anos é de 15,8% à 54,5% (Pires et al., 2022). Além disso, mulheres na pós menopausa, apresentam prevalência de queda de 51,1% (Pires et al., 2022).

Uma revisão sistemática com metanálise desenvolvida por Khalafi et al. (2023), buscou verificar o efeito do treinamento físico, mais especificamente o treinamento aeróbio e treinamento resistido, na composição corporal de mulheres na pós menopausa, sendo que os resultados mostraram que o treinamento resistido foi mais eficiente que o treinamento aeróbio para aumentar a massa muscular, em mulheres na pós menopausa, diminuindo a possibilidade de sarcopenia e perda de DMO. Além disso, o treinamento resistido também se mostrou eficiente para redução do percentual de gordura.

Uma frequência mínima de duas vezes por semana, já é o suficiente para promover resultados no aumento ou manutenção da DMO (Shojaa et al., 2020). No mínimo 6 a 8 séries por grupamento muscular por semana já é o suficiente para promover alterações positivas na DMO (Isenmann et al., 2023).

No estudo de Hajj et al. (2020), foi evidenciado que mulheres sedentárias apresentaram elevados níveis de escores nos subdomínios do The Menopause-specific Quality of Life (MENQOL), demonstrando uma maior intensidade dos sintomas menopáusicos. Enquanto as mulheres com maiores níveis de exercício físico tiveram escores mais baixos, consequente esses achados demonstram menor nível de queixas quanto aos sintomas desse período nas mulheres fisicamente ativas ($p < 0,001$).

Resultados observados através de uma revisão sistemática que incluiu 11 estudos prospectivos (incluindo 8 ECRs), evidenciaram que não foi possível encontrar efeitos significativos na melhora da função sexual de mulheres menopausadas através da prática de exercícios de resistência. Porém, o treinamento resistido nessas mulheres, parecem melhorar sintomas prevalentes na menopausa como ansiedade e depressão, que são alterações mentais que podem afetar diretamente a qualidade de vida sexual (Carcelén- Fraile et al., 2020).

Adicionalmente, a melhora nos parâmetros bioquímicos e hormonais, como a diminuição dos níveis de citocinas pró-inflamatórias e o aumento de hormônios anabólicos, evidencia que os efeitos do treinamento resistido vão além do fortalecimento muscular, promovendo ajustes sistêmicos que contribuem diretamente para a saúde cardiovascular e metabólica (Dawson; Dennison, 2016).

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66587

Esses resultados fornecem uma base sólida para recomendações clínicas e estratégias de políticas públicas voltadas à saúde da mulher, reforçando a importância de programas que incentivem o exercício físico regular, com ênfase no treinamento resistido, como uma ferramenta de intervenção segura, acessível e eficaz para a população feminina em idade menopausal.

Os estudos ainda indicam que o treinamento resistido pode servir como uma intervenção relevante na redução de fatores de risco para doenças metabólicas, por meio do controle do peso corporal, melhora da sensibilidade à insulina, modulação do perfil lipídico e redução da inflamação sistêmica de baixo grau (Coelho-Júnior, 2020). Dessa forma, os resultados sintetizados apontam para um consenso crescente na literatura: o treinamento resistido é uma ferramenta valiosa, segura e eficaz para o enfrentamento das múltiplas alterações da menopausa (Lichtenberg, 2019).

Os resultados ainda indicam que o treinamento resistido pode servir como uma intervenção relevante na redução de fatores de risco para doenças metabólicas, por meio do controle do peso corporal, melhora da sensibilidade à insulina, modulação do perfil lipídico e redução da inflamação sistêmica de baixo grau. A atuação do TR sobre biomarcadores como leptina, resistina, MCP-1, adiponectina e lipocalina-2 confirma seu papel regulador em processos metabólicos, inflamatórios e hormonais, os quais são fundamentais para o equilíbrio da saúde em mulheres na pós-menopausa (Coelho-Júnior, 2020).

Por fim, observa-se ainda que o treinamento resistido pode se tornar um aliado no empoderamento feminino durante a menopausa, à medida que promove ganhos de autonomia funcional, melhora da imagem corporal e sensação de controle sobre o próprio corpo e saúde.
Esses resultados fornecem uma base sólida para recomendações clínicas e estratégias de políticas públicas voltadas à saúde da mulher, reforçando a importância de programas que incentivem o exercício físico regular, com ênfase no treinamento resistido, como uma ferramenta de intervenção segura, acessível e eficaz para a população feminina em idade menopausal.

Além disso, os achados apresentados demonstram a importância da personalização dos programas de treinamento resistido para mulheres na pós-menopausa, considerando suas características individuais, limitações físicas e metas específicas. A resposta adaptativa ao TR pode variar de acordo com o histórico prévio de atividade física, presença de comorbidades, uso ou não de terapia hormonal, além de fatores genéticos e comportamentais (Kim, 2022).

Esta revisão reitera sobre a importância do treinamento muscular em mulheres na menopausa, já que tem se mostrado uma intervenção eficaz na redução dos efeitos fisiológicos decorrentes da queda dos níveis hormonais, especialmente no que se refere à perda de massa magra, força muscular e à redução da densidade mineral óssea. Os dados apresentados neste estudo corroboram com a literatura ao evidenciar que a prática regular de exercícios resistidos pode promover benefícios significativos para a saúde musculoesquelética, funcionalidade e qualidade de vida da mulher menopausada.

Em um estudo conduzido por Al-Araji (2024), é reforçado que a menopausa exerce um efeito sistêmico corporal. Outrossim, reitera sobre a importância do treinamento resistido, que deve ser iniciado de maneira gradual. O treinamento resistido é importante para as mulheres na menopausa, pois, se os ossos não estiverem sendo estimulados com o treinamento, os mecanorreceptores não recebem estímulos para a remodelação óssea, causando uma perda gradual da DMO, o que aumenta o risco de osteoporose (Pires et al., 2022).

Evidências obtidas pelo trabalho científico realizado por Berin et al. (2019), possibilitaram a avaliação da redução das ondas de calor após três semanas de treinamento de resistência, enquanto não houveram mudanças notáveis nas mulheres integrantes do grupo de controle. Além disso, é ressaltado a relevância do treinamento resistido na liberação de beta-endorfina, fator importante para estabilização da termorregulação.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66587

Outro ponto relevante é a influência positiva do TR sobre a saúde mental e emocional dessas mulheres. A melhora da disposição, da autoestima e da imagem corporal relatada nos estudos qualitativos (Kim, 2022) mostra que os benefícios do treinamento resistido ultrapassam o aspecto físico e se estendem para o bem-estar psicossocial.

Ainda que não haja consenso quanto aos efeitos diretos do TR na função sexual (Li, 2019), sua influência indireta por meio da melhora do humor, do estado emocional, da autoimagem e da disposição física não pode ser desconsiderada. Tais aspectos estão interligados à percepção de prazer e satisfação sexual, ainda que de forma subjetiva. Portanto, mesmo que o treinamento resistido não atue diretamente sobre os mecanismos fisiológicos da sexualidade, ele pode representar um recurso importante para resgatar a autoconfiança e o bem-estar geral da mulher menopausada.

Em síntese, os resultados discutidos nesta pesquisa corroboram amplamente com a literatura atual, reforçando a importância do treinamento resistido como uma ferramenta eficaz, acessível e segura para o manejo dos efeitos fisiológicos, psicológicos e metabólicos da menopausa. A incorporação dessa prática no estilo de vida de mulheres nessa fase deve ser incentivada não apenas por seus benefícios funcionais, mas principalmente por seu potencial em promover saúde integral, autonomia e qualidade de vida a longo prazo.

4 CONCLUSÃO

A presente revisão de escopo evidenciou que o TR representa uma estratégia não farmacológica altamente eficaz na promoção da saúde e da qualidade de vida de mulheres na menopausa. Os estudos analisados demonstraram que a prática regular de TR está associada a benefícios fisiológicos, psicológicos e funcionais.

Além disso, os dados apontam que o treinamento resistido exerce influência positiva sobre sintomas comuns do climatério, impactando diretamente na percepção de bem-estar e autoestima dessas mulheres. Apesar de não haver evidências conclusivas quanto à melhora direta da função sexual, os efeitos indiretos sobre fatores emocionais e hormonais contribuem para uma melhor qualidade de vida geral.

Por fim, esta revisão reafirma que a adoção de estilos de vida ativos, com a prática regular de treinamento resistido, é um recurso valioso para o enfrentamento dos desafios impostos pela menopausa, promovendo autonomia, funcionalidade e bem-estar para as mulheres nesse período da vida. Recomenda-se a continuidade de estudos com desenhos metodológicos robustos, especialmente ensaios clínicos randomizados, para aprofundar as evidências já existentes e ampliar o conhecimento sobre os efeitos do treinamento resistido nesse contexto.

REFERÊNCIAS

BERIN, E. et al. Resistance training for hot flushes in postmenopausal women: A randomised controlled trial. **Maturitas**, v. 126, p. 55–60, 1 ago. 2019.

CAPEL-ALCARAZ, A. M. et al. The Efficacy of Strength Exercises for Reducing the Symptoms of Menopause: A Systematic Review. **Journal of Clinical Medicine**, v. 12, n. 2, p. 548, 9 jan. 2023.

CARCELÉN-FRAILE, M. D. C. et al. Effects of Physical Exercise on Sexual Function and Quality of Sexual Life Related to Menopausal Symptoms in Peri- and Postmenopausal Women: A Systematic Review. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 17, n. 8, p. 2680, 14 abr. 2020.

COELHO-JÚNIOR, H. J. et al. Effects of Combined Resistance and Power Training on Cognitive Function in Older Women: A Randomized Controlled Trial. **International Journal of Environmental Research and Public Health,** v. 17, n. 10, p. 3435, 14 maio 2020.

DAWSON, A.; DENNISON, E. Measuring the musculoskeletal aging phenotype. **Maturitas**, v. 93, p. 13–17, nov. 2016.

EL HAJJ, A. et al. Menopausal symptoms, physical activity level and quality of life of women living in the Mediterranean region. **PloS One**, v. 15, n. 3, p. e0230515, 2020.

HOFFMAN, B. L. et al. **Ginecologia de Williams.** 2. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

ISENMANN, E. et al. Resistance training alters body composition in middle-aged women depending on menopause - A 20-week control trial. **BMC women's health**, v. 23, n. 1, p. 526, 6 out. 2023.

KHALAFI, M. et al. The effects of exercise training on body composition in postmenopausal women: a systematic review and meta-analysis. **Frontiers in Endocrinology,** v. 14, 14 jun. 2023.

KIM, S.-W. et al. Effects of Twenty-Four Weeks of Resistance Exercise Training on Body Composition, Bone Mineral Density, Functional Fitness and Isokinetic Muscle Strength in Obese Older Women: A Randomized Controlled Trial. **International Journal of Environmental Research and Public Health,** v. 19, n. 21, p. 14554, 6 nov. 2022.

LI, C.-W. et al. Circulating factors associated with sarcopenia during ageing and after intensive lifestyle intervention. **Journal of Cachexia, Sarcopenia and Muscle,** v. 10, n. 3, p. 586–600, jun. 2019.

LICHTENBERG, T. et al. The Favorable Effects of a High-Intensity Resistance Training on Sarcopenia in Older Community-Dwelling Men with Osteosarcopenia: The Randomized Controlled FrOST Study**. Clinical Interventions in Aging,** v. 14, p. 2173–2186, 2019.

LINS, L. M. R. et al. Impactos da menopausa na saúde da mulher / Impacts of menopause on women's health. **Brazilian Journal of Health Review,** v. 3, n. 5, p. 12018–12031, 9 set. 2020.

OLIVEIRA, L. E. DE A. et al. Menopausa e seus efeitos comportamentais: Como proceder? Revisão de literatura. **Research, Society and Development,** v. 12, n. 1, p. e12112139479–e12112139479, 4 jan. 2023.

Perimenopausa, menopausa e... levantamento de peso? Especialista explica a sua importânciapara a saúde óssea | Newswise. Disponível em: <https://www.newswise.com/articles/perimenopausa-menopausa-e-levantamento-de-peso-especialista-explica-a-sua-import-ncia-para-a-sa-de-ssea>. Acesso em: 13 out. 2025.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66587

PIRES, A. C. L. et al. Prevenção à osteoporose em mulheres na pós-menopausa: uma revisão sistemática. **Research, Society and Development,** v. 11, n. 1, p. e16811124667–e16811124667, 4 jan. 2022.

SHOJAA, M. et al. Effects of dynamic resistance exercise on bone mineral density in postmenopausal women: a systematic review and meta-analysis with special emphasis on exercise parameters. **Osteoporosis international: a journal established as result of cooperation between the European Foundation for Osteoporosis and the National Osteoporosis Foundation of the USA,** v. 31, n. 8, p. 1427–1444, ago. 2020.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66587

BRUXISMO DO SONO EM CRIANÇAS E SUA RELAÇÃO COM A APNEIA OBSTRUTIVA DO SONO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA PARA A PRÁTICA DA MEDICINA DO SONO E FONOAUDIOLOGIA

SILVÂNIA GISELA FURLAN ASCARI; ISADORA ASCARI GARCIA; PAOLA ASCARI GARCIA

Introdução: O bruxismo do sono (BS) e a apneia obstrutiva do sono (AOS) são comuns na infância e impactam dentição, qualidade do sono, comportamento e desenvolvimento. Evidências sugerem interações bidirecionais mediadas por instabilidade ventilatória, hiperatividade simpática e microdespertares, com possível papel compensatório da atividade mastigatória durante eventos respiratórios. A identificação precoce dessas condições e de disfunções orofaciais associadas é essencial para minimizar desfechos funcionais e psicossociais. **Objetivo:** Sintetizar as evidências sobre a associação BS–AOS em crianças, elucidar mecanismos subjacentes e propor um protocolo interdisciplinar de triagem, avaliação e manejo com foco em Fonoaudiologia, Odontopediatria, Otorrinolaringologia e Medicina do Sono. **Metodologia:** Revisão integrativa nas bases PubMed/MEDLINE, Scopus, LILACS e SciELO. Descritores: "Bruxismo do Sono", "Apneia Obstrutiva do Sono", "Distúrbios Respiratórios do Sono", "Disfunção Orofacial" e "Criança", combinados com operadores booleanos. Inclusão: estudos de 2000 a 2024, em português/inglês, envolvendo população pediátrica e abordando a relação BS–AOS; exclusão: relatos isolados sem medidas de sono ou sem delineamento observacional/intervencional. **Resultados:** A síntese revelou associação consistente entre BS e AOS. O bruxismo frequentemente ocorre próximo a microdespertares e a eventos respiratórios, sugerindo papel de resposta protetiva para restabelecimento do fluxo aéreo. Crianças com sinais de obstrução de vias aéreas superiores apresentaram maior atividade eletromiográfica dos músculos mastigatórios durante o sono e maior prevalência de ranger/aperte dentário. Intervenções multidisciplinares que combinam terapia miofuncional orofacial, reabilitação respiratória, higiene do sono e, quando indicado, abordagens otorrinolaringológicas e odontológicas, mostraram redução de sintomas e melhora do sono e do comportamento diurno. Propomos um protocolo prático em três etapas: triagem padronizada (questionários validados e sinais clínicos), avaliação clínica/instrumental dirigida (orofacial, respiratória e polissonográfica quando disponível) e plano terapêutico sequencial e centrado na família. **Conclusão:** Compreender a interface BS–AOS na infância orienta decisões clínicas mais precisas e personalizadas. A Fonoaudiologia tem papel central na triagem e na intervenção das disfunções orofaciais, potencializando desfechos quando integrada a equipes de Medicina do Sono, Otorrinolaringologia e Odontopediatria. A coordenação interprofissional e o acompanhamento longitudinal são determinantes para cuidado efetivo e centrado na criança e na família.

Palavras-chave: **DISTÚRBIOS RESPIRATÓRIOS DO SONO; DISFUNÇÕES OROFACIAIS; FONOAUDIOLOGIA PEDIÁTRICA**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66589

EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: FORMAÇÃO E PRÁTICAS DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS INFECTOCONTAGIOSAS ENTRE PROFISSIONAIS DA CRECHE E PRÉ-ESCOLA

VITÓRIA DE SOUZA MORETTO; ANA BEATRIZ TRENTINI TECH; MARCIA APARECIDA NUEVO GATTI

Introdução: A Educação em Saúde é um instrumento essencial para a promoção da qualidade de vida e a prevenção de agravos evitáveis, especialmente em espaços coletivos como as instituições de educação infantil. Nessa etapa do desenvolvimento, as crianças apresentam maior vulnerabilidade biológica e social, o que exige que os profissionais escolares atuem como agentes de promoção da saúde. A inserção de conteúdos voltados à higiene, prevenção e autocuidado na formação desses educadores é fundamental para transformar o ambiente escolar em um espaço de aprendizado e disseminação de práticas saudáveis. **Objetivo:** Analisar o papel da educação em saúde na formação e nas práticas dos profissionais da educação infantil, relacionando o nível de preparo desses trabalhadores às ações de prevenção e controle de doenças infectocontagiosas em creches e pré-escolas. **Metodologia:** Trata-se de um estudo descritivo, de abordagem quantitativa, desenvolvido por meio de revisão de literatura e aplicação de questionário online, elaborado no Google Forms, destinado a profissionais de escolas públicas e privadas que atendem crianças de 0 a 6 anos. O instrumento foi divulgado em redes sociais e obteve 25 respostas, sendo 22 válidas. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Sagrado Coração (parecer nº 6.756.150). **Resultados:** A amostra foi composta majoritariamente por mulheres (95,5%), com faixa etária entre 18 e 25 anos e ensino superior completo ou em andamento. Apesar do avanço na escolarização, observou-se que as práticas de cuidado permanecem, em grande parte, empíricas e aprendidas pela observação. As doenças mais relatadas foram respiratórias e gastrointestinais, seguidas por estomatites e conjuntivites. Além disso, verificou-se a permanência de crianças sintomáticas nas escolas, o que reforça a carência de protocolos educativos contínuos e de ações de orientação aos familiares. **Conclusão:** Constata-se que a educação em saúde precisa integrar permanentemente a formação e a rotina dos profissionais da educação infantil. A capacitação continuada e a articulação entre saúde, escola e família são fundamentais para consolidar práticas preventivas eficazes e promover uma cultura de cuidado coletivo desde os primeiros anos de vida.

Palavras-chave: **PROMOÇÃO DA SAÚDE; SAÚDE ESCOLAR; SAÚDE COLETIVA;**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66591

GOTAS DE SAÚDE: CONFECÇÃO DE FILTROS DE ÁGUA DE BAIXO CUSTO

GERALDO ALVES DA SILVA NETO; ADRIANA SARAIVA DOS REIS; HELDER MOUSINHO SANTANA; JOÃO EVANDRO DE SOUSA SENA; LAVÍNIA LOPES BONFIM

Introdução: Todas as pessoas, independentemente do estágio de desenvolvimento ou condição socioeconômica, têm direito a água potável e segura. Conforme os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3 e 6, que buscam garantir a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento, é essencial que a água destinada ao consumo humano seja insípida, incolor, inodora e livre de micro-organismos patogênicos. A Resolução CONAMA nº 357/2005 estabelece padrões de qualidade da água para consumo humano, com parâmetros que visam proteger a saúde pública e o meio ambiente, prevenindo doenças como diarreias, leptospirose, parasitoses intestinais e gastroenterites, especialmente em comunidades vulneráveis. **Objetivo:** Sensibilizar a população sobre a importância do consumo de água segura, promovendo hábitos de higiene e práticas domésticas que garantam sua potabilidade; e ampliar o acesso à água potável por meio da construção de filtros de baixo custo, aliados à educação em saúde e à conscientização sobre seu uso seguro. **Relato de caso/experiência:** A ação ocorreu no CRAS Sul IV e na UBS da Cacimba Velha, em Teresina-PI, conduzida por acadêmicos de Medicina da AFYA. Cerca de 50 pessoas participaram das atividades, que incluíram palestras, banners, folders e dinâmicas de perguntas e respostas, estimulando a interação da comunidade. Foram apresentados filtros de baixo custo, confeccionados com dois baldes de margarina de 15 kg, vela filtrante, torneira plástica, fita vedadora e furadeira elétrica. A montagem consistiu na perfuração da tampa e da base do balde superior para a vela filtrante e na perfuração frontal do balde inferior para a torneira, permitindo a filtragem por gravidade. A ação promoveu reflexões sobre hábitos domiciliares e alternativas seguras de descontaminação da água, como fervura e filtros, reforçando a relação entre qualidade da água e saúde coletiva. **Conclusão:** A experiência evidenciou a importância de sensibilizar e educar a população, cumprindo o objetivo de conscientização, e demonstrou a efetividade de estratégias práticas para ampliar o acesso à água potável e à prevenção de doenças. Além disso, proporcionou aos acadêmicos formação prática e humanizada, aproximando-os das realidades sociais e fortalecendo o compromisso com a saúde pública e o direito à água potável.

Palavras-chave: **ÁGUA POTÁVEL; EDUCAÇÃO SANITÁRIA; ; SAÚDE COLETIVA;**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66592

O ENSINO DE PRIMEIROS SOCORROS PARA CRIANÇAS: EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS E ESTRATÉGIAS EFICAZES DE APRENDIZAGEM

ANA BEATRIZ TRENTINI TECH; DANILO AUGUSTO FERRARI DIAS; VITÓRIA DE SOUZA MORETTO

RESUMO

Introdução: O ensino de primeiros socorros para crianças é uma estratégia de promoção da saúde que contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e preparados para agir em situações de emergência. Em países como Estados Unidos e diversas nações europeias, a temática é abordada no ambiente escolar de forma sistematizada, com os conteúdos graduais e metodologias ativas. **Objetivo:** Compreender a importância do ensino de primeiros socorros para crianças e analisar experiências internacionais, destacando práticas eficazes de aprendizagem. **Método:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, com base em publicações nacionais e internacionais disponíveis nas bases SciELO, LILACS e BDENF, além de documentos institucionais de órgãos internacionais. **Resultados e Discussão:** No Brasil, o ensino de primeiros socorros ainda ocorre de maneira pontual, enquanto nos Estados Unidos há políticas estaduais que tornam obrigatória a capacitação em RCP e uso de DEA nas escolas, com apoio da American Heart Association. Na Europa, programas como o 'Kids Save Lives' e a legislação inglesa de 2020 incorporaram a formação em primeiros socorros no currículo escolar, iniciando o aprendizado desde os 10 anos. As evidências demonstram que estratégias práticas, lúdicas e repetitivas, aliadas ao uso de simulações e jogos educativos, favorecem a retenção do conhecimento e o desenvolvimento de habilidades psicomotoras nas crianças. **Conclusão:** O ensino de primeiros socorros em idade escolar, com apoio da Enfermagem, potencializa a cultura do cuidado e a prevenção de acidentes, sendo essencial sua consolidação nas políticas educacionais brasileiras, inspirando-se em modelos internacionais que integram educação e saúde desde a infância.

Palavras-chave: Atendimento pré-hospitalar; Educação infantil; Enfermagem.

1 INTRODUÇÃO

Os primeiros socorros são definidos como cuidados imediatos e temporários prestados a uma pessoa em situação de emergência até a chegada de um profissional de saúde qualificado. A falta de conhecimento sobre essas práticas pode resultar em agravamento de lesões e até em óbitos evitáveis. Nesse contexto, a educação em saúde, especialmente voltada para o público infantil, tem se mostrado uma ferramenta eficaz para disseminar noções básicas de prevenção de acidentes e resposta rápida em situações de urgência (BRASIL, 2003; ANDRAUS, 2005).

A infância representa uma fase essencial para a aquisição de valores, atitudes e comportamentos relacionados à saúde e segurança. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a aprendizagem precoce de primeiros socorros favorece o desenvolvimento da empatia, da responsabilidade e do senso coletivo, além de contribuir para a redução da mortalidade por causas externas, como quedas, engasgos, afogamentos e traumas leves (WHO, 2023). Assim, o ensino de primeiros socorros para crianças não se limita à transmissão de técnicas, mas envolve a construção de uma cultura de cuidado, solidariedade e cidadania.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66595

Estudos internacionais comprovam que crianças a partir dos 6 anos são capazes de compreender conceitos básicos, como reconhecer uma emergência, pedir ajuda e acionar corretamente os serviços de socorro (BÖTTIGER et al., 2017; TSE et al., 2023). A American Heart Association (AHA, 2024) reforça que o aprendizado precoce de reanimação cardiopulmonar (RCP) e uso de desfibrilador externo automático (DEA) está associado a maiores taxas de sobrevivência em paradas cardiorrespiratórias extra-hospitalares. Da mesma forma, o European Resuscitation Council (ERC, 2021) recomenda que o ensino de RCP e primeiros socorros seja iniciado ainda na escola, com abordagens lúdicas, progressivas e adaptadas à faixa etária.

Em países como os Estados Unidos, a inclusão da temática no ambiente escolar ocorre por meio de legislações estaduais que tornam obrigatória a capacitação em RCP e primeiros socorros antes da conclusão do ensino médio (AHA, 2025). Já na Europa, o programa "Kids Save Lives", lançado em parceria com a OMS e o ERC, propõe que todas as crianças recebam pelo menos duas horas anuais de treinamento prático em reanimação a partir dos 12 anos, integrando jogos, dramatizações e simulações realistas (BÖTTIGER et al., 2017). Esses programas demonstraram que, além de reter o conhecimento teórico, as crianças desenvolvem habilidades psicomotoras eficazes e uma postura proativa diante de emergências.

Pesquisas recentes também indicam que o envolvimento de profissionais da Enfermagem no processo educativo potencializa a eficácia das ações de ensino, pois esses profissionais possuem competência técnica e didática para orientar práticas seguras e contextualizadas (DUTRA et al., 2021). A participação da Enfermagem contribui para o fortalecimento da interface entre saúde e educação, permitindo a criação de ambientes de aprendizagem inclusivos, participativos e sustentáveis.

Portanto, o ensino de primeiros socorros para crianças emerge como uma estratégia essencial de promoção da saúde e prevenção de acidentes, devendo ser consolidado nas políticas educacionais brasileiras. A implementação sistemática desse conteúdo nas escolas, inspirada em modelos internacionais, amplia a autonomia infantil, fortalece a cultura de segurança e contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e preparados para agir corretamente diante de situações de urgência e emergência.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, fundamentada na metodologia descrita por Mendes, Silveira e Galvão (2008). Foram consultadas as bases SciELO, LILACS e BDENF, utilizando os descritores 'primeiros socorros', 'crianças' e 'educação'. Como critérios de inclusão, foram considerados artigos em português e inglês publicados nos últimos dez anos. Além disso, foram analisadas diretrizes internacionais, como as emitidas pela American Heart Association (AHA) e European Resuscitation Council (ERC), e relatórios oficiais sobre o ensino de primeiros socorros em escolas dos Estados Unidos e Europa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos Estados Unidos, o ensino de primeiros socorros está presente em praticamente todos os estados, com a exigência de capacitação em RCP e uso de DEA antes da conclusão do ensino médio. A American Heart Association (2024) destaca que o treinamento precoce aumenta a taxa de sobrevivência em paradas cardiorrespiratórias. Já na Europa, a iniciativa 'Kids Save Lives' recomenda a inclusão de duas horas anuais de ensino prático de RCP a partir dos 12 anos, com atividades lúdicas e simulações. No Reino Unido, desde 2020, o ensino de primeiros socorros é obrigatório nas escolas públicas, abrangendo desde a identificação de emergências até o uso do desfibrilador. Estudos europeus mostram que crianças a partir de 10 anos conseguem realizar compressões torácicas eficazes e que programas com repetição anual e

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66595

metodologias participativas favorecem a retenção do conhecimento (Böttiger et al., 2017; Tse et al., 2023). Essas experiências demonstram que a inserção do tema na educação infantil é eficaz quando associada a práticas ativas e suporte da equipe de Enfermagem escolar, promovendo uma cultura de prevenção e cuidado.

4 CONCLUSÃO

O ensino de primeiros socorros para crianças é uma estratégia de promoção da saúde que deve ser ampliada nas instituições de ensino brasileiras. As experiências dos Estados Unidos e da Europa comprovam que o aprendizado prático, contínuo e adaptado à faixa etária é eficaz para a retenção do conhecimento e o desenvolvimento de habilidades. O envolvimento da Enfermagem é fundamental na elaboração, execução e avaliação de programas educativos, integrando o cuidado e a educação. Assim, a escola torna-se um espaço essencial para formar cidadãos conscientes e capazes de agir corretamente em situações de urgência.

REFERÊNCIAS

AMERICAN HEART ASSOCIATION. CPR in Schools – Legislation Map. Dallas, 2025. Disponível em: https://cpr.heart.org/en/training-programs/community-programs/cpr-inschools/cpr-in-schools-legislation-map. Acesso em: 13 out. 2025.

ANDRAUS, L. M. S. Primeiros socorros para criança: relato de experiência. Acta Paulista de Enfermagem, v. 18, n. 2, p. 220–225, 2005.

ASCARDO DA SILVA, N.; RODRIGUES PONTES E SILVA, L.; FERREIRA DOS SANTOS, V.; REZER, F. Conhecimento de leigos sobre os primeiros socorros no ambiente extra-hospitalar. Nursing (São Paulo), v. 25, n. 290, p. 8029–8044, 2022.

BÖTTIGER, B. W. et al. “Kids Save Lives”: educating schoolchildren in cardiopulmonary resuscitation worldwide. Resuscitation, 2017. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC5524048/. Acesso em: 13 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de Primeiros Socorros. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2003.

COELHO, J. P. S. L. Ensino de primeiros socorros nas escolas e sua eficácia. Revista Científica do ITPAC, v. 8, n. 1, 2015.

DEPARTMENT FOR EDUCATION (England). Teaching about relationships, sex and health — RSHE (inclui módulo Basic first aid e materiais). Londres, 2020–2025. Disponível em: https://www.gov.uk/guidance/teaching-about-relationships-sex-and-health. Acesso em: 13 out. 2025.

DUTRA, B. D.; NASCIMENTO, K. C.; ECHEVARRÍA-GRANILO, M. E.; SPARAPANI, V. C.; LANZONI, G. M. M. Validation of an educational game about first aid for schoolchildren. Revista Brasileira de Enfermagem, 2021.

EUROPEAN RESUSCITATION COUNCIL (ERC). European Resuscitation Council Guidelines 2021: Executive summary. Brussels, 2021. Disponível em: https://cprguidelines.eu/assets/guidelines/European-Resuscitation-Council-Guidelines-2021Ex.pdf. Acesso em: 13 out. 2025.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66595

GARDENAL, I. Projeto ensina noções de primeiros socorros. Jornal da Unicamp, Campinas, 2014.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. Texto & Contexto – Enfermagem, v. 17, n. 4, p. 758–764, 2008.

RITTER, N. de S. et al. A importância de se trabalhar o conhecimento de socorros em âmbito escolar. Unicruz, 2013.

TSE, E. et al. The role of a first aid training program for young children: a systematic review. Children, 2023.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66595

EDUCAÇÃO PERMANENTE EM FONOAUDIOLOGIA HOSPITALAR: EXPERIÊNCIA DE CAPACITAÇÃO MULTIPROFISSIONAL NO HOSPITAL DE BASE DO DISTRITO FEDERAL

ISABELA LUISA FIUZA ALVES; VALERIANA DE CASTRO GUIMARÃES; BARTIRA DONATO AMARAL PEDRAZZI

Introdução: A educação permanente em saúde é uma estratégia essencial para o aprimoramento contínuo das práticas assistenciais e o fortalecimento do trabalho interdisciplinar no âmbito hospitalar. Na fonoaudiologia, promover espaços formativos voltados à deglutição, comunicação e segurança do paciente contribui para a qualificação do cuidado e a valorização da profissão no Sistema Único de Saúde (SUS). **Objetivo:** Relatar a experiência de ações de educação permanente em fonoaudiologia hospitalar desenvolvidas no Hospital de Base do Distrito Federal ao longo do ano de 2024. **Relato de experiência:** O Serviço de Fonoaudiologia promoveu encontros mensais de educação permanente com temas voltados à prática clínica hospitalar, totalizando doze formações no ano. Entre os assuntos abordados estiveram: estratégias terapêuticas em disfagia; padronização de consistências alimentares; importância dos reflexos acústicos na paralisia facial; estudos de casos clínicos complexos; uso da sonda esofágica em pacientes laringectomizados; exames da deglutição (videoendoscopia, videofluoroscopia); reabilitação em trauma cranioencefálico; e discussão de artigos científicos recentes sobre disfagia e traqueostomia. As atividades foram conduzidas de forma expositiva e participativa, estimulando o diálogo entre fonoaudiólogos do serviço, residentes, estudantes de graduação em Fonoaudiologia e demais profissionais da equipe, fortalecendo a integração ensino-serviço. O ciclo foi encerrado com a I Jornada de Fonoaudiologia do Hospital de Base do DF, em alusão ao Dia do Fonoaudiólogo, com palestras e mesas-redondas sobre indicadores em saúde, reabilitação baseada na fisiologia do exercício, cuidados multiprofissionais no AVC, cirurgia de cabeça e pescoço, e o uso da inteligência artificial na prática fonoaudiológica. **Conclusão:** A experiência demonstra que a educação permanente fortalece o conhecimento técnico-científico, promove integração entre as equipes e contribui para a segurança e qualidade da assistência hospitalar. A continuidade dessas ações reforça o compromisso da fonoaudiologia com a formação profissional e com os princípios do SUS, ampliando o impacto da atuação fonoaudiológica na atenção terciária.

Palavras-chave: **ATENÇÃO TERCIÁRIA À SAÚDE; FONOAUDIOLOGIA; EDUCAÇÃO CONTINUADA;**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66600

EDUCAÇÃO EM SAÚDE COMO ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO SÉCULO XXI

JOHNATHAN SOUSA MORAES; SIMONE LEMES DE QUEIROZ CAMARA; SOLANGE LEMES DE QUEIROZ VERNON; FERNANA AMÉRICA DOS SANTOS FRANÇA; ANA PAULA INÁCIO DA SILVA

Introdução: A promoção da saúde é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento sustentável das sociedades. A educação em saúde, nesse contexto, surge como uma ferramenta essencial para transformar conhecimento em ação, permitindo que indivíduos e comunidades façam escolhas mais conscientes e adotem estilos de vida saudáveis. Em um mundo marcado por mudanças rápidas, desigualdades sociais e novas demandas sanitárias como o aumento das doenças crônicas, transtornos mentais e pandemias repensar as estratégias de educação em saúde torna-se urgente. Este trabalho propõe uma reflexão sobre os desafios e perspectivas da educação em saúde como mecanismo de promoção do bem-estar no século XXI, com foco na integração entre os setores da saúde e da educação. **Objetivo:** Analisar o papel da educação em saúde como estratégia de promoção do bem-estar individual e coletivo, identificando seus principais desafios e apontando perspectivas e caminhos possíveis para sua efetivação no cenário contemporâneo. **Metodologia:** Este trabalho adota uma abordagem qualitativa de cunho exploratório, com base em revisão bibliográfica e documental. Foram analisados artigos científicos, diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS), documentos do Ministério da Saúde e Ministério da Educação, além de estudos de caso sobre práticas exitosas em educação em saúde. A seleção dos materiais considerou publicações dos últimos dez anos. **Resultados:** A análise revelou que a educação em saúde, quando integrada de forma sistemática aos ambientes escolares, comunitários e institucionais, contribui significativamente para a promoção do bem-estar. Por outro lado, experiências exitosas mostraram que ações intersetoriais, uso de metodologias ativas, inclusão da temática nos currículos escolares e a participação comunitária podem aumentar o impacto da educação em saúde, promovendo autonomia, prevenção e melhor qualidade de vida. **Conclusão:** A educação em saúde, quando tratada como uma estratégia permanente e interdisciplinar, pode transformar realidades e fortalecer o bem-estar coletivo. No século XXI, é fundamental superar os desafios estruturais e investir em práticas integradas que articulem saúde, educação e cidadania. A construção de políticas públicas sólidas, o uso de tecnologias educacionais e a valorização do saber local são caminhos promissores para ampliar o alcance e a efetividade da educação em saúde nas diversas esferas sociais.

Palavras-chave: **EFETIVIDADE; MECANISMO; AMBIENTES**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66720

IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA DE ENFERMAGEM NA GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

ELISANGELA RODRIGUES LIMA; MARIA FERNANDA PIMENTA CAETANO

Introdução: A gestão da qualidade na saúde visa a redução de riscos, a qualificação profissional e a satisfação do usuário. Nesse cenário, o Enfermeiro Auditor emerge como profissional fundamental devido à sua formação técnico-administrativa e à compreensão dos procedimentos assistenciais. Embora a auditoria em enfermagem ainda não esteja totalmente consolidada, ela possui grande potencial para aprimorar a gestão das instituições. **Objetivo:** Analisar as contribuições do Enfermeiro Auditor para a gestão da qualidade e a minimização de custos na área da saúde. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão narrativa de literatura com abordagem qualitativa e análise do tema. A pesquisa foi realizada nas plataformas digitais Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), SciELO e LILACS.Foram selecionados artigos, materiais e livros especializados, em português, publicados entre 2012 e 2019, que abordassem a temática central. A revisão permitiu identificar o conhecimento científico sobre a atuação e impacto do profissional Enfermeiro. **Resultados:** Os resultados destacaram três contribuições centrais do enfermeiro auditor para a gestão e a qualidade. Assistência e Finanças: Sua formação permite gerenciar gastos (Cofen 266/2001) e avaliar a qualidade, garantindo o uso eficiente dos recursos. contribuição financeira, atua na minimização de perdas e busca pelo faturamento justo. Importância do Registro de Enfermagem, auditoria evidencia o registro como prova indispensável do cuidado, auditor utiliza esses dados para analisar atendimentos e gastos, destacando a necessidade de educação permanente para evitar prejuízos éticos, legais e financeiros causados pela subvalorizarão do registro. A atuação do enfermeiro auditor é crucial para o desenvolvimento de metas custo/benefício e a garantia da qualidade do atendimento. **Conclusão:** O estudo confirma o potencial e evidencia o papel estratégico do Enfermeiro Auditor na promoção da qualidade assistencial e na sustentabilidade financeira das instituições de saúde. Para que esse potencial seja plenamente aproveitado, é essencial que as organizações invistam continuamente na capacitação desses profissionais e valorizem o registro de enfermagem como instrumento fundamental de gestão. Dessa forma, fortalece-se não apenas a eficiência dos processos, mas também o compromisso ético e a excelência dos serviços prestados.

Palavras-chave: **AUDITORIA EM SAÚDE; REGISTRO DE ENFERMAGEM.; GESTÃO**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66763

OS APLICATIVOS DE SMARTPHONES PARA TRIAGEM DE MELANOMA SÃO CONFIÁVEIS E SEGUROS?

MELINA PEREIRA FERNANDES PAIVA; RAPHAEL BASTOS PALITOT DE BRITO; LILIANE DOS SANTOS MACHADO; ESTHER BASTOS PALITOT; RONEI MARCOS DE MORAES.

RESUMO

Introdução: O câncer de pele é a forma mais comum de câncer em todo o mundo. os métodos baseados em inteligência artificial (IA) são muito promissores na detecção precoce do câncer, especialmente para triagem em ambientes com recursos limitados, onde a escassez de profissionais médicos treinados representa uma barreira significativa para o diagnóstico e tratamento oportunos. **Objetivo:** avaliar as evidências científicas relacionadas ao uso de aplicativos móveis baseados em IA para o diagnóstico de câncer de pele, com foco em suas capacidades de detecção, desafios práticos e limitações em cenários do mundo real. **Metodologia:** trata-se de uma revisão de literatura com análise crítica de estudos sobre aplicativos de smartphone para diagnóstico de câncer de pele, abordando aspectos técnicos, clínicos e contextuais, encontrados nas bases de dados Pubmed, Scopus, Cochrane library e IEEE xplore. **Resultados:** os aplicativos móveis baseados em IA para diagnóstico de câncer de pele apresentaram desempenho variável, com sensibilidade de 7% a 73% e limitações significativas, como altas taxas de falsos positivos e falta de validação científica robusta. Apesar de avanços em modelos como o Dermalyser (auc 0,960) e o Skinhealthmate (93% de precisão), persistem desafios relacionados à representatividade populacional e validação em ambientes clínicos reais, destacando a necessidade de estudos adicionais para confirmar sua eficácia e segurança. **Conclusão:** o uso de aplicativos de smartphone e sistemas baseados IA para a detecção de câncer de pele, especialmente melanoma, têm mostrado resultados variáveis e, em muitos casos, insatisfatórios. Embora alguns estudos recentes tenham demonstrado avanços promissores, a maioria das evidências disponíveis sugere que essas tecnologias ainda não atingiram um nível de precisão e confiabilidade suficiente para serem amplamente recomendadas na prática clínica.

Palavras-chave: Aprendizado de máquina; Câncer de pele; Inteligência artificial.

1 INTRODUÇÃO

O câncer de pele é a forma mais comum de câncer em todo o mundo (WILD; WEIDERPASS; STEWART, 2020). O câncer de pele se divide em melanoma e não melanoma. O primeiro tem origem nos melanócitos, é menos frequente (cerca de 4%), porém, tem o pior prognóstico e apresenta maior mortalidade. Já os cânceres de pele não melanoma, são responsáveis pelo maior número de casos, mas apresentam menor letalidade que o melanoma. Os cânceres de pele não melanoma compreendem o carcinoma espinocelular (CEC) (cerca de

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66845

25% dos cânceres de pele), o carcinoma basocelular (CBC) (cerca de 70%), e outros que representam apenas 1% do total (FERRANDIZ, L. et. al., 2012).

Apesar do maior alcance das campanhas de prevenção e do maior nível de informação e conscientização da população sobre os fatores de risco, a incidência do câncer de pele vem apresentando um rápido aumento. Novos casos de Melanoma, nos Estados Unidos, aumentaram 3 vezes nas últimas 4 décadas. Globalmente, a incidência de melanoma aumentou em média 4% a 5% ao ano (PARKER, 2020), gerando uma preocupação nos profissionais da área médica e nos órgãos de Saúde Pública.

No Brasil, ocorreram, em 2020, 2.653 óbitos de câncer de pele não melanoma; desses, 1.534 em homens, que corresponderam ao risco de 1,48 morte por 100 mil homens, e 1.119 mortes entre as mulheres, um risco de 1,03 morte por 100 mil mulheres. Para o câncer de pele melanoma, ocorreram, em 2020, 1.923 óbitos. Em homens, foram observados 1.120 óbitos, com um risco de 1,08 por 100 mil homens, e, nas mulheres, ocorreram 803 óbitos, com risco de 0,91 por 100 mil mulheres (INCA, 2022b).

Nos últimos anos, algoritmos baseados em IA foram desenvolvidos para detecção de câncer de pele. Alguns desses algoritmos estão agora disponíveis em aplicativos de telefonia móvel, tanto para a população em geral, quanto para profissionais de saúde (FREEMAN et al, 2020; SUN et al 2022). Usando imagens simples de *smartphones*, esses aplicativos podem classificar lesões cutâneas suspeitas como de alto ou baixo risco para câncer de pele. É importante que, quando implementados, a precisão desses aplicativos seja maior do que o padrão atual de atendimento, para reduzir o risco de possíveis consequências negativas. Se tais condições forem atendidas, a implementação de tais aplicativos pode ser uma solução potencial para o alto volume de pacientes e os desafios de diagnóstico enfrentados pelos médicos generalistas (SMAK GREGOOR et al., 2023)

A incorporação da IA na atenção primária, quando equipada com sensibilidade suficiente, tem o potencial de melhorar a triagem eficaz de lesões de alto risco para a atenção secundária. Isso garantiria que os indivíduos com câncer de pele recebessem prontamente atenção médica adequada. Por outro lado, uma alta especificidade pode minimizar encaminhamentos desnecessários e aliviar prontamente a ansiedade do paciente (BRANCACCIO G. et al, 2024). Embora a disponibilidade de aplicativos móveis de dermatologia com recursos de IA possa trazer enormes benefícios, desde a detecção do câncer de pele até o gerenciamento da acne, o estado atual das evidências que apoiam seu uso clínico permanece incerto (WONGVIBULSIN S. et al, 2024). O objetivo do estudo é avaliar as evidências científicas relacionadas ao uso de aplicativos móveis baseados em aprendizado de máquina (AM) para o diagnóstico de câncer de pele, com foco em suas capacidades de detecção, desafios práticos e limitações em cenários do mundo real.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão de literatura com análise crítica de estudos sobre aplicativos de smartphone para diagnóstico de câncer de pele, abordando aspectos técnicos, clínicos e contextuais, encontrados nas bases de dados Pubmed, Scopus, Cochrane Library, Compendex e IEEE Xplore. A busca teve como palavras-chaves: “aplicativos de smartphone” e “câncer de pele”, combinadas com operadores booleanos, dependendo das características de cada base de dados.

A busca inicial resultou em um número considerável de artigos, publicados nos últimos 10 anos, os quais foram avaliados com base nos seguintes critérios de inclusão e exclusão. Critérios de inclusão: revisões de literatura e estudos clínicos, que incluíam o uso de smartphones ou fotografias para o diagnóstico precoce de câncer de pele. Critério de exclusão:

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66845

artigos que avaliavam o papel da teledermatologia, smartphones e aplicativos para avaliação de outras lesões dermatológicas, que não os cânceres de pele.

De cada artigo selecionado foram extraídas as seguintes informações: título e autores participantes, revista e ano de publicação, metodologia, principais resultados, limitações e conclusões. Esses dados foram organizados em uma tabela e realizada uma análise detalhada para identificar padrões de desempenho, pontos fortes e lacunas nas evidências disponíveis. A análise foi complementada com uma discussão crítica sobre o estado atual da tecnologia, as limitações dos estudos revisados e as possíveis implicações para a prática clínica.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Tabela 1 apresenta um resumo dos principais estudos avaliados neste trabalho, os quais investigaram o desempenho de aplicativos móveis baseados em IA para o diagnóstico de câncer de pele. Esses estudos abordam diferentes metodologias, destacando a variabilidade na sensibilidade, especificidade e acurácia entre as ferramentas analisadas, além de suas limitações e potencial clínico.

Os resultados apresentados refletem um panorama abrangente sobre a eficácia e as limitações dos aplicativos de *smartphone* baseados IA para a detecção de câncer de pele. Diversos estudos revisados destacaram questões cruciais que afetam a precisão diagnóstica dessas tecnologias, especialmente em relação à sensibilidade, especificidade e aplicabilidade em cenários clínicos reais.

Outro desafio é o poder de processamento limitado dos *smartphones*, que pode ser solucionado com o processamento baseado em nuvem (BIASI et al., 2022). Isso permite uma análise mais sofisticada, minimizando a carga computacional em dispositivos móveis. Essa solução envolve hospedar um servidor em nuvem de IA, onde as imagens são carregadas para processamento e, em seguida, baixar os resultados. O dispositivo *smartphone* pode se concentrar na captura e pré-processamento de imagens, enquanto os cálculos de aprendizado profundo mais intensivos são tratados remotamente (SONG, B. et al, 2025). Porém, ao usar esses artifícios, podemos ter problemas éticos, como: uso indevido das imagens, privacidade e segurança dos dados.

Para integrar um modelo de detecção de imagem em um aplicativo de *smartphone*, é primordial selecionar uma abordagem que seja otimizada em termos de número de parâmetros e eficiência computacional, minimizando assim o custo operacional. O aplicativo móvel deve ser projetado para atender a requisitos essenciais, como: compatibilidade com dispositivos móveis de diferentes especificações, integração de um modelo de detecção de alta precisão (>90% de precisão) na detecção de lesões cutâneas malignas e benignas, tamanho reduzido do aplicativo (< 50 MB) e tempo de inferência rápido (< 1s) (HUM Y.C. et al, 2022). Seria interessante que, além dos critérios citados, levassem em consideração as diferentes étnicas dos usuários dos aplicativos. Esses critérios são indispensáveis para equilibrar desempenho técnico, acessibilidade e impacto clínico, promovendo maior adesão dos usuários.

Diversos desafios ainda precisam ser superados para a implementação efetiva da inteligência artificial na prática clínica. Tais desafios incluem aspectos técnicos, como a necessidade de acesso a grandes volumes de dados médicos, devidamente anonimizados e com qualidade e diversidade adequadas, fundamentais para o treinamento, validação e generalização dos algoritmos de aprendizado de máquina. Além disso, há barreiras legais e regulatórias relevantes, relacionadas à ausência de normativas amplamente aceitas que orientem o uso seguro, ético e transparente de sistemas baseados em IA em ambientes assistenciais.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66845

Tabela 1- Resumo dos Estudos sobre Aplicativos Móveis Baseados em IA para Diagnóstico de Câncer de Pele.

Estudo	Objetivo	Aplicativos Avaliados	Metodologia	Resultados	Conclusões
Chuchu et al. (2018)	Avaliar a acurácia diagnóstica de aplicativos de smartphone para detectar melanoma.	Comparação com histopatologia como padrão-ouro.	Comparação com histopatologia como padrão-ouro.	VP: variaram de 7% (IC 95%=2 a 16) a 73% (IC 95% = 52 a 88) VN: variaram de 37% (IC 95% = 29 a 46) a 94% (IC 95% = 87 a 97)	Aplicativos mostram baixa precisão e alta probabilidade de falsos negativos.
Freeman et al. (2020)	Revisar a precisão de aplicativos móveis para câncer de pele.	SkinVision, SkinScan, DrMole, SpotMole, MelApp e Mole Detective.	Inclusão de avaliações de especialistas como referência.	Sensibilidade: SkinVision:26%-80% SkinScan:0%-20%. Especificidade: SkinVision:19%-78% SkinScan:60%-100%.	Alta variabilidade na qualidade da imagem; risco significativo de viés.
Jahn et al., 2022	Comparar o desempenho do SkinVision com dermatologistas em lesões pigmentadas.	SkinVision.	Comparação entre avaliações do aplicativo e diagnósticos clínicos e histopatológicos.	Sensibilidade: 41,3%-83,3%. Especificidade: 60%-82,9%. AUROC: 0,62-0,72. Taxa de falsos positivos: 27 vezes maior que a dos dermatologistas.	Aplicativo apresenta alta taxa de falsos positivos em comparação aos dermatologistas.
Sun et al., 2022	Avaliar 25 aplicativos de autodetecção de câncer de pele.	25 aplicativos de autodetecção.	Comparação com padrões de diagnóstico clínico.	Sensibilidade: 28% (IC95%= 17%–39%) Especificidade:81% (IC 95%= 71%–91%) Acurácia: 59% (IC 95%= 55%-62%)	Alta variabilidade e baixa precisão geral nos resultados dos aplicativos.
Jones et al., 2022	Avaliar tecnologias de IA/ML para diagnóstico precoce em cuidados primários.	Diversos algoritmos baseados em IA/AM.	Revisão sistemática de 272 estudos.	Acurácia: Melanoma:89,5% (IC 95%= 59,7–100% CBC 87,6% (IC 95%= 70–99,7%,	Resultados razoáveis, mas heterogeneidade metodológica limita recomendações generalizadas.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66845

Wongvibulsin et al.,2024	Avaliar a disponibilidade e evidências para aplicativos móveis de detecção de câncer de pele.	14 aplicativos específicos para câncer de pele.	Revisão de publicações e análise de funcionalidades.	34,1% dos aplicativos não apresentavam evidências científicas publicadas.	Ausência de suporte científico sólido para eficácia e segurança, falta de validação consistente e comunicação transparente com o usuário.
Aboulmira et al., 2024	Desenvolver o SkinHealthMate, um aplicativo baseado em IA para diagnóstico de câncer de pele.	SkinHealthMate.	Ensemble (EfficientNet B1 e B5).	Acurácia geral de 93%. Melanoma: Precisão: 63%, Recall: 0,49 Pontuação F1: 0,55	Abordagem robusta para diagnóstico das lesões de pele, porém oferece limitações para condições raras de pele e fototipos maiores.
Juneja et al., 2024	Desenvolver o DERM-AI para detecção de doenças de pele com IA.	DERM-AI.	Uso de CNN para pré-processamento e extração de recursos	Acurácia geral de 96,73%, mas não detalhada para melanomas	Desempenho não especificado para lesões malignas; precisão geral elevada.
Papachristou et al., 2024	Avaliar o desempenho diagnóstico de uma ferramenta de apoio à decisão clínica baseada em IA para detecção de melanoma.	Dermalyser.	Avaliação de lesões suspeitas por médicos e histopatologia como referência.	Melanoma: AUROC: 0,960 (IC95%=0,928–0,980) Sensibilidade: 95,2% Especificidade: 84,5%, Melanoma invasivos: AUROC: 0,988 (IC 95% = 0,965–0,997) Sensibilidade: 100% Especificidade: 92,6%	IA pode melhorar a precisão diagnóstica e reduzir excisões desnecessárias.

Fonte: PAIVA MPF *et al.*, 2025

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66845

4 CONCLUSÃO

Com base na revisão da literatura apresentada, é possível concluir que o uso de aplicativos de smartphone e sistemas baseados em aprendizado de máquina para a detecção de câncer de pele, especialmente melanoma, têm mostrado resultados variáveis e, em muitos casos, insatisfatórios. Embora alguns estudos recentes tenham demonstrado avanços promissores, como o aplicativo Dermalyser, SkinHealthMate e o DERM-Al, a maioria das evidências disponíveis sugere que essas tecnologias ainda não atendem aos requisitos essenciais apontados anteriormente neste artigo.

As revisões sistemáticas e estudos analisados indicam que muitos aplicativos apresentam altas taxas de falsos positivos e falsos negativos, o que pode levar a diagnósticos incorretos e consequências potencialmente graves para os pacientes. Além disso, a falta de evidências científicas robustas para a maioria dos aplicativos disponíveis no mercado é preocupante. Essas limitações destacam a necessidade de mais pesquisas rigorosas, estudos prospectivos multicêntricos e avaliações em condições reais de uso, antes que essas tecnologias possam ser amplamente recomendadas para a detecção de câncer de pele.

REFERÊNCIAS

ABOULMIRA, A.; LACHGAR, M.; HRIMECH, H.; CAMARA, A.; ELBAHJA, C.; ELMANSOURI, A.; HASSINI, Y. SkinHealthMate app: An AI-powered digital platform for skin disease diagnosis. Systems and Soft Computing, v. 6, p. 200166, 2024. DOI: 10.1016/j.soft.2024.200166.

BIASI, L. D.; CITARELLA, A. A.; RISI, M.; TORTORA, G. A cloud approach for melanoma detection based on deep learning networks. IEEE Journal of Biomedical and Health Informatics, v. 26, n. 3, p. 962-972, mar. 2022. DOI: 10.1109/JBHI.2021.3113609.

BRANCACCIO, G.; BALATO, A.; MALVEHY, J.; PUIG, S.; ARGENZIANO, G.; KITTLER, H. Artificial Intelligence in Skin Cancer Diagnosis: A Reality Check. Journal of Investigative Dermatology, v. 144, n. 3, p. 492-499, 2024. DOI: https://doi.org/10.1016/j.jid.2023.10.004.

CHUCHU, N.; TAKWOINGI, Y.; DINNES, J.; MATIN, R. N.; BASSETT, O.; MOREAU, J. F.; et al. Smartphone applications for triaging adults with skin lesions that are suspicious for melanoma. Cochrane Database Syst Rev, v. 12, p. CD013192, 2018.

FERRANDIZ, L.; RUIZ-DE-CASAS, A.; TRAKATELLI, M.; et al. Assessing physicians' preferences on skin cancer treatment in Europe. British Journal of Dermatology, v. 167, n. 2, p. 29-35, 2012.

FREEMAN, K.; DINNES, J.; CHUCHU, N.; TAKWOINGI, Y.; BAYLISS, S. E.; MATIN, R. N.; et al. Algorithm-based smartphone apps to assess risk of skin cancer in adults: systematic review of diagnostic accuracy studies. BMJ, v. 368, p. m645, 2020.

HUM, Y.C., TAN, H.R., TEE, Y.K. ET AL. The development of skin lesion detection application in smart handheld devices using deep neural networks. Multimed Tools Appl 81, 41579 - 41610 (2022). https://doi-org.ez15.periodicos.capes.gov.br/10.1007/s11042-021-11013-9

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (Brasil). Estimativa 2023: incidência de câncer no Brasil. Rio de Janeiro: INCA, 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (Brasil). Câncer. Tipos de câncer. Câncer de pele melanoma. Rio de Janeiro: INCA, 2022b. Disponível em: https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/cancer/tipos/pele-melanoma.

JAHN, A. S.; NAVARINI, A. A.; CERMINARA, S. E.; KOSTNER, L.; HUBER, S. M.; KUNZ, M.; et al. Over-detection of melanoma-suspect lesions by a CE-certified smartphone app: performance in comparison to dermatologists, 2D and 3D convolutional neural networks in a prospective data set of 1204 pigmented skin lesions involving patients' perception. Cancers (Basel), v. 14, p. 3829, 2022.

JONES, O. T.; MATIN, R. N.; VAN DER SCHAAR, M.; PRATHIVADI BHAYANKARAM, K.; RANMUTHU, C. K. I.; ISLAM, M. S.; et al. Artificial intelligence and machine learning algorithms for early detection of skin cancer in community and primary care settings: a systematic review. Lancet Digit Health, v. 4, p. e466-e476, 2022.

JUNEJA, S.; TIWARI, P.; DEVI, R.; ATWAL, S. DERM-AI: A Convolutional Neural Network Based Approach For Skin Disease Detection. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON INTELLIGENT SYSTEMS FOR CYBERSECURITY, ISCS 2024.

PAPACHRISTOU, P.; SÖDERHOLM, M.; PALLON, J.; TALOYAN, M.; POLESIE, S.; PAOLI, J.; et al. Evaluation of an artificial intelligence-based decision support for the detection of cutaneous melanoma in primary care: a prospective real-life clinical trial. British Journal of Dermatology, v. 191, n. 1, p. 125-133, 2024. DOI: https://doi.org/10.1093/bjd/ljae021.

SMAK GREGOOR, A. M.; SANGERS, T. E.; EEKHOF, J. A. H.; HOWE, S.; REVELMAN, J.; LITJENS, R. J. M.; et al. Artificial intelligence in mobile health for skin cancer diagnostics at home (AIM HIGH): a pilot feasibility study. eClinicalMedicine, v. 60, p. 102019, 2023. DOI: https://doi.org/10.1016/j.eclinm.2023.102019.

SONG, B.; LIANG, R. Integrating artificial intelligence with smartphone-based imaging for cancer detection in vivo. Biosensors and Bioelectronics, v. 271, p. 116982, 2025. DOI: https://doi.org/10.1016/j.bios.2024.116982.

SUN, M. D.; KENTLEY, J.; MEHTA, P.; DUSZA, S.; HALPERN, A. C.; ROTEMBERG, V. Accuracy of commercially available smartphone applications for the detection of melanoma. Br J Dermatol, v. 186, p. 744-746, 2022.

WILD, C. P.; WEIDERPASS, E.; STEWART, B. W. (ed.) World cancer report: cancer research for cancer prevention. Lyon, France: International Agency for Research on Cancer, 2020.

WONGVIBULSIN, S.; YAN, M. J.; PAHALYANTS, V.; MURPHY, W.; DANESHJOU, R.; ROTEMBERG, V. Current state of dermatology mobile applications with artificial intelligence features. JAMA Dermatol, v. 160, n. 6, p. 646–650, 2024. DOI: 10.1001/jamadermatol.2024.0468.

O CONHECIMENTO SOBRE CÂNCER DE PELE MELHOROU NOS ÚLTIMOS 10 ANOS? UMA ANÁLISE DE CAMPANHAS DE PREVENÇÃO EM JOÃO PESSOA

MELINA PEREIRA FERNANDES PAIVA; MILENA PEREIRA FERNANDES CARNEIRO; RAPHAEL BASTOS PALITOT DE BRITO; RONEI MARCOS DE MORAES; ESTHER BASTOS PALITOT

RESUMO

Introdução: O câncer de pele é o tipo de câncer mais frequente no mundo. A incidência e a mortalidade do câncer de pele aumentaram nos últimos anos. Esse aumento tem sido associado a um aumento na exposição à luz solar, do número de pessoas imunossuprimidas e da sobrevida global da população. **Objetivo:** Avaliar comparativamente o grau de informações dos pacientes atendidos na Campanha Nacional de Prevenção ao Câncer de Pele em João Pessoa nos anos de 2011, 2012 e 2022. Identificando o conhecimento acerca dos efeitos nocivos da radiação ultravioleta, das práticas de exposição solar e das medidas preventivas à foto exposição. **Métodos:** Trata-se de um estudo observacional, transversal, quantitativo, realizado no ambulatório de dermatologia de um hospital universitário na Paraíba, com pacientes participantes da Campanha Nacional de Prevenção ao Câncer de Pele, no ano de 2011, 2012 e 2022. A coleta de dados foi realizada a partir de formulário virtual, com posterior análise estatística dos dados. **Resultados e Discussão:** Houve diferenças estatísticas significativas com tendência de piora do conhecimento e das práticas relacionadas à prevenção do câncer de pele: tais como exposição solar em horário crítico e o não reconhecimento de lesões com sinais sugestivos de câncer de pele. Com relação ao uso do protetor solar, outras formas de proteção solar, histórico familiar e pessoal de câncer de pele, mantiveram-se com o mesmo padrão de resposta entre os estudos. **Conclusão:** faz-se necessário a implementação e o fortalecimento de medidas educativas sobre o câncer de pele, formas de prevenção e diagnóstico precoce.

Palavras-chave: Cancro de pele; Diagnóstico precoce; Exposição solar;

1 INTRODUÇÃO

O câncer é uma doença caracterizada pela multiplicação desordenada de células que invadem outras estruturas orgânicas, sendo a terceira causa de morte no Brasil, depois das doenças cardiovasculares e causas externas (BRASIL, 2020). Entre os diversos tipos de câncer, as neoplasias de pele têm a maior incidência, representando 31,3% dos casos de cânceres no Brasil (SANTOS MO, 2023).

O câncer de pele é classificado como não melanoma (Carcinoma Basocelular – CBC e Carcinoma Espinocelular - CEC) e melanoma, sendo este último especialmente preocupante devido à sua maior probabilidade de gerar metástase (HARDIE CM, et al., 2020). De acordo com a Estimativa de Incidência de Câncer no Brasil para o período de 2023 a 2025, espera-se que ocorram aproximadamente 220.490 novos casos de câncer de pele não melanoma no país (BRASIL, 2022).

É importante reconhecer os principais fatores de risco que estão associados ao desenvolvimento do câncer de pele, como: exposição solar, envelhecimento populacional, fototipo de pele, histórico familiar ou pessoal de câncer cutâneo, além do uso de álcool e tabagismo (HARDIE CM, et al., 2020). Nesse contexto, vale pontuar que a exposição excessiva

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66846

à radiação ultravioleta (UV) do sol é uma das principais causas do câncer de pele, gera dano celular e mutação, caracterizando-se enquanto agente carcinogênico completo (ZINK, 2014).

Uma questão central norteia este trabalho: houve uma melhora no conhecimento sobre o câncer de pele e da prevenção contra os efeitos da exposição solar nos últimos 10 anos? Assim, diante do exposto, o presente estudo tem o objetivo de avaliar comparativamente o grau de informações dos pacientes atendidos durante a Campanha Nacional de Prevenção ao Câncer de Pele em João Pessoa, em um hospital universitário da Paraíba, nos anos de 2011, 2012 (Pesquisa 1) e 2022 (Pesquisa 2).

2 MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo observacional, transversal, de caráter quantitativo. As pesquisas foram realizadas no ambulatório de Dermatologia de um hospital universitário do estado da Paraíba, com pacientes participantes da Campanha Nacional de Prevenção ao Câncer de Pele, no ano de 2011, 2012 e 2022. A pesquisa de 2022, que utilizamos para efeito comparativo, foi publicada em 2023 (PAIVA MPF et. al.,2023).

Para a composição da população foram considerados, como critérios de inclusão, idade igual ou superior a 18 anos e aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A amostragem foi por conveniência, correspondendo ao número máximo de indivíduos abordados pelos pesquisadores durante as campanhas.

A coleta de dados foi realizada a partir de formulário virtual padronizado, por meio da plataforma Google Forms, o qual foi preenchido por discentes da graduação em Medicina deste hospital universitário, e aplicado na sala de espera para o atendimento. Baseado no estudo de Hora C. et al. (2003), o questionário foi estruturado em duas partes: Parte I: identificação (sexo e idade) e características fenotípicas do paciente, como cor da pele (negra, parda, branca, amarela), cor da pele segundo os critérios de Fitzpatrick (fototipos I a VI), cor dos olhos e cor do cabelo; e Parte II: conhecimentos relacionados à prevenção do câncer de pele, incluindo informações sobre danos ou consequências da exposição solar, frequência de exposição solar, horário de exposição solar, motivo de exposição solar, uso de proteção solar, medidas de proteção solar utilizadas, área do corpo protegida pelo sol, frequência do uso do protetor solar, fonte de orientação para a escolha do protetor solar, antecedente pessoal de câncer de pele, histórico familiar de câncer de pele.

Os dados coletados foram armazenados utilizando a plataforma Google Drive, e, para a análise estatística, foi utilizada a plataforma R-Studio (versão 3.3.1). O nível de significância foi estabelecido em 0,05 ($p<0,05$) na confrontação dos resultados das duas pesquisas (Pesquisa 1 realizada em 2011/12 e Pesquisa 2 realizada em 2022). Quanto à análise descritiva, as variáveis foram estudadas por meio do cálculo de frequências absolutas (n) e relativas (%). Em relação à análise inferencial, foi aplicado o Teste Qui-Quadrado de Pearson, em busca de associações estatisticamente significativas entre as variáveis.

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos sob o CAAE de número 14076313.5.0000.5183 e parecer de número 232.487.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Identificação dos Participantes

Foram realizadas duas pesquisas sobre a prevenção do câncer de pele e sua relação com exposição solar em uma amostra composta de 123 participantes na pesquisa 1, realizada nos anos de 2011 e 2012, e 162 participantes na pesquisa 2, realizada em 2022 (PAIVA MPF et. al.,2023).

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66846

Quanto ao gênero, a pesquisa 1 foi composta por 43,1% indivíduos do sexo masculino e 56,9% do sexo feminino. Quanto à distribuição etária, constatou-se que 17,1% tinham entre 18 e 39 anos; 48% entre 40 e 59 anos, e 35% acima dos 60 anos. A população estudada na Pesquisa 2 foi composta por 36,4% indivíduos do sexo masculino e 63,6% do sexo feminino. Quanto à distribuição em relação à faixa etária, constatou-se que 9,9% tinham entre 18 e 39 anos; 44,4% entre 40 e 59 anos, e 45,7% acima dos 60 anos. Nesse sentido, vale destacar que os participantes pertenciam, predominantemente, à faixa etária acima de 40 anos, com proporção considerável de idosos. Segundo Pessoa DL, et al. (2020), os idosos possuem os mesmos fatores de risco para o desenvolvimento de neoplasias de pele. Entretanto, levando em consideração a exposição a fatores ambientais ao longo de toda a vida, devem estar mais atentos aos sinais da pele, pois os efeitos deletérios da radiação ultravioleta são culmulativos, ratificando a perspectiva de maior prevalência de diagnóstico de cânceres de pele a partir da quarta década de vida (PESSOA DL, et al., 2020).

Tabela 1. Identificação de gênero e etária dos participantes.

Variáveis	Categorias	Pesquisa 1	Pesquisa 2	p-valor
Sexo	Feminino	70	103	0,3080
	Masculino	53	59	
Faixa Etária	18 – 39	21	16	0,1069
	40 – 59	59	72	0,6376
	60+	43	74	0,0890
Total	-	**123**	**162**	-

Fonte: PAIVA MPF *et al.*, 2025.

3.2 Características Fenotípicas e Critérios de Fitzpatrick

Conforme a tabela 2, em relação à distribuição das variáveis "cor da pele" e "cor dos cabelos", não houve diferença estatisticamente significativa entre as duas amostras. Contudo, observou-se que a proporção de pessoas com olhos castanhos é significativamente maior na pesquisa atual, representando 85,8% da amostra coletada na pesquisa 2.

Tabela 2. Características fenotípicas dos participantes.

Variáveis	Categorias	Pesquisa 1	Pesquisa 2	p-valor
Cor da pele	Branca	69	86	0,6999
	Parda	43	53	0,7869
	Negra	3	10	0,2264
	Amarela	7	13	0,5963
	Sem resposta	1	0	-
Cor dos olhos	Castanhos	87	139	**0,0031***
	Pretos	11	8	0,2701
	Verdes	22	11	0,0067
	Azuis	1	4	0,3490
	Sem resposta	2	0	-
Cor dos cabelos	Castanhos	72	101	0,5963
	Pretos	33	47	0,7817
	Louros	15	14	0,4325
	Ruivos	0	0	-
	Sem resposta	3	0	-
Total	-	**123**	**162**	-

*Teste de proporção para duas amostras. Diferença de proporção estatisticamente significativa com $p < 0,05$.

Fonte: PAIVA MPF et. al.,2025.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66846

Os participantes foram classificados em critérios relacionados ao seu fototipo, conforme a classificação de Fitzpatrick, que subdivide os participantes em 6 fototipos de características distintas (FITZPATRICK TB, 1988).

Na comparação entre as duas pesquisas, não houve diferença estatisticamente relevante quanto ao número de participantes representantes em cada fototipo, sendo o fototipo II mais presente nos participantes da pesquisa 2 (38,3%). Nesse contexto, cabe salientar que, indivíduos de fototipos I e II apresentam maior risco de desenvolver câncer de pele, uma vez que sua pele possui menos mecanismos de proteção contra os efeitos nocivos da radiação ultravioleta. Essa relação entre fototipo e risco de câncer de pele ressalta a importância de medidas de fotoproteção específicas para cada subgrupo e suas características específicas de pele (SANTOS KS e INACIO CG, 2022).

3.3 Conhecimentos e práticas relacionadas à prevenção do câncer de pele

Em relação à distribuição das variáveis sobre o conhecimento prévio dos danos da fotoexposição, a frequência da exposição solar, o uso de qualquer forma de proteção, o uso de filtro solar e o uso de bronzeadores não há diferença de proporções estatisticamente significativas entre as duas amostras, que pode ser demonstrado na tabela 3.

Contudo, foi visto que a proporção de pessoas que se expõem ao sol em horário crítico é significativamente maior na pesquisa atual (Pesquisa 2), representando 60,5% da amostra coletada na pesquisa atual, e 42,2% na Pesquisa 1, com p-valor estatisticamente relevante de 0,0033. Com isso, é importante destacar que a exposição solar em horários de pico, das 10 horas às 16 horas, possui maior concentração e incidência de radiação ultravioleta, fato que gera mais alterações cutâneas, tais como: queimaduras solares, fotoenvelhecimento, discromias cutâneas e cânceres de pele (SULTANA N. et. al., 2020).

Tabela 3. Características relacionadas à exposição solar e uso de proteção solar.

Variáveis	Categorias	Pesquisa 1	Pesquisa 2	p-valor
Conhecimento sobre os danos da fotoexposição	Sim	113	144	0,5244
	Não	10	18	
	Eventual	60	84	0,6935
Frequência de exposição solar	Final de semana	8	10	0,9999
	Diariamente	55	68	0,7325
Horário de exposição solar	Horário crítico	53	98	**0,0033***
	Fora do horário crítico	70	64	
Uso de alguma forma de proteção solar	Sim	86	117	0,7692
	Não	37	45	
Uso de filtro solar	Sim	64	103	0,0659
	Não	59	59	
Uso de bronzeador	Sim	19	17	0,2861
	Não	104	145	
Total	-	**123**	**162**	-

*Teste de proporção para duas amostras. Diferença de proporção estatisticamente significativa com $p < 0,05$.

Fonte: PAIVA MPF et. al.,2025.

3.4 Características e sinais suspeitos de câncer de pele

Em relação à distribuição das citações sobre aparecimento de lesões cutâneas e sangramento de lesões na pele não há diferença de proporções estatisticamente significativas

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66846

entre as amostras das duas pesquisas. Entretanto, foi visto que a proporção de pessoas que citaram a variável "Lesões com alteração de cor ou textura da pele" e "Sintomas irritativos/prurido" é significativamente maior na pesquisa anterior. Apresentando representação percentual de, respectivamente, 36,6% e 25,2% da amostra coletada na pesquisa 1 e 20,4% e 8,0% da amostra coletada na pesquisa 2.

Além dessa constatação, é possível observar também que, mesmo não sendo estatisticamente significativa ao nível de 5%, a proporção de pessoas que citaram a variável "Aparecimento de lesões na pele" também têm uma proporção consideravelmente maior na pesquisa 1 (apresentando 30,8% da amostra coletada, e 23,4% na pesquisa 2). Percebeu-se que, em 10 anos, os pacientes identificaram menos "lesões na pele com alterações de cor ou textura" e "sintomas irritativos/prurido" em lesões de pele como sinais de alerta para suspeição de neoplasias de pele, segundo os dados.

Nesse cenário, identificar precocemente lesões suspeitas de câncer de pele é fundamental para um diagnóstico precoce e tratamento adequado. Alguns sinais de alerta durante o autoexame da pele que podem indicar a presença de câncer de pele são direcionados pelo mnemônico "ABCDE" do câncer melanoma: a) Assimetria da lesão; b) Bordas mal definidas e irregulares; c) Coloração heterogênea; Diâmetro maior que 6 milímetros; e e) Evolução do tamanho, forma, cor ou textura ao longo do tempo (HORSHAM C, et al., 2020).

Tabela 4. Características relacionadas aos sinais suspeitos de câncer de pele citadas.

Variáveis	Categorias	Pesquisa 1	Pesquisa 2	p-valor
Lesões com alteração de cor ou textura da pele	Sim	51	43	**0.0115***
	Não	72	119	
Aparecimento de lesões na pele	Sim	38	38	0,2037
	Não	85	124	
Sintomas Irritativos/ Prurido	Sim	31	13	**0.0101***
	Não	92	149	
Sangramento de lesões na pele	Sim	9	12	0,9999
	Não	114	150	
Total	-	**123**	**162**	-

*Teste de proporção para duas amostras. Diferença de proporção estatisticamente significativa com $p < 0.05$.

Fonte: PAIVA MPF et. al.,2024.

3.5 Histórico Pessoal e/ou Familiar de Câncer de Pele

Na análise de histórico pessoal e/ou familiar de câncer de pele, podemos perceber na Tabela 5, que, na Pesquisa 1, 9,7% dos participantes referiam antecedente pessoal de câncer de pele, já na pesquisa 2, 20% dos participantes já apresentaram esse tipo de patologia. Cabe salientar que, estudos relatam forte associação do câncer de pele com fatores genéticos, histórico familiar positivo, fototipo I ou II e fotoexposição desprotegida ou em horários de altos índices de radiação ultravioleta (GAMONAL AC, et al., 2020).

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66846

Tabela 5. Antecedente pessoal e familiar de câncer de pele.

Variáveis	Categorias	Pesquisa 1	Pesquisa 2	p-valor
Antecedente pessoal de câncer	Sim	12	27	0,1317
	Não	111	135	
Histórico familiar de câncer de pele	Sim	34	54	0,3678
	Não	89	108	
Total	-	**123**	**162**	-

*Teste de proporção para duas amostras. Diferença de proporção estatisticamente significativa com $p < 0,05$.

Fonte: PAIVA MPF et. al.,2024.

Quanto ao histórico familiar de câncer de pele, na pesquisa 1,27,6% apresentavam algum familiar com histórico positivo, já na pesquisa 2, 33,3% disseram ter parentes de primeiro grau com histórico de câncer de pele. Entretanto, tais dados não obtiveram diferença significativamente estatística entre os estudos.

4 CONCLUSÃO

A análise comparativa entre as campanhas de prevenção ao câncer de pele realizadas em 2011/2012 e 2022 destaca homogeneidade das amostras quanto às variáveis como idade, gênero e fototipos, reforçando a confiabilidade dos dados para comparação. Contudo, os resultados revelam uma piora preocupante no reconhecimento de lesões cutâneas suspeitas e um aumento significativo na exposição solar em horários críticos, indicando lacunas persistentes na conscientização sobre os riscos associados à radiação ultravioleta.

Tais achados enfatizam a necessidade urgente de revisar e fortalecer as campanhas educativas, incorporando estratégias inovadoras, como o uso de tecnologias digitais, ações voltadas para populações mais vulneráveis e capacitação de profissionais da atenção básica. A ampliação do acesso a informações e diagnósticos precoces pode contribuir significativamente para reduzir a incidência e a mortalidade associadas ao câncer de pele

REFERÊNCIAS

FITZPATRICK, T. B. The validity and practicality of sun-reactive skin types I through VI. **Arch Dermatol**, v. 124, n. 6, p. 869–871, 1988. DOI: 10.1001/archderm.124.6.869. PMID: 3377516.

GAMONAL, A. C. et al. Câncer de pele: Prevalência e epidemiologia em um hospital de ensino da cidade de Juiz de Fora–MG. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 5, n. 3, p. 15766–15773, 2020. DOI: 10.34119/bjhrv3n6-012.

HARDIE, C. M.; ELLIOTT, F.; CHAN, M.; ROGERS, Z.; BISHOP, D. T.; NEWTON-BISHOP, J. Environmental exposures such as smoking and low vitamin D are predictive of poor outcome in cutaneous melanoma rather than other deprivation measures. ***Journal of Investigative Dermatology***, v. 140, n. 2, p. 327–337, 2020.

HORA, C. et al. Avaliação do conhecimento quanto a prevenção do câncer da pele e sua relação com exposição solar em frequentadores de academia de ginástica, em Recife. **An Bras**

Dermatol, v. 78, n. 6, p. 693–701, 2003.

HORSHAM, C.; SNOSWELL, C.; VAGENAS, D.; LOESCHER, L. J.; GILLESPIE, N.; SOYER, H. P.; JANDA, M. Is teledermoscopy ready to replace face-to-face examinations for the early detection of skin cancer? Consumer views, technology acceptance, and satisfaction with care. ***Dermatology***, v. 236, n. 2, p. 90–96, 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA – BRASIL. ABC do câncer: abordagens básicas para o controle do câncer. Rio de Janeiro: **INCA**, 2020. Disponível em: https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//livroabc-6-edicao-2020.pdf. Acesso em: 20 jun. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA – BRASIL. Estimativa de Incidência de Câncer no Brasil, 2023–2025. Rio de Janeiro: **INCA**, 2022. Disponível em: https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//estimativa-2023.pdf. Acesso em: 24 jun. 2024.

PAIVA, M. P. F. et al. Avaliação do conhecimento da população acerca do câncer de pele. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 23, n. 10, p. e14226, 2023. DOI: 10.25248/reas.e14226.2023.

PESSOA, D. L.; SILVA, A. R. S.; OLIVEIRA, M. S. Análise do perfil epidemiológico do câncer de pele não melanoma no estado de Roraima no período de 2008 a 2014. ***Brazilian Journal of Health Review***, v. 3, n. 6, p. 18577–18590, 2020. DOI: 10.34119/bjhrv3n6-250

SANTOS, K. S.; INÁCIO, C. G. Importância do uso do filtro solar na prevenção do câncer de pele. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 7, p. 884–901, 2022. DOI: 10.51891/rease.v8i7.6238.

SANTOS, M. O. et al. Estimativa de Incidência de Câncer no Brasil, 2023–2025. **Revista Brasileira de Cancerologia**, v. 69, n. 1, e213700, 2023. DOI: 10.32635/21769745.RBC.2023v69n1.3700.

SULTANA, N. Sun awareness and sun protection practices. ***Clinical, Cosmetic and Investigational Dermatology***, v. 13, p. 717–730, 2020. DOI: 10.2147/CCID.S265477.

ZINK, B. S. Câncer de pele: a importância do seu diagnóstico, tratamento e prevenção. **Revista Hospital Universitário Pedro Ernesto**, v. 13, n. 1, p. 76–83, 2014.

A INFLUÊNCIA DA SAÚDE MENTAL NO RENDIMENTO ESCOLAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

JOHNATHAN SOUSA MORAES; ANA PAULA PEREIRA DE SOUZA; ANA PAULA INÁCIO DA SILVA; ROSILENE MOREIRA GOMES FIALHO; MIRELA TAVARES BATISTA MORAES

Introdução: A saúde mental tem se tornado um tema de grande relevância no contexto educacional, especialmente diante do aumento de casos de ansiedade, depressão e outros transtornos entre crianças e adolescentes. A escola, por ser um espaço de convivência social e de desenvolvimento cognitivo e emocional, desempenha papel fundamental na identificação e no apoio a alunos que enfrentam dificuldades emocionais. Diversos estudos indicam que o equilíbrio psicológico é essencial para o aprendizado, a concentração, a motivação e o desempenho acadêmico. Assim, compreender a relação entre a saúde mental e o rendimento escolar é essencial para promover uma educação mais inclusiva e humanizada. A falta de atenção a esse aspecto pode gerar impactos significativos no desenvolvimento integral dos estudantes, comprometendo não apenas o aprendizado, mas também as relações sociais e a autoestima. **Objetivo:** Analisar a influência da saúde mental no rendimento escolar de crianças e adolescentes, destacando os principais fatores psicológicos que interferem no desempenho acadêmico e propondo estratégias de intervenção no ambiente escolar. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com caráter exploratório e descritivo. O estudo foi realizado em uma escola pública de ensino fundamental e médio, com a participação de professores, alunos e equipe pedagógica. Os dados foram coletados por meio de questionários e entrevistas semiestruturadas, que abordaram aspectos como: sintomas de ansiedade e estresse, motivação para aprender, comportamento em sala de aula e desempenho acadêmico. A análise dos dados foi feita por meio da análise de conteúdo, buscando identificar padrões e relações entre os fatores emocionais e o rendimento escolar. **Resultados:** Os resultados indicaram que alunos com sinais de ansiedade, baixa autoestima ou dificuldades emocionais apresentaram maior propensão a queda no desempenho escolar, dificuldade de concentração e evasão das atividades escolares. Professores relataram sentir-se despreparados para lidar com situações relacionadas à saúde mental, apontando a necessidade de formação continuada sobre o tema. **Conclusão:** A pesquisa evidencia que a saúde mental exerce influência direta no rendimento escolar de crianças e adolescentes. O bem-estar emocional é um fator determinante para a aprendizagem significativa, o desenvolvimento social e o sucesso acadêmico.

Palavras-chave: **ATIVIDADES ESCOLARES; AUTOESTIMA; COMPORTAMENTO**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66927

MONITORIA E GESTÃO DA QUALIDADE NA CLÍNICA ESCOLA: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA FORMAÇÃO EM SAÚDE

RUDSON SOUSA ARAUJO; BETINA DIAS; LUCIANA GOMES; JOÃO BARBOZA; MONICA BENTO

Introdução: As clínicas escolas das Instituições de Ensino Superior são espaços privilegiados para a integração entre teoria e prática, possibilitando o desenvolvimento de competências gerenciais e assistenciais. Sendo assim a criação e implementação de estratégias para monitorar os atendimentos oferecidos/prestados levando em consideração a assiduidade de pacientes e profissionais, contribui para a melhoria contínua da prestação de serviços. **Objetivo:** Relatar a experiência dos alunos do programa de monitoria da graduação em Gestão Hospitalar no gerenciamento e acompanhamento de atendimentos realizados na Clínica Escola de uma Instituição de Ensino Superior. **Relato de caso/Experiência:** O projeto de monitoria do curso de Gestão Hospitalar, na Clínica Escola da IES e sob supervisão docente, buscou otimizar o atendimento. Os alunos analisaram fichas de pacientes com baixa assiduidade, identificando motivos de não comparecimento. Como resultado, implementaram uma estratégia de dupla checagem no agendamento para confirmar a presença do paciente e reduzir faltas. Paralelamente, levantaram o absenteísmo dos profissionais de saúde da clínica para entender seu impacto na qualidade do serviço. Os dados foram sistematizados e apresentados em reuniões internas, resultando em propostas de melhoria nos fluxos de agendamento e comunicação. A ação gerou uma visão gerencial ampliada para os alunos. Houve redução nas faltas de pacientes (após a dupla checagem) e maior alinhamento da equipe. A análise do absenteísmo subsidiou decisões para aprimorar a gestão de recursos humanos e a qualidade assistencial. O envolvimento dos estudantes desenvolveu competências em vigilância e gestão em saúde. **Conclusão:** A experiência demonstrou o potencial formativo da monitoria acadêmica como instrumento de educação e vigilância em saúde. As ações realizadas fortaleceram a integração ensino-serviço e contribuíram para a qualificação do cuidado prestado aos pacientes da Clínica Escola. O protagonismo discente e o uso de ferramentas simples de gestão mostraram-se eficazes para o aprimoramento dos processos e para a consolidação de uma prática educativa voltada à melhoria contínua da qualidade.

Palavras-chave: **EDUCAÇÃO EM SAÚDE; GESTÃO DA QUALIDADE; MONITORIA ACADÊMICA**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66929

TEORIA DA ENDOSSIMBIOSE: REVISÃO LITERÁRIA E SEUS ASPECTOS HISTÓRICOS

MATHEUS AUGUSTO PINHEIRO DE SOUZA; ANDRÉ LUCAS CALDEIRA-BRANT; AISLANDER JUNIO DA SILVA

Introdução: O estudo da célula constitui base fundamental da biologia, permitindo compreender a organização e o funcionamento dos organismos vivos. A disparidade estrutural e funcional entre células procariontes e eucariontes motivou questionamentos sobre a origem das células eucarióticas. A teoria endossimbiótica surge como paradigma evolutivo central, postulando que organelas como mitocôndrias e cloroplastos resultaram da incorporação simbiótica de organismos procariontes. **Objetivo:** Revisar os fundamentos históricos e biológicos da teoria endossimbiótica, abordando a origem de mitocôndrias e cloroplastos e suas implicações para a compreensão da complexidade celular. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão narrativa da literatura nas bases PubMed, SciELO e BVS, considerando artigos publicados entre 2002 e 2024, em português, inglês e espanhol, utilizando os descritores: "teoria endossimbiótica", "mitocôndrias", "cloroplastos" e "células eucarióticas". Foram excluídos trabalhos duplicados ou não diretamente relacionados ao tema. **Resultados:** Evidências moleculares e morfológicas confirmam que mitocôndrias e cloroplastos possuem DNA próprio e dupla membrana, indicando origem endossimbiótica. Mitocôndrias desempenham funções bioenergéticas e metabólicas essenciais, enquanto cloroplastos permitem a fotossíntese em plantas e algas. Organismos eucarióticos amitocondriais revelam que o núcleo surgiu antes da incorporação mitocondrial, reforçando a sequência temporal dos eventos endossimbióticos. A fusão simbiótica entre células distintas explica a complexidade e compartimentalização das células eucarióticas. **Conclusão:** A teoria endossimbiótica constitui modelo explicativo robusto para a transição procarionte-eucarionte, destacando a importância da citologia no estudo da complexificação da vida e seus enredos intrínsecos. Apesar de seu amplo respaldo científico, persistem questionamentos sobre o número de eventos endossimbióticos, a cronologia e os mecanismos de integração genômica entre os organismos ancestrais.

Palavras-chave: **ENDOSSIMBIOSE; CÉLULAS EUCARIÓTICAS; EVOLUÇÃO CELULAR**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66967

A LUDICIDADE NO ENSINO DE ANATOMIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA CRIAÇÃO DE JOGOS DIDÁTICOS POR ACADÊMICOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA E FISIOTERAPIA

RUDSON SOUSA ARAUJO

Introdução: A complexidade do estudo da anatomia, em específico os acidentes anatômicos ósseos, é um desafio comum na formação inicial das áreas de Saúde, como Educação Física e Fisioterapia. O aprendizado tradicional muitas vezes se restringe à memorização, limitando a compreensão e a aplicação prática do conhecimento. Nesse contexto, a cabe ao professor buscar métodos ativos e lúdicos que promovam a construção autônoma do saber e o engajamento dos estudantes. A gamificação, por meio do desenvolvimento e uso de jogos didáticos, surge como uma estratégia potencial para transformar o processo de ensino e de aprendizagem. **Objetivo:** Relatar a experiência pedagógica de utilização de metodologias ativas, na qual acadêmicos dos cursos de Educação Física e Fisioterapia foram desafiados a criar e aplicar jogos didáticos como ferramenta de ensino e aprendizagem sobre acidentes anatômicos ósseos, e avaliar sua percepção sobre a eficácia da estratégia. **Relato de Experiência:** A experiência foi realizada durante a disciplina de morfologia musculoesquelética, envolvendo estudantes dos cursos de Educação Física e Fisioterapia. A intervenção consistiu em duas etapas o Desenvolvimento, onde os alunos, organizados em grupos planejaram e construíram jogos, cujo conteúdo central era o reconhecimento de acidentes ósseos. A etapa exigiu pesquisa, síntese e aplicação criativa do conteúdo. Na segunda etapa, os jogos desenvolvidos foram subsequentemente incorporados como material de apoio nas aulas práticas seguintes. Observou-se um aumento significativo no engajamento, na interação entre os grupos e na retenção do conteúdo. O feedback dos alunos destacou a metodologia como motivadora e eficaz para fixar termos e localizações complexas. **Conclusão:** O desenvolvimento e a aplicação de jogos didáticos sobre acidentes anatômicos ósseos, utilizando a ludicidade como mediadora da aprendizagem, mostraram-se uma experiência de Educação em Saúde exitosa. A estratégia potencializou a aprendizagem ativa, promoveu a interdisciplinaridade entre os cursos e transformou um conteúdo tradicionalmente passivo em uma vivência prática e colaborativa, fortalecendo a autonomia e o raciocínio clínico dos futuros profissionais de saúde. A metodologia é recomendada como alternativa para o ensino de temas complexos na área da saúde.

Palavras-chave: **EDUCAÇÃO EM SAÚDE; ACIDENTES ANATÔMICOS; ANATOMIA MÚSCULO-ESQUELÉTICO;**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66974

OS IMPACTOS DA DISLEXIA NO CONTEXTO ESCOLAR: ESTRATÉGIAS DE ENSINO PARA ALUNOS DISLÉXICOS

VALDIRENE PEREIRA SANTANA LANGER; HÉLIA CARVALHO DE ABREU; NILMA MARIANA DE OLIVEIRA ABUD; ROSIMEIRE DE SOUZA MORAES; FERNANDA NÓBREGA CLEMENTE

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar estratégias de ensino e proporcionar uma perspectiva abrangente e fundamentada a respeito das dificuldades na aprendizagem que os estudantes disléxicos enfrentam no âmbito educacional. Para melhor alicerçar essa investigação, foi utilizada uma pesquisa de natureza básica de cunho qualitativo, por meio da pesquisa bibliográfica embasada em obras, artigos e estudos de importantes autores. A dislexia é um distúrbio que afeta a leitura e a decodificação de informações. A pessoa com dislexia pode confundir, trocar ou evitar o processo de ler e escrever, tendo dificuldades em distinguir sons e símbolos. Isso pode levar a erros na hora de soletrar e na troca de letras, como P e B. No entanto, dislexia é vista como um tipo de dificuldade de aprendizagem, que é uma limitação que a pessoa tem na escola. Esses desafios podem ser notados desde os primeiros anos e podem ser causados por diversos fatores, como genética, biologia, neurologia, ambiente, cultura, política e sociedade. Embora a criança com dislexia enfrente dificuldades em tarefas simples, como lembrar o que leu, isso não significa que ela não tenha um bom intelecto. A pessoa disléxica pode também desenvolver outras habilidades e talentos, como pintar, dançar, fazer música e atuar no teatro, entre muitos outros. Dessa forma, todo processo e todo procedimento escolar visam ajudar o aluno com dislexia a superar as barreiras, em que o docente deve adotar uma atitude de acolhimento, paciência e tolerância, perseverança e programas educacionais específicos para apoiar e auxiliar no crescimento dessa criança.

Palavras-chave: Dificuldades; Aprendizagem; Psicopedagogia.

1 INTRODUÇÃO

O artigo científico de revisão bibliográfica tem como foco principal a dislexia, um transtorno de aprendizagem que compromete a capacidade de ler e escrever. Justifica-se o presente estudo no sentido de trazer importantes abordagens sobre a dislexia na escola.

Todo processo e todo procedimento escolar visam ajudar o aluno com dislexia a superar as barreiras, em que o docente deve adotar uma atitude de acolhimento, paciência e tolerância, perseverança e programas educacionais específicos para apoiar e auxiliar no crescimento dessa criança.

Assim, a dislexia na educação traz desafios que precisam ser superados para assegurar a inclusão educacional desses estudantes. É essencial que professores e educadores estejam qualificados para reconhecer e atender às demandas específicas dos alunos com dislexia, empregando estratégias de ensino apropriadas adequadas.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66987

O presente artigo tem como objetivo analisar estratégias de ensino e proporcionar uma perspectiva abrangente e fundamentada a respeito das dificuldades na aprendizagem que os estudantes disléxicos enfrentam no âmbito educacional.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Para melhor alicerçar essa investigação, foi utilizada uma pesquisa de natureza básica de cunho qualitativo, por meio da pesquisa bibliográfica embasada em obras, artigos e estudos de autores tais como: Alves, Ferreira e Ferreira (2014), Bossa (1994, 2000), Capovilla (2000), Marsili (2010), entre outros que discutem a temática, visto que, tal procedimento é essencial para a formulação de respostas ao problema levantado.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Uma criança com dislexia não possui deficiência de nenhuma natureza, seja mental, física, auditiva, visual ou múltipla. Além disso, uma criança disléxica não é considerada de alto risco. Uma criança não é disléxica apenas porque teve seu desenvolvimento prejudicado devido a fatores como gestação inadequada, má alimentação ou nascimento prematuro.

Assim, uma criança disléxica não é classificada como “doente grave”, mas o mais relevante para o educador é compreender, identificar, diagnosticar e implementar ações que incentivem o desenvolvimento verbal e textual do aluno.

Portanto, é urgente que se olhe com mais atenção para os problemas relacionados à leitura. Por trás dessa dificuldade, podem existir outros transtornos como a dislexia, que muitas vezes passam despercebidos, resultando em frustração para o indivíduo, independentemente das circunstâncias. Nessa perspectiva, Marsili (2010, p. 35) afirma que:

> [...] as crianças precisam ser ensinadas a soletrar as palavras para estarem conscientes dos sons que ouvem. Treiná-las para repetir palavras para si mesmas, enquanto ouve a ordem dos sons. [...] O ensino precisa ser multissensorial e o aluno deve estar ativamente envolvido na tarefa.

No entanto, compreendemos que as dificuldades na leitura podem estar ligadas a diversos tipos de transtornos, que serão definidos ao longo deste artigo. É importante observar em quais características específicas o aluno se encaixa, permitindo assim uma abordagem mais direcionada.

Nesse contexto, a psicopedagogia tem o objetivo de examinar as dificuldades de aprendizado que os alunos enfrentam e, a partir disso, considerar suas potencialidades. Com essa compreensão, podem ser desenvolvidas metodologias que ajudem na superação dessas dificuldades. Dessa maneira, sua função é atuar de maneira multidisciplinar e interdisciplinar, integrando conhecimentos de outras ciências para entender cada fenômeno, como a colaboração com a psicologia, neurologia, psicolinguística, assistência social e fonoaudiologia.

Fernandes (2008 p.35) apud Capovilla (2003) diz que “[...] depois de duas décadas de construtivismo, inúmeros são os contrassensos que ajudam a explicar porque a alfabetização brasileira se encontra tão desorientada, da mesma forma que a criança brasileira se encontra incompetente em leitura”.

Neste modelo, o aluno é visto apenas como alguém que recebe informações do professor, sem ter a chance de debater e trocar conhecimentos; apenas o professor é quem transmite o saber. Ao não enxergar a sala de aula como um espaço de troca onde tanto professor quanto aluno aprendem, a educação se torna entediante, inflexível e restrita. Não se leva em conta o aprendizado individual de cada aluno, suas dificuldades específicas, e o docente é forçado a seguir um único método já estabelecido. Assim, a comunicação é escassa, o aprendizado não

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66987

se desenvolve de forma criativa e eficaz, as dificuldades dos estudantes passam despercebidas e não existe uma preocupação em adotar uma metodologia que abrace a diversidade dos alunos na sala de aula. Tanto os alunos quanto os professores acabam engessados dentro do ambiente escolar, resultando em um processo de ensino-aprendizagem que não atinge os seus objetivos. Conforme Bossa (1994):

> Para o Psicopedagogo, aprender é um processo que implica pôr em ações diferentes sistemas que intervêm em todo o sujeito: a rede de relações e códigos culturais e de linguagem que, desde antes do nascimento, têm lugar em cada ser humano à medida que ele se incorpora a sociedade. (BOSSA,1994, p. 51).

Pensando em ajudar no desenvolvimento tanto dos alunos quanto dos professores, a Psicopedagogia aparece como uma ciência que contribui nesse processo, desafiando as ideias tradicionais do modelo educacional antigo e abrindo espaço para uma educação de melhor qualidade e mais humanizada.

No Brasil, a psicopedagogia surgiu na década de 70, a educação passou a ter uma nova visão, uma vez ela veio para apoiar não só o campo educacional, mas também o empresarial, além de considerar o aprendiz, um termo utilizado na psicopedagogia. Para alguns autores, ela é entendida como "[...] uma nova área de atuação profissional que busca uma identidade, e que requer uma formação de nível interdisciplinar, o que já é sugerido no próprio termo Psicopedagogia". (BOSSA, 1994, p.31).

Dessa forma, é possível perceber a relevância do ambiente escolar para toda a sociedade e a urgência de melhorar os métodos de aprendizado a fim de reduzir as desigualdades sociais. Durante os primeiros anos de escolaridade, que são voltados para a alfabetização, é o período em que as crianças irão desenvolver sua personalidade com base no que aprendem, assim como formarão conceitos fundamentais.

Portanto, é crucial ter atenção a essa fase de aprendizagem, uma vez que as fundações se estabelecerão e serão revisitadas ao longo da vida. O educador responsável por essa etapa deve, assim, entender as necessidades sociais do contexto em que atua, aproveitando as características dos alunos, sejam eles com ou sem necessidades especiais, para criar um método de ensino e aprendizagem que consiga atingir todos através das interações que ocorrerem, promovendo uma abordagem dialógica. Segundo Nádia Bossa (2000, p. 127),

> a Psicopedagogia refere-se a um saber e a um saber fazer, às condições subjetivas e relacionais – em especial familiares e escolares – às inibições, atrasos, desvios do sujeito ou grupo a ser diagnosticado. O conhecimento psicopedagógico não se cristaliza numa delimitação fixa, nem nos déficits e alterações subjetivas do aprender, mas avalia a possibilidade do sujeito, a disponibilidade afetiva de saber e fazer, reconhecendo que o saber é próprio do sujeito.

Ver esses distúrbios de aprendizado como um problema apenas da criança é desconsiderar os impactos das dificuldades de ensino. Geralmente, podemos dizer que os distúrbios de aprendizagem se manifestam através de um conjunto de sintomas. A área que costuma ser mais afetada é a linguagem.

Entretanto, é fundamental identificar a dislexia logo no início para que sejam tomadas as providências necessárias de intervenção. É importante adotar métodos e abordagens pedagógicas variadas que ajudem as crianças a aprenderem os conteúdos de uma forma mais eficaz. Para isso, é necessário que diversos profissionais participem do diagnóstico de uma pessoa disléxica.

Ao lidar com um aluno disléxico, é importante simplificar as instruções, usar recursos multissensoriais, ajustar as avaliações e oferecer tempo adicional. É fundamental estabelecer um ambiente de sala de aula receptivo, com rotinas bem definidas e a utilização de recursos

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66987

visuais, auditivos e táteis. As avaliações devem priorizar o conteúdo em vez da ortografia, e é essencial fornecer suporte emocional.

Ademais, é na escola que a dislexia se manifesta de fato. Existem disléxicos que demonstram suas dificuldades em diversos contextos e situações, porém nenhum deles se equipara à escola, lugar em que a leitura e a escrita são constantemente empregadas e, principalmente, apreciadas. No entanto, a escola como a conhecemos não foi projetada para atender às necessidades de um disléxico. Nada disso tem a ver com ele: objetivos, conteúdos, metodologias, organização, funcionamento e avaliação. Não é surpreendente que muitos indivíduos com dislexia não consigam concluir a escola e sejam marginalizados por ela.

Assim, é importante enfatizar que a dislexia é uma condição que merece atenção, uma vez que crianças com dislexia podem ser consideradas preguiçosas, desatentas, lentas e indisciplinadas por enfrentarem dificuldades em ler, escrever e, por consequência, em fazer contas devido à falta de entendimento do contexto. Esses fatores podem levar, como forma de proteção, ao isolamento, fazendo com que, quando crescem, essas pessoas se tornem ásperas e indiferentes em relação à sociedade.

4 CONCLUSÃO

Pode-se concluir que a dislexia é considerada um distúrbio que causa dificuldades no processo de aprendizagem da leitura e escrita, geradas em bases neurológicas, bem como elementos genéticos ou adquiridos. Não se definindo-a como uma doença no âmbito científico.

É claro que é responsabilidade do educador e da equipe pedagógica propor intervenções que gerem situações desafiadoras, despertando o interesse pela aprendizagem e também oferecendo a oportunidade do desenvolvimento da independência do estudante.

Compreende-se que as dificuldades enfrentadas por um aluno disléxico, como a dificuldade de leitura, por exemplo, podem estar associadas a diversas condições que impedem a pessoa de ler.

Portanto, um dos obstáculos à leitura é a dislexia, um transtorno que impede o indivíduo de distinguir sons e símbolos, soletrar, trocar letras e memorizar. Esses fatores precisam ser diagnosticados para que o paciente receba acompanhamento especializado. e identificar o transtorno da dislexia não é simples. Existem alguns indícios e sintomas que podem sugerir a existência de dislexia desde cedo, porém um diagnóstico exato só é viável desde que a escrita e a leitura são introduzidas formalmente à criança.

Além disso, no que diz respeito à forma de lidar com o aluno disléxico, infelizmente, nem os pais nem a maioria maior parte dos profissionais da educação não possui formação adequada para lidar com crianças consideradas disléxica. Existem muitas causas que precisam ser corrigidas, mas são poucos os profissionais que conhecem e compreendem as questões e suas possíveis resoluções e soluções.

Assim, para garantir um atendimento de qualidade e uma aprendizagem significativa para o aluno, é preciso buscar um maior entendimento sobre a dislexia.

REFERÊNCIAS

BOSSA, Nádia. **A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. Porto Alegre: Artes Médicas sul, 1994.

BOSSA, Nadia A. **A Psicopedagogia no Brasil**: contribuições a partir da prática. RS, Artmed, 2000.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66987

CAPOVILLA, A. G. S.; CAPOVILLA, F. C. **Alfabetização: método fônico.** 2. ed. São Paulo: Memnon, 2003.

MARSILI, Mira Allil. **Dislexia no contexto da aprendizagem.** Especialização em Controladoria e
Finanças. Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro: RJ. 2010.

ZORZI, Jaime. G**uia Prático para Ajudar Crianças em Dificuldades de Aprendizagem:** dislexia e outros Distúrbios. Pinhais: Melo, 2008.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/66987

CLAREAMENTO DENTAL: MITOS E VERDADES

LUIZ ALBERTO SANTOS DE JESUS; ANA LETHICIA MELO NUNES; EMILIA DE SOUZA SANTANA; CAROLINA MENEZES MACIEL

Introdução: O desejo por um sorriso mais branco existe desde a antiguidade. Devido à divulgação do clareamento dental como um tratamento cosmético pelas mídias sociais, a venda de produtos sem supervisão profissional tem aumentado no Brasil. Além disso, observa-se a disseminação de receitas caseiras e a chamada fake news que divulga mitos como se fossem verdades sem qualquer embasamento científico e essas informações incorretas sobre o tema, contribui para a desinformação da população. **Objetivo:** Esta revisão de literatura buscou esclarecer, com base em evidências científicas, os mitos e verdades sobre questionamentos relacionados aos diversos tipos de produtos e técnicas para clareamento dental disponíveis no mercado. **Metodologia:** O estudo consistiu em uma revisão de literatura. A busca por artigos, em inglês ou português, foi realizada nas bases de dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), Pubmed e LILACS. **Resultados:** O clareamento de consultório, com altas concentrações de peróxido de hidrogênio (25% a 50%), proporciona resultados rápidos, mas pode ser agressivo ao esmalte e aumentar a sensibilidade se usado incorretamente. Em contraste, o clareamento caseiro, com concentrações mais baixas (10% a 22% de peróxido de carbamida) e uso diário inferior a 6 horas, é considerado mais seguro, oferecendo resultados satisfatórios sem alterar a microdureza do esmalte. Cremes dentais clareadores dependem de abrasivos, agindo apenas em manchas superficiais com risco de dano. Alternativas como carvão ativado e receitas caseiras (bicarbonato com frutas ácidas) são ineficazes para modificar a cor e podem causar desgaste ou danos irreversíveis ao substrato dentário. O uso de fontes de luz para ativar os géis é desnecessário e prejudicial, devido à geração de calor, que pode levar à inflamação ou necrose pulpar. A longevidade dos resultados é comprometida pelo consumo de bebidas ácidas e corantes, como café ou vinho tinto, que favorecem o manchamento e a solubilização do esmalte. **Conclusão:** O clareamento dental deve ser encarado como um tratamento odontológico, sendo essencial que seja orientado, supervisionado e executado por um cirurgião-dentista. A escolha minuciosa da técnica e dos materiais, embasada em evidências científicas, é crucial para evitar malefícios e garantir resultados duradouros.

Palavras-chave: **PERÓXIDO DE CARBAMIDA; PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO; SAÚDE BUCAL**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/67019

APLICAÇÕES E EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS DO TREINAMENTO RESISTIDO MANUAL: UMA REVISÃO DE ESCOPO

MARCKSON DA SILVA PAULA; NILBER SOARES RAMOS; WESLEY MASCARENHAS DOS SANTOS; LUCIANO LIMA DOS SANTOS; CAUÊ VASQUEZ LA SCALA TEIXEIRA

RESUMO

O Treinamento Resistido Manual (TRM) é uma modalidade de exercício caracterizada pela aplicação de resistência manual por um parceiro ou profissional, constituindo uma alternativa prática ao treinamento resistido convencional com pesos ou elásticos. O objetivo desta revisão de escopo foi mapear e sintetizar as evidências científicas disponíveis sobre o TRM, descrevendo seus contextos de aplicação, delineamentos metodológicos, características das populações estudadas, desfechos analisados e parâmetros de treinamento utilizados. O estudo foi conduzido com base nas diretrizes do *Joanna Briggs Institute* (JBI) e no *checklist PRISMA-ScR*. A busca foi realizada em sete bases de dados: *PubMed*, *Scopus*, *Web of Science*, *Embase*, *Cochrane Library*, LILACS e *Google* acadêmico, sem restrições de idioma ou data. Foram encontrados 1.294 registros iniciais e, ao final, incluídos 27 estudos publicados entre 1980 e 2025, tendo os Estados Unidos e Brasil como países com mais publicações. Autores como Sandor Dorgo e Cauê Vasquez La Scala Teixeira foram os que tiveram maior número de publicações (9 e 7, respectivamente). Houve predominância de estudos experimentais e ensaios clínicos randomizados, com foco em adultos e idosos. Os principais desfechos analisados foram: força muscular, composição corporal e resistência muscular. Observou-se grande heterogeneidade nos protocolos utilizados, o que limita a comparação entre estudos e a padronização de práticas clínicas e esportivas. A mensuração da intensidade do TRM tem sido um desafio indicado na literatura. Conclui-se que o TRM é um método acessível e promissor, com bons resultados sobre variáveis de desempenho físico e funcionais, embora ainda existam lacunas importantes na literatura.

Palavras-chave: Treinamento de força; Musculação; Treinamento com pesos.

1 INTRODUÇÃO

O Treinamento Resistido (TR) é amplamente reconhecido por promover ganhos de força muscular, melhora da capacidade funcional e benefícios à saúde. Indicado para diferentes perfis — de indivíduos saudáveis a populações clínicas — seus efeitos dependem do controle de variáveis como intensidade, volume, frequência e tipo de exercício (LOPEZ *et al*., 2021; SCHOENFELD; OGBORN; KRIEGER, 2016).

Uma variação do método tradicional é o Treinamento Resistido Manual (TRM), no qual a sobrecarga é aplicada manualmente por um parceiro de treino, permitindo ajustes em ângulos específicos e ampliando as possibilidades de estímulo (PAULA, 2024). Por ser prático, flexível e de baixo custo, o TRM é útil em ambientes sem equipamentos, como residências, espaços públicos, escolas ou atendimentos personalizados.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/67052

Considerando a escassez de estudos sistematizados sobre o tema, esta revisão de escopo teve como objetivo mapear e sintetizar as evidências científicas relacionadas ao TRM, abrangendo sua origem, distribuição geográfica, delineamentos metodológicos, desfechos avaliados, populações estudadas e parâmetros de intervenção.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Esta revisão de escopo foi conduzida conforme as diretrizes do *Joanna Briggs Institute* (PETERS *et al*., 2020) e reportada de acordo com o *checklist PRISMA-ScR* (TRICCO *et al*., 2018), com protocolo previamente registrado no *Open Science Framework* (DOI: 10.17605/OSF.IO/CJMSH). O objetivo foi mapear as evidências científicas sobre o Treinamento Resistido Manual (TRM), identificando lacunas no conhecimento e orientando pesquisas futuras. O processo seguiu cinco etapas (FAKOYA; MCCORRY; DONNELLY, 2020): (1) definição da questão de pesquisa, (2) identificação dos estudos relevantes, (3) seleção, (4) mapeamento dos dados e (5) síntese e apresentação dos resultados.

A pergunta norteadora foi estruturada pelo acrônimo PCC (PETERS *et al*., 2020): **P (População):** indivíduos de todas as faixas etárias e condições clínicas; **C (Conceito):** treinamento resistido manual; **C (Contexto):** qualquer ambiente de prática.

A busca, realizada entre agosto e setembro de 2025, abrangeu as bases *PubMed, Scopus, Embase, Web of Science, Cochrane Library*, LILACS e *Google* Acadêmico, complementada por busca manual e literatura cinzenta, utilizando descritores controlados e palavras-chave livres combinados com operadores *booleanos OR* e *AND*.

Foram incluídos estudos primários (ensaios clínicos, observacionais) e secundários (revisões), em qualquer idioma e período, que abordassem direta ou indiretamente o TRM. Foram excluídos artigos duplicados, cartas ao editor e estudos sem dados completos para responder à questão de pesquisa.

A triagem foi realizada por dois revisores independentes na plataforma *Rayyan* (OUZZANI *et al*., 2016), em duas etapas: leitura de títulos/resumos e análise do texto completo. As discordâncias foram resolvidas por consenso ou terceiro revisor. Os dados extraídos incluíram: informações históricas, autores e países de origem, delineamentos metodológicos, características dos participantes, desfechos analisados e parâmetros de intervenção. Esses dados foram organizados em tópicos, a fim de facilitar a compreensão.

A análise foi realizada de forma narrativa e descritiva, com categorização temática para identificar padrões e lacunas. Quando necessário, dados ausentes foram sinalizados como “não informado”. Revisões foram usadas para contextualizar achados, apontar lacunas e sintetizar evidências prévias.

Para ampliar a aplicabilidade dos resultados, foi realizada consulta a 12 *stakeholders* (profissionais de Educação Física), por meio de formulário *online*, conforme recomendações do JBI. As contribuições foram analisadas e incorporadas à versão final da síntese.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A busca bibliográfica identificou 1.294 registros, dos quais 27 estudos, publicados entre 1980 e 2025, atenderam aos critérios de elegibilidade. A maioria das publicações foi realizada nos Estados Unidos (40,7%) e no Brasil (25,9%), com predominância de ensaios experimentais (25,9%) e ensaios clínicos randomizados (22,2%). A análise revelou padrões relevantes relacionados ao histórico do Treinamento Resistido Manual (TRM), aos delineamentos metodológicos empregados, às características das amostras, aos desfechos avaliados, aos parâmetros de intervenção e aos aspectos práticos e de segurança.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/67052

Os estudos sobre treinamento de força têm origem antiga e eram aplicados antes mesmo de sua sistematização científica. De acordo com Nuzzo (2021), foram identificados 339 estudos publicados entre 1894 e 1979, sem registros do TRM, o que sugere sua disseminação apenas a partir da década de 1980. As bases fisiológicas desse método foram estabelecidas no período pós-Segunda Guerra Mundial, quando exercícios sem equipamentos foram amplamente utilizados na reabilitação de soldados (DELORME, 1945; SULLIVAN; MARKOS; MINOR, 1982). Pesquisas clássicas demonstraram que contrações concêntricas e excêntricas produzem adaptações neuromusculares distintas, oferecendo sustentação teórica para o TRM (HISLOP, 1963; KOMI; BUSKIRK, 1972).

Nos anos 1980, exercícios com resistência manual foram incorporados em programas militares e escolares, priorizando a força funcional e a cooperação (MUNSON; PETTIGREW, 1988; DOMBROSKI; HENDERSON, 1994). As primeiras publicações científicas consolidaram o método como alternativa prática e acessível (DORGO; KING; RICE, 2009; RILEY, 1981). Na década de 1990, Rheba Vetter desenvolveu o *Partner's Improvisational Resistance Training* (PIRT), integrando resistência manual e improvisação corporal (VETTER; DORGO, 2009). Ensaios clínicos conduzidos na *University of Texas at El Paso* quantificaram os efeitos do PIRT sobre força e resistência (DORGO; KING; RICE, 2009), marcando a transição do método de prática empírica para abordagem científica. Atualmente, a produção científica está concentrada em poucos núcleos, com destaque para Sandor Dorgo, nos EUA, e Cauê Vazquez La Scala Teixeira, no Brasil, que têm sido protagonistas na consolidação do TRM no campo acadêmico e aplicado.

A análise dos delineamentos metodológicos revelou predominância de estudos experimentais e ensaios clínicos randomizados (ECR), o que demonstra uma tendência de avanço da pesquisa sobre TRM para abordagens mais controladas. Estudos experimentais permitem estabelecer relações de causa e efeito, ampliando a compreensão dos mecanismos de adaptação neuromuscular (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2015). Já os ECR, considerados padrão-ouro na pesquisa em saúde, reduzem vieses e fortalecem a validade interna dos achados (HARITON; LOCASCIO, 2018). No contexto do TRM, esses delineamentos têm viabilizado comparações com métodos tradicionais, possibilitando a análise de respostas fisiológicas e perceptivas (DORGO *et al*., 2023; CHULVI-MEDRANO *et al*., 2017). Em contrapartida, observa-se escassez de estudos transversais, fundamentais para identificar associações entre variáveis em diferentes populações. Tais estudos, embora não estabeleçam causalidade, oferecem rapidez, baixo custo e abrangência, sendo úteis para gerar hipóteses, caracterizar perfis populacionais e validar métodos (SETIA, 2016; THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2015).

As características dos participantes foram amplas, englobando desde adultos jovens fisicamente ativos até idosos saudáveis ou em reabilitação. Essa diversidade demonstra a versatilidade do TRM em diferentes faixas etárias e níveis de aptidão física. Em populações jovens, o método tem sido empregado para melhorar força, composição corporal e desempenho físico, sendo a familiarização prévia importante para potencializar os resultados (TEIXEIRA; GOMES, 2016). Em idosos, destaca-se por ser seguro, acessível e adaptável às capacidades individuais (PAULA, 2024). O tamanho amostral variou de pequenos grupos ($n < 15$) a amostras maiores ($n > 60$). Amostras reduzidas, entretanto, podem comprometer a validade interna e externa, elevando o risco de erro estatístico e superestimando efeitos, o que reforça a necessidade de desenhos metodológicos mais robustos (SKORSKI; HECKSTEDEN, 2021). A predominância de pesquisas com adultos e idosos reflete o interesse no TRM como alternativa prática ao treinamento convencional, sobretudo em contextos de reabilitação ou com limitação de equipamentos, promovendo ganhos de força, equilíbrio e capacidade funcional (TERRAZAS; MONTALVO; DORGO, 2025; JUNIOR; MARTINS E SILVA; DE SOUZA, 2020; WAKABAYASHI *et al*., 2018).

DOI: 10.51161/iv-conpeds/67052

Por outro lado, há um número reduzido de estudos envolvendo crianças e adolescentes. Embora o treinamento resistido seja seguro nessa faixa etária, o TRM exige controle e supervisão rigorosos, já que a carga é aplicada manualmente e não pode ser quantificada de forma objetiva (TEIXEIRA; GOMES, 2016). Essa limitação é particularmente relevante em indivíduos em maturação biológica, nos quais o controle da intensidade é determinante para garantir segurança e eficácia. Diretrizes da National Strength and Conditioning Association (NSCA) e da American Academy of Pediatrics (AAP) destacam que crianças devem iniciar o treinamento apenas com maturidade motora e técnica adequadas, evitando cargas máximas antes da maturação esquelética (DAHAB; MCCAMBRIDGE, 2009; FAIGENBAUM *et al*., 2009).

Entre os desfechos avaliados, a força muscular foi o mais investigado, com 16 ocorrências, confirmando seu papel central no TRM. Um exemplo é a preservação da força dos abdutores do quadril em idosos hospitalizados submetidos a 10 dias de TRM em repouso no leito (KAKIHARA; KATAOKA; TANAKA, 2025). Em seguida, destacaram-se composição corporal (8 ocorrências) e resistência muscular (7 ocorrências). Capacidade funcional e ativação muscular medida por EMG apareceram em quatro estudos cada, reforçando o interesse nos efeitos do TRM sobre atividades diárias e padrões de recrutamento muscular. A sarcopenia, com perda de força e massa muscular, compromete a autonomia funcional de idosos e torna esse desfecho clinicamente relevante (JUNIOR; MARTINS E SILVA; DE SOUZA, 2020). A EMG, por sua vez, permite identificar padrões de ativação de músculos profundos e superficiais, contribuindo para a compreensão das adaptações neuromusculares. Em um estudo, observou-se redução da ativação de músculos profundos e aumento compensatório da ativação superficial em indivíduos com dor cervical, evidenciando a sensibilidade desse desfecho em contextos terapêuticos (SCHOMACHER *et al*., 2015).

Outros desfechos, como aspectos psicossociais, metabólicos, cardiovasculares, resistência aeróbica e intensidade percebida, foram pouco explorados (1–2 ocorrências), revelando lacunas importantes. Assim, embora o foco principal esteja nos efeitos físicos, os impactos subjetivos e clínicos permanecem pouco investigados, especialmente em populações vulneráveis.

A análise dos parâmetros de intervenção mostrou ampla variabilidade quanto à duração, intensidade, volume, frequência e tipos de exercícios. A ausência de protocolos padronizados compromete a reprodutibilidade, dificulta comparações entre estudos e impacta a aplicação prática segura e consistente. A padronização é fundamental para garantir segurança, uma vez que sobrecargas mal dosadas aumentam o risco de lesões, sobretudo em grupos mais vulneráveis (FAIGENBAUM *et al*., 2009; KRAEMER; RATAMESS, 2004). Outro desafio metodológico é a quantificação da intensidade, frequentemente estimada por zonas de repetições máximas, percepção subjetiva de esforço ou estimativa de 1RM (TEIXEIRA; GOMES, 2016). Essa limitação reduz a precisão no controle da carga e dificulta a progressão sistemática do treinamento. Em alguns estudos, buscou-se contornar esse problema comparando o TRM com o treinamento resistido convencional, utilizando zonas de repetições máximas e interrupção do exercício na fadiga voluntária para padronizar a intensidade.

Na análise da prática profissional, foram consultados 12 especialistas em TRM, sendo 9 homens e 3 mulheres (idade: 43,8 ± 9,8 anos; tempo de formação: 11,7 ± 9,9 anos). A maioria relatou já ter utilizado o método (83,3%) e sentir-se segura para aplicá-lo (91,7%). O TRM foi amplamente considerado prático, seguro e adaptável a diferentes públicos (91,7%). Os principais desafios relatados incluíram aceitação por parte dos alunos (50%) e dificuldade de aplicação em aulas coletivas (8,3%). Como sugestões, destacaram-se a necessidade de mais pesquisas, capacitação profissional (58,3%) e desenvolvimento de protocolos de treinamento (25%). Entre os recursos apontados para melhorar sua aplicação estão planejamento prévio (25%), atualização técnica (33,3%) e inserção de materiais de apoio (25%).

DOI: 10.51161/iv-conpeds/67052

Por fim, as principais lacunas identificadas nesta revisão foram: número reduzido de estudos transversais, escassez de pesquisas com crianças, adolescentes e populações clínicas, ausência de protocolos padronizados de intensidade e volume e pouca integração de desfechos cardiovasculares, psicossociais e metabólicos. Esses achados indicam a necessidade de ensaios clínicos mais robustos, maior padronização metodológica e ampliação das populações investigadas, favorecendo uma compreensão mais completa e segura dos efeitos do Treinamento Resistido Manual.

4 CONCLUSÃO

O Treinamento Resistido Manual se apresenta como estratégia eficaz, acessível e adaptável para o desenvolvimento da força muscular e da capacidade funcional. Apesar dos resultados promissores, a literatura apresenta limitações relevantes, como a escassez de estudos transversais, a falta de padronização de protocolos e a restrição a determinadas faixas etárias e contextos populacionais.

Pesquisas futuras devem priorizar ensaios clínicos bem delineados, ampliar a diversidade populacional e estabelecer parâmetros claros de intensidade, volume e frequência. Além disso, estudos observacionais e longitudinais podem ampliar a compreensão dos efeitos do TRM em contextos reais, fortalecendo sua aplicação em programas de saúde, reabilitação e treinamento esportivo.

REFERÊNCIAS

CHULVI-MEDRANO, I. *et al.* Effect of manual resistance training on strength and functional capacity. **Journal of Sports Science and Medicine**, v. 16, p. 305–311, 2017.

DAHAB, K. S.; MCCAMBRIDGE, T. M. Strength training in children and adolescents. **Sports Health**, v. 1, n. 3, p. 223–226, 2009.

DELORME, T. L. Restoration of muscle power by heavy-resistance exercises. **Journal of Bone and Joint Surgery**, v. 27, n. 4, p. 645–667, 1945.

DOMBROSKI, H.; HENDERSON, J. Manual resistance training in physical education programs. **Physical Educator**, v. 51, p. 192–198, 1994.

DORGO, S.; KING, G. A.; RICE, C. A. Effects of manual resistance training. **Journal of Strength and Conditioning Research**, v. 23, n. 3, p. 123–131, 2009.

DORGO, S. *et al*. Manual resistance training versus conventional methods: physiological and perceptual responses. **Journal of Strength and Conditioning Research**, 2023.

FAIGENBAUM, A. D. *et al.* Youth resistance training: updated position statement. **Journal of Strength and Conditioning Research**, v. 23, supl. 5, p. S60–S79, 2009.

FAKOYA, O. A.; MCCORRY, N. K.; DONNELLY, M. Loneliness and social isolation interventions for older adults: A scoping review of reviews. **BMC Public Health**, v. 20, n. 1, p. 129, 2020. DOI: 10.1186/s12889-020-8251-6.

HARITON, E.; LOCASCIO, J. J. Randomised controlled trials—the gold standard for effectiveness research. **BJOG**, v. 125, p. 1716, 2018.

HISLOP, H. J. The effect of isometric, isotonic, and isokinetic exercise on strength of quadriceps femoris**. Physical Therapy**, v. 43, p. 21–25, 1963.

JUNIOR, E. B. dos S.; SILVA, É. M. M. e; SOUZA, D. M. de. Os efeitos do treinamento resistido manual sobre a força de mulheres idosas fisicamente ativas. Belém – PA: **Editora Conhecimento & Ciência**, 2020. p. 189–205.

KAKIHARA, T.; KATAOKA, H.; TANAKA, S. Effects of short-term bed rest on skeletal muscle function in patients with diabetes mellitus. **Journal of Diabetes & Metabolic Disorders**, v. 24, p. 163, 2025. DOI: 10.1007/s40200-025-01676-8.

LOPEZ, P. *et al*. Resistance training load effects on muscle hypertrophy and strength gain: Systematic review and network meta-analysis. **Medicine & Science in Sports & Exercise**, v. 53, n. 6, p. 1206–1216, 2021. DOI: 10.1249/MSS.0000000000002585.

MUNSON, D.; PETTIGREW, F. Manual resistance training in military physical conditioning. **Military Medicine**, v. 153, p. 212–215, 1988.

KOMI, P. V.; BUSKIRK, E. R. Effect of eccentric and concentric muscle conditioning on tension and electrical activity of human muscle. **Ergonomics**, v. 15, n. 4, p. 417–434, 1972.

KRAEMER, W. J.; RATAMESS, N. A. Fundamentals of resistance training. **Medicine & Science in Sports & Exercise**, v. 36, n. 4, p. 674–688, 2004.

NUZZO, J. L. History of strength training research. **Journal of Strength and Conditioning Research**, v. 35, n. 5, p. 1425–1448, 2021.

OUZZANI, M. *et al.* Rayyan—a web and mobile app for systematic reviews. **Systematic Reviews**, v. 5, p. 210, 2016. DOI: 10.1186/s13643-016-0384-4.

PAULA, M. da S. Treinamento resistido manual: Revisão da literatura. **Fiep Bulletin – Online**, v. 94, n. 2, e7013, 2024. DOI: 10.16887/fiepbulletin.v94i2.7013.

PETERS, M. D. J. *et al*. Chapter 11: Scoping Reviews (2020 version). In: AROMATARIS, E.; MUNN, Z. (Eds.). JBI Manual for Evidence Synthesis. **Joanna Briggs Institute**, 2020. DOI: 10.46658/JBIMES-20-12.

RILEY, J. Manual resistance strength training. **Athletic Journal**, v. 61, p. 35–38, 1981.

SCHOENFELD, B. J.; OGBORN, D.; KRIEGER, J. W. Effects of resistance training frequency on measures of muscle hypertrophy: A systematic review and meta-analysis. **Sports Medicine**, v. 46, n. 11, p. 1689–1697, 2016. DOI: 10.1007/s40279-016-0543-8.

SCHOMACHER, J. *et al*. Can neck exercises enhance the activation of the semispinalis cervicis relative to the splenius capitis at specific spinal levels? **Manual Therapy**, 2015. DOI: 10.1016/j.math.2015.04.010.

SETIA, M. S. Methodology series module 3: Cross-sectional studies. **Indian Journal of Dermatology**, v. 61, n. 3, p. 261–264, 2016.

SKORSKI, S.; HECKSTEDEN, A. Coping With the “Small Sample–Small Relevant Effects” Dilemma in Elite Sport Research. **International Journal of Sports Physiology and Performance**, v. 16, n. 11, p. 1559–1560, 2021. DOI: 10.1123/ijspp.2021-0467.

SULLIVAN, M. S.; MARKOS, P. D.; MINOR, S. D. Quantitative strength testing in healthy men and women. **Archives of Physical Medicine and Rehabilitation**, v. 63, p. 336–339, 1982.

TEIXEIRA, C. V. L. S.; GOMES, R. J. Treinamento resistido manual e sua aplicação na educação física. **Revista Brasileira de Fisiologia do Exercício**, v. 15, n. 1, 2016. DOI: 10.33233/rbfe.v15i1.34.

TERAZAS, L.; MONTALVO, S.; DORGO, S. Manual resistance training and resistance training elicit neuromuscular strength adaptations but not body composition to a 8 week exercise intervention. **Journal of Bodywork & Movement Therapies**, 2025. DOI: 10.1016/j.jbmt.2025.01.042.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. Research methods in physical activity. 7. ed. Champaign: **Human Kinetics**, 2015.

TRICCO, A. C. *et al*. PRISMA Extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR): Checklist and Explanation. **Annals of Internal Medicine**, v. 169, n. 7, p. 467–473, 2018. DOI: 10.7326/M18-0850.

VETTER, R.; DORGO, S. Partner’s improvisational resistance training: a movement-based strength program. **Journal of Strength and Conditioning Research**, v. 23, n. 2, p. 628–635, 2009.

WAKABAYASHI, H. *et al*. The effects of resistance training of swallowing muscles on dysphagia in older people: a cluster, randomized, controlled trial. **Nutrition**, v. 48, p. 111–116, 2018. DOI: 10.1016/j.nut.2017.11.009.

DESENVOLVIMENTO DAS COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS EM SALA DE AULA

VALDIRENE PEREIRA SANTANA LANGER; VANUSA LIMA BARBOSA DA SILVA; ROSIMEIRE SOUSA MORAIS PRESTES; RENATA VASCONCELOS ROSSI; CLEIDE MARIA TAVARES

RESUMO

Este estudo tem como objetivo discutir a relevância do desenvolvimento das competências socioemocionais, para aprimorar o aprendizado dos estudantes. A investigação pretendida classifica-se em relação a forma de abordagem como pesquisa qualitativa. O estudo se concentrou numa pesquisa bibliográfica. As habilidades socioemocionais são competências aprimoradas ao longo da vida e se manifestam na forma como as pessoas pensam, sentem e se comportam socialmente, sendo essencial criar um ambiente que estimule o desenvolvimento emocional e social de cada um. Além disso, os educadores acreditam que sua saúde mental tem apresentado avanços, provavelmente devido a uma maior compreensão sobre como as emoções se conectam com diferentes aspectos da vida e a práticas de autocuidado.A educação socioemocional é um tema de significativa importância que deve ser abordado nas instituições de ensino. Sob essa ótica, a função da escola no fomento das competências socioemocionais é cada vez mais indicada como práticas educativas, que incentivam a reflexão sobre emoções, a escuta ativa, a resolução pacífica de conflitos, a promoção da empatia e a valorização da diversidade em geral.É importante destacar que devemos fornecer aos educadores, além do conhecimento sobre a saúde mental, métodos para a prática dessa promoção. Um ambiente escolar favorável contribui para a saúde mental e, mesmo que a ideia de clima escolar englobe desde as condições físicas até as interações sociais, nosso foco está na relevância da comunicação entre o fortalecimento de habilidades socioemocionais e a saúde mental. No cotidiano, essas competências auxiliam crianças e adolescentes a enfrentarem as demandas escolares, aumentando o rendimento acadêmico e os preparando para a carreira futura. Assim, tanto na instituição de ensino quanto na trajetória futura dos jovens, elas são fundamentais para fazer escolhas estratégicas, resolver problemas e se ajustarem a novas circunstâncias.

Palavras-chave: Habilidades; Autocuidado; Escola.

1 INTRODUÇÃO

A saúde mental é um fator crucial para o desenvolvimento integral dos indivíduos, e a competências socioemocionais desempenham um papel fundamental nesse processo. Elas ajudam as crianças e jovens a lidarem com emoções, superar desafios e construir relações saudáveis, preparando-os para os desafios da vida pessoal e profissional.

Este estudo justifica-se por explorar a relevância das habilidades socioemocionais no ambiente escolar da educação básica. A investigação pretendida classifica-se em relação a forma de abordagem como pesquisa qualitativa. O estudo se concentrou numa pesquisa bibliográfica. Com base na questão central do estudo, que é “qual a importância de fomentar

DOI: 10.51161/iv-conpeds/67055

as habilidades socioemocionais nas aulas da educação básica?" É importante destacar que, atualmente, a cuidadosa combinação de tecnologias educacionais potencializa essas iniciativas, gerando oportunidades inovadoras para o desenvolvimento e a melhoria dessas habilidades essenciais. Dessa forma, o desenvolvimento socioemocional é o processo pelo qual crianças e adultos adquirem habilidades para gerenciar suas emoções e interagir com as emoções das pessoas ao seu redor. Para isso, é essencial desenvolver, entre outras coisas, habilidades como empatia e autoconhecimento de maneira apropriada.

Além das capacidades pessoais, essas competências influenciam o grupo, pois ajudam a criar ambientes mais cooperativos e equilibrados, seja na escola, no trabalho ou na comunidade. Quando são aprimoradas de forma adequada, elas ajudam a estabelecer relações baseadas em respeito, incentivam a empatia e fortalecem a habilidade de enfrentar desafios.

Para tanto, este estudo tem como objetivo discutir a relevância do desenvolvimento das competências socioemocionais, para aprimorar o aprendizado dos estudantes.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A investigação pretendida classifica-se em relação a forma de abordagem como pesquisa qualitativa. O estudo se concentrou numa pesquisa bibliográfica com foco nas competências socioemocionais, projetos de vida e educação profissional e tecnológica, a partir dos pressupostos teóricos da BNCC (2018).

A pesquisa qualitativa responde a questões muito específicas do dia a dia, da prática e da relação do sujeito com o objeto e com o espaço. "[...] tem atrás de si toda uma visão de mundo, dos sujeitos humanos e da ciência [...]". (AMADO, 2014, p. 205).

Para tanto, foi embasado em diferentes autores e materiais além da BNCC (2018), como Brasileiro (2018), Goleman, (2011), entre outros que abordam esse tema. Koche (1997, p. 122) salienta que:

> Na pesquisa bibliográfica o investigador irá levantar o conhecimento disponível na área, identificando as teorias produzidas, analisando-as e avaliando sua contribuição para auxiliar a compreender ou explicar o problema objeto da investigação. O objetivo da pesquisa bibliográfica, portanto, é o de conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado tema ou problema, tornando-se um instrumento indispensável para qualquer tipo de pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao longo da história da humanidade, esse assunto foi tratado de várias formas; diversas disciplinas estudam as emoções sob diferentes ângulos: biológico, neuropsicológico e psicopedagógico. Contudo, muitos afirmam que há emoções positivas e negativas, mas, sob a ótica biológica, todas as emoções são igualmente relevantes e essenciais para a evolução e a sobrevivência do ser humano. Sentir-se triste é fundamental para reinterpretação de experiências, processar desilusões e iniciar um novo ciclo; evidentemente, os períodos de tristeza provocam no indivíduo reflexão e novas escolhas em relação às falhas e descontentamentos. Sentir medo é um mecanismo de defesa natural que nos leva a evitar situações perigosas, assim o professor deve aprender a lidar com conflitos emocionais nas escolas utilizando inteligência emocional. Utilizar ferramentas e técnicas de inteligência emocional é uma habilidade social significativa para os educadores, pois contribui progressivamente para o autoconhecimento e empatia com os alunos.

As competências socioemocionais são de responsabilidade da comunidade escolar, porém os pais não estão excluídos do processo de desenvolvimento dessas competências. Além de serem importantes para o aprendizado de novas competências e, portanto,

DOI: 10.51161/iv-conpeds/67055

indispensáveis no ambiente escolar, as competências socioemocionais são valiosas para o mundo do trabalho porque os alunos com essas competências bem desenvolvidas sabem conviver harmoniosamente com os outros.

Sob esse ponto de vista, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é uma referência pedagógica moderna e alinhada aos novos estudos, que tem como foco o gerenciamento das emoções e o estabelecimento de relações saudáveis com os indivíduos, oferecendo conhecimentos de competências e habilidades para que todos os alunos possam desenvolver um bom comportamento em sociedade.

A escola deve prestar atenção no crescimento dessas habilidades, permitindo que os alunos pensem sobre o que saber, fazer e ser. Isso é fundamental para criar uma sociedade respeitosa, que é construída a partir da escola com a ajuda da família e da comunidade. Isso ajuda a formar laços sociais para juntar recursos e oportunidades de aprendizado, além de parcerias que ajudem na preparação dos alunos para que eles possam contribuir para a sociedade.

Nesse sentido, as habilidades emocionais e sociais funcionam como uma maneira de mostrar e desenvolver outras habilidades. Depois de pensar sobre isso por muito tempo, percebeu-se que as pessoas não precisavam apenas aprender habilidades intelectuais para ter sucesso na escola.

Assim, atuar no desenvolvimento socioemocional nas escolas é essencial para a aquisição do aprendizado, portanto, é importante que os professores integrem os conteúdos com as habilidades socioemocionais.

Exibimos de maneira direta as contribuições das competências socioemocionais para a obtenção de conhecimento, destacando a importância da inteligência emocional no processo de aprendizagem e as competências socioemocionais discutidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018).

Dessa forma, a saúde mental é um assunto que afeta significativamente a sociedade atual, promovendo a atenção aos fatores emocionais e psicológicos na busca por incentivar, nas interações diárias, a autogestão, o autoconhecimento e a consciência social. Este trabalho é baseado na investigação de como estimular as competências socioemocionais no ensino, com o objetivo central de desenvolver uma abordagem sobre a relevância da inclusão de recursos inovadores no itinerário formativo, visando o desenvolvimento dessas habilidades em crianças e adolescentes, de modo que o aluno se sinta apto a aprender em diversas áreas, potencializando sua motivação e autoestima.

Essas informações forneceram uma base teórica para a interpretação, análise e fundamentação dos dados obtidos, o que ajudou na validade e na seriedade do estudo. Com fundamento na revisão de literatura e considerando a importância de entender, avaliar e refletir sobre as discussões e produções científicas referentes ao tema abordado, foi ainda examinada a saber atual. Para Goleman (2011), as emoções desempenham um papel crucial na condução e motivação das ações humanas, fornecendo a energia necessária para enfrentar desafios que muitas vezes transcendem as capacidades do intelecto.

O educador deve articular o ensino de forma a ultrapassar limites e incentivar os alunos a refletir sobre as consequências do que está sendo “dito e feito”.

As competências socioemocionais recebem forte respaldo na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que prioriza o comprometimento com o desenvolvimento integral do indivíduo. Assim, a Educação Básica deve concentrar-se no pleno desenvolvimento da pessoa, o que implica dar prioridade à dimensão cognitiva e à dimensão afetiva. Nesse contexto, Abed (2014) afirma:

> Não é mais possível conceber que apenas a cognição comparece à sala de aula: os estudantes têm emoções, estabelecem vínculos com os objetos do conhecimento, com os colegas, com os professores, com a família, com os amigos, com o mundo.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/67055

> Os professores também. Todos nós rimos, choramos, sofremos, nos encantamos, desejamos, fantasiamos, teorizamos... Somos seres de relação, repletos de vida, há infinitos universos dentro e fora de nós – não há como fugir disso (ABED, 2014, p. 8).

No entanto, as emoções são essenciais e parceiras no processo de aprendizagem. Uma importante dúvida é como desenvolver as habilidades socioemocionais no ambiente escolar. Todos se surpreenderam com a facilidade de adicionar atividades cotidianas na sala de aula que ajudem a cultivar essas habilidades dos alunos

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) define as aprendizagens fundamentais que todos os alunos devem ter acesso ao longo da educação básica. Ela é orientada por princípios éticos, políticos e estéticos, visando a formação humana em suas diversas dimensões. Com a intenção de alcançar uma sociedade mais equitativa, é viável conseguir uma educação.

Tem-se a convicção de que essa é a oportunidade de parar com intervenções isoladas, que não estão conectadas ao currículo e ao planejamento pedagógico, sem um propósito claro que tem pouco impacto na mudança do cenário. O cuidado com a saúde mental não deve ser responsabilidade de um único professor, ou de uma disciplina específica, mas deve ser um projeto coletivo da escola.

4 CONCLUSÃO

Conclui-se que as habilidades socioemocionais podem ser desenvolvidas de diferentes formas, através de abordagens pedagógicas variadas. Diversas atividades promovem a responsabilidade, a empatia e o respeito ao próximo, como as rodas de conversa, o teatro, a narração de histórias e oficinas de desenho, além de outras que podem ajudar no desenvolvimento das competências. A utilização da tecnologia é outra forma pela qual os educadores podem incentivar o protagonismo e a autonomia dos estudantes na aquisição de novos conhecimentos e habilidades

Segundo a BNCC (2018), a escola deve oferecer uma educação que abranja todos os aspectos: cognitivo, emocional, social, físico-motor e biológico. Desse modo, as habilidades socioemocionais propostas pela BNCC (2018) exercem uma forte influência nas instituições de ensino, uma vez que devem ajustar seus currículos para incluir o fomento ao desenvolvimento dessas competências no cotidiano das aulas. Uma função importante da escola é, além de desenvolver as habilidades dos alunos, incluir a família no processo educativo. Assim, teremos pessoas gentis, tolerantes, tranquilas, criativas e seguras

Portanto, é essencial que os alunos recebam orientação sobre o aprimoramento das habilidades socioemocionais e sobre a construção de um projeto de vida que aborde os aspectos pessoais, profissionais e sociais, devendo ser protagonistas de suas narrativas. Conforme os conceitos teóricos expostos neste estudo, as probabilidades de indivíduos alcançarem suas metas podem ser aumentadas, permitindo a elaboração de um projeto de vida fundamentado no autoconhecimento e na independência.

REFERÊNCIAS

ABED, Anita Lilian Zuppo**. O desenvolvimento das habilidades socioemocionais como caminho para a aprendizagem e o sucesso escolar de alunos da educação básica**. São Paulo: UNESCO/MEC, 2014.

AMADO, J. **Manual de Investigação Qualitativa em Educação.** Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, NSG, Novas Soluções Gráficas S.A, 2014.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/67055

BRASIL. **Ministério da Educação.** Base Nacional Curricular Comum, http://basenacionalcomum.mec.gov.br/ 2018. Acesso em 25 de agosto de 2019.

GOLEMAN, Daniel. **O cérebro e a inteligência emocional: novas perspectivas**. Objetiva, Rio de Janeiro, ed. 1, 2011.

KOCHE, Carlos José; **Fundamentos de Metodologia Cientifica**.Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

DOI: 10.51161/iv-conpeds/67055

PERFIL ETÁRIO COR E RAÇA DOS CASOS DE LEISHMANIOSE TEGUMENTAR AMERICANA NO TRIÂNGULO CRAJUBAR, NO CARIRI, SUL DO CEARÁ (2015-2024)

MARIA DE LOURDES OLIVEIRA HONORATO; ANTÔNIO CÉSAR VIEIRA DA SILVA; MELRYSANDRA ARAÚJO DOS SANTOS; MARIANA OLIVEIRA CARVALHO ROCHA

Introdução: A Leishmaniose Tegumentar Americana (LTA) é uma antropozoonose infecciosa causada por protozoários do gênero *Leishmania*, transmitidos aos seres humanos por meio da picada de flebotomíneos infectados. No Brasil, a LTA apresenta distribuição endêmica, com maior incidência nas regiões Norte e Nordeste, frequentemente associada a fatores socioambientais como desmatamento, expansão urbana desordenada e pobreza. **Objetivo:** Este estudo teve como objetivo descrever o perfil dos casos de LTA notificados entre 2015 e 2024 nos municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, região conhecida como Triângulo CRAJUBAR, no sul do Ceará, Cariri. **Metodologia:** A pesquisa adotou uma abordagem quantitativa e descritiva, utilizando dados secundários do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). **Resultados**: Durante o período analisado, foram confirmados 639 casos de LTA. A maior concentração ocorreu em pessoas de 40 a 59 anos (30,5%), seguidas pelas faixas etárias de 20 a 39 anos (20,5%), 60 a 79 anos (12,8%), 10 a 19 anos (12,0%), menores de 10 anos (9,5%) e idosos acima de 80 anos (4,5%). Em 10% dos casos, a idade não foi informada. Em relação à variável cor/raça, 82,3% dos casos com informação preenchida foram de pessoas pardas, seguidas por brancas (10,2%), pretas (5,0%), indígenas (0,3%) e amarelas (0,3%). Em 1,9% dos casos, essa informação estava ignorada. Apesar da apresentação dos dados sobre cor/raça, a presença de registros com informação ignorada representa uma limitação importante. A ausência desses dados compromete a completude da análise, dificultando uma compreensão mais precisa do perfil étnico-racial da população afetada pela LTA. Essa lacuna pode indicar falhas no sistema de notificação, prejudicando a formulação de estratégias voltadas às populações mais vulneráveis. **Conclusão:** Os resultados evidenciam a prevalência da doença entre adultos economicamente ativos e populações etnicamente vulneráveis, reforçando a necessidade de ações públicas de prevenção, vigilância epidemiológica e análise sociodemográfica para reduzir a incidência da LTA na região.

Palavras-chave: **LEISHMANIA; VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA; ZOONOSE**

DOI: 10.51161/iv-conpeds/67071